



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
DOCTORADO

CLERES DO NASCIMENTO MANSANO

O BAIRRO DO JARDIM ALVORADA EM MARINGÁ/PR: DA
COLONIZAÇÃO À EXPANSÃO URBANA

MARINGÁ
2013

CLERES DO NASCIMENTO MANSANO

**O BAIRRO DO JARDIM ALVORADA EM MARINGÁ/PR: DA COLONIZAÇÃO À
EXPANSÃO URBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das
Graças de Lima

MARINGÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M286b Mansano, Cleres do Nascimento
O Bairro do Jardim Alvorada em Maringá/PR : da
colonização à expansão urbana / Cleres do Nascimento
Mansano. -- Maringá, 2013.
251 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Prof. Dr.a Maria das Graças de Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2013

1. Maringá (PR) - Colonização. 2. Maringá (PR) -
Geografia urbana. 3. Maringá (PR) - Paisagem urbana.
4. Maringá (PR) - Expansão urbana. 5. Maringá (PR) -
Jardim Alvorada (Bairro) - História. 6. Maringá (PR)
- Geografia agrária. 7. Maringá (PR) - Especulação
imobiliária. 8. Monbeig, Pierre, 1908-1987. 9.
Maringá (PR) - Geografia humana. 10. Maringá (PR) -
Jardim Alvorada (Bairro) - Equipamentos urbanos. 11.
Maringá (PR) - Jardim Alvorada (Bairro) - Função
urbana. 12. Maringá (PR) - Espaço urbano. I. Lima,
Maria das Graças de, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

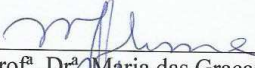
CDD 21.ed. 918.162

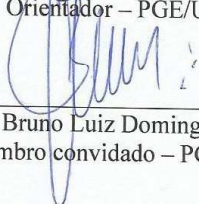
O BAIRRO DO JARDIM ALVORADA EM MARINGÁ/PR: DA COLONIZAÇÃO À
EXPANSÃO URBANA

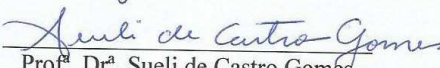
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de
Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia,
área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha
de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

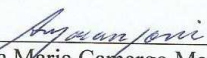
Aprovada em **05 de dezembro de 2013**

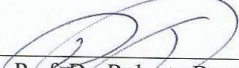
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Maria das Graças de Lima
Orientador – PGE/UEM


Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Membro convidado – PGE/UEM


Prof.^a. Dr.^a. Sueli de Castro Gomes
Membro convidado - UEM


Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Camargo Marques Marangoni
Membro convidado – USP


Prof. Dr. Roberto Braga
Membro convidado – UNESP/RC

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada, graças à colaboração de várias pessoas que não mediram esforços para me auxiliarem. A todos, minha eterna gratidão e sinceros agradecimentos.

À orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças de Lima, que com determinação, paciência e conhecimento colaborou preciosamente com a execução deste trabalho, permitindo o meu crescimento profissional e pessoal.

A minha família que sempre me incentivou e me auxiliou nas horas mais difíceis. Em especial ao meu querido filho Wesley. À nora Flávia. Ao meu netinho Kauan que foi gestado e desenvolvido junto com minha tese. Especialmente a minha querida e amada filha Victoria Adryellee e Suelen Fernanda Badan que foram minhas amigas e colaboradoras e sempre estiveram prontas para me auxiliar; sem a ajuda delas não teria alcançado este objetivo, pois foram anjos enviados por Deus.

Aos amigos com os quais contei para dialogar sobre a pesquisa. Em especial ao amigo antropólogo, Mário Camargo Pego, pela contribuição intelectual para com este trabalho.

A todos os professores do Curso de Pós-graduação em Geografia da UEM, e em especial ao coordenador, Prof. Dr. Nelson Vicente Lovatto Gasparetto e a Dr^ª. Marta Luzia de Souza (coordenadora adjunta), pela dedicação e colaboração na ampliação de nossos conhecimentos. Também agradeço aos colegas doutorandos do ano de 2010 e à Secretária do Programa Miriam de Carlos, que sempre esteve pronta para auxiliar.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Eugenia Moreira Costa Ferreira, que participou do colóquio para apresentação do projeto ao Programa de Pós-graduação e que colaborou intelectualmente para com esta pesquisa, bem como pelas conversas informais que sinalizaram o caminho a seguir.

À Prof^ª. Dr^ª. Márcia Siqueira de Carvalho e Prof^ª. Dr^ª. Sueli de Castro Gomes, que participaram do Exame Geral de Qualificação. Aos Professores que participaram da banca de defesa Dr. Bruno Luiz Domingos de Angelis, Dr. Roberto Braga, Dr^ª. Ana Maria M. Camargo Marangoni e novamente à Dr^ª. Sueli de Castro Gomes. Todas contribuíram grandiosamente para que este trabalho fosse melhorado e concretizado.

Ao Departamento de Estatística/UEM, em especial ao Professor Eraldo Schunk Silva, pelas orientações no cálculo de amostragem para aplicação dos questionários.

As instituições que forneceram dados e documentos. Ao IBGE/Maringá, em especial a Cássius M. T. M. B. de Brito pelos dados fornecidos e atenção dispensada. À Associação dos Funcionários Municipais de Maringá, em especial a Gerente Maria Janete Toso Macente. À

Prefeitura de Maringá, em especial ao setor de Topografia, pelos mapas e documentos disponibilizados para pesquisa.

À Professora Nerli N. R. Mori, Chefe do Centro de Ciências Humanas, pelo interesse na busca de dados sobre as escolas rurais de Maringá.

Aos que possibilitaram a realização da pesquisa de campo. O ex-aluno e amigo Ilson Orioli, pelas portas que abriu. A bibliotecária (biblioteca pública do bairro) Sirlei Aparecida Ganeo, pela confiança e amizade. A direção dos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Unidade Polo. A Copel na pessoa do Gerente Nelson Marques. Aos funcionários e usuários do CRAS Jardim Alvorada, em especial a ex-aluna e coordenadora Emília B. Perissato. Aos usuários dos Postos de Saúde do bairro. Aos usuários das praças do bairro, especialmente aos senhores que frequentam as praças para momentos de lazeres. À Professora Nair Carneiro Bertoncini, última professora da escola rural da Fazenda Santa Lina, por abrir as portas de sua casa e de suas memórias, as quais foram enriquecedoras.

Meu muito obrigada a todos os moradores do Jardim Alvorada e especialmente aos primeiros moradores que abriram suas casas e suas vidas para esta pesquisadora, tais como: Senhor Abel B. da Silva e família; Senhora Leni Prates de Moraes e família; Senhor Osvaldo e Senhora Olga F. V. Vespa; Senhor Santos e Senhora Dirce V. Conejo; Senhora Nadir G. Pereira e família; *in memoriam* à Senhora Norma R. Grande († 20/09/2012) e sua família; Família Rezende, em especial ao Adriano Rezende Rodrigues e Senhora Elvira R. Rezende; Senhora Piedade M. Carmona Grande e família; Senhor Vasile Maniuc e família, Senhora Laura Carreira de Oliveira e família; Senhor Ulisses Pedro Pitarelli e família; Jacob Candido da Silva; e Senhora Alice S. Januário.

A todos que contribuíram de alguma forma com esta pesquisa: Paulo Vion (Vice-presidente da Codal), Lucília Held Costa Curta e família (pelas fotos históricas), Desireé D. Fabrete (pelos desenhos), Wesley Ferreira Souza (pelos mapas), Hulda Merlin Maschietto e Andreia C. Beluomini (pelas horas de conversa e apoio), *Teacher* especialista em língua inglesa, poetisa e imortal da Academia de Letras de Maringá Railda Masson Cardozo (pelo incentivo e traduções), Carlos Gomes da Silva (pela ajuda com a tabulação de dados) e Professora Maria Dolores Machado (pela correção de português, dedicação e amizade).

Sou grata a inúmeras pessoas que de alguma forma auxiliaram ou influenciaram na construção deste trabalho.

Enfim, a Deus por ter me permitido alcançar mais esta etapa na minha vida, possibilitando-me um grande aprendizado.

“Olha! Cá temos um explorador! - exclamou ele, quando avistou o
príncipezinho.
O príncipezinho sentou-se em cima da mesa para tomar fôlego. Já viajara
tanto!
[...] O senhor está aqui a fazer o quê?
- Sou um geógrafo - respondeu o senhor de idade.
- O que é um geógrafo?
- É um cientista que sabe onde ficam os mares, os rios, as cidades, as
montanhas e os desertos.
- Que interessante! - disse o príncipezinho. Isto, sim, é uma profissão! E pôs-se
a olhar à volta: nunca tinha visto um planeta tão majestoso.
[...] - disse o geógrafo. Tenho uma falta terrível de exploradores.
[...] De repente o geógrafo ficou todo emocionado.
- Mas tu, tu vieste de muito longe! És um explorador! Anda, descreve-me o teu
planeta!
[...] - As geografias - disse o geógrafo - são os livros mais preciosos que há.
[...] - E agora o que me aconselha a visitar?
- O planeta Terra - respondeu o geógrafo. É um planeta com boa reputação
[...]”

"Sou um pouco de todos que conheci, um pouco dos lugares que fui, um pouco
das saudades que deixei e sou muito das coisas que gostei".

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A rápida expansão da área urbana de Maringá-Paraná marcou a urbanização local desde o início da colonização realizada pela CTNP/CMNP. Concebida como cidade planejada na década de 1940, seus bairros cresceram e ocuparam a área rural que circundava a cidade recém-criada, extrapolando seu planejamento inicial, em especial na década de 1960, década que o Jardim Alvorada foi formado a partir do loteamento urbano das terras da antiga Fazenda Santa Lina. Em pouco mais de 60 anos, Maringá expandiu-se de seu centro característico de povoado para uma cidade polo-regional, hoje com mais de 350 mil habitantes e, neste movimento, alguns bairros destacaram-se como locais que mantêm certa autonomia em relação ao centro da cidade, pois desenvolvem algumas funções urbanas que permite servir aos seus moradores e ao entorno. A presente pesquisa teve como área de estudo o bairro Jardim Alvorada (Zona Fiscal 24 e parte da Zona 46), com a finalidade de explicar o destaque desse bairro no processo de urbanização pelo qual passou a cidade de Maringá. Na metodologia, utilizou-se de levantamento bibliográfico e em especial os estudos do cientista geográfico Pierre Monbeig, pesquisa documental e estatística, coleta e sistematização de dados, levantamento de material iconográfico; e foi realizado trabalho de campo junto à população que utiliza o bairro, por meio de entrevistas e questionários e as instituições que poderiam fornecer informações sobre o bairro. Para o desenvolvimento da pesquisa, tratamos os conceitos de paisagem, lugar e sociedade. Foi possível observar que o mesmo processo atual de especulação imobiliária promovida por agentes imobiliários em Maringá fizera parte do processo de colonização e expansão da cidade. Contudo, no processo de colonização do município, o lugar estudado apresentou algumas peculiaridades que o transformou em um bairro que se destaca na vida econômica, política, social e cultural de Maringá. Também é possível observar resquícios da colonização, neste bairro em constante transformação. Embora inserido no processo de colonização que atingiu o Norte do Paraná e Maringá, e fazendo parte do que era a periferia da cidade, o Jardim Alvorada destacou-se no cenário maringaense atingindo a conjuntura atual como bairro bem estruturado para atender sua população. O bairro se tornou um ponto de referência e uma área de influência, embora tenha problemas como falta de alguns equipamentos urbanos e problemas socioeconômicos, considerados comuns em muitos bairros do Brasil.

Palavras-chave: Colonização. Geografia urbana. Paisagem. Bairro. Produção do espaço urbano.

ABSTRACT

The rapid expansion of Maringá urban area in Paraná, which was based on the logic estate agency, has marked its space since the beginning of the colonization conducted by the CTNP/CMNP. Conceived as a planned city in the 1940s, its neighborhood grew up and occupied the rural area surrounding the newly created city beyond their initial planning, especially in the 1960s when "Jardim Alvorada" started to be formed by the subdivision of "Fazenda Santa Lina" in the urban area. Just after 60 years, Maringá has expanded its village characteristic to a regional centre city, nowadays with more than 350,000 inhabitants. In this movement, some neighborhood stood out as places that maintain its own autonomy in relation to downtown, because they develop some urban functions that allows them to provide facilities to residents and around it. This research was done at Jardim Alvorada (From fiscal Zone 24 and part of Zone 46), with the purpose of explaining the highlight of this neighborhood in the urbanization process which has gone through in Maringá city. In the methodology, it was used bibliographic studies and in special some conclusions of the geographical scientist Pierre Monbeig, and also statistical and documentary research, collection and systematization of data, survey of iconographic material and it was conducted field studies among the population who uses the neighborhood, through interviews and questionnaires in some institutions that could provide information about the neighborhood. To develop the research it was treated the landscape, place and society concepts. It was possible to observe that the same current speculation process promoted by the estate agents in Maringá had been part of the process of colonization and expansion of the city. However, in the colonization municipality process, the mapped places have showed some peculiarities that turned them into a standing out neighborhood as well in the economic, political, social and cultural life in Maringá. You can also see some colonization resquices among the neighborhood which are in constant transformation. Although inserted in the colonization process which targeted the Northern of Paraná and Maringá, and part of it was the periphery of the city, Jardim Alvorada exceed "maringaense" scenario, reaching the current situation as an structured local to meet the neighborhood population. This one has become a business point of reference, although it has already some problems like for example, the lack of adequated urban infrastructure and also socioeconomic problems, which are considered common in many Brazil districts.

Keywords: Colonization. Urban geography. Landscape. Neighborhood. Production of urban space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do município e cidade de Maringá; e área de estudo, o Jardim Alvorada	20
Figura 2	Processo de elaboração da pesquisa	26
Figura 3	Mapa de ocupação do Norte do Paraná – CTNP/CMNP	73
Figura 4	Anteprojeto de Maringá/1945 – Jorge de Macedo Vieira	85
Figura 5	Esquema básico do plano urbanístico de Maringá	86
Figura 6	Mapa dos bairros criados em Maringá até 2013.....	89
Figura 7	Mapa do Município de Maringá e suas áreas urbana e rural	90
Figura 8	Mapa de localização da Fazenda Santa Lina, na Gleba ribeirão Morangueiro.....	95
Figura 9	Vista aérea da agricultura do café, na Fazenda Santa Lina e proximidades, no início dos anos de 1960	96
Figura 10	Vista aérea de parte do Jardim Alvorada	97
Figura 11	Vista aérea do entorno da Fazenda Santa Lina no início da década de 1960 ...	98
Figura 12	Organização da paisagem na Fazenda Santa Lina	99
Figura 13	Mapa de localização das estruturas da Fazenda Santa Lina	100
Figura 14	As famílias Almeida e Rodrigues	104
Figura 15	Árvore genealógica de uma família que viveu na Fazenda Santa Lina	105
Figura 16	Vista aérea de Maringá nos anos de 1960 e com destaque para a Fazenda Santa Lina	106
Figura 17	Organização da paisagem na Fazenda Maringá	107
Figura 18	Vista aérea da transformação da paisagem rural/urbana de Maringá, no início dos anos de 1960, com destaque para a Fazenda Santa Lina	112
Figura 19	Zona 07: destaque para a UEM e limite com a urbanização.....	115
Figura 20	Planta oficial do loteamento Jardim Alvorada – Primeira Parte.....	120
Figura 21	Produção urbana de café no Jardim Alvorada.....	126
Figura 22	Localização das primeiras casas do Jardim Alvorada	128
Figura 23	Vista aérea da localização das primeiras casas construídas no Jardim Alvorada	129
Figura 24	Quintal de uma casa no Jardim Alvorada em diferentes décadas.....	134
Figura 25	Fogão à lenha e utensílios domésticos dos primeiros colonos de Maringá....	137

Figura 26	Fogão à lenha e utensílios dos primeiros moradores do Jardim Alvorada. Data: 2012	137
Figura 27	Membros das famílias Conejo e Vespa. Data: 1974?.....	139
Figura 28	Local onde era a sede da Fazenda Santa Lina e atual AFMM.....	141
Figura 29	Casa de madeira proveniente da Copel, localizada no Jardim Alvorada – Primeira Parte. Data 2012	143
Figura 30	Planta de uma casa de madeira - Jardim Alvorada – Primeira Parte. Data: 1962	144
Figura 31	Casas de madeira no Jardim Alvorada construídas nos primeiros anos de formação do bairro.....	145
Figura 32	Primeiras casas do bairro na Rua Gino Merigo e suas transformações.....	146
Figura 33	Transformações das casas no Jardim Alvorada – Primeira Parte	148
Figura 34	Casas de madeira e alvenaria no mesmo quintal. Data: 2012	149
Figura 35	Casas com revestimento externo de madeira e com aspectos diferenciados	149
Figura 36	Transição na ocupação do Jardim Alvorada: diferenças socioeconômicas. Data: 2012	151
Figura 37	Muros antigos pré-moldados; e casas atuais com muros altos. Data: 2012 ...	152
Figura 38	Localização e ilustração dos equipamentos urbanos do Jardim Alvorada	168
Figura 39	O cotidiano na Biblioteca Nilo Gravena	179
Figura 40	Localização e ilustração das praças do Jardim Alvorada	186
Figura 41	Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha	187
Figura 42	Mapa social de Maringá	193
Figura 43	Vista aérea da Avenida Pedro Taques	203
Figura 44	Expansão urbana: Jardim Sumaré. Data: 2011	210
Figura 45	Maringá de Leste a Oeste	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Bairro de moradia da população consultada	154
Gráfico 2	Faixa etária da população consultada	155
Gráfico 3	Tempo de moradia na cidade da população consultada	156
Gráfico 4	Nível de escolarização da população consultada	157
Gráfico 5	Renda da população consultada moradora e não moradora do Jardim Alvorada	158
Gráfico 6	Tempo de moradia no Jardim Alvorada entre população consultada	159
Gráfico 7	Locais de migração da população consultada	160
Gráfico 8	Tipo de revestimento externo utilizado na construção dos imóveis do Jardim Alvorada.....	162
Gráfico 9	Número de pessoas que residem na habitação	163
Gráfico 10	Quantidade de residências por lote onde mora a população consultada	164
Gráfico 11	Vizinhança do mesmo lote que reside a população consultada	164
Gráfico 12	Equipamentos urbanos utilizados pela população consultada	170
Gráfico 13	Utilização dos principais equipamentos urbanos do bairro	170
Gráfico 14	Meios de locomoção mais utilizados pela população consultada	177
Gráfico 15	Locais onde a população consultada paga as contas	178
Gráfico 16	Localização das praças frequentadas pela população moradora e não moradora do bairro	184
Gráfico 17	Grupos de pessoas que frequentam as praças, segundo a população consultada	185
Gráfico 18	Parques e bosques frequentados pela população consultada	190
Gráfico 19	Locais frequentados para o lazer, segundo a população consultada	191
Gráfico 20	Percentual sobre a realização do lançamento do esgoto doméstico entre a população consultada	196
Gráfico 21	Atividades encontradas ao longo da Avenida Pedro Taques	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Demonstrativo das áreas do loteamento do Jardim Alvorada – Primeira Parte	118
Quadro 2	Principais informações sobre algumas das primeiras famílias moradoras e/ou compradoras de lote no bairro.....	130
Quadro 3	Ocupação da população consultada moradora e não moradora do bairro...	157
Quadro 4	Condições de propriedade das pessoas consultadas e moradoras no Jardim Alvorada	161
Quadro 5	Equipamentos que faltam no bairro	169
Quadro 6	Bairro onde residem os alunos dos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Unidade Polo	181
Quadro 7	Renda das famílias dos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Unidade Polo ...	181
Quadro 8	Localização das escolas onde os estudantes frequentam (familiares da população consultada).....	182
Quadro 9	Relação e localização dos lugares frequentados para o lazer.....	192
Quadro 10	Média de preços de imóveis residenciais/casas praticados em alguns locais de Maringá	214
Quadro 11	Imóveis residenciais: casas com preços mais caros e mais baratos para venda e locação em Maringá	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tamanho da amostra por estrato.....	24
Tabela 2	Principais equipamentos urbanos utilizados no bairro, segundo a população consultada.....	172

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFMM	Associação dos Funcionários Municipais de Maringá
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
Aped	Ação Pedagógica Descentralizada
API	Academias da Primeira Idade
ATI	Academia da Terceira Idade
CC	Centro de Convivência ou Centro Cívico
Ceebja	Centro estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
Ciaca	Centro Integrado de Atividades Culturais e Artísticas
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
Codal	Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural
Copel	Companhia Paranaense de Energia
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Detran	Departamento de Trânsito
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
NBR	Norma Brasileira Registrada
NIS	Núcleo Integrado de Saúde
RMM	Região Metropolitana de Maringá
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UGI	União Geográfica Internacional
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZPA	Zona de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 GEOGRAFIA HUMANA E LEITURA DA PAISAGEM URBANA	29
1.1 A GEOGRAFIA HUMANA DE PIERRE MONBEIG (1908-1987)	29
1.1.1 Noção científica de Pierre Monbeig: a paisagem no complexo geográfico	32
1.1.2 O estudo da cidade e a Geografia Urbana	41
1.1.2.1 Função urbana	44
1.2 O CONTEXTO DAS CIDADES PLANEJADAS	46
1.3 O BAIRRO COMO LUGAR DE AÇÃO SOCIAL.....	50
1.3.1 A dimensão histórico-cultural-social do bairro	54
1.3.2 A dimensão morfológica do bairro	56
1.3.3 A dimensão político-administrativa do bairro	58
1.4 O PREÇO E O VALOR IMOBILIÁRIO COMO ALAVANCA PARA EXPANSÃO DA CIDADE.....	60
1.4.1 A incorporação imobiliária em Maringá	62
1.5 A MEMÓRIA E A CULTURA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM LUGAR	68
2 BREVE PANORAMA DAS ETAPAS DE OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ	72
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO NORTE DO PARANÁ DE 1930 A 1960 ...	72
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NORTE-PARANAENSE A PARTIR DE 1960.....	75
2.3 A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NORTE-PARANAENSE	77
2.4 O MEIO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MARINGÁ: DA COLONIZAÇÃO À FORMAÇÃO DA CIDADE.....	81
2.4.1 A ocupação urbana inicial	83
2.4.2 A consolidação da cidade de Maringá: a fase planejada	84
2.4.3 A expansão urbana para além do plano-piloto	85

3	DA COLONIZAÇÃO À EXPANSÃO URBANA: DA FAZENDA SANTA LINA AO JARDIM ALVORADA	93
3.1	A FORMAÇÃO DA PAISAGEM DA FAZENDA SANTA LINA	93
3.1.1	A organização da paisagem da Fazenda Santa Lina	96
3.1.2	Memórias do cotidiano na Fazenda Santa Lina	101
3.1.3	A fase rural de Maringá e a especulação imobiliária	109
3.2	A FASE DA EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ PÓS 1960: A CRIAÇÃO DO JARDIM ALVORADA	111
3.2.1	Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (Codal)	113
3.3	A CONTEXTUALIZAÇÃO DO JARDIM ALVORADA NO CENÁRIO URBANO MARINGAENSE	115
3.3.1	Compra e venda de lotes no Jardim Alvorada	121
3.4	CONSOLIDAÇÃO DA PAISAGEM DO JARDIM ALVORADA	126
3.4.1	Cultura e identidade: a vida dos primeiros moradores	131
3.5	RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA PAISAGEM DO BAIRRO	136
3.5.1	Família e vizinhança	138
3.5.2	Estudo da habitação: casas de madeira	139
3.6	JARDIM ALVORADA: A PAISAGEM DE UM BAIRRO EM TRANSIÇÃO	150
4	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DAS FUNÇÕES LIGADAS AOS SERVIÇOS URBANOS NO JARDIM ALVORADA	154
4.1	PERFIL SOCIAL DA POPULAÇÃO CONSULTADA	154
4.2	FUNÇÃO URBANA RESIDENCIAL: CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO DO BAIRRO	159
4.3	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS DO BAIRRO: FUNÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS	164
4.4	FUNÇÕES URBANAS: MOBILIDADE HUMANA E SERVIÇOS	176
4.4.1	Mobilidade urbana.....	176
4.4.2	Atividades econômicas: serviços presentes no Jardim Alvorada.....	177
4.4.2.1	Função cultural: biblioteca escola	179
4.4.2.2	Função de lazer: mobilidade humana no bairro e fora dele	182
4.4.2.3	Função de assistência social: entidades (CRAS e ONG)	193

4.4.2.4	Função hospitalar: saúde pública	195
4.4.2.5	Função administrativa/ infraestrutura: saneamento básico	195
5	O JARDIM ALVORADA NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE MARINGÁ	197
5.1	A FORMAÇÃO DE UM SUBCENTRO AMPLIANDO O RAIOS DE INFLUÊNCIA	200
5.2	O PROCESSO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	206
5.2.1	Para além do Jardim Alvorada: a especulação imobiliária	210
5.3	CULTURA E IDENTIDADE DE BAIRRO NA PAISAGEM URBANA	217
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
	REFERÊNCIAS	225
	ANEXOS	236

INTRODUÇÃO

O estudo da paisagem de um bairro revela nuances que são perdidas no contexto geral. Os contrastes do meio histórico surgem e apresentam uma nova cidade, uma nova história, uma nova Geografia; uma nova organização de seu espaço, contada a partir da realidade atual.

O município de Maringá, hoje, com 65 anos, foi oficialmente ocupado na década de 1940, como parte do projeto de colonização do Norte do Paraná da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posterior Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Fundado em 1947, no dia 10 de maio de 1951, tornou-se município, deixando de ser distrito de Mandaguari pela Lei nº 790 de 14/11/1951 e tinha como Distritos Iguatemi, Floriano e Ivatuba, permaneceu como distritos apenas os dois primeiros.

Segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o município apresentou uma população de 357.117 habitantes. Caracterizando-a, pelo critério demográfico, como cidade média.

Maringá apresenta uma extensão territorial total de aproximadamente 487,052 km², dividida em: área urbana (sede) com 136,753 km², área urbana do Distrito de Floriano com 0,636 km², área urbana do Distrito de Iguatemi com 1,542 km² e área rural com 348,119 km². Está localizada no Norte Central paranaense, entre as coordenadas geográficas 23° 14' – 23° 33'S e 51° 50' - 52° 05' O.

Quanto à caracterização física, a cidade apresenta clima subtropical, localizada em altitude de 554,9 m acima do nível do mar. O clima “[...] é classificado segundo Köeppen (1978), como subtropical úmido mesotérmico (Cfa)”, as chuvas são regulares e bem distribuídas, no inverno as temperaturas são inferiores a 18°C e no verão são superiores a 22°C sendo que “[...] a precipitação pluviométrica média anual varia entre 1.250 e 1.500mm”. Topograficamente, Maringá está localizada no Terceiro Planalto Paranaense. Quanto ao relevo apresenta baixa declividade e “No geral, o a região de Maringá apresenta um relevo suavemente ondulado com altitudes que variam de 400 a 560m” (SOUZA; GASPARETTO, 2010, p. 5). A Floresta Estacional Semidecidual é vegetação nativa que cobria toda esta região.

Quanto à formação da população, é “[...] constituída de diversas etnias, forma um meio cultural múltiplo, em função da corrente migratória que para aqui veio, como a colônia japonesa, portuguesa, árabe, alemã e italiana [...]” (MARINGÁ, 2012a).

Criada na onda das cidades planejadas da década de 1940, Maringá foi oficialmente planejada pelo urbanista engenheiro civil, Jorge de Macedo Vieira. Sua influência regional na economia fez com que ela ganhasse importância administrativa e política, chegando evidentemente a polo regional na atualidade, tal como constava no projeto inicial da CTNP/CMNP.

Em 1954, foi elevada à categoria de Comarca; e a partir de 1998, pela Lei Estadual 83/98 tornou-se sede da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Integraram a região os municípios de Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Mandaguari, Iguaraçu e Ângulo. Posteriormente, pela Lei Complementar Estadual 13.565 de 2002 foi acrescentado o município de Floresta. Em 2005, pela Lei Complementar Estadual integraram-se à RMM os municípios de Astorga, Doutor Camargo, Itambé, Ivatuba. Pela Lei Complementar 127 de 2010 foram acrescentados os municípios de Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí. E por último pela Lei Complementar Estadual 145 de 2012 incluiu-se Nova Esperança. Totalizando 26 municípios. Sobre a RMM, Vercezi (2012, p. 92) afirma que:

A consolidação da Região Metropolitana de Maringá vem acontecendo também em decorrência da incorporação de áreas agrícolas do que outrora foi pequena cidade voltada à dinâmica rural, reestruturando o território como resultado do processo de produção capitalista, que mantém fluxos sociais interativos (VERCEZI, 2012, p. 92).

O Norte do Paraná, que aqui tratamos, é delimitado pelas Microrregiões Geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) números 278 a 286.

O projeto da área urbana baseou-se no levantamento topográfico realizado pelos técnicos da CTNP/CMNP, com base nas informações geográficas obtidas (solo, nascentes e relevo), apresentava vários equipamentos urbanos (praças, parques e escolas) pulverizados pela malha urbana e associados à infraestrutura para servir aos seus habitantes (STEINKE, 2007).

A cidade foi planejada, segundo princípios de zoneamento rígido e obedecendo aos pressupostos de uma típica cidade-jardim inglesa, com ruas largas e áreas destinadas ao lazer, aparentemente livre de problemas comuns aos grandes centros urbanos. O projeto urbanístico foi planejado de forma moderna, mas sem previsão de crescimento populacional.

O Jardim Alvorada (Zona Fiscal 24 e parte da Zona Fiscal 46) está localizado na área Nordeste da cidade, foi loteado em 1962, sobre as terras que formavam a Fazenda Santa

Lina, de propriedade de Alexandre Razgulaeff¹ e a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (Codal) foi a responsável pelo loteamento e venda, ou seja, pelo processo de incorporação do solo. Companhia da qual Razgulaeff era acionista.

O bairro limita-se: a Oeste – Zona 29 (Vila Esperança II, Jardim do Sol e Parque Residencial Cidade Nova) e Zona 31 (Parque Residencial Eldorado, Parque Avenida, Jardim Tóquio, Jardim Licce e Jardim Dias I); ao Norte – Zona 46 (Alvorada III e Conjunto Rodolpho Bernardi); ao Leste – Zona 37 (Chácaras Morangueira, Jardim Tupinambá, Jardim Santa Alice, Jardim Pinheiros II, Jardim Oásis, Conjunto Branca J. Camargo Vieira, Subdivisão do lote 87 B, Jardim São Francisco, Conjunto Paulino Carlos Filho e Loteamento Batel) e ao Sul – Zona 23 (Vila Morangueira) e Zona 11 (Vila Santo Antonio).

Em 2010, segundo IBGE, o Jardim Alvorada tinha uma população de 23.794 (soma da população da zona 24 (22.078) mais a população de parte da Zona 46 - chácaras Alvorada 1716) (IBGE, 2010).

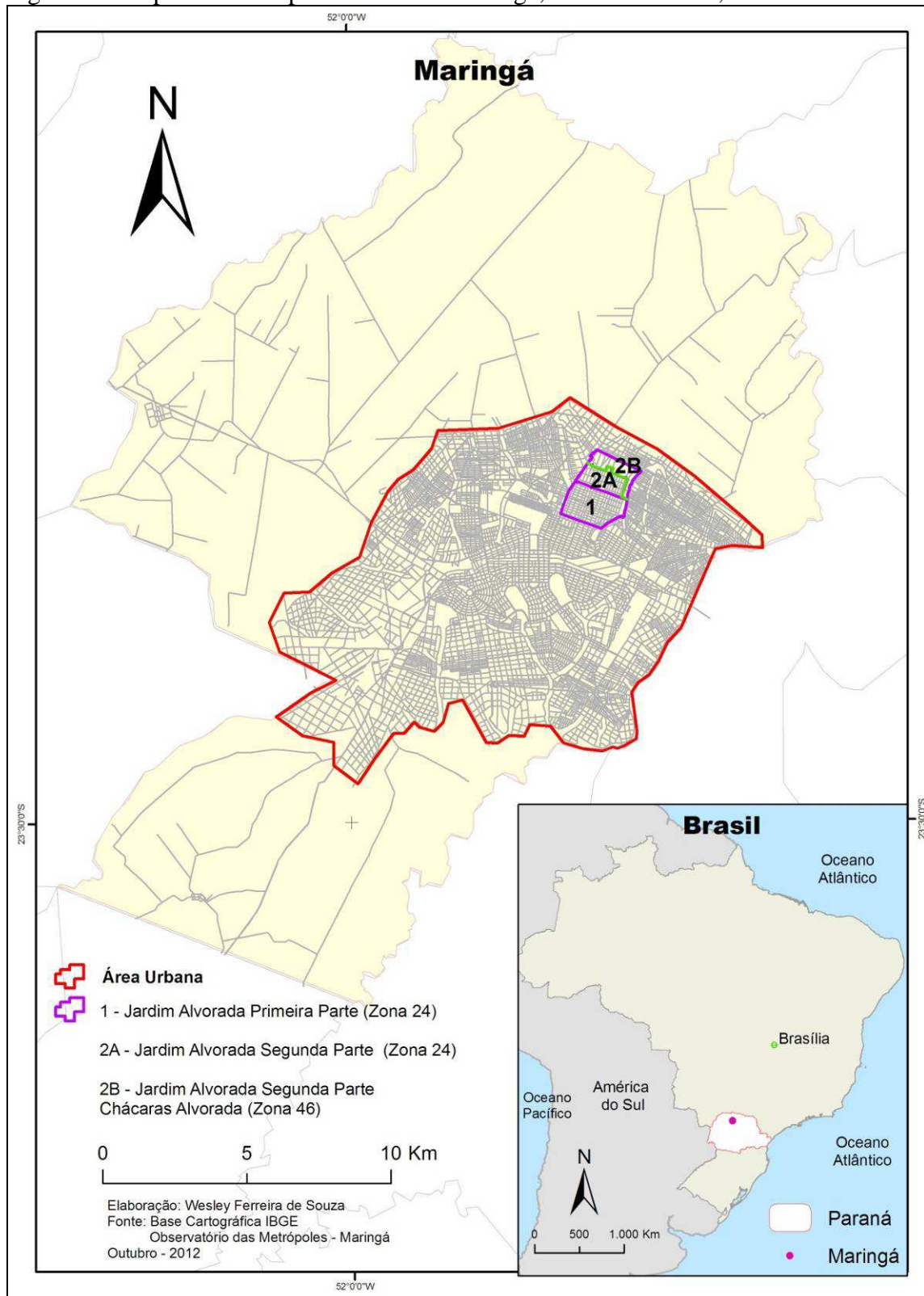
A área de estudo (Jardim Alvorada) a Nordeste da cidade é o maior bairro da cidade em termos de área, com aproximadamente 4.259.774,45 m². O mapa que consta na Figura 1 representa a localização do município e da cidade de Maringá, bem como da área de estudo.

A história da ocupação de Maringá muito se assemelha a do Brasil, em que os colonizadores tomaram posse do território que já era ocupado por índios. Essa ocupação foi marcadamente visível nas transformações da paisagem, pois como afirmava Monbeig (2004), a paisagem é o espelho de uma civilização.

¹ Russo, nascido em 06/11/1894, na cidade de Krotoma e falecido em 31/01/1978. Naturalizado brasileiro, na data de 28 de agosto de 1943, juntamente com sua esposa Sophia Razgulaeff. Na literatura e documentos oficiais há discordância na grafia do sobrenome do casal. Assim, optamos pela grafia adotada pelo documento oficial de naturalização, ou seja, Razgulaeff. Reproduziremos a grafia Rasgulaeff, quando for transcrição de documentos ou literatura que assim o apresenta. No Anexo A são apresentadas imagens iconográficas do casal Razgulaeff.

² A extensão total do bairro Jardim Alvoradaé a somatória das seguintes partes: Jardim Alvorada Primeira Parte - Zona Fiscal 24 – 2.269.716,00 m²; Jardim Alvorada Segunda Parte – Zona Fiscal 24 -1.120.385,70 m² e Jardim Alvorada Segunda Parte/Chácaras Alvorada - Zona Fiscal 46 – 869.058,45 m². Entretanto, há uma diferença de medidas entre o documento de compra das terras realizadas em 1943 por Alexandre Razgulaeff que era de 4.404.400 m² e a extensão contida nos memoriais descritivos contidos na pasta de documentos arquivadas na Prefeitura de Maringá, que é de 4.259.774,45 m². Cópia da certidão de bens de Alexandre Razgulaeff está no Anexo B e original em nossa posse.

Figura 1 – Mapa do município e cidade de Maringá; e área de estudo, o Jardim Alvorada.



Fonte: IBGE (2012); Observatório das Metrôpoles (2012). Organização: Mansano, 2012.
 Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

Ao se verificar a produção historiográfica, principalmente aquela produzida na Universidade Estadual de Maringá privilegiava em suas pesquisas a história da colonização. Estudamos as condições históricas e socioeconômicas do bairro objeto da pesquisa com a finalidade de compreender a construção de sua paisagem e seu processo de consolidação no contexto da cidade de Maringá. Como a história não poderia centrar-se somente na concepção de colonização e atuação da CTNP/CMNP, verificamos que houve outros empreendimentos imobiliários, pequenas loteadoras, que por sua vez ajudaram a consolidar o processo de urbanização instalado no município. A cidade no seu processo de ocupação e consolidação teve a ação de outras loteadoras que agiram nos espaços que extrapolavam o plano-piloto, bem como desde o princípio esteve no espaço maringaense os agentes imobiliários e as políticas de valorização e especulação imobiliária.

Nesse ínterim, elaboramos a tese de que a expansão urbana de Maringá e a sua organização urbana foram pré-estabelecidas na fundação da cidade e se mantém até hoje, pois as áreas rurais do entorno do plano-piloto foram mantidas a fim de valorização da terra, até o momento oportuno de transformá-las em loteamento urbano, como foi o caso do Jardim Alvorada.

Para construirmos a tese, propusemos, em nossa pesquisa, a leitura não só da produção bibliográfica sobre o tema, mas aprofundamos também, por meio da história de vida de seus moradores, o conhecimento que tínhamos sobre o Jardim Alvorada, ínfimo até então, porque a colonização é sempre estudada por meio da CTNP/CMNP ou dos pioneiros que participaram desse movimento maior. Dado sua recente história, ainda é possível encontrar em Maringá quem tenha participado desse processo já bem relatado em diversas obras publicadas, mas que ainda é possível desvendar algo de novo, quando a abordagem é realizada a partir do(s) bairro(s), por isso optamos por estudar um bairro tradicional de Maringá.

A escolha pela abordagem espacial de um bairro também se deu em função do processo de ocupação do Norte do Paraná e, em especial, Maringá por apresentar características semelhantes ao processo de ocupação da CTNP/CMNP, e porque Maringá alcançou, nos últimos anos, reconhecimento como cidade média e valorizada do ponto de vista econômico. Entretanto, ainda apresenta vazios urbanos o que possibilita a especulação imobiliária e novas relações verticalizadas no espaço, marcadas por inúmeras articulações entre os múltiplos agentes imobiliários.

A seleção do tema como elemento de investigação da reestruturação territorial maringaense, pela escala de um bairro, especificamente o Jardim Alvorada, explicada a partir de um estudo evolutivo se justifica, notadamente, porque o local do bairro foi estratégico

desde a venda dos lotes rurais que circundariam a cidade, ou seja, o plano-piloto, que apresentava o intuito de ser um espaço de materializar a construção da cidade. A visualização de uma organização imobiliária pautada no uso econômico da terra conduziu o modelo de desenvolvimento e especulativo a ser seguido em todo o município até os dias atuais. Num primeiro momento foi vista como um mecanismo capaz de garantir melhorias de infraestrutura e econômicas, mas sempre num plano de reestruturação que priorizasse a estrita lógica do mercado imobiliário.

Procuramos compreender as relações existentes entre o bairro e a cidade a partir da questão-chave: qual o papel que desempenha os bairros, em especial o Jardim Alvorada, na organização do espaço da cidade?

Tal questão levou-nos a ouvir quem dele participa e quem nele vive; nossos interlocutores foram os moradores e visitantes do Jardim Alvorada.

Nosso interesse em estudar a paisagem do Jardim Alvorada decorreu basicamente da experiência de trabalhar em nossa dissertação de mestrado³ quando pesquisamos a paisagem urbana de um bairro que faz limite com nosso atual objeto de pesquisa, ou seja, a Vila Morangueira. Também sentimos a necessidade de ampliar os conhecimentos geográficos na área. Num segundo plano, o interesse partiu em decorrência do trabalho que vínhamos realizando como professora de Geografia, visando basicamente aprofundar as informações sobre o local.

Delimitamos o estudo no Jardim Alvorada, por se tratar de um dos primeiros bairros fora do plano original; e o mesmo ter se transformado nas últimas décadas em uma área de influência na cidade, que vai além das suas divisas demarcadas, tornou-se um subcentro, tal como para Villaça (2001, p. 293) “A *expressão* subcentro será por nós utilizada, [...] para designar aglomerações diversificadas e equilibradas do comércio e serviços, que não o centro principal”. O bairro se distingue de outros, tanto pelo conjunto de equipamentos urbanos, os serviços que oferece quanto pelas influências políticas que exerce, chegando mesmo ao exotismo de ter símbolos próprios: o hino e bandeira do bairro.

Diante das exposições acima, definiu-se como objetivo central desta tese entender os caminhos da expansão urbana de Maringá, por meio da análise da evolução da paisagem de um bairro.

Para esse propósito, o trabalho se utilizou dos seguintes objetivos específicos:

³ MANSANO, C. do N. **A escola e o bairro**: percepção ambiental e interpretação do espaço de alunos do Ensino Fundamental. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação para o Ensino de Ciências e da Matemática)–Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

1. analisar a dinâmica da população e do bairro;
2. compreender a expansão urbana de Maringá por meio do recorte de um bairro;
3. caracterizar a paisagem urbana do bairro.

Esta tese busca a investigar a seguinte hipótese: há fortes indícios de que a especulação imobiliária estava presente na organização do espaço maringaense desde as vendas e o período de ocupação pela CTNP/CMNP e que os promotores imobiliários sempre estiveram ligados ao poder econômico e político produzindo a supervalorização, organizando o espaço de forma a valorizar os imóveis.

Iniciamos nossa pesquisa pela observação da paisagem do bairro que vínhamos trabalhando como professora. No entendimento de que as vias públicas, os edifícios, o comércio, os acessos, as escolas e todos os equipamentos que compõem o cenário urbano devem ser percebidos de forma integral e crítica por quem deles faz uso, visando o eficiente exercício de funções como moradia, trabalho, circulação e lazer.

Em um primeiro momento, além de equipamentos urbanos e prestação de serviços, foi possível constatar que a mesma organização imobiliária estabelecida na fundação da cidade, se mantém até hoje, pelos empreendimentos imobiliários, que se organizam em torno da especulação. As ações do poder público municipal, aliada ao mercado imobiliário, dão o tom e valorização dos espaços urbanos e o estudo de um bairro tradicional pode explicar a configuração que extrapola o projeto inicial.

As áreas rurais localizadas próximas do perímetro urbano da cidade sofrem a ação desses agentes imobiliários que atuam no solo urbano. Quando o crescimento urbano da cidade pressionava essas áreas rurais; elas se valorizavam; transformavam-se em loteamentos urbanos e eram comercializadas. Essa foi a história do Jardim Alvorada, mas é também a tendência do crescimento urbano experimentado atualmente em Maringá, onde os loteamentos urbanos avançam sobre a área rural.

Quanto à metodologia, desenvolvemos a pesquisa respeitando uma sequência que facilitou o melhor aproveitamento do estudo, realizadas as seguintes atividades: 1 - realização de pesquisa bibliográfica e documental⁴; 2 - trabalho de campo: observação, registro fotográfico, entrevistas⁵ e questionário; 3 - mapeamento de informações; 4 - interpretação das informações coletadas.

⁴ Na literatura e documentos oficiais pesquisados, especialmente os mais antigos do período da colonização há grafias que discordam da norma culta da língua portuguesa, mas optamos por mantê-las tal como estavam no texto original, seguida pela convenção [sic].

⁵ Nas transcrições das entrevistas, optamos por sermos fiéis à forma de falar dos entrevistados.

Quanto aos questionários, foram destinados aos usuários dos espaços públicos do bairro⁶. Para definir a amostras consideramos o erro máximo permitido para pesquisas sociais de 5% e a fórmula básica com correção para o cálculo de amostras para populações finitas. Com base no total de população do bairro, foi estabelecida uma amostra de 271 elementos, mais cinco, sendo necessário este acréscimo para haver proporcionalidade entre os seis estratos escolhidos para aplicação do questionário, totalizando 276, conforme tabela a seguir (GIL, 2012):

Tabela1 – Tamanho da amostra por estrato.

ESTRATO (serviço público)	Equipamento público/ Elementos abordados	Proporção na população	Tamanho do subgrupo na amostra
1. ASSISTÊNCIA SOCIAL	Cras	16,6%	46
2. CULTURA	Biblioteca Pública	16,6%	46
3. INFRAESTRUTURA	Copel	16,6%	46
4. EDUCAÇÃO	C.E. Duque de Caxias Ceebja	16,6%	46
5. LAZER	Praça Farroupilha Praça São Vicente Praça Vicente Simino	16,6%	46
6. SAÚDE	Posto de saúde	16,6%	46
TOTAL	Nove equipamentos	100%	276

Fonte: Mansano, 2013.

Para a aplicação do questionário foi escolhida a técnica de amostragem probabilística aleatória estratificada uniforme.

No âmbito da pesquisa, nossa metodologia destacou a interpretação dos registros, informações e dados considerados elementos fundamentais para a refutação ou corroboração de nossa tese, bem como para o próprio desenvolvimento dos temas trabalhados na pesquisa.

Para as interpretações, foi analisada a organização de banco de dados em suas séries históricas, considerando os últimos anos em que se deu a ocupação do Norte do Paraná, em especial a partir da década de 1920 e a observação das transformações mais significativas a partir das variáveis selecionadas para análise. As análises em destaque, sempre que possível, contemplaram as seguintes escalas: a) Jardim Alvorada em relação ao Brasil e ao Norte de Paraná; b) Bairros de outros municípios do Norte do Paraná e de Maringá.

A escolha na sequência expositiva dos capítulos da tese segue outro preceito de construção reflexiva e evolutiva sobre o objeto, o qual vai sendo construído na medida em que

⁶ Os roteiros da entrevista e questionário aplicado encontram-se nos Anexos C e D, respectivamente. Fotos de alguns entrevistados estão no Anexo E.

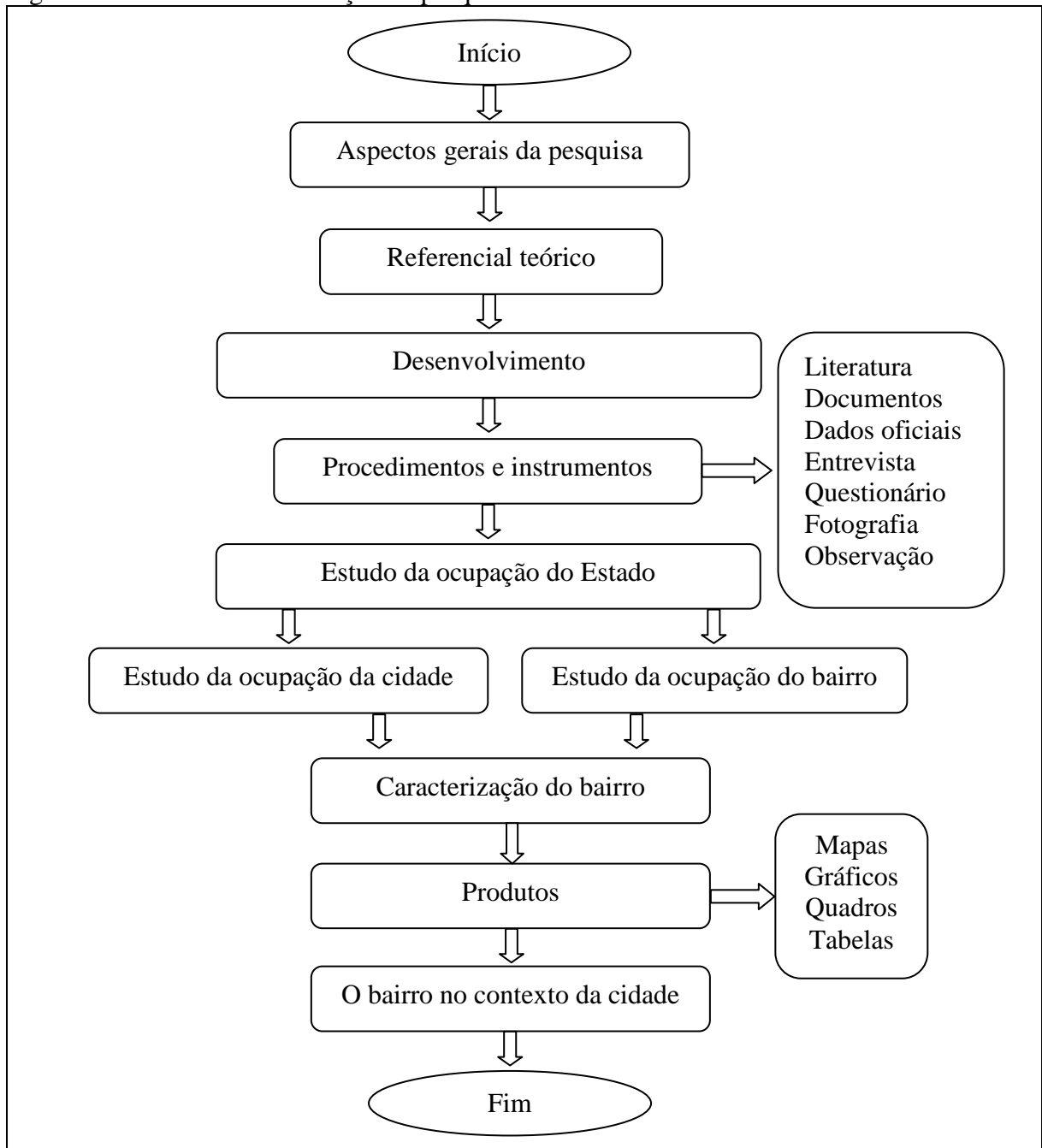
é apresentado. Trata-se de observar o fenômeno e entender a cidade pela ótica da formação de um bairro.

A argumentação é conduzida pelas pressuposições teóricas e pelos desdobramentos conceituais, no contexto dos quais se organizam o espaço e o território, instâncias multidimensionais contempladas pelas esferas políticas, econômicas e sociais.

Com base nesses preceitos, orientamos a construção da narrativa considerando a necessidade de enfatizar as multidimensionalidades e a interesclaridade maringaense, de tal forma que a produção do espaço maringaense pudesse aparecer na pesquisa de forma clara e evolutiva. O resultado é a apresentação das ações humanas sobre a produção do espaço urbano.

O processo de pesquisa adotado nesse estudo é demonstrado na Figura 2:

Figura 2 – Processo de elaboração da pesquisa.



Organização: Mansano, 2013.

Como desdobramento da sistematização supracitada, reiteramos a produção da paisagem do bairro como resultado do processo da organização territorial a partir das relações históricas e das novas determinações políticas, econômicas e ideológicas do presente.

O texto considerou todas essas questões relacionando-as com a transformação da paisagem urbana, sendo esse o gênero mais relevante a ser investigado, sobretudo pelas mudanças que o bairro sofreu ao longo dos últimos anos tornando-o uma referência em funções sociais levando à ampliação de seu raio de influência.

Para expor adequadamente a pesquisa realizada, dividimos em determinadas seções, descritas a seguir:

Na introdução realizamos a apresentação sucinta e objetiva da pesquisa, bem como a localização e delimitação espaço/temporal da área de estudo.

Para a primeira seção analisaremos um amplo referencial bibliográfico seguido de sua revisão para avaliação dos principais referenciais teóricos adotados para esta tese, tais como o estudo sobre a paisagem urbana e os referenciais conceituais e metodológicos de complexo geográfico urbano que fora analisado por Pierre Monbeig.

Já na segunda seção, descreveremos a reconstituição histórica da ocupação do Norte do Paraná, bem como as transformações ocorridas a partir dos anos de 1960. Essa análise se fez necessária porque frente às informações levantadas, verificamos que a expansão da rede urbana foi uma condicionante da ocupação do Norte do Paraná. Para dar sequência ao estudo, consideramos as escalas geográficas e discorreremos sobre o período da Maringá rural, a fundação da cidade, bem como a sua expansão posterior aos anos de 1960. Nesta seção, discutiremos como a organização imobiliária presente na colonização do Norte do Paraná imposta pela CTNP/CMNP se estendeu para as cidades que implantara, em especial em Maringá.

Na terceira seção, trataremos da história de origem do bairro Jardim Alvorada, quanto a seus aspectos urbanos; identificaremos e localizaremos a expansão urbana de Maringá, a partir da construção da paisagem do Jardim Alvorada, correlacionando a história de ocupação na paisagem contemporânea. Também discutiremos como o processo de especulação imobiliária contida na história da cidade se fez presente na formação do bairro, bem como o seu exemplo no contexto da cidade.

Na quarta seção, sistematizaremos os dados coletados em campo por meio da aplicação de questionário junto à população que utiliza os equipamentos urbanos, os serviços prestados, ou seja, os espaços públicos do bairro. Também discutiremos como as funções urbanas no bairro foram se transformando no decorrer dos anos e como o possibilitaram se tornar um referencial na cidade, bem como se tornar um subcentro ampliando o seu raio de influência.

Na última seção, exporemos sobre o contexto do bairro na cidade, ou seja, a consolidação do bairro estudado, considerando a transformação da paisagem no decorrer do processo até os dias atuais.

Ressaltamos que nossa pesquisa, também partiu de nossas atividades como professora de Geografia, pois percebemos que o bairro favorece a abordagem de conteúdos da Geografia

Urbana, da Geografia Agrária, da Geografia Econômica, da Geografia Cultural, dentre outras. Buscamos compreender o contexto de formação do bairro, na apreensão de que:

Ver como a paisagem é o reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também [sic] da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como o jogo de quebra-cabeça; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contato com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se (MONBEIG, 2004, p. 117).

A pesquisa de campo realizada junto à população foi de fundamental importância, haja vista que poucos estudos foram feitos sobre o Jardim Alvorada ou sobre algum outro bairro de Maringá, para o levantamento de informações que muitas vezes esclareceram as informações levantadas em fontes documentais oficiais ou de arquivo particular, pois “[...] o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica. Mas é absolutamente indispensável que o geógrafo não se limite à análise do cenário, à apreensão do concreto. A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo” (MONBEIG, 1957, p. 11).

Afinal, afirmava Vidal de La Blache nas palavras de Dantas (2005, p. 46) que “[...] cabe ao geógrafo explicar e compreender a lógica interna de cada fragmento da superfície terrestre revelando sua individualidade, cuja réplica exata não se encontra em nenhuma parte”. Assim, procuramos compreender e explicar a dinâmica do Jardim Alvorada e suas individualidades, sem deixar de buscar explicações sobre as relações existentes na produção do espaço maringaense.

1 GEOGRAFIA HUMANA E LEITURA DA PAISAGEM URBANA

A leitura da paisagem urbana requer um olhar geográfico em todos os seus aspectos, em especial as relações humanas estabelecidas no cotidiano dos cidadãos, pois é a “[...] prática sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo” (CARLOS, 2007, p. 19). Desse modo, buscamos compreender o contexto de ocupação da cidade de Maringá sob o viés da leitura da Geografia Urbana. Para tanto, pautamo-nos em diferentes autores que abordam o tema, mas em especial nos estudos científicos de Pierre Monbeig, por ser um clássico da geografia brasileira e pelas suas contribuições para com os estudos da cidade.

1.1 A GEOGRAFIA HUMANA DE PIERRE MONBEIG (1908-1987)

Pierre Monbeig, geógrafo formado no período entre guerras, num momento em que a humanidade necessitava de novos caminhos para trilhar, pois a destruição da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não foi só no campo econômico, mas no social, no psicológico e os ruídos de uma possível segunda grande guerra deixava o mundo em polvorosa. Sua formação acadêmica se deu na Universidade de Paris no final da década de 1920. E após seguiu para a Espanha como bolsistada *École de Hautes Études Hispaniques* (Casa Velazquez localizada em Madri e aí iniciou uma tese sobre as Ilhas Baleares). Em 1931 foi nomeado professor do *Lycée Malherbe* em Caen. Teve que retornar à França por conta da guerra Civil Espanhola, abandonando sua tese (FERNANDES, 2009, p. 116).

A sua formação intelectual teve base teórica pautada na Geografia Moderna, no diálogo entre a geografia e a história promovida por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), bem como dos *Annales de História*, como aponta Fernandes (2009, p. 68):

Assim sendo, vale adiantar que a Geografia Vidalina foi um vetor importante no processo de formação e na rede de ligações que deram origem aos *Annales de História Econômica e Social*. Portanto, entendemos que está explícito uma primeira ligação entre Pierre Monbeig (geógrafo) e a escola dos *Annales* (historiadores), ambos sofreram influência de Vidal de La Blache e de sua Escola de Geografia.

La Blache, em seus estudos, parte do princípio da unidade terrestre, para ele

A idéia que domina todo o progresso da Geografia é da unidade terrestre. A concepção da Terra como um todo cujas partes estão coordenadas e no qual os fenómenos se encadeiam e obedecem às leis gerais de que derivam os casos particulares, desde a antiguidade que entrara na ciência, por intermédio da Astronomia (LA BLACHE, 1954, p. 25).

La Blache é um pensador da transição entre a Geografia Moderna e a Geografia Clássica e na sua formação em Geografia e História se deu em 1866 na *École Normal e Supérieur* e seu doutoramento em 1872 na *Sorbonne*, onde foram realizados estudos em História Antiga, defendendo a tese que publicou com o título: *Hérodote Atticus: Étude Critique Sur Sa Vie*. Seguiu a carreira de geógrafo que ocupou primeiramente a cadeira de geografia na Universidade de Nancy e, posteriormente, retornou às instituições de sua formação para atuar como professor.

A geografia de Vidal colaborou para que se conhecesse a França nos seus aspectos geográficos. Entretanto, pelas relações próximas que Vidal estabelecia com o Estado francês, não destacou em seus estudos os problemas da sociedade de sua época deixando de lado os problemas urbanos, que já eram presentes à sua época. Assim, enfatizou as questões rurais e o gênero de vida, como forma de justificar o governo imperialista não enfatizando os problemas políticos e nem o processo de industrialização que já estava avançado.

Embora sua geografia tenha omitido vários aspectos da sua época, seus princípios e pensamentos corroboram para o desenvolvimento de uma geografia dos “complexos geográficos” que procura abarcar todos os elementos que se entrecruzam na sua formação, como é defendida por Pierre Monbeig.

Como apontado anteriormente, com Vidal, desenvolveram-se os conceitos de meio e gênero ou modo de vida, que estavam vinculados à paisagem, sendo o resultado da relação estabelecida entre o ser humano e o meio no processo de progresso das civilizações e dos modos de vida que foram criados pelas adaptações realizadas para sobrevivência do ser humano.

Nas adaptações que os seres humanos realizam por meio da utilização da variedade de materiais que a natureza dispõe e da influência que recebe da natureza, desse modo “[...] convém atribuir ao homem como factor geográfico. Ele é, ao mesmo tempo, activo e passivo” (LA BLACHE, 1954, p. 36). Nesse processo, o ser humano foi apreendendo novas técnicas não só há seu tempo, mas também por intermédio das que foram acumuladas e que persistem nas transformações, pois

[...] o que prevalece com o progresso das civilizações, o que evolui, são as formas dos agrupamentos sociais saídos originariamente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados da influência direta dos meios. O homem criou para si modos de vida (LA BLACHE, 1954, p. 162).

Sobre o conceito elaborado por La Blache, Gonçalves (1995, p. 62) nos fala que:

Segundo as prescrições de Vidal de La Blache, a pesquisa sobre os gêneros de vida era eminente – mas, não apenas, bem entendido – histórica. Visava compreender a trajetória das formas de interação entre homens e meio ao longo dos tempos, de modo a caracterizar as configurações contemporâneas das paisagens ou regiões. A noção de gênero implicaria, então, numa referência não apenas às mudanças, mas aos aspectos de conservação, de perenidade, dos traços que assegurariam a personalidade distintiva de um certo lugar (GONÇALVES, 1995, p. 62-63).

Para La Blache, os grupos humanos progrediram nas suas civilizações e já previa a emancipação do ser humano em relação às influências do meio e assim são criados novos gêneros de vida. Pela relação estabelecida com o meio que conceitua o termo ligado à ideia de que há sempre

[...] preocupação que se impõe ao espírito, à medida que melhor se descobre a íntima solidariedade que une as coisas e os seres. O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que rodeia, ele é, ao mesmo tempo, activo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa (LA BLACHE, 1954, p. 147-148).

O meio é onde ocorrem as apropriações das técnicas, por conta das relações entre a natureza e o ser humano, este visto em grupo e é o acesso às técnicas que possibilita o avanço da civilização. A noção de civilização advém da noção de gênero de vida e trata-se da passagem de um estágio de desenvolvimento cultural de um povo. Atreladas ao desenvolvimento cultural estão as técnicas incorporadas, as relações sociais estabelecidas, as crenças, os fatores econômicos e a criação artística. Nas palavras de Dantas (2005, p. 31) La Blache entende civilização como “[...] o desenvolvimento técnicos das sociedades na luta contra os obstáculos da natureza”. Não se refere propriamente à natureza determinando o gênero de vida e por consequência a civilização de um povo, mas ao arsenal de técnicas que uma sociedade incorpora no seu modo de vida, pois na civilização está intrínseco o desenvolvimento das técnicas sejam elas de produção ou de relações.

A evolução das civilizações está estritamente ligada às técnicas e ao seu aperfeiçoamento. As técnicas são históricas e são elas que possibilitam as transformações das

civilizações e “[...] a incorporação da técnica ao meio se intensifica tanto que acaba por transformar o próprio meio em técnica ao longo da história” (FERNANDES, 2009, p. 77). Entretanto, para La Blache, nem todos os grupos atingem o mesmo grau de progresso, o mesmo grau de civilização, pois uns progridem e outros estagnam.

A partir das formulações de La Blache funda-se a Geografia Regional, que “[...] nasce do quadro propiciado pelo *Tableau de la Géographie de la France* (1903), de Paul Vidal de La Blache e das primeiras teses de doutoramento (*Doctorad d’Etat*), orientadas por ele mesmo” (DANTAS, 2005, p. 15). Vidal retratou a França e sua paisagem rural, as regiões imutáveis e tendo como análise o conceito de gênero de vida, pois “A França do entre-guerras é um país ainda rural: em 1931 a população rural: em 1931 a população rural francesa representa 49% do conjunto da população do país e apenas 17 cidades ultrapassam os 100.000 habitantes” (DANTAS, 2009, p. 1).

Após a morte de La Blache, ocorreu a formação da Geografia Clássica, período denominado por alguns estudiosos como geografia tripolar “[...] compreende a geografia física, desenvolvida por de Martonne e Baulig, no centro, tendo de um lado a geografia regional, liderada por Blanchard ou Demangeon e do outro, a Geografia Humana, desenvolvida por Brunhes, Demangeon e Sorre” (DANTAS, 2005, p. 15).

Para nossos estudos, vamos nos ater à geografia regional vidalina, por esta ser marcadamente influenciadora na formação de Pierre Monbeig e conseqüentemente da Geografia do e no Brasil. Os seus estudos “[...] tinha raízes firmes na elaboração de um inventário do espaço e na herança lablacheana de densidade, região, meio, gênero de vida e paisagem” (CARVALHO, 2007, p.8).

1.1.1 Noção científica de Pierre Monbeig: a paisagem no complexo geográfico

A noção nuclear da geografia regional monbeigana está atrelada ao conceito de complexo geográfico inspirada nas formulações de La Blache de meio e gênero de vida e parte do fato geográfico para se chegar à explicação do complexo. Sobre o conceito desenvolvido por Monbeig, destacamos o parecer de Carvalho (2007) que explica de forma clara e precisa que

Pierre Monbeig desenvolveu o conceito de *complexo geográfico*, em obra originalmente em francês, e depois traduzida para língua portuguesa intitulada *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista* [...] O significado de complexo traz em si a combinação de fatores, atuais e pretéritos, em ações recíprocas e inseparáveis. (CARVALHO, 2007, p. 8).

O texto de Monbeig foi apresentado primeiramente na França em 1951, posteriormente fora traduzido para o português em 1953 e publicado no Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Já em 1957 foi republicado no seu livro: *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*.

No texto, ao analisar a paisagem das estruturas agrárias da faixa pioneira paulista e do Norte do Paraná, conclui-se que:

A análise das paisagens apresenta problemas e não os resolve todos. [...] Sòmente [sic] o clássico inquérito, indispensável na pesquisa geográfica, permitirá compreender as necessidades, possibilidades, desejos e mentalidade que guiam os pioneiros na formação da paisagem. Pode-se então medir até que ponto todo êsse trabalho não é apenas uma mudança de cenário: suas etapas fazem parte da elaboração de um complexo geográfico (MONBEIG, 1957, p. 124).

Na elaboração do conceito, incorporou-se o pensamento de La Blache de que a Terra é um todo e a noção de meio, sendo este o elo auxiliar para a compreensão do complexo geográfico, em sua noção conceitual procurou demonstrar “[...] como a ciência, dá conta também de explicar sob que contingências se dão a relação entre o homem e a natureza, ou melhor, em que medida os elementos da natureza condicionam a ação do homem. Segundo ele, as explicações devem ser buscadas nas condições do meio” (DANTAS, 2005, p. 30-31). Monbeig herdeiro do pensamento intelectual de La Blache também se valeu das ideias de Cholley que defendia a relação entre a análise das combinações, os fatores do passado e presente, bem como as transformações do meio natural e humano. Foi esse pensamento que determinou a máxima de que os fatos geográficos se interligam para formar o complexo geográfico. E o papel do geógrafo é explicar os elos dos elementos que compõem o complexo. Os estudos regionais de Monbeig são mais do que classificação de paisagem, é um método científico em que o conceito de complexo geográfico é a chave para a análise do todo.

Para possibilitar a compreensão do conceito de complexo geográfico, Monbeig faz a analogia com a mecânica. Explica que para entender o funcionamento de um motor é necessário entender como cada elemento se relaciona entre si e como o conjunto se organiza para que o motor funcione. É necessário fazer o desmonte, isolando peça por peça para ter a

visão do todo e a possível reconstituição. Assim é o complexo geográfico; é um todo que é composto por várias partes, ou seja, por vários elementos e que só é compreendido a partir do momento em que se desmontam seus elementos e percebe qual o papel de cada um deles no complexo.

Na análise do complexo geográfico está inserida a complexidade das relações do fato geográfico, das marcas visíveis e invisíveis presentes na paisagem geográfica, que é a criação e o resultado da natureza e do trabalho humano. São todos esses elementos que explicam o complexo geográfico, que se localizam dada porção da Terra e “[...] que implica em ações recíprocas mutáveis do meio natural e do meio humano”, tal como do meio histórico (MONBEIG, 1957, p.9).

Monbeig dentro de suas concepções multidisciplinares busca na história a analogia para compreensão do que é o fato e complexo geográfico propondo “[...] desenvolvimento de estudos geográficos integrados” (PEREHOUSKEI; RIGON, 2010, p. 155). Para ele, o fato geográfico é análogo ao fato histórico, pois na história são os fatos cronológicos e toda sua complexidade que constitui um fato histórico, ou seja, não se trata somente da datação de um acontecimento, e na geografia são os fatos geográficos que constituem o complexo geográfico, ou seja, não se trata somente de um fato isolado, mas de toda a complexidade que o envolve. Ele reforça a analogia ao explicar que é um erro acreditar que um nome ou um dado é um fato geográfico, pois “[...] a geografia não é uma ciência de fatos isolados simples, passíveis de serem conhecidos por si e em si” e que os historiadores também erram quando “acreditam ensinar uma história científica porque ensinam ‘fatos’ históricos, acontecimentos e datas” (MONBEIG, 1957, p.7) e os geógrafos também erram quando ensinam fatos isolados. Somente a localização de uma cidade não é um fato geográfico, mas as relações estabelecidas entre o ser humano, suas ações, a história, a economia, vias de circulação, bem como o meio natural. São essas as complexidades que tornam a cidade um fato geográfico.

A partir das explicações de Monbeig, podemos afirmar que somente a presença da cidade de Maringá ou do bairro Jardim Alvorada, por si só não é um fato geográfico, pois não há explicação de um fenômeno, é necessário localizar, caracterizar e relacionar com outros que sejam similares. Pois na concepção de Monbeig, na geografia há similaridades e não igualdades, esta só ocorre nas ciências exatas, em especial na matemática, onde as mesmas combinações sempre obtêm o mesmo resultado, tal como $2+2$ ou $1+3$ sempre será quatro e na geografia não existe igualdade, somente semelhanças.

O fato geográfico não é um fato em si que o torna fato, mas a complexidade das relações que o envolve. O bairro em si só não é um fato geográfico, mas a presença dele na

cidade, a circulação, o ritmo cotidiano de seus moradores, os ramos do comércio e as suas funções urbanas (residencial, comercial e social). É o conjunto de fenômenos que forma o fato geográfico, são “[...] os laços que se unem e fazem dêles [sic] um todo vivo” (MONBEIG, 1957, p. 9). Somente as observações não levam a explicação do complexo geográfico, pois “Seria necessário, ainda, perguntarmos sobre os homens que construíram essa cidade ‘porque a natureza por si só nada explica’. É aos indivíduos reunidos em sociedade que devemos endereçar nossas pesquisas” (DANTAS, 2005, p. 32).

Monbeig em suas análises busca a relação de causalidades recíprocas e ultrapassa a descrição do fenômeno incorporando em suas explicações à ideia de complexo geográfico estabelecendo relações entre o meio e o ser humano.

Entendemos que o complexo geográfico implica em ações recíprocas entre o meio natural e o humano, e tais ações transformam o meio de acordo com meio histórico e técnicos existentes, sendo esses fatores importantes para entender a fisionomia de cada paisagem e como os elementos que compõem o complexo geográfico se relacionam. Partindo da análise de situação, ele busca explicação do todo. A ideia foi aplicada especialmente nos estudos brasileiros, “[...] tanto às estruturas fixas quanto às que são flexíveis e se transformam sem cessar” (DANTAS, 2005, p. 27).

Quanto à relação sociedade/natureza/meio, para Monbeig é estabelecida no complexo geográfico e é essa relação que possibilita a formação da paisagem. Nesse contexto, baseado nas formulações de La Blache ele fala de uma natureza inerte, acabada e intocada, “[...] mas de uma natureza já concebida, sentida, adaptada, enfim, produzida. O meio é obra. [...] A *produção* enquanto obra é, também, espacialidade” (DANTAS, 2005, p. 34). A concepção de meio enquanto obra remete ao entendimento de que é um elo que explica a relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza, relação que se dá por intermédio do pensamento e do trabalho, tornando-se obra de criação, na qual não está somente para ser observada ou admirada, mas para ser entendida, explicada e servir de ponte para estabelecer relações entre os fatos geográficos presentes no complexo geográfico, “Isto é, deve reunir todos os fatos por êle desenrolados, procurando tomá-los em conjunto, como uma unidade” (MONBEIG, 1957, p. 14).

A relação homem natureza baseia-se nas explicações de como a natureza interfere na vida humana, sendo que é o meio que propicia tais influências. Não se trata da natureza determinando o modo de vida do ser humano, nem tampouco das possibilidades que o ser humano apresenta de interferência na natureza, mas de como o meio torna-se um elo entre o

ser humano e a natureza, uma vez que o agir na e sobre a natureza não é simples, pois exige pensamento e trabalho.

Os fatores psicológicos estão presentes em Monbeig com a geografia das mentalidades; seus estudos evoluíram do conceito de gênero de vida resgatando a ideia dos fatores psicológicos do ser humano, pois para o pesquisador o homem apresenta maneiras particulares de sentir. O estudo das mentalidades contribui para o entendimento das relações entre o ser humano e a natureza. Entendo o ser humano como aquele que pensa, constrói e habita, em suas palavras “[...] um homem-que-pensa e não apenas de um homem-produtor ou de um homem habitante” (MONBEIG, 1957, p. 27).

Dessa forma, nos elementos espirituais presentes no complexo geográfico existem relação entre o ser humano e o psicológico que estão presentes na sua relação com o meio. Os estudos da mentalidade é um caminho importante para entender o complexo geográfico, ou seja, entender as relações das partes com o todo. Monbeig em 1945, em seu texto “Papel e valor do ensino da geografia e da sua pesquisa”, já apontava que o ser humano era o centro da “inquietação hodierna” e em seus estudos de complexo geográfico tinha a clara noção da necessidade de abandonar “[...] os fatos particulares para se voltar para a combinação de fatôres” (MONBEIG, 1957, p. 13).

Os elementos psicológicos foram abordados por Monbeig em sua tese em que escreveu sobre a psicologia bandeirante. Esta abordagem trouxe para ele desapontamento na defesa de sua tese, uma vez que a banca nem sequer tocou no tema, o que para ele mostrou a indiferença da banca. Para Monbeig existe uma relação próxima e quase que linear entre os elementos presentes no complexo, tais como a paisagem, meio, ser humano e os elementos espirituais.

Nesse contexto, à geografia interessa o complexo geográfico e “Cabe ao geógrafo explicar esta localização, procurar-lhes conseqüências [sic], examinado as relações, ações e interações que unem uns aos outros os elementos constitutivos do complexo geográfico” (MONBEIG, 1957, p. 9).

O estudo da paisagem corresponde ao campo de pesquisa do geógrafo, mas nem sempre houve o interesse por esse elemento, Monbeig em 1939, afirmou que “Foi necessário esperar muito tempo ainda depois da renovação dos estudos geográficos no século passado [se referindo ao século XIX], para ver-se o geógrafo atraído pelos estudos da paisagem” (MONBEIG, 2004, p. 116). O mesmo autor entende que o campo de estudo do geógrafo é a paisagem e ela “[...] é um ponto de partida, mas não um fim. Resulta do complexo geográfico, sem confundir-se com êle [sic]” (MONBEIG, 1957, p. 11).

A noção de paisagem de Monbeig advém das formulações de Vidal, da presença de elementos naturais (concretos) e subjetivos (abstratos) nas estruturas organizacionais da sociedade. Entende que a paisagem é refletida no espaço por uma fisionomia própria, uma vez que o meio no qual ela é produzida pode assemelhar-se a outros, mas nunca é igual, pois como dito anteriormente a semelhança só existe nas ciências exatas e “As regiões se revestem de aspectos e traços peculiares que se exprimem numa fisionomia e essa particularidade de organização espacial é originada pelas relações entre a natureza e a história e é esta a noção de paisagem” (PEREHOUSKEI; RIGON, 2010, p. 156).

Ressaltamos que na formação intelectual de Monbeig há influência de vários pensadores como Max Sorre e Jules Sion e na sua concepção de paisagem podemos citar em especial Roger Dion e do historiador Marc Bloch. Em Dion, ele buscou o conceito de que a paisagem é o reflexo do comportamento humano, e Marc Bloch, o influenciou pelos seus estudos da formação das paisagens agrárias e o desenvolvimento de sua geografia histórica. Concebeu a paisagem a partir da sensibilidade do visível e do invisível, passando pelos problemas ambientais, ou seja, pela consciência ecológica, bem como pelo estudo das relações entre o meio histórico, fatores humanos e naturais.

Monbeig explica a relação existente entre o complexo geográfico e a paisagem, considerando que a paisagem é a essência das pesquisas geográficas, pois sua compreensão é uma primeira tarefa a ser desenvolvida pelos geógrafos na explicação do todo e suas combinações, ou seja, a articulação das partes na formulação do todo. Em suas palavras, as formas do complexo geográfico

[...] se exprime antes de tudo na paisagem, a qual, formada uma e indissolúvelmente [sic] pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico. Por essa razão, o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica. Mas é absolutamente indispensável que o geógrafo não se limite à análise do cenário, à apreensão do concreto. A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo. Nem sempre nela se encontrarão expressos com clareza os modos de pensar, as estruturas financeiras que são, entretanto, parcelas apreciáveis do complexo geográfico (MONBEIG, 1957, p.11).

Desse modo, para Monbeig a paisagem não se explica por si só, pois se transforma a partir de uma complexidade, que envolve todo um emaranhado de linhas, que é necessário desenrolá-las para entender e desfazer os nós. Como elemento do complexo geográfico, a paisagem monbeigana “[...] é abordada tanto sob o aspecto sensível como quanto representação concreta de um ‘complexo geográfico’ [...], ou seja, analisada segundo todos os seus elementos relacionados, que participam de sua conformação” (DANTAS, 2005, p.32).

Na paisagem tem elementos concretos e abstratos, como os modos de pensar, as estruturas financeiras, as vias de comunicação e sua fisionomia se expressa na “[...] organização espacial engendrada pelo casamento entre a natureza e a história. Essa fisionomia é o que chamamos hoje de paisagem” (DANTAS, 2005, p. 47), ou seja, a paisagem é o resultado de múltiplos elementos que estão intrínsecos e extrínsecos, que são visíveis e invisíveis, matérias e imateriais, dentre esses elementos o processo histórico de construção e de progresso das técnicas se fazem presentes na fisionomia da paisagem e esta deve ser tratada em todo o seu contexto para que possa cumprir seu papel de agente na formação na relação entre o ser humano e natureza, pois ela “[...] é a representação concreta do complexo geográfico” (MONBEIG, 1957, p. 11). Entretanto, nela não se encerra a análise do complexo geográfico, pois nela nem sempre estão claros os modos de pensar e outros elementos invisíveis, por esse motivo não pode ser analisada isolando dos outros elementos para não correr o risco de ser uma mera descrição. Cabem à geografia a análise e o estabelecimento das relações entre os fatos geográficos, ou seja, ao pesquisador em geografia cabe “a explicação” dos fenômenos, a explicação do complexo geográfico.

A paisagem entendida como um dos elementos do complexo geográfico não se trata só das marcas visíveis, mas das sociais, econômicas e das mentalidades, ou seja, num primeiro momento trata-se do que pode ser visto na superfície terrestre, mas extrapola o campo visual. Nas palavras de Aldo Dantas para Monbeiga “[...] paisagem é também o que se pode sentir: a atmosfera, os ventos, os cheiros e odores [...]” (DANTAS, 2005, p. 22), pois ele tratava das maneiras de sentir e de agir do ser humano na elaboração da paisagem, e considerava os elementos espirituais do ser humano no progresso das paisagens, onde estão expressos os fatores psicológicos, os modos de pensar e os modos de agir e estes estão associados ao modo de vida, pois ela é multiforme.

Outro aspecto da paisagem que cabe destacar é a relação entre sua transformação e as técnicas. Sobre esses temas, Monbeig, desde 1945, escrevia que elementos do complexo geográfico apresentam maior grau de complexidade quanto maior o grau de civilização e técnicas que o ser humano atingiu. Na contemporaneidade, o grau de civilização está cada vez mais homogeneizado e o avanço das técnicas e tecnologias está cada vez mais alto, sempre em processo de transformação o que corrobora para a complexidade dos elementos que formam o complexo geográfico. E no mundo urbano em que vivemos esta complexidade se faz presente em todos os momentos e numa velocidade inimaginável no início do século passado. Na atualidade, as civilizações se assemelham, o diferencial está na cultura e no acesso às tecnologias em cada grupo social, sendo que as diferenças ficam mais no campo

cultural e socioeconômico de cada grupo do que propriamente nos diferentes modos de vida, uma vez que na modernização da sociedade tornou-se difícil identificar diferenças entre as civilizações. É o trabalho que envolve ações planejadas e metódicas que diferencia o meio e o gênero de vida, bem como o grau de civilização. Nesse sentido, o estudo do complexo urbano torna-se delicado por estar intrínseca uma série de elementos presentes na modernização da sociedade.

Nesse contexto, “[...] as técnicas possuem um caráter tradicional, nos lembra Monbeig, e dessa forma devemos estar atentos também a temporalidade. Isso significa que sem história não se compreende o complexo geográfico” (DANTAS, 2005, p. 38). Na atualidade, vivenciamos o período da revolução técnica científica informacional, ou seja, é o momento em que o meio técnico substitui o meio natural e quase constitui o

[...] meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação. [...] Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio-técnico-científico-informacional) é marcada pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação (SANTOS, 1993, p. 35-36).

É por intermédio do progresso das técnicas que ocorre o progresso da paisagem, as quais estão impregnadas à modernização, à introdução de equipamentos e formas de relacionamentos sociais. É a modernização no sentido de “evolução técnica/tecnológica que vivenciamos, tais como a maquinização da produção, o avanço dos meios de transporte e comunicação, dentre outros. De igual forma, tais avanços nos conduziram a novas apreensões e representações de tempo (história) e espaço (geografias)” (FERNANDES, 2009, p. 151), pois as transformações da paisagem estão diretamente ligadas ao avanço das técnicas e a história dos seres humanos, ou seja, suas experiências possibilitam a transformação das civilizações.

É por meio da evolução das técnicas que se torna possível entender as transformações dos modos de vidas de um local. São também as transformações das técnicas que possibilitam as transformações das paisagens, sendo que “[...] a técnica deve ser sempre vista como o resultado do esforço do grupo para contornar obstáculos impostos pela natureza” (DANTAS, 2005, p. 41). São as mudanças das técnicas que possibilitam as transformações do gênero de vida, a alteração da paisagem, pois novas técnicas proporcionam novos modos de vida e é

essa complexidade de relações que reforça a ideia de complexo geográfico e estas “[...] se materializam na paisagem, no fato geográfico, que só se explica na análise do complexo” (DANTAS, 2005, p. 42).

Aldo Dantas, analisando a noção de paisagem de Monbeig e suas relações com as técnicas, à época de seus estudos e as peculiaridades do Brasil, considera que o trabalho agrícola era o principal agente de criação e transformação das paisagens terrestres.

Não obstante, com a modernização ocorrida nas últimas décadas, o trabalho agrícola continua sendo agente de criação de paisagens, mas o trabalho urbano é o que alavanca as criações e transformações rapidamente. Na época de Monbeig, as transformações eram mais lentas e nas contemporaneidades, com o advento da evolução das técnicas e tecnologias, ou seja, da revolução técnica científica informacional que vivemos as transformações ocorrem de forma acelerada e uma paisagem se transforma ao alcance de nossos olhos.

Dentro desse aspecto da importância do aperfeiçoamento das técnicas para a transformação da paisagem e a evolução das sociedades, as vias de comunicação estudadas por Pierre Monbeig são consideradas como o elo facilitador de acesso do grupo às novas técnicas fazendo surgir uma nova civilização, ou seja, uma civilização “[...] permeada pela noção do progresso” (FERNANDES, 2009, p.78). Um exemplo da importância das vias de comunicação são as vias férreas inseridas no Norte do Paraná do início dos anos de 1900, fato que possibilitou o avanço da colonização. Na atualidade, as vias de comunicação também possibilitam o intercâmbio.

Na atualidade, as vias de circulação ou comunicação deixaram de serem apenas físicas e passaram a serem mais tecnológicas, em que a velocidade das comunicações colaborou para que o desenvolvimento das técnicas seja cada vez mais rápido em uma sociedade que também se transforma rapidamente, pois as técnicas também são responsáveis pelos novos comportamentos.

O meio histórico também é valorizado na compreensão das transformações das paisagens, sendo um elemento essencial para entender as diferentes marcas deixadas na paisagem que é construída a partir do trabalho humano. Podemos ver a influência histórica na paisagem tratada por Monbeig em Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, em que relaciona os fatos históricos, o psicologismo bandeirante, a evolução das paisagens das zonas pioneiras de São Paulo e o Norte do Paraná onde se analisaram os modos de vida dos pioneiros fazendeiros.

Lembramos que na análise da paisagem, para o recorte da escala geográfica é necessário definir a escala do fenômeno, pois ela revela nuances de objetos próximos e

distantes, mas que apresentam conectividade entre lugares, pois é um elemento do complexo geográfico. A geografia localiza e explica diferentes paisagens da Terra constituída pela natureza e pelo trabalho humano, e “Para Monbeig, a paisagem é um fato geográfico. Um fato que só se explica em sua complexidade. A paisagem é um dos elementos do complexo geográfico e o trabalho do geógrafo é decifrar esse complexo” (DANTAS, 2005, p. 32).

Nesse contexto, na análise da paisagem é necessário considerar uma série de fatores que vão além dos aspectos visíveis, requer um olhar geográfico e o entendimento de que ela por si só não explica todas as relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza, pois ela é apenas um dos elementos do complexo geográfico.

1.1.2 O estudo da cidade e a Geografia Urbana

O estudo da cidade já era realizado desde Vidal de La Blache, onde ele descreveu as regiões que já havia se estabelecido como os Estados Unidos e as que não havia como aldeias rurais da Índia, Sudão e África Central, bem como as condições de crescimento das cidades europeias. Na concepção vidalina “A cidade no sentido pleno da palavra, é uma organização social de maior envergadura; corresponde a um estágio de civilização que certas regiões não atingiram, e que possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas” (LA BLACHE, 1954, p. 366).

Quanto ao estudo das cidades, a Geografia Urbana, Salgueiro afirma que “[...] teria se desenvolvido de forma mais precoce do que a rural, bem antes do período considerado fundador, o do entre-guerras e o dos anos 50 quando se publicam manuais e monografias” (SALGUEIRO, 2006b, p. 101).

E aponta três fases de estudos de geografia urbana, sendo: primeira fase - compreende os finais dos anos de 1800, até aproximadamente o ano de 1910, quando é inaugurada a tradição dos congressos internacionais; a segunda fase – ocorre após a Primeira Guerra e é nessa fase que se cria, em 1922, a União Geográfica Internacional (UGI); terceira fase - ocorre nos anos de 1930 quando a Geografia Urbana já se encontra estruturada.

Nesta última fase, os Congressos Internacionais reuniam os estudiosos da época e fizeram escola com suas preocupações geográficas em especial os estudos urbanos e no Brasil prevaleceram os estudos de Pierre Monbeig.

Para Monbeig, nos estudos geográficos urbanos, deve-se prevalecer a análise das relações entre as sociedades humanas e as alterações do meio natural, ou seja, o “*changing environment*”, pois o ponto de partida para os estudos urbanos é quadro natural em que a cidade se desenvolveu. A história dos homens e do solo deve ser as primeiras questões a serem respondidas, pois a “[...] a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano” (MONBEIG, 1957, p. 34).

Também afirmava que nos estudos das cidades mais do que qualquer outro, devem ser realizados de forma multidisciplinar, com a história, sociologia, economia e urbanismo; sem tais relações o estudo corre o risco de se tornar meramente descritivo e para a geografia o que interessa é a explicação do fenômeno. Em especial, com relação à aproximação nos estudos urbanos entre a geografia e a história, conclui-se que “O historiador se preocupa com as origens da cidade e o geógrafo, analisando as condições geográficas de localização da mesma” (MONBEIG, 1957, p. 43). Outra de suas preocupações foram as questões populacionais de distribuição, migração e morfologia social. Pontuou que os estudos urbanos não devem ser desenvolvidos somente sobre as grandes capitais ou cidades, pois as menores apresentam informações que muitas vezes tornam-se mais difíceis de serem analisadas do que as grandes que já apresentam uma configuração visível.

Dentre as suas preocupações para com os estudos urbanos estava à busca de explicações de todos os elementos ou aspectos presentes no complexo geográfico, diferenciando-se da geografia anterior às Guerras, que analisava somente as questões morfológicas e naturalistas. Um exemplo: trata-se do interesse de Monbeig pelas questões da cultura, que exprimem peculiaridades na paisagem que a tornam diferenciadas de outras e “[...] enfatizou que não existiam fatos ecológicos, demográficos, sociais, econômicos e políticos que não estivessem situados num contexto cultural” (PEREHOUSKEI; RIGON, 2010, p. 157).

Sua preocupação com a cidade é observada na maior parte de suas obras produzidas no período de sua investigação sobre o Brasil e “Poderíamos dizer que suas teses se inscrevem nesta conjuntura de preocupações com a evolução urbana e as mudanças do território [...]” (SALGUEIRO, 2006a, p. 22). Seus estudos urbanos evolutivos muito contribuíram para formar o arcabouço de conhecimentos sobre o Brasil Urbano e influenciou cientistas à sua época, trazendo o debate urbano para o universo das pesquisas geográficas e estas puderam se desenvolver de modo “[...] circunstancial e assistemático, sem a polarização institucional e o aparato crítico de países europeus como a França, a Inglaterra, a Alemanha” (SALGUEIRO,

2006a, p. 21-22). Monbeig, em seu estudo evolutivo das cidades, busca a explicação da sociedade em movimento, trata-se da história do presente.

Como dito anteriormente, os elementos do complexo geográfico aumentam o grau de complexidade de acordo com a modernização e a época de Monbeig. As questões urbanas no Brasil eram pontos de intensa reflexão e na atualidade não é diferente, pois cada vez se tornam mais complexos os estudos urbanos. Ressaltamos que os estudos de Monbeig advêm da realidade brasileira que encontrou aqui, pois aqui se deparou com o Brasil rural, entretanto viu aos seus olhos a transformação da paisagem rural para urbana.

Monbeig reconheceu que embora o país fosse novo e estivesse tudo por fazer, não significava que não tinha passado o conhecimento, tanto que em seus estudos brasileiros muito se valeu dos escritos de Caio Prado Júnior, formado em Direito, em 1928, e frequentador, em 1934 e 1935, das aulas de Geografia Humana na USP, ministradas por Deffontaines e Monbeig, tornando-se amigo de ambos. O Brasil era novo em determinados aspectos, como as mudanças das estruturas rurais/urbanas, da produção e dos novos rumos econômicos que se redesejavam sobre o “Brasil velho de quase 400 anos, onde suas pequenas cidades estavam ligadas à vida rural, tanto no Brasil colonial, quanto nas “zonas de povoamento recente” (MONBEIG, 1957, p. 36).

No *terrian* de Monbeig, o cenário era diferente da sua terra natal no tempo e no espaço, pois lá já estavam consolidadas as relações de produção e o tempo de suas pesquisas também era diferente, pois os estudos de geografia urbana se faziam presentes nas novas pesquisas geográficas, onde se buscavam as relações entre o mundo rural e urbano.

No Brasil, tudo se transformava rapidamente, era possível observar e registrar as mudanças na paisagem. E Monbeig, a partir de seu método geográfico, adotou como seu laboratório de pesquisa São Paulo e o Norte do Paraná. Buscou analisar o encontro das franjas pioneiras, influenciado especialmente por Isaiah Bowman.

Em seu conceito de cidade está atrelada a mobilidade urbana que possibilita as transformações da paisagem e “Sua leitura sobre as cidades inscreve-se num jogo de escalas em que se associam: rural/urbano e cidade/circulação. A cidade é fato de deslocamento de população e de capitais” (SALGUEIRO, 2006b, p. 98). São esses deslocamentos/mobilidade que fornecem a dinâmica da cidade e “A tendência à mobilidade é um dos níveis de associação do fenômeno urbano ao rural” (SALGUEIRO, 2006b, p.99), é por meio da mobilidade que se explica a associação entre o urbano e rural.

1.1.2.1 Função urbana

As relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza possibilitam a constituição do organismo urbano que tem uma função “[...] e esta função modifica-se ao mesmo tempo em que o organismo evoluiu” (MONBEIG, 1957, p. 54) e elas tendem a se distribuir naturalmente como um todo, pois alguns bairros vão sendo equipados e reconhecidos por determinada função. E é por meio dos elementos dispostos no cenário urbano e suas transformações que há o crescimento ou a estagnação da cidade.

Para Monbeig (1957), a cidade é um espaço que organiza em seu raio de influência, ou seja, existe um raio de ação da cidade que são as relações que a cidade mantém com uma região. A função urbana de uma cidade também depende do meio natural do lugar e do trabalho que os seres humanos tiveram para modificara paisagem e toda função “[...] é exercida num certo raio em torno [sic] da cidade, com facilidade e intensidade maiores ou menores, segundo o relevo e as distâncias” (MONBEIG, 1957, p. 36). O raio de influência de uma função urbana também pode ser analisado sob o ponto de vista de um bairro, quando esse desenvolve certas funções que extrapolam o atendimento exclusivo a seus moradores, embora não sejam desenvolvidas todas as funções urbanas existentes na cidade, mas acaba por ser reconhecido por determinadas funções; este é o caso do Jardim Alvorada, onde sua função urbana social e comercial extrapola seus limites.

A função urbana atual, geralmente, não está ligada diretamente às possibilidades naturais, uma vez que os agrupamentos urbanos possuem elementos artificiais como as indústrias e o comércio, pois a organização das funções urbanas são frutos da vontade coletiva. A vontade humana se apresenta na paisagem com todas as adaptações necessárias ao desenvolvimento e “a função urbana concretiza-se por elementos do cenário urbano e que suas transformações muitas vezes determinam as crises de crescimento ou de estagnação do organismo” (MONBEIG, 1957, p. 54).

No estudo da função urbana também estão os elementos subjetivos como o dinheiro, que é entendido por Monbeig (1957) como o “nervo da guerra” e por isso a função bancária deve fazer parte dos estudos geográficos, bem como a função espiritual deve ser considerada por englobar atividades administrativas, escolares, políticas, religiosas, entre outras.

Monbeig (1957) discute sobre algumas funções urbanas desenvolvidas e reconhecidas de algumas cidades brasileiras e elenca algumas como Blumenau-SC que é reconhecida pela

sua função industrial. A função comercial é desenvolvida em algumas cidades pequenas e a função administrativa é exercida pelas capitais.

Não se trata colocar o estudo da função na morfologia urbana e a classificação das cidades como o ponto chave para explicar a cidade, mas mostrar que este aspecto é essencial na explicação da paisagem, pois “[...] a função de uma cidade torna-se sua razão de ser, e é sob essa forma que ela se revela” (ROSSI, 2001, p. 31). Também não nos interessa classificar a cidade pela sua economia ou vocação econômica, mas compreender quais as funções que se desenvolvem na cidade e que possibilitam o seu desenvolvimento e caracterizam a sua morfologia.

Elza C. de S. Keller, em 1968, ao realizar estudos sobre a Região Sul do país, buscou determinar as funções das cidades e identificou os níveis das cidades como o regional, sub-regional e local. Além do mais delimitou suas áreas de influência. Dentre as funções ela detectou: a) função agrícola – essa função fora encontrada nas áreas agrícolas novas e onde a atividade industrial está relacionada com a transformação da matéria-prima, tais como no Norte do Paraná; b) função comercial – para caracterização desta função foram analisado os ramos das atividades, como o atacadista de secos e molhados, o de distribuição de fármacos e outros produtos especializados e o varejista. Sendo que “No estado do Paraná distinguem-se especialmente os centros comerciais de Londrina e Ponta Grossa enquanto a penetração da própria metrópole – Curitiba – no resto do estado é muito acentuada” (KELLER, 1968, p. 304); c) função bancária – essa função está diretamente ligada à função comercial e assim são identificados os mesmos centros de atuação; d) função de equipamento médico hospitalar – o centro regional que se destacou foi o de Campinas no interior paulista que atraía até mesmo a população do norte-paranaense; e) função educacional e cultural – nos centros locais se destacavam os cursos ginasiais. No Norte do Paraná, Londrina se destacava como centro regional de maior atração e de forma geral quase todos os centros regionais do Sul possuíam ensino superior; f) função de serviços administrativos – quanto aos serviços estaduais e federais são sempre localizados nos centros regionais e sub-regionais; g) função de transporte – de modo geral “Os centros da mais alta categoria se evidenciam pelo grande número de ônibus que o servem, pela pequena diferença entre o número daqueles que não servem localidades mais populosas e por uma grande irradiação de linhas” (KELLER, 1968, p. 307).

Embora uma cidade apresente certa vocação, nela não deixa de existir várias funções, sem as quais seus cidadãos seriam obrigados a se deslocarem para outras cidades. Nesse sentido, avançando um pouco mais sobre as funções urbanas existentes em uma cidade, Nice Lecocq Müller escreveu, em 1969, um estudo intitulado de: O fato urbano na Bacia do Rio

Paraíba: Estado de São Paulo. Na obra, a autora discute sobre as funções ligadas a serviços urbanos e a necessidade de inventariar os equipamentos e atividades existentes na cidade. Em seus estudos, além da função industrial encontrada na sua área de pesquisa, elencou as seguintes funções urbanas (MÜLLER, 1969, p. 156):

1. Atividades econômicas
 - a) função bancária
 - b) função comercial
 - c) função de centro de circulação
2. Atividades culturais: função educacional
3. Atividades assistenciais
 - a) função hospitalar e sanitária
 - b) função religiosa
4. Atividades político-administrativas: função administrativa, judicial e militar
5. Função residencial.

Quanto às funções urbanas nas cidades das frentes pioneiras, estas “[...] se alargam, diversificam-se e tornam-se capitais regionais: cidades ‘ponta dos desmatamentos’, cidades ‘nós de comunicação, cidades com funções escolares, praças bancárias, centros industriais e de comércio, cidades que concentram serviços médicos” (SALGUEIRO, 2006b, p. 100). Algumas acabaram por desenvolver essas funções de forma agrupada fazendo com que se destacasse no seu entorno.

Monbeig, ao discutir sobre as cidades das zonas pioneiras e as questões urbanas, afirma que algumas são “cidades-cogumelos” (MONBEIG, 1984), por nascerem e crescerem muito rápido, este é o caso de Maringá, a qual em aproximadamente uma década de existência expandiu seus limites urbanos, fenômeno que é verificado até hoje, uma vez que considerando outras cidades, em especial as estudadas por Monbeig, em São Paulo; esta é jovem adentrando em meados da sua sexta década. Algumas destas cidades acabaram por desenvolver várias funções urbanas transformando sua paisagem e ampliando seu raio de ação.

1.2 O CONTEXTO DAS CIDADES PLANEJADAS

O estudo das cidades planejadas diferencia-se do das espontâneas, Monbeig (1957) aponta a necessidade de fazer o estudo da situação e do local, explicando que a situação refere-se ao quadro natural valendo-se do aspecto local de uma determinada região que

possibilitou e até mesmo contribuiu para o nascimento da cidade. Já o estudo do local, explica sua forma atual possibilitando até mesmo a sua classificação, de acordo com o quadro natural no qual ela se desenvolveu, como as cidades de pântano. Recorre a Lucien Febvre para afirmar que as classificações em si mesmas são inúteis, mas que são válidas para indicar o caminho da pesquisa.

Para os estudos de situação e do local não basta realizar a descrição dos elementos naturais, é óbvio que eles são importantes para a formação da expansão da cidade. Contudo, as ações realizadas pelos seres humanos para adaptarem o meio ao seu modo de vida também, mesmo onde a natureza é inhóspita, é um elemento inerente às questões urbanas, “Vai assim a geografia solicitar elementos à história e ao urbanismo” (MONBEIG, 1957, p.45).

No caso do local em cidades espontâneas um determinado elemento natural pode ser o grande contribuidor para explicar o seu surgimento, trata-se das condições locais, como exemplificou com a cidade de Blumenau, onde “[...] a cidade nasce onde termina a navegação fluvial”. Entretanto, o quadro natural não é o determinante para o surgimento de uma cidade, não se deve esquecer que as ações humanas advêm do pensamento, pois “Há sempre uma escolha do homem, consciente ou inconsciente” (MONBEIG, 1957, p. 41-42).

Quanto às cidades plantadas/planejadas, segundo Monbeig e nas palavras de Salgueiro (2006b, p. 100), estas revelam a monotonia da paisagem urbana, pois seus traçados obedecem a uma lógica topográfica, com desenhos geométricos premeditados.

Na formação das cidades planejadas, em especial as do Norte do Paraná, existe uma estreita relação com as ações e intenções humanas, sendo que a linha férrea foi o ponto crucial para determinar a localização das cidades principais bem como dos pequenos núcleos urbanos, ou seja, é a ação humana sobre ação humana, trata-se do avanço das técnicas e das tecnologias, em especial neste caso “[...] sua localização precisa depende de necessidades ferroviárias, de circunstâncias econômicas, de um ato de vontade humana” (MONBEIG, 1957, p. 42).

As plantas da CTNP/CMNP no Norte do Paraná, no geral, as áreas urbanas localizavam-se ao Sul da ferrovia e

[...] as cidades da Companhia se enquadravam em um padrão simplificado, obediente como é uma certa regularidade funcional. Esse padrão compreende o desenho geométrico, preferencialmente ortogonal, como um tabuleiro xadrez. [...] O tecido urbano normalmente não apresenta subdivisões ou zonas com configuração específica: a aparência da área urbana é uniforme e contínua, sem a diferenciação de bairros – coisa que só é visto no desenho urbano de Maringá (REGO, 2009, p. 125).

Em especial nas plantas desenhadas por Jorge de Macedo Vieira, que apresentou várias correntes urbanísticas no traçado, mas é visível o típico modelo de *gardencity* e os traços de ruas curvas versus ruas retas, dispostas na topografia do local (STEINKE, 2007, p. 96). Para elaborar o traçado de Maringá, Macedo Vieira

[...] baseou-se no levantamento topográfico feito pelos técnicos da C.M.N.P. A partir desses dados, imaginou o desenho da cidade, baseado, portanto, nas informações sobre o solo, as suas nascentes e o relevo. [...] Para áreas situadas em terreno plano, Macedo Vieira aproveita, assim como nos projetos de bairros-jardins, para desenhar um traçado geométrico misto. Essas áreas, destinada ao comércio, junto ao centro cívico, recebem arruamentos ortogonais, dando origem a quadras em xadrez (STEINKE, 2007, p. 145-146).

O projeto da cidade de Maringá foi concebido pela ideia de cidade-jardim presente nos estudos de Ebenezer Howard que buscava a “[...] utopia de conciliação ente a cidade e o campo” (STEINKE, 2007, p. 30) e originalmente sua proposta “[...] constava de um grupo de cidades autossuficientes, construídas e mantidas por um sistema cooperativo. [...] Estas cidades estariam separadas por cinturões verdes do modo que permaneceriam atreladas ao campo. [...] constituiria uma cidade social (REGO, 2009, p. 158; 159)”. A idealização da cidade-jardim de Howard objetivava a resolução dos problemas de Londres, assim em 1898 lança o livro intitulado: *To-morrow: a peacefull path to real reform*, que acabou recebendo apoio de leigos e peritos formando em 1899 uma associação denominada de *Garden City Association*, que se mantém viva até os dias de hoje (REGO, 2009). A primeira cidade fundada sob o conceito de cidade-jardim foi *Letchworth* na Inglaterra em 1903, ou seja, cinco anos após da idealização do conceito.

Tal concepção foi materializada por Raymond Unwin e seu sócio Barry Parker, no plano-piloto, desenhado por Jorge de Macedo de Vieira, é nítida a influência recebida de Parker, com o qual tinha um convívio profissional.

Renato Leão Rego, ao discutir sobre o planejamento da cidade de Maringá, aponta alguns aspectos formais da cidade-jardim no desenho do plano-piloto de Maringá, tais como:

a) Meio natural suporte: o território e as preexistências [...] b) Traçado da malha urbana: entre o regular e o irregular [...] c) Eixos estruturadores: a organização das vias principais e a circulação. [...] d) O tratamento dos espaços públicos: hierarquização e qualificação dos espaços urbanos [...] e) A ocupação urbana: bairros e centrossecundários, quadras e lotes [...]f) Arborização e ajardinamento (REGO, 2001, p. 1572-1576).

Embora no planejamento de Maringá possam ser identificadas características de cidade-jardim,

[...] diferentemente das *gardens cities* teorizadas por Ebenezer Howard, onde havia completa ausência de cercas ou muros, os proprietários maringaenses, desde o início da colonização, sentiram a necessidade de delimitar seus espaços com cercas e muros. Essa prática é característica do capitalismo que precisa legitimar sua posse e ver sua propriedade particular ser reconhecida pela sociedade (GALVÃO, 2012, p. 55).

Macedo Vieira, na sua segunda experiência de trabalho para a CTNP/CMNP, também realizou o planejamento de Cianorte, baseado também na topografia do local, por meio de uma carta topográfica realizada por funcionários da Companhia. Nas palavras de Steinke (2007, p. 151), a planta urbanística da cidade foi elaborada para uma área de 9.648.925 m² e estava

Assentada em local de relevo levemente ondulado, com pequenos espigões que se constituem em divisores de água, suaves colinas e fundos de vales em 'V' do tipo aberto, a C.M.N.P., na implantação de Cianorte, fez uso dos mesmos princípios de organização adotados em projetos anteriores, ou seja, um quadro natural previamente escolhido para servir de sítio – um espigão rodeado pelas cabeceiras de vários córregos.

O projeto dessas duas cidades diferencia-se da cidade de Londrina que foi projetada anteriormente por Alexandre Razgulaeff, a qual já havia núcleos urbanos que o plano urbanístico teve que os contornar. Já Maringá e Cianorte foram pensadas antes da ocupação, para seus núcleos fora reservada uma área central para que posteriormente fosse desenhada a planta urbanística inicial. Esse planejamento foi possível porque antes da fundação destas cidades houve um tempo maior para organizar o espaço e elaborar o desenho urbano a partir de uma centralidade.

Umuarama foi planejada por Waldomiro Babkov, um russo experiente em colonizações de terras no Paraná e Manoel Mendes Mesquita, este um dos sócios que formou a alta cúpula da Companhia.

Embora estejam presentes as condições naturais na localização destas cidades, bem como na elaboração de seus planos pilotos, estas não foram as condições determinantes para os seus progressos, pois foi a ação dos indivíduos que as distinguiram umas das outras, que a produziram e reproduziram, pois a constituição da cidade trata-se da ação dos atores sociais.

Cabe frisar que o determinante para a posição de uma cidade não é o desenho no papel, o que denominamos de cidade planejada, pois independente da existência ou não de um desenho a cidade é pensada antes da situação, ou seja, da determinação de sua localização. A própria cidade de Maringá, que é planejada, já existia enquanto aglomeração urbana, ela foi pensada mesmo antes de Jorge Macedo ser contratado para fazer o desenho. Frisamos: toda cidade é pensada.

1.3 O BAIRRO COMO LUGAR DE AÇÃO SOCIAL

É por meio das atividades intencionais, como o trabalho que a cidade ganha sua forma e se torna espaço de ações sociais, pois a cidade é social. E o bairro no contexto da cidade é o espaço onde são percebidos com maior nitidez os dramas dos cidadãos.

Mumford (1996) no seu texto clássico: *O que é uma cidade?* - publicado originalmente em 1937 - discute as questões urbanas e a função social da cidade no contexto do planejamento urbano, e afirma que na formação da cidade está presente uma intenção social, e não meramente aspectos físicos. A natureza está presente na formação da cidade, mas como um palco onde acontecem os dramas cotidianos, ou seja, os conflitos dos cidadãos e não como agente de transformação. Como instituição social ela deve ser vista e entendida no sentido mais completo, como um nervo central geográfico, em suas palavras: "A cidade em seu sentido completo, então, é uma conexão geográfica, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social, e um símbolo de unidade estética coletiva" (MUMFORD, 1996, p. 185, tradução nossa).

O bairro também apresenta uma função social institucional, na maioria dos casos como residencial, mas por conta de atender as necessidades de sua população vai diversificando suas funções. A cidade é o palco da função social, é onde acontecem os dramas sociais, os conflitos; é o bairro que se apresenta com maior visibilidade dos dramas urbanos, uma vez que as relações mais próximas possibilitam a apreensão de sua paisagem na totalidade, sendo visíveis as transformações ocorridas na sua morfologia social. A cidade deve cumprir seu papel de função social e o bairro como uma unidade de um todo apresenta aspectos importantes na compreensão da cidade e de seus atores sociais. Não falamos do bairro somente com seus aspectos puramente físicos, mas como um espaço social, como dito anteriormente, palco das atividades intencionais. Nesse contexto, Mumford questiona: "A

cidade como um fato puramente físico tem sido alvo de inúmeras investigações. Mas o que é a cidade como uma instituição social?” (MUMFORD, 1996, p. 184, tradução nossa).

Nos estudos geográficos de Monbeig, sobre as cidades de 1941, já se apresentava a importância dos estudos de bairro, num enfoque multidisciplinar e para ele “Será incompleto o estudo urbano, se não reservar um largo espaço à descrição e ao dinamismo de cada bairro” (MONBEIG, 1957, p. 50), pois cada bairro tem sua alma própria, é a topografia e a história que explicam a sua formação e sua paisagem.

Estudar o complexo geográfico no contexto do fato urbano requer relacionar com todos os seus elementos, pois o recorte do bairro torna-se objeto de análise para a apreensão do fato; não se trata de um estudo isolado, mas análogo às similaridades urbanas.

Nas discussões intraurbanas, a questão sobre a definição de bairro tem sido largamente realizada por diversas áreas do saber, como a geografia, arquitetura, filosofia, sociologia e antropologia. Cada ciência procura conceituar com base em suas formulações e concepções.

Barros (2004) apresenta algumas definições de bairro e, analisando alguns dicionários, afirma que a origem da palavra vem do latim *barrium* ou do árabe *barri* (de fora, exterior, separado).

Para se entender o recorte é necessário em primeiro lugar conceituar o seu significado que vai além dos limites territoriais e aqui nos interessa buscar seu significado no entendimento dos estudos geográficos brasileiros, já que em outros países pode ter outra conotação. As definições sobre o conceito são múltiplas, mas vamos nos ater principalmente nas contribuições dos clássicos sobre as questões urbanas, como Monbeig, Mumford, Lefebvre, Rossi e Lamas, na intenção de contribuir para as discussões do tema, mas sem a pretensão de uma definição verdadeira.

A origem dos bairros é antiga, vem desde as cidades medievais, mas no começo do século XX o conceito de bairro havia desaparecido. Posteriormente, começaram-se os estudos sobre o tema, mas sem a preocupação com as delimitações e na atualidade o esforço gira em torno de tratar a cidade como uma só unidade e como importante organismo da vida humana (MUMFORD, 1969).

Nesse ínterim, Mumford (1969, p. 108), em estudo sobre bairros de Nova York, calculou o número de habitante para cada bairro com relação ao número de famílias que necessita para existir uma escola local, então se decidiu que cada bairro devia oscilar entre 7.500 e 10.000 habitantes. Barros (2004, p. 66) remetendo aos dados numéricos dos bairros franceses do pós-guerra considera “[...] que um bairro agruparia entre 2.000 e 3.000 moradias (em torno de um centro secundário) teria uma população entre 5.000 e 10.000 habitantes”.

Para Mumford, um dos clássicos sobre os estudos urbanos, o bairro está relacionado intimamente com a cidade e é uma unidade de vizinhança, um dos mais antigos vínculos sociais.

Compartilhar o mesmo lugar é, talvez, um dos laços sociais mais primitivos e elementares, como a forma mais simples de associação é estar cada vizinho à vista do outro. O bairro é composto por pessoas que fazem parte dele por apenas o fato de nascer ali ou escolhê-lo como local de residência; e os vizinhos são unidos principalmente, não por suas origens comuns ou por propósitos semelhantes, mas pela proximidade espacial de suas casas (MUMFORD, 1969, p. 96, tradução nossa).

É no bairro, especialmente os tradicionais, que ocorrem as relações de vizinhança assemelhando-se às relações familiares; este se distingue de outros menos tradicionais, visto que a economia capitalista provoca flexibilidade não só nas questões econômicas, mas também nas relações pessoais. Os relacionamentos também de curto prazo, numa sociedade em que as pessoas se comunicam o tempo todo por meios tecnológicos as técnicas antigas de relacionamentos vão se perdendo, muitas vezes há comunicabilidade entre pessoas de outros países, mas não há com o vizinho, com o colega de trabalho, pois “Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? [...] Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas?” (SENNETT, 1999, p. 10). Entretanto, são nesses bairros tradicionais que ainda se encontram as íntimas relações de cooperação, a vivência em comunidade e

Não há nada forçado nesta relação, nem mesmo necessita ser profunda para ser verdade, é suficiente reconhecer um rosto, dizer uma palavra amiga, fazer um aceno de cabeça ou pronunciar um nome familiar, para que seja estabelecida e preservada de alguma forma o sentimento de que residem juntos (MUMFORD, 1969, p. 97, tradução nossa).

Nesses bairros é possível encontrar pessoas que se reconhecem como pertencentes do mesmo lugar, que sentem que os filhos dos vizinhos são parte de suas famílias e que se importam com eventos da vizinhança, tais como: casamento, nascimento ou morte na família do outro. Mesmo que não se vejam por muito tempo ou não participem ativamente acompanham de longe, pois as relações de vizinhança permanecem.

No contexto do complexo geográfico urbano, o bairro configura como uma unidade que não pode ser invisível e deve estar presente no planejamento urbano de forma a garantir o

cumprimento de sua função social. Para Mumford (1996), o planejamento urbano é prejudicado porque não se tem a noção clara da função social da cidade, as pesquisas realizadas sobre as atividades e interesses da cena urbana contemporânea na maior parte são superficiais.

Para Marcelo Lopes de Souza, no planejamento urbano, devem ser levadas em consideração as várias escalas, como a local, a regional e nacional. A primeira ainda pode ser subdividida em microlocal, mesolocal e macrolocal. Na escala microlocal está o bairro, mas há recortes territoriais de variáveis tamanhos e

[...] todos tendo em comum o fato de que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano. [...] Esses recortes são, em ordem crescente de tamanho, o *quarteirão*, o *subbairro*, o *bairro* e o *setor geográfico* (a *unidade habitacional*, isto é, a moradia, conquanto diga respeito, essencialmente, à esfera privada [...]). Os diversos subníveis da escala microlocal são de cristalina importância para o planejamento e gestão [...] (SOUZA, 2011, p. 106-107).

O recorte do bairro é parte do planejamento urbano e palco das atividades humanas intencionais e sua compreensão torna-se imprescindível, não somente na definição do termo, mas na conceituação, que é onde aparecem os elementos que envolvem a paisagem, bem como seus atores sociais, sem esquecer que o bairro está intimamente ligado à noção de identidade do lugar e de pertencimento.

Considerando que o bairro apresenta uma função social, no planejamento urbano, os equipamentos dispostos são essenciais para cumprir sua função, e como uma unidade ideal o bairro deve ser totalmente equipado. Já, em 1928, foi incorporado ao planejamento o conceito de bairro como uma unidade completa.

Mumford, analisando pesquisas de Clarence Perry, diz que a noção de redefinir e planejar a cidade sobre a base de bairros foi pensada em muitos lugares e que até mesmo foi discutida a questão no meio da Primeira Guerra Mundial sendo parte do

[...] Perry tentou determinar quais instalações e instituições são necessárias para manter a vida cotidiana como um todo e quantas pessoas devem ter para manter uma boa escola, igreja, centro comercial e outras instituições [...] para que todas as funções locais se cumpram com facilidade dentro de uma curta distância [...] (MUMFORD, 1969, p. 105, tradução nosa).

Embora se deseje um bairro ideal, uma unidade completa, que proporcione a comodidade e bem-estar a todos os seus moradores, nem sempre é possível, pois existem muitos elementos envolvidos no processo de desenvolvimento dos bairros. Nesse sentido, Mumford reitera que na realidade o bairro não é uma unidade completa e nem tem condições de ter tudo o que necessita sua população, “[...] pois nenhuma organização social, desde a família até o Estado, é completa [...]” (MUMFORD, 1969, p. 11, tradução nossa). De todo modo, o bairro sempre vai necessitar de algum equipamento a mais, pois sempre faltam alguns elementos e criam-se novas necessidades.

O bairro analisado sob o ponto de vista da totalidade e como uma unidade completa como parte da dimensão urbana e como uma unidade espacial, segundo Barros (2004), pode ser interpretado sob a tríade: histórico-cultural, morfológica e político-administrativa, tal como discutiremos a seguir.

1.3.1 A dimensão histórico-cultural-social do bairro

O bairro se configura enquanto *locus* em que diversas experiências da vida social acontecem, tais como a moradia, o comércio, o trabalho, o atendimento social, o lazer e outras relações estabelecidas nesse espaço. Tais experiências suscitam a noção de pertencimento dos moradores ao referido local. Nas palavras de Mumford (1969), o bairro é um feito social, é nele que ocorrem as relações sociais, sendo estas próximas às relações familiares. Portanto, ao se configurar enquanto estrutura em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros desempenham, sem dúvida, um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso do seu espaço.

Para entender o complexo geográfico, por meio do fato urbano, há que compreender a dinâmica dos bairros da cidade em estudo, em especial, o que possa trazer elementos para explicações gerais da cidade, pois “Será incompleto o estudo urbano, se não reservar um largo espaço à descrição e ao dinamismo de cada bairro” (MONBEIG, 1957, p.50). Como dito anteriormente, o recorte de um bairro significativo (entendendo por significativo um bairro tradicional que apresente semelhanças com a própria origem da cidade e que desempenhe funções urbanas que possibilitam atrair outras populações) é um caminho para se entender a cidade.

Mumford (1969), em sua discussão sobre planejamento urbano, afirma que a cidade deve ser tratada como um todo e o bairro como uma unidade social que deve ser equipado. Ao estudar as cidades desde a Idade Média em meados do século passado, as de vários

continentes, em especial a Europa, identificou-se que algumas cidades da França, a exemplo, Paris, é uma cidade de bairros com seus aspectos sociais bem identificáveis onde, apesar da pouca extensão, a população sai do seu bairro apenas para trabalhar, pois encontram nele quase tudo o que precisam para sobreviver. Também aponta que na França a forma de organização dos bairros se assemelha com as cidades medievais, onde se formaram sob o princípio de bairro e as igrejas serviam como centro da comunidade e que a cidade funcionava como um todo, onde a população se encontrava na praça central para participação de grandes eventos religiosos ou culturais.

Apontou que na Idade Média eram frequentes os bairros de castas onde se agrupavam os membros da mesma profissão e na atualidade os agrupamentos ocorrem pelo nível econômico, proporcionando a segregação; é comum encontrarmos a “[...] clara separação dos bairros ricos e dos pobres” (MUMFORD, 1969, p. 98, tradução nossa).

Na contemporaneidade, a segregação é proporcionada pelos grupos de maior poder aquisitivo, pois são estes que detém o poder e organizam o espaço de acordo com suas concepções.

Ela também ocorre pela estrutura organizada para circulação dos moradores, ou seja, o trânsito, especialmente decorrentes do uso de “veículos rodantes”. Na cidade, como nos bairros há o predomínio das ruas e avenidas largas próprias para os automóveis, onde os moradores utilizam seus veículos desde a saída de suas habitações, isolando-o nas ruas, até mesmo do seu vizinho mais próximo; destruindo as relações de vizinhança, sendo essa também uma explicação para a segregação, correspondendo há um fator (MUMFORD, 1969).

Lefebvre também estudou largamente os espaços urbanos entendendo o recorte de bairro numa ideologia comunitária, como uma unidade natural da vida social e onde se desenvolvem os conflitos. Lefebvre para definir os limites de bairro baseia-se na concepção da cidade como totalidade, observando e descrevendo o bairro e suas especificidades. Para o autor “[...] o bairro é, ao mesmo tempo, o campo natural da vida social e unidade social em escala humana. [...] é uma forma concreta de organização do espaço e do tempo na cidade” (LEFEBVRE, 1978, p.195; 200, tradução nossa). Assim, entende o bairro como a unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária e em sua concepção não existe uma cidade sem bairros.

Lefebvre no seu livro *Direito a Cidade* descreve a relação campo – cidade, através de suas funcionalidades e explica a importância das relações sociais no processo de produção capitalista, pois entende a urbanização como da reprodução das relações sociais e que

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 135).

Ainda analisando a concepção de bairro, segundo Lefebvre “[...] o bairro é a essência da vida urbana, se optar por fazer os bairros, o bairro terá uma coerência e existência” (LEFEBVRE, 1978, p. 199, tradução nossa), pois o bairro é apenas uma realidade essencial, mas caracteriza-se como lugar de coerência com a cidade do qual faz parte.

1.3.2 A dimensão morfológica bairro

A dimensão morfológica do bairro pode ser encontrada em Aldo Rossi em seus estudos. A arquitetura da cidade em que descreve sobre os limites da área de um bairro e afirma que se trata de uma unidade morfológica e estrutural, uma porção menor na cidade e assim

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Temos dessas partes uma experiência concreta. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro (ROSSI, 2001, p. 70).

Nos estudos de Geografia Urbana para que haja análise do fato urbano, deve ser esclarecida a escala geográfica de cada parcela urbana, pois não é impossível analisar um fenômeno geográfico sem considerar a sua localização e extensão espacial, fatores primordiais na manifestação do fenômeno e em sua interpretação.

Baseado nos conceitos desenvolvidos por de Jean Tricart em seu Cours de géographie humaine de 1963 em que considera a base da geografia humana o conteúdo social, José M.R. G. Lamas (2004) e Aldo Rossi (2001) realizaram estudos sobre a morfologia urbana e estrutura da cidade. Este nos diz que em termos de localização cabe à geografia humana explicar as conexões existentes no fato urbano e estabelecer as escalas existentes na cidade, sendo:

a) a escala da rua, que compreende as construções e os espaços construídos que a circundam;

- b) a escala do bairro, que é constituído por um conjunto de quarteirões com características comuns;
- c) a escala de toda a cidade, considerada como um conjunto de bairros (ROSSI, 2001, p. 34).

Poderíamos acrescentar a esse esquema a escala geográfica do lote, pois é nessa unidade menor que as pessoas se organizam individualmente para posteriormente se organizarem no seu conteúdo social e é nessa unidade que está ligado o imóvel, seja para habitação ou não. Em especial, o imóvel residencial está intimamente ligado com a escala da rua, faz parte de que traz o sentimento de pertencimento ao local, que possibilita afirmações do tipo: meu bairro.

As escalas urbanas estão ligadas não somente pelas suas escalas cartográficas, mas pelas conexões estabelecidas entre elas, uma vez que são unidades espaciais que forma um todo.

Lamas (2004) reitera a classificação de Rossi (2001), utilizando as dimensões na escala urbana: dimensão setorial – a rua; dimensão urbana – o bairro e dimensão territorial – a cidade.

Na dimensão setorial está a rua que é “[...] a mais pequena unidade, ou porção do espaço urbano, com forma própria” (LAMAS, 2004, p. 73). É na escala da rua que ocorre a circulação, onde se visualizam os mobiliários urbanos e fachadas que caracterizam o espaço e observa-se claramente o uso do solo urbano.

É na dimensão intermediária, ou seja, a urbana, que está o bairro onde são visíveis os quarteirões, os edifícios, as praças, as casas, as ruas, bem como todos os equipamentos necessários para o bairro cumprir sua função social na dimensão territorial, pois pressupõe que nessa escala haja toda uma estrutura urbana. Caracterizados como os elementos morfológicos, ou equipamentos urbanos, que são identificáveis e possibilitam a leitura da escala do bairro, pois é possível identificar a área urbana.

Na dimensão territorial está o todo, ou seja, a cidade; é nessa dimensão que ocorre a articulação entre as escalas menores.

Quanto aos limites e extensão do bairro, existem os subjetivos e administrativos. Estes são necessários como suporte para o planejamento urbano e organização da cidade, mas muitas vezes pouco interessa aos seus moradores, uma vez que o recorte de um bairro vai além das questões administrativas. Já os limites subjetivos são parte da identidade da coletividade e a centralidade torna-se mais importante que os limites administrativos. É o que

Lefebvre caracteriza como espaço social e cultural, onde esses limites nem sempre coincidem, pois

El barrio es una forma de organización concreta del espacio y del tiempo en la ciudad. Forma cómoda, importante, pero no esencial; más coyuntural que estructural. Las relaciones del centro urbano con la periferia son un factor (una variable) importante. Pero no es el único. El espacio social no coincide con el espacio geométrico; este último, homogéneo, cuantitativo, es sólo el común denominador de los espacios sociales diferenciados, cualificados. El barrio, tal como acabamos de mostrarlo, sería la *mínima diferencia* entre espacios sociales múltiples y diversificados, ordenados por las instituciones y los centros activos (LEFEBVRE, 1978, p. 200).

Este é o caso do Jardim Alvorada, cujos limites subjetivos extrapolam os limites administrativos.

1.3.3 A dimensão político-administrativa do bairro

Na construção do espaço urbano, o bairro pode ser observado como sendo uma espécie de microespaço dentro da própria cidade, onde alguns bairros se destacam por meio de suas funções, pois nem sempre são somente residenciais e acabam por atender uma parcela maior da população além da local. É entendido como uma das partes que divide a cidade; é o espaço territorial.

Suas delimitações servem para o planejamento urbano; é um espaço de reivindicações e de luta. Nele está a dimensão física e social. Trata-se das divisões oficiais e estas não coincidem com as subjetivas.

Ressaltamos que há diferença de concepção sobre bairro em diferentes países, ou seja, as variações também são encontradas nos diferentes idiomas como em Portugal que está relacionado com a dimensão político-administrativa e associado ao lugar de freguesia, lugares que se assemelham e várias freguesias formam um bairro. Assim, buscamos compreender sem conotação de unidade social comunitária, pois com o advento das novas tecnologias informacionais, os seres humanos muitas vezes estão mais próximos de outros que estão geograficamente mais distantes e o avanço dos meios de transporte permitem o deslocamento com velocidade muito além dos limites humanos possibilitando as trocas comerciais com todos os locais do planeta, pois as pessoas utilizam vários espaços durante seu cotidiano. Como apontado em 1972 por Documentacion Social

El barrio, como unidad y base de vida social comunitaria está, em términos generales, em franca decadencia, y em muchos casos se há extinguido. Las fuerzas que empujan esta corriente son varias, y algunas de ellas muy poderosas; por ejemplo, la ciudad moderna viene transformándose em um magno mercado, y sus habitantes venden y compran el trabajo, el ocio, los servicios y los bienes (incluida la vivienda) donde mejor les conviene, y ese 'donde' suele ser una constelación de puntos amplia, dispersa y móvil que solo casualmente coincide con el barrio [...] (DOCUMENTACION SOCIAL, 1972, p. 5).

Resumindo, o bairro é uma forma antiga de convivência e “De todo modos, el barrio, en algunm forma primitiva e inicial, existe dondequiera que se congregan familias humanas com residencia permanente” (MUMFORD, 1969, p. 97). Pode ser entendido como um recorte espacial, com características comuns e é formado por ações intencionais, independente de ter sido planejado ou ter se formado a partir de lutas. Apresenta a subjetividade de seus atores sociais e que deve cumprir a sua função social de abrigo e satisfação das necessidades cotidianas de seus cidadãos e é nesse palco que ocorrem os dramas mais próximos, pois é onde a comunidade está mais próxima, formando o sentimento de pertencimento e própria identidade do local.

Nos estudos da Geografia Urbana Monbeigana, os bairros já eram tratados considerando “[...] fatores *situações* e *sítios* como ponto de partida da monografia urbana, colocando antes os fatores humanos, psicológicos e econômicos como fizera nos *Pioneiros*, confirmando a importância da associação geografia/sociologia no estudo dos bairros” (SALGUEIRO, 2006b, p. 104).

O bairro também pode auxiliar na organização do espaço urbano e dependendo do seu raio de influência pode extrapolar os limites políticos. Este é o caso do Jardim Alvorada, objeto de nossa pesquisa, cujo raio de influência no decorrer das cinco décadas de sua existência foi se ampliando e na atualidade tornou-se uma referência de localização entre os cidadãos.

O estudo dos bairros que compõe a cidade Maringá é um campo que suscita pesquisas e pode contribuir significativamente para apresentar novas informações acerca dos aspectos históricos e geográficos que dizem respeito às origens, formação e crescimento urbano maringaense “Pois não é conhecer a alma da cidade, depois de seus bairros, o que se deseja?” (MONBEIG, 1957, p. 53). Cremos que a resposta para essa questão é afirmativa e por isso nos debruçamos sobre o Jardim Alvorada em busca de conhecer a sua alma, bem como da cidade, pois as preocupações urbanas recaem sobre os estudos das unidades menores como o bairro.

1.4 O PREÇO E O VALOR IMOBILIÁRIO COMO ALAVANCA PARA A EXPANSÃO DA CIDADE

A especulação imobiliária é uma ação presente na produção do espaço urbano brasileiro e consiste na compra de bens imóveis com a finalidade de obter lucro a partir da revenda ou de outras formas de comércio, como a troca, que corresponde às estratégias do mercado imobiliário na organização do espaço, em que os agentes envolvidos maximizam o papel do capital na produção do espaço. Nesse sentido, não são somente ações visíveis que estão presentes no processo, mas toda uma trama de ideias que se incorporam no meio da sociedade por meio da memória coletiva.

Com relação à memória coletiva e o espaço na cidade ou bairro, tudo o que se observa visualmente, como as casas, as árvores, as praças, ou seja, elementos naturais ou construídos estão ligados ao espaço e à memória de quem o vive, “Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p.143). Entretanto, a memória coletiva atua no campo subjetivo como a relação existente entre o preço imobiliário do uso do solo. Todo uso do solo é realizado por meio de conceitos que são criados ao longo de sua história humana, pois é a memória coletiva que possibilita a criação da identidade do lugar.

Para Halbwachs (1990), o espaço se define pelo desenvolvimento da memória coletiva e de conceitos como espaço jurídico, espaço econômico e espaço religioso que interagem agregando valor. O espaço vai se constituindo nos grupos carregando toda a memória e passa a ter valor que é medido pelo preço, ou seja, por certa quantia de dinheiro.

Os preços atribuídos a um objeto ou parte do espaço correspondem a uma medida em que certa quantia de dinheiro e a partir dessa atribuição é que o objeto passa a ser valorizado, pois os preços são representações numéricas de medidas. Para Cesar M. Mendes, a terra na sociedade capitalista é vista como mercadoria e “Quanto às suas qualidades especiais enquanto mercadoria, o solo possui um preço nas sociedades capitalistas, que não é absolutamente fixo ou igual para terrenos, de qualidade intrínseca semelhante” (MENDES, 1988, p. 69). Na atribuição do preço estão relacionadas às características físicas e visíveis do objeto, tendo relação com a vida em grupo, pois “Os preços estão ligados às coisas como rótulos. [...] são estabelecidos fora de nós, em nosso grupo econômico” (HALBWACHS, 1990, p. 149).

Os preços estão carregados de memória coletiva dos grupos, correspondendo à memória econômica e ao estabelecer o preço a determinado objeto é realizada a leitura

econômica do grupo, em que os atributos são mais do que a necessidade de uso, pois se agregam a outros valores como o próprio status, isso justifica o preço atribuído de forma diferenciada a um produto de marca famosa e outro similar que não seja reconhecido como status. O valor imobiliário advém da memória coletiva do espaço e é essa memória que faz ser reconhecido o direito de propriedade, pois

[...] ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhe a aplicação. Como poderia saber, por exemplo, que fui o primeiro a ocupar certa parcela do solo, ou que arei a terra, ou que determinado bem é produto do meu trabalho, se não nos reportássemos a um estado de coisas antigo, e se não estivesse convencionado que a situação não mudaria e quem poderia opor o fato sobre o qual fundamento meus direitos às pretensões de outros, se o grupo não conservasse a lembrança dele (HALBWACHS, 1990, p. 149 -150).

De todo modo, o espaço econômico é passível de ser atribuído preço e este é maior quando já está garantido como espaço jurídico, que é o que garante o direito à propriedade e com essas garantias legais atribui-se uma medida maior, ou seja, um preço maior.

Nesse contexto, a cidade de Maringá tem se prevenido para que não se formem bairros ou moradias fora do direito jurídico, não permitindo que pessoas sem-teto usufruam do espaço como moradores, tendo uma política urbana de segregação.

Como dito anteriormente, a especulação imobiliária presente no espaço urbano tem relação com a memória coletiva e esta cria uma identidade do local, ou seja, é o reconhecimento por um dado aspecto.

Os preços do solo urbano são fixados por uma referência numérica do passado ou de lugares similares. Os círculos onde se desenvolvem as atividades econômicas que sempre impõem um novo alento e obriga a renovação, de todo modo “São os comerciantes que ensinam a seus clientes e que lhes lembram o preço de cada artigo. Os compradores, que são apenas comparadores, participam somente, portanto da vida e da memória do grupo econômico quando penetram nos círculos comerciais” (HALBWACHS, 1990, p. 152). Assim, os agentes do mercado imobiliário maringaense ditam as regras para atribuir os preços aos imóveis, sendo essa prática desde o período da colonização e, posteriormente, a expansão urbana, quando se começou a transformar a paisagem rural. São os agentes da mesma função coletiva que regulam os preços das mercadorias e o ponto nevrálgico está nas corretoras e imobiliárias, ou seja, no setor imobiliário, pois são eles quem detém o poder econômico e ditam as regras do espaço.

Um fator importante na incorporação dos preços é o tempo, sendo ele percebido diferente entre comerciante e comprador. O comerciante pensa nos objetos, onde e quanto tempo serão oferecidos, já o comprador pensa a partir de sua aquisição (HALBWACHS, 1990).

Por meio da lógica do tempo, o preço é mutável, um exemplo é quando um objeto é oferecido por um longo tempo e acaba tendo por parte do comprador a falsa impressão de que alcançou um preço justo, se adquirir irá fazer um bom negócio, pois alcançou uma estabilidade econômica, mas o comerciante já agregou valor ao seu produto enquanto estava exposto. Não é visível para o comprador que se trata do mesmo objeto e o que mudou foi o preço, pois a lógica de mercado aponta para que um objeto oferecido por muito tempo adquira maior preço, “Bem entendido, é uma ilusão, já que o preço permanece ligado à coisa como um rótulo a um artigo, e que na realidade, transforma-se incessantemente, enquanto que o objeto não muda” (HALBWACHS, 1990, p. 153).

A lógica imobiliária se utiliza da diferença de percepção entre comerciante e comprador, pois acaba por incorporar mais preço quando oferece um imóvel durante um longo tempo e por um mesmo preço e incorporando mais valor ao produto por consequência incorpora mais preço. Sem entender a lógica imobiliária, sente-se satisfeito por pensar que pagou o preço justo, pois o preço está no objeto e não fora, mas o comerciante esforça-se a convencer do contrário e o comprador aceita a ideia.

O imóvel comprado difere de outros produtos em que o comprador vive das antigas lembranças sobre o preço que pagou, as lembranças de um proprietário de imóvel são mais recentes, acaba por incorporar mais preço, uma vez que não se mantém a quantidade de dinheiro paga ao comprar. Esta diferença está no fato de que outros objetos são utilizados até serem desaparecidos ou inutilizados, já o imóvel tem uma durabilidade quase que eterna, sendo essa a memória coletiva de vendedores e compradores. O imóvel como mercadoria não vive de antigas lembranças, pois se incorpora aos bens materiais e torna-se objeto de possível revenda, e neste caso a memória de que vai vender se torna atualizada de acordo com a lógica dos grandes agentes imobiliários, a qual foi apreendida.

1.4.1 A incorporação imobiliária em Maringá

A urbanização decorre da apropriação do espaço para diferentes dinâmicas e na maior parte delas as questões econômicas estão no bojo da dinâmica da produção do espaço e reprodução do capital. Por meio das ferramentas dispostas pelo capitalismo, a valorização do

espaço faz parte, progressivamente, desse processo que ao mesmo tempo torna a terra urbana um negócio altamente lucrativo para aqueles que a detém e altamente segregador para aqueles que não dispõem de meios para adquirir.

Os agentes produtores do espaço urbano “[...] intervêm no processo de produção fundiária e imobiliária” (MENDES, 1992, p. 143), formando uma indústria da terra urbana e por meio de um processo totalmente excludente são eles que determinam e validam o direito à cidade. Tais agentes sejam os proprietários da terra, os construtores, os incorporadores, os financistas ou atravessadores procuram tirar sempre o máximo de lucro de um mesmo pedaço de terra.

Desse modo, a terra urbana tem se tornado um produto altamente lucrativo, pois diferente de outros, para agregar mais preço nem sequer é necessário realizar melhorias, pois só o tempo é capaz de garantir o objetivo. O simples fato de o produto ser ofertado já garante maior valorização e por consequência mais preço. A terra enquanto produto entra nas ofertas do mercado especulativo potencializando o seu lucro por meio da exploração.

Enquanto produto, a terra urbana se compõe de um potencial de venda e compra, em que o mercado imobiliário dispõe de todas as ferramentas para potencializar a valorização do produto, desde a organização legal de negociação até os meios de comunicação, que tornam o produto mais atrativo e acabam por evidenciar o rótulo.

Na indústria da terra urbana, os agentes imobiliários são os detentores dos meios de produção do espaço urbano e são eles que ditam as regras e decidem quem pode usufruir desse espaço. Aqueles que não possuem esse meio de produção ficam sujeitos a pagar pelo uso em um determinado tempo, sem adquirir qualquer tipo de direito ou são obrigados a se deslocarem para outros lugares mais baratos que não possuem todos os elementos de valorização e por consequência a total infraestrutura urbana, pois lhes faltam muitos equipamentos urbanos essenciais ao cotidiano dos cidadãos.

Dentro da lógica do mercado imobiliário, a terra urbana não se destina a cumprir uma função social de moradia, mas cumpre um papel de agente especulativo no mercado capitalista e altamente segregador, pois os proprietários do solo ou agentes imobiliários organizam o solo urbano a seu modo e em “[...] função dos interesses da iniciativa privada” (MENDES, 1992, p. 143). Nesse sentido, num sistema econômico onde tudo vira mercadoria a função de moradia cede lugar para a função econômica “[...] transformando a e a cidade em um negócio” (MACHADO; MENDES, 2012, p. 100). Enquanto negócio, a lógica do mercado imobiliário é o mesmo de qualquer outro que visa o lucro acima de qualquer outro

preceito, em detrimento do bem comum e é por meio dessa lógica que se garante o direito à propriedade e o direito à cidade.

No processo da especulação do solo urbano, novos agentes vão se formando tal como os incorporadores imobiliários que “[...] são as empresas que individualmente ou associadas aos proprietários loteiam glebas para uso residencial” (MENDES, 1992, p. 147), ou ainda aquele que realiza o parcelamento da terra. Este agente cumpre a função de capitalista comercial e de proprietário fundiário, ambas as funções influem diretamente na dinâmica imobiliária seja por meio de atividades de promoção e melhoramentos ou pelo controle do solo urbano.

Na complexidade em que se dá o processo de produção e consumo do solo urbano pelo mercado imobiliário, os agentes acabam por confundir-se com o próprio espaço, mas estes são sociais e concretos que se valem da memória coletiva para alcançarem seus objetivos. Nesse processo são identificáveis três agentes fundamentais: “[...] o comprador, que é o agente indispensável para que haja, no mínimo, o mercado; o produtor, que é o construtor, que é identificado através da concorrência; o incorporador, que é quem incorpora, quem na realidade, promove o empreendimento [...]” (MENDES, 1992, p.149, grifo do autor) e acabam por gerar um processo especulativo com práticas sociais aceitas no bojo da sociedade como sendo naturais na dinâmica de acumulação de capital.

O Estado se faz presente no processo de incorporação de imobiliária e, no Brasil, ele tem sido “[...] um forte aliado da incorporação imobiliária” (MENDES, 1992, p. 153), ora subsidiando políticas que permitem as ações dos incorporadores, ora financiando a mercadoria-habitação, por meio de incentivos de uso do FGTS, financiando imóveis em longo prazo. Em especial nos últimos anos, tem-se observado um grande *boom* de imóveis voltados para a classe média, aqueles que dispõem de rendimentos fixos mensais, mas não o suficiente para adquirir seu imóvel à vista. A prática dos parcelamentos é uma constante em nossa cultura, pois para as instituições bancárias é um negócio lucrativo; além de ganharem o lucro da negociação, recebem o próprio imóvel como garantia, constituindo-se em um negócio sem risco e para o consumidor uma alternativa para conquista da casa própria, sendo que “Tijolo por tijolo, parcela por parcela, os consumidores caminham juntos com as construtoras e já planejam e executam o projeto de aquisição do imóvel próprio” (TORRECILHA; MENDES, 2010, p. 62).

Após as ações dos agentes imobiliários, responsáveis pela viabilização do parcelamento de terras urbanas, vem o estágio de comercialização que corresponde a “[...] transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescidos de lucros; os

corretores, os planejadores de venda e profissionais de propaganda são responsáveis por esta operação” (MENDES, 1992, p. 150).

No processo de urbanização de Maringá, a especulação sobre a terra urbana se deu desde a ocupação pela CTNP/CMNP. Em um projeto altamente orquestrado, a terra foi parcelada visando lucro em curto, médio e longo prazo. Foi pensada de forma a obter o máximo de lucro em seu tempo.

A ocupação inicial se deu em uma área pré-estabelecida, no hoje denominado Maringá Velho, área que viria a se tornar parte da urbanização efetiva, ou seja, seria incorporada ao plano-piloto. Já a ocupação da área urbana definitiva se deu anteriormente à venda dos 12.996 lotes urbanos colocados à venda pela CMNP que:

[...] instalou seu escritório, numa área que corresponde hoje ao centro da cidade. [...] Esta, localizou-se em pleno coração da zona 1 [...], significando assim, um embrião natural, onde, antes mesmo da colonizadora colocar à venda os seus terrenos, continha, de maneira bem espontânea, algumas moradias (MENDES, 1992, p. 95).

A especulação imobiliária em Maringá teve início com as vendas dos lotes rurais pela CTNP/CMNP e está diretamente ligada à sua história, mas envolta por toda a dinâmica econômica, mas “Claro que as variações do mercado, seja de caráter nacional ou internacional, faz com que as conjunturas atuais sejam diferentes da época da colonização [...]” (TORRECILHA; MENDES, 2010, p. 59).

Em Maringá, a ocupação se deu de forma planejada refletindo o interesse da colonizadora de obtenção de lucro, atendendo o interesse capitalista por meio da “[...] valorização rápida do solo urbano” (MENDES, 1992, p. 103). Desse modo, houve a organização na venda dos lotes, sendo vendidos por maior ou menor preço de acordo com elementos que determinavam seu valor, como o tamanho e localização. Um exemplo eram os lotes destinados às residências da população de menor poder aquisitivo, localizadas em zonas mais afastadas que tinham um preço menor do que os destinados à população, como a Zona 2 que “[...] em virtude de sua localização privilegiada ali se concentravam famílias de maior poder aquisitivo” (MENDES, 1992, p. 109).

France Luz apresenta a questão da diferença de preço e sua relação com a localização e, diz que, na Zona 3, os lotes eram destinados à população de menor poder aquisitivo e foram postos à venda por preços menores. E ali se concentraram “[...] aqueles que não podiam adquirir as datas mais valorizadas do centro da cidade e das zonas residenciais melhor localizadas” (LUZ, 1997, p. 81). Já os lotes da Zona 4, delimitada em ótima

localização, atraíram compradores de maior poder aquisitivo e seus preços eram no mínimo 100% a mais do que os da Zona 3.

Considerando o mercado imobiliário como um sistema de empresa, onde os vários agentes participaram do processo, o *marketing* corresponde a uma das estratégias de venda, em que se podem ressaltar atributos que valorizam o produto e atraem o consumidor. Dentro desses atributos, a localização e felicidade são os mais valorizados, onde os espaços urbanos são vendidos pelos promotores imobiliários como o “[...] lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 2001, p. 25). Dentre as ferramentas são utilizadas as televisivas, as impressas e na atualidade a internet.

Nesse sentido, em Maringá, a estratégia de *marketing* era a propaganda realizada especialmente em São Paulo e Minas Gerais, que vendia a imagem de uma terra que possibilitava a prosperidade de quem aqui viesse investir. Para isso, eram utilizadas expressões que aguçavam o imaginário dos futuros compradores e que “[...] lembravam regiões citadas no Velho Testamento como, Nova Canaã e Terra de promessa. E também Eldorado, cidade lendária procurada pelos espanhóis na América Latina, tal lenda dizia que a referida cidade era recoberta de ouro” (TORRECILHA; MENDES, 2010, p. 57).

A campanha promocional realizada pela CTNP, sobre os loteamentos existentes em Maringá, era feita em Maringá, Londrina, Curitiba e São Paulo e era realizada pelos corretores, impressos em jornais e folders e televisão, “Os cartazes publicitários dos loteamentos mencionavam com destaque a presença no loteamento de tudo que é indispensável à vida material e também à parte espiritual dos clientes” (MONBEIG, 1984, p.235).

A propaganda atraía levas de migrantes, disputados entre as colonizadoras. Mesmo sendo pequenos, os lotes atraíram compradores como médicos, advogados, empresários, banqueiros e funcionários do alto escalão da Companhia, que tinham desconto de 20% e a vantagem de serem os primeiros compradores. O privilégio desses funcionários era tal que eles podiam comprar vários lotes rurais que juntos transformavam-se em fazendas, e escolher esses lotes nas áreas próximas de onde seria implantada a área urbana, sabedores da informação de que em breve a infraestrutura logo chegaria até seus lotes.

O texto abaixo reproduz uma das propagandas televisivas na época (texto que acompanhava as imagens anteriores), no início da década de 1950:

Estradas continuam a penetrar a terra virgem rumo ao novo objetivo urbanístico da Companhia, a fundação de Maringá. Por toda a parte a mata revela o alto padrão das terras. Os engenheiros autênticos pioneiros desbravadores, são sempre os primeiros a chegar. Para o perímetro urbano da

nova cidade que vai surgir planejado e realizado pela Companhia foram reservados 600 alqueires. Todo terreno já está limpo e recebeu o traçado das principais ruas. O chamado Maringá Velho, com seu primitivo hotel, data de 1941. Vejamos agora do alto, Maringá de 1950, realmente quem poderia prever um desenvolvimento tão rápido para esta hoje importante rica cidade do *hinterland* paranaense! Aqui temos a Avenida Brasil de 1950. Poucas cidades brasileiras revelam um progresso tão pujante e um crescimento tão vertiginoso (MARINGÁ HISTÓRICA, 1950).

Na comercialização do espaço, seja urbano ou rural, alguns fatores são essenciais na sua valorização e atração de compradores, tais como os preços e a localização. A localização inteligente de Maringá sobre um sítio urbano favorável e de fácil acesso e escoamento de produtos por meio do eixo rodoferroviário agregaram valor às terras maringenses. A procura pelos lotes rurais foi uma verdadeira corrida ao ouro, e até o final da década de 1940 foram vendidos 61,9% dos lotes rurais e quanto aos lotes urbanos em somente dois anos (1951 e 1962) foram vendidos 67,6% dos lotes (LUZ, 1997).

José H. Rollo Gonçalves nos chama a atenção para a logística comercial empregada pela CTNP/CMNP que era inédita nos anos de 1930, para o autor “[...] é muito provável que as iniciativas da CTNP em matéria de propaganda realizadas entre os anos 30 e 50, fossem inéditas no país em termos de área de abrangida e de efeitos obtidos por uma empresa particular” (GONÇALVES, 1995, p. 56). As propagandas contaram com uma rede de difusão em que souberam aproveitar quatro aspectos importantes para o processo de desenvolvimento: sendo a presença de uma grande empresa colonizadora, a aparente mínima participação do Estado, o espraiamento da produção cafeeira norte-paranaense após os anos de 1930 e o caráter planejado da produção do espaço rural e urbano.

Tanto os lotes rurais quanto os urbanos em poucos anos estavam praticamente todos vendidos. A imensa procura, fruto da ação imobiliária de atração de compradores, já fizera naquela época valer uma das máximas do capitalismo que é a lei da oferta e da procura, a qual hoje em Maringá é um dos fatores que mais contribui para a especulação imobiliária do solo urbano; tanto pelo desenvolvimento que alcançou a cidade quanto pela escassez de terra, uma vez que além da maior parte do município ser composto por área rural ainda é possível observar imensos vazios urbanos ou propriedades rurais em meio à cidade, gozando de privilégios urbanos a baixo custo.

A expansão urbana ocorreu antes do previsto formando um novo perímetro urbano e incorporando terras rurais na dinâmica urbana e do mesmo modo que no projeto inicial os compradores foram alocados nos novos bairros de acordo com o seu poder de compra.

Paralelo à venda dos lotes do plano-piloto, surgiram outros bairros mais distantes para atender a demanda daqueles que não tinham possibilidades de adquirir lotes da área planejada e que tinham maior infraestrutura e por consequência maior valor, mesmo aquelas destinadas à população trabalhadora. Dentre esses bairros somente na década de 1940 surgiram: Vila Progresso (1946), Vila Vardelina (1946), Jardim Aclimação (1948), Vila Nova (1948), Vila Esperança (1948), Vila Sana Isabel (1948), Vila Santo Antonio (1949) e Vila Cleópatra (1949).

De todo modo, percebe-se que os agentes imobiliários sempre atuam na repartição das terras de Maringá e lançaram mão de todas as estratégias disponíveis, sejam as de valorização das terras, das políticas governamentais ou do *marketing*. Tal como os incorporadores que sempre estiveram presente promovendo a procura e a especulação.

1.5 A MEMÓRIA E A CULTURA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM LUGAR

Na construção da identidade estão relacionados vários elementos, entre eles o tempo. Ele está presente na representação, ou seja, no processo de construção da memória coletiva e da identidade e as condições históricas sociais e ou geográficas são inerentes à própria identidade. Ela não existe por si só, é parte de uma sociedade em movimento, é a concretização de um dado momento de vivência da sociedade em um determinado local, em um determinado grupo.

Paul Claval (2007, p. 83) nos relata a importância da memória na transmissão da cultura. Para o autor:

A medida em que a ação humana não é fundada diretamente sobre o instinto, mas sobre o instinto contextualizado, normatizado e canalizado pela cultura, ela supõe memorização de esquemas e de condutas, atitudes, práticas e conhecimentos. As formas que revestem a memória são múltiplas.

Halbwachs (1990) fala sobre o tempo matemático/real e vivido abstrato. O tempo matemático é mais preciso e possível de cronometrar, trata-se do tempo social, já o tempo vivido é percebido pela subjetividade do indivíduo.

No contexto do tempo, a disciplina social é fundamental para convivência em grupo, dessa forma foi necessário fracionar o tempo por meio de convenções, como ano, meses, dias e horas. Ele é a representação coletiva e apreendida por meio da memória que foi se

construindo ao longo da história da humanidade. Para a vivência em grupos sociais é necessário que seja o tempo possa ser medido e por isso “[...] está dividido da mesma maneira para todos os grupos e membros da sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 91). Essa divisão decorre da necessidade dos indivíduos se organizarem em grupos e estabelecerem regras de convivência, contudo o tempo social, aquele que disciplina e regulamenta as atividades sociais, tende a ser mais flexível.

Já o tempo vivido não é cronometrado, mas experienciado e percebido de maneiras diferentes pelos indivíduos, pois sua percepção decorre de fatores como o sexo e a cultura ou a idade sendo que “[...] à medida em que se fica mais velho o ritmo da vida interior se torna mais lento [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 93). O tempo subjetivo é percebido de forma diferente por velhos e crianças; os que têm mais idade, dependendo de suas lembranças, podem achar que o tempo para si anda lentamente, enquanto que para uma criança anda mais rápido. Desse modo, o tempo subjetivo é individual e pode haver tantas durações, quantos indivíduos existirem.

O tempo coletivo é percebido de forma diferente que o individual, e “[...] é preciso observar que o tempo nos importa aqui somente na medida em que deve nos permitir conservar e lembrar os acontecimentos que ali se produziram” (HALBWACHS, 1990, p. 100) e as lembranças se completam porque correlacionamos os fatos ocorridos com as medições do tempo. As lembranças são localizadas na memória por meio do tempo mesmo que não seja uma medição precisa.

O tempo coletivo refere-se aos tempos que são diferentes em cada local como escola, casa ou bar e para cada um desses lugares pode ser essencial o tempo matemático ou não. Digamos que o indivíduo que trabalha no comércio terá que respeitar o horário estabelecido para realização de suas atividades, ou seja, terá que ser disciplinado em relação ao tempo matemático, enquanto que na sua casa ele terá que viver o tempo subjetivo. Os indivíduos tendem a participar de vários grupos e cada um com tempo diferente e mediante todos os tempos existentes o ser humano necessita conciliar o real e o subjetivo havendo correspondência entre todos os tempos coletivos. O indivíduo pode se conduzir a partir da memória do grupo, mesmo que não faça mais parte.

A memória coletiva diferencia-se da história, pois ela “[...] avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 109), enquanto que a história retrocede para além da memória coletiva, para além dos pensamentos dos grupos. Pode-se dizer que a história trata do passado

que não pode ser recuperado pela lembrança, enquanto que a memória coletiva trata de um passado mais recente e que é possível de ser encontrada na memória do grupo.

A reconstrução do quadro temporal se dá depois que a lembrança do fato foi restabelecida, daí se reconstrói o tempo. Quando se solicita que um morador antigo do bairro fale sobre o momento em que se mudou para aquele local, ele busca fatos marcantes no tempo, mesmo que não se lembre da data correta, mas vem à memória alguns tempos como: foi no tempo que casei ou foi no tempo que nasceu meu primeiro filho. Sendo esses tempos uma forma de datar o acontecimento.

Assim, na construção da memória coletiva estão presentes o tempo e a percepção, que são elementos subjetivos, pois apresentam experiência vivida. O tempo é percebido de maneira diferente pelas pessoas tanto pelas questões relacionadas às características mentais individuais, quanto pela percepção que se apresenta sobre fatos ocorridos.

A identidade é elaborada pelo sujeito a partir do momento que realiza suas representações que é um elemento essencial na sua construção, seja ela individual ou coletiva, “No momento em que o sujeito está construindo representações, ele está construindo sua identidade” (MORI, 1998, p. 12). A representação é um exercício de reflexão que exige o pensamento, a ideia e ideais. É a partir dela que se começa a identificar as semelhanças entre os pares. A construção da identidade não é pensada previamente, mas é formada a partir das experiências, pois não há identidade sem vivência.

Quanto à definição do conceito de identidade, Ribeiro (2008, p. 58) afirma que “[...] hoje nos parece, cada vez mais, tarefa imprecisa”. A mesma autora ao discutir sobre o tema se utiliza do pensamento de Stuart Hall e apresenta três concepções: a primeira relacionada com o sujeito do Iluminismo, a segunda com o sujeito sociológico e a última com sujeito pós-moderno. Também utilizou o pensamento de Néstor Garcia Canclini para corroborar a ideia de multiplicidade de fatores que estão envolvidos na conceituação do termo:

[...] as identidades são permeadas por uma hibridização de significados, que possibilitam a convivência de tradições iconográficas nacionais (festas juninas, por exemplo) e daquelas criadas pela cultura de massa (black music, por exemplo). Para o autor, a discussão acerca das identidades e da cidadania deve levar em conta os modos diversos com que estas se recompõe nos desiguais circuitos de produção, comunicação e apropriação da cultura (RIBEIRO, 2008, p. 60).

O sujeito faz suas representações a todo o momento, aperfeiçoando-se a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos e com o meio no qual ele vive a partir das

incorporações das novas técnicas sociais e tecnológicas e “Esse processo confere à identidade um caráter de movimento” (MORI, 1998, p. 12). A percepção individual dos sujeitos nem sempre corresponde à percepção coletiva, pois as representações são processadas de forma diferenciada por diferentes grupos.

A identidade pode existir em um determinado grupo, mesmo não sendo vista de forma concreta podendo ser entendida num sentimento de pertencimento, sendo elaborada a partir do exercício das representações. E estas envolvem a memória, o pensamento e a cognição e a partir desse processo será construída a identidade como produto da reflexão.

A memória está em cada um que viveu, em seus sentimentos e pensamentos, reviver a memória é buscar no seu próprio interior explicações para o presente:

Não é certo então, que para lembrar-se, seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma das suas partes (HALBWACHS, 1990, p. 160).

A memória que aqui nos interessa trata-se da coletiva que permite a criação da identidade de bairro, aquela que é existente no grupo, sendo a busca das lembranças de seus membros que possibilita a construção da própria identidade do lugar. Para tal é necessário reorganizar as lembranças e localizá-las num quadro temporal, pois as lembranças não são organizáveis por si só, ainda mais quando se trata da coletividade, “Mas porque imaginar que todas as antigas lembranças estão lá, arrumadas, segundo a ordem mesma em que se sucederam como se nos aguardassem!” (HALBWACHS, 1990, p. 120).

Quanto ao diálogo entre identidade, memória e representação é realizado no campo pessoal ou grupal fazendo parte de uma determinada sociedade, de uma determinada parcela da população. Sob esse aspecto, a identidade é concreta, seja ela coletiva ou individual, já a memória e as representações são partes de um processo abstrato.

A identidade coletiva é construída na esfera mais ampla da sociedade e é realizada por meio de ações e da memória coletiva. Faz parte de um determinado grupo social, podendo ocorrer em uma cidade ou bairro, especialmente os mais tradicionais. Desse modo, a separação entre o sujeito e a sociedade pode ser entendida na relação do EU e do grupo, onde os limites físicos nem sempre constituem barreiras, servindo apenas como delimitação da propriedade privada, onde a casa é minha, mas o bairro é nosso.

2 BREVE PANORAMA DAS ETAPAS DE OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO NORTE DO PARANÁ DE 1930 A 1960

As transformações ocorridas no Norte do Paraná, a partir dos anos de 1930, foram caracterizadas especialmente pela sua ocupação organizada em núcleos urbanos. Sendo que o primeiro foi em Londrina, em 1929, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) instalou sua sede, após a primeira viagem organizada para tomar posse das terras, no Patrimônio de Três Bocas.

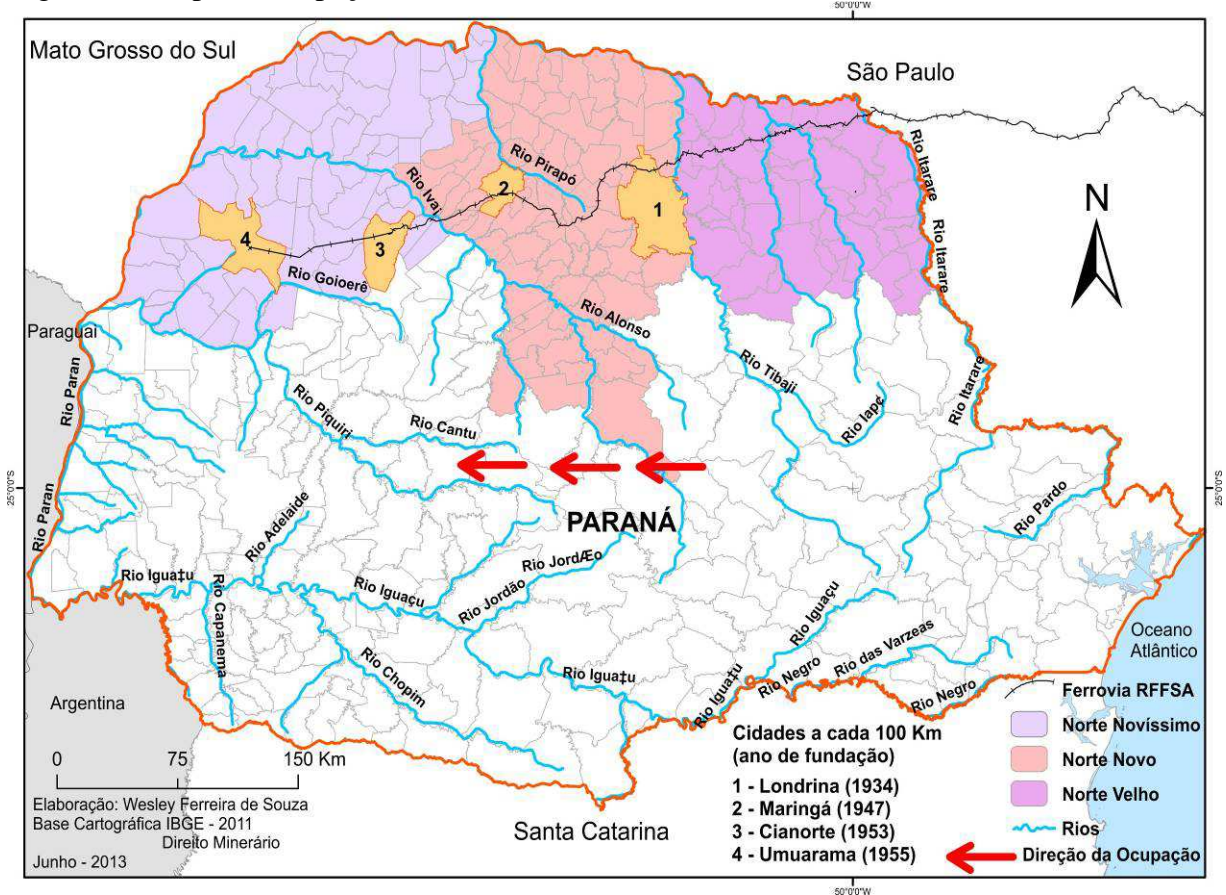
Os núcleos tinham por objetivo centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas e foram instalados de 100 em 100 km, enquanto que as cidades menores de 15 em 15 km; os núcleos foram criados para subsidiar as necessidades dos compradores dos lotes na área rural e urbana. Embora houvesse esse planejamento de ocupação realizado pela CTNP, é fato também que existiam inúmeros povoados, vilas, bairros, patrimônios criados anteriormente à colonização dessa Companhia.

Como aponta a CMNP, a região do Norte do Paraná foi dividida em três áreas, de acordo com o momento de ocupação:

Essa região – definidas pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização [sic]: o *Norte velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o *Norte Novo*, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a Oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o *Norte Novíssimo*, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ 1975, p. 35).

Como dito anteriormente, Londrina já havia sido fundada em 1929, sob comando do capital inglês. Além das quatro cidades, contava-se uma série de cidades menores, patrimônios que objetivavam facilitar a relação entre a produção rural e as cidades, por meio de centros intermediários e secundários de abastecimento e escoamento. Formava-se uma rede interdependente estruturada pela ferrovia como se verifica no mapa (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de ocupação do Norte do Paraná – CTNP/CMNP.



Fonte: Luz (1997); IBGE (2011). Organização e adaptação: Mansano, 2012. Elaboração Wesley F. de Souza.

Em nossa pesquisa, vamos nos ater a segunda área, que corresponde ao Norte Novo, à fundação de Maringá, uma vez que trataremos do Jardim Alvorada.

Observa-se que o empreendimento iniciado pela CTNP privilegiou apenas a comercialização de terras, a ver pela quantidade de municípios criados no processo de ocupação que posteriormente essa companhia passou a atuar também no assentamento de populações que compravam seus lotes. A estrutura fundiária caracterizava-se, nessa conjuntura, pela pequena propriedade. Essa espécie de reforma agrária acabaria pouco tempo depois, quando começou o processo de modernização da agricultura brasileira. Fato ocorrido em meados de 1960, impulsionado pelo intenso processo de concentração de terras aconteceria, consequência das políticas agrícolas estabelecidas pelo governo federal, destinadas à produção em grande escala. Mas, quando deixou as terras, o pequeno agricultor deixou também a infraestrutura necessária para a comercialização da produção, que seria desfrutada agora pelos grandes produtores.

A situação acima referida traz à tona a discussão sobre a reforma agrária apregoada pela CTNP/CMNP e apresentada por outros autores, como Andrade Neto (1979, p. 70), que

afirma “[...] a Companhia melhoramentos Norte do Paraná dividiu toda sua área rural em lotes que variavam de cinco a trinta alqueires, favorecendo não só o pequeno proprietário, mas também impedindo que os grandes latifúndios estendessem os seus tentáculos de estagnação”.

Carvalho (2002) discute o mito da reforma agrária no Norte do Paraná e questiona sobre as argumentações que colocam a CTNP/CMNP, responsável no processo de ocupação de terras como promotora da melhor reforma agrária do Estado. Para a autora, “A identificação do conceito de reforma agrária já é, por princípio, suficiente para desmanchar esta imagem [...]” (CARVALHO, 2002, p. 60).

Segundo Gordon Fox Rule, um dos antigos funcionários da CMNP: “É preciso não esquecer, também que alguns proprietários – contrariando a política de vendas da Companhia – conseguiram reunir vários lotes rurais e formar fazendas [...]” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 87).

Tal como Razgulaeff comprou no ano em Maringá – no ano de 1943 - quatro lotes rurais que formaram a Fazenda Santa Lina com 182 alqueires paulistas (440,44 hectares), pela sua estrutura dimensional que foi caracterizada como um médio estabelecimento rural. Como veremos adiante, no Norte do Paraná essa prática não era incomum, Monbeig no seu estudo: “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” já apontava que “No Norte do Paraná podem ser observadas fazendas que se aproximam de 1.000 alqueires ou mesmo os ultrapassam” (MONBEIG, 1984, p. 215). Fresca (2004, p.52) comenta que a estrutura dimensional das propriedades rurais do Norte do Paraná até o ano de 1960 era composta de 48,83% de pequenas propriedades com menos de 100 hectares, 24,02% de média propriedade entre 100 e menos de 500 hectares e 23,03% de grandes propriedades com área superior a 500 hectares.

Pela forma de organização e venda dos lotes, vendia-se para o pequeno agricultor, mas sem afugentar o grande empresário de terras, que as comprava para especulação imobiliária, como fizeram algumas pessoas da classe média paulista, como apontou Monbeig:

Às vezes os proprietários são burgueses que vivem nas cidades. Adquirindo um pedaço de sertão e o mantêm como capital de reserva. Por exemplo, um grupo de médicos de São Paulo, dos mais famosos, comprou alguns dos maiores lotes colocados à venda pela Companhia de Terras Norte do Paraná, em uma das glebas mais afastadas. Fazendeiros ou cidadãos, todos esperam o momento oportuno para efetivar o seu capital representado pela floresta, que se valoriza sem lhes custar nada. Uns talvez venham abrir uma fazenda, que substituirá a que estão abandonando com as terras esgotadas; outros, mais numerosos, esperarão a chance de uma feliz especulação. Ela lhes será dada por um corretor, que dividirá a floresta em lotes. A subdivisão da gleba atingirá então o seu pontofinal (MONBEIG, 1984, p. 221).

Renato Leão Rego reitera que “Apesar de estar voltada aos interesses do pequeno produtor, a Companhia não impediu a configuração de grandes lotes rurais [...] (REGO, 2009, p. 112).

Desse modo, alguns compradores ricos compraram a terra para investimento, mas alguns tomaram posse e usufruíram da terra. São esses, que na maioria são reconhecidos hoje como os pioneiros de Maringá, por meio de uma memória construída, por vários meios, entre eles as propagandas sempre ufanistas ainda influenciam até os dias de hoje o costumeiro hábito de usar, ao se referir aos pioneiros, o termo desbravador. Além de que no período de colonização do Norte do Paraná aqueles que tinham dinheiro eram conhecidos como doutor, esse fato explica porque configura entre os pioneiros de Maringá tantos doutores, pois muitos desses médicos não vieram aqui por conta de suas profissões, mas por conta da especulação imobiliária.

Quanto à produção agropecuária até o ano de 1959, o café foi o produto que determinava a economia norte-paranaense chegando a produzir “[...] 1.617.923 toneladas ou 98,94% do total da produção estadual, caracterizando-se como a maior região produtora brasileira de café naquele momento” (FRESCA, 2004, p. 53). A elevada produção após a Segunda Guerra Mundial esteve ligada a vários fatores “Como destaque, tem-se o reaquecimento do mercado consumidor europeu e norte-americano; o fim da cota de sacrifício em 1944; em 1951, o restabelecimento do sistema de defesa com fixação do preço mínimo; e a criação, em 1952, do Instituto Brasileiro do Café – IBC” (FRESCA, 2004, p. 53). A produção cafeeira era voltada especialmente para a exportação, via Porto de Santos.

O crescimento de Maringá, assim como no Norte do Paraná, deu-se a partir da produção de café, sendo essa atividade na época grande absorvedora de mão de obra, uma vez que o trabalho era essencialmente manual.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NORTE-PARANAENSE A PARTIR DE 1960

Com as políticas econômicas adotadas pelo governo paranaense a partir do início dos anos de 1960, transformaram-se o Norte do Paraná “[...] em uma agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas” (FRESCA, 2004, p. 215).

Nos anos seguintes da década de 1960, o Paraná não conseguiu o seu grande objetivo de industrialização, mas as ações desenvolvidas levaram o Estado à modernização da

agropecuária, bem como a agroindustrialização, “[...] tendo a produção e o processamento da soja e do trigo como principais destaques” (FRESCA, 2004, p. 174). Assim, ocorreram as diversificações agropecuárias no Norte o Paraná e o Estado paranaense passou na divisão de territorial do trabalho da década de 1950 de produto agrícola: café, em 1960 para exportador agrícola de gêneros alimentícios e em 1970 passou “[...] para a condição de industrial, mas centrado na agroindústria alimentícia” (FRESCA, 2004, p. 207).

No início da década de 1980, o Brasil e o Paraná, mas este com menor intensidade, passaram, na denominada década perdida, período de grande recessão e estagnação econômica, mas continuou tendo “[...] na agropecuária e na agroindústria predominância produtiva e geração de renda” (FRESCA, 2004, p. 2010). Entretanto, comparando o PIB nacional e o estadual as nossas taxas foram as melhores.

Em 1990, continua a contração econômica com o advento das políticas econômicas do Governo Collor e o Paraná continuou com mesmas características da década anterior. A diferença passa a ser a redução da participação da agroindústria aumentando as indústrias de metal-mecânico, madeira e química.

A diversificação agropecuária foi uma prática importante, já que a maioria dos estabelecimentos rurais era pequena ou média e estas culturas eram essenciais em especial para alimentar a família ou os colonos. Este era o caso da Fazenda Santa Lina, onde os colonos produziam entre os cafezais quase tudo o que se necessitava como feijão, arroz e milho, “Isso porque as culturas temporárias tinham papel crucial na manutenção da família, pois eram elas que geravam renda básica para o sustento familiar, especialmente, quando os preços do café oscilavam, quando havia perda de produção por geadas, secas etc.” (FRESCA, 2004, p. 55). No caso da Fazenda Santa Lina, as culturas alimentícias (arroz, feijão e outras) na maior parte das vezes inseridas entre os cafezais e a criação de animais (galinhas, porcos e cabritos) nos mangueirões localizados no fundo das casas das colônias serviam de renda e alimento para a família, uma vez que somente recebiam no período de coleta e venda do café e nos outros tempos havia a necessidade de manter a família. Rego (2009) corrobora com a informação dizendo que “Fora da safra de café, o sitiante [e também o colono] consumindo o necessário e vendido o supérfluo dessas culturas paralelas: ‘arroz e milho, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas’” (REGO, 2009, p. 113).

Em virtude da diversificação agrícola, mesmo que em menor escala do que especificamente a produção de café surgia nas cidades, as empresas descaroadoras de algodão e máquinas de beneficiadoras de arroz, como a que foi montada em Maringá pelo seu quinto morador, Durval Francisco dos Santos, que aqui chegou em 1943. Esta cidade

juntamente com Londrina, Campo Mourão, Arapongas e Apucarana eram as cidades de maior número de estabelecimentos industriais.

Até 1960, essa forma de lógica estava atrelada à divisão territorial do trabalho brasileiro, onde o processo de industrialização havia se iniciado em São Paulo nos anos de 1930, período em que houve a ocupação do Norte Novo paranaense, ou seja, o avanço das frentes pioneiras. Desse modo, o Paraná cumpria com sua função de abastecer o mercado nacional com produtos alimentícios e matéria-prima.

2.3 A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NORTE-PARANAENSE

Já no início dos anos de 1960, a rede urbana do Norte do Paraná estava concluída e, é nesse momento que se dá a expansão da área urbana de Maringá e a criação do Jardim Alvorada, momento em que o Norte do Paraná já havia cessado sua colonização.

Quanto às localizações das cidades do Norte do Paraná, registraram-se em virtude dos traçados das vias de transporte rodoviária ou ferroviária.

No geral, a estruturação da rede urbana e a localização dos núcleos urbanos esteve, pois, vinculada ao sistema de transporte, demonstrando sua importância diante de uma economia orientada para o mercado e desenvolvido generalizadamente, sob a forma de pequena produção mercantil [...] (FRESCA, 2004, p. 64).

As localizações das cidades do Norte Novo e Novíssimo do Paraná, em função do traçado viário, possibilitaram que, em 1960, a rede urbana apresentasse um padrão linear de ocupação apoiada nas vias de circulação.

Como dito anteriormente, o papel das vias de comunicação são extremamente importantes para a formação do complexo e em especial no Norte do Paraná o que possibilitou a formação do complexo foi a linha férrea e segundo as palavras de Dantas (2005, p. 37) “Monbeig tem sempre em mente o movimento pioneiro e este seria impensável sem as estradas de ferro e de rodagem”, que possibilitou o surgimento e transformação das cidades, pois todas “[...] foram *boca do sertão*, *terminus* ou *ponta de trilho*, cada uma há seu tempo. O avanço das linha de estrada de ferro em direção às zonas novas contribuiu, ao mesmo tempo, para acelerar o envelhecimento das regiões a que elas outrora deram vida” (SALGUEIRO, 2006b, p. 98).

A linha férrea foi impulsionadora de toda a transformação da paisagem do Norte do Paraná, tal como Maringá, pois era a via de comunicação necessária para o progresso, para o transporte de pessoas e mercadorias. Ela agregava valor imobiliário aos lotes que seriam vendidos, mesmo em Maringá em que se venderam lotes rurais antes da chegada da linha férrea, mas que se sabia claramente que enquanto dava o tempo da terra começar a produzir chegaria a linha férrea na cidade como aconteceu em cidades nas “bocas do sertão” como Maringá, aonde a linha férrea chegou em 31 de janeiro de 1951, quando já estava em plena produção cafeeira. Nas cidades da franja pioneira do norte-paranaense, as vias de comunicação foram os facilitadores da transformação da paisagem. Entenda-se por meios de comunicação, naquela época, em especial os meios de transporte, como a linha férrea e as estradas que se abriam no meio da mata, sendo a estrada de ferro que levou a mobilidade e possibilitou as trocas estabelecidas no espaço urbano e rural, gerando uma rede de circulação.

A rede urbana do Norte do Paraná apresentava aspectos de organização a partir das vias de transporte e circulação. Segundo Fresca (2002, 2004), a rede urbana do Norte do Paraná do início da década de 1960 pode ser atribuída à hierarquia estudada por Christaller em 1966, ou seja, a teoria das localidades centrais, onde o transporte é o norteador de localização dos centros e arranjo espacial. Desta forma, a rede urbana norte-paranaense até o ano de 1960 pode ser analisada sob o padrão do tipo christalleriano e

Assim, a rede urbana do norte do Paraná apresentava em 1960 um padrão linear de ocupação, centrada ao longo das vias principais onde a quase totalidade dos centros urbanos de maior hierarquia aí se localizavam: as duas capitais regionais, cinco centros sub-regionais e cinco centros de zona alinhavam-se ao longo da grande rota que de Cambará atinge Guaíra. Os demais centros sub-regionais, em número de três, alinhavam-se ao longo das outras rotas principais como a BR 373, a BR 153 e a PR 317, enquanto os demais centros de zonas, dois alinhavam-se ao longo da BR 153, e os outros cinco em razão da escala da rede urbana, ocupando toda a porção norte do estado, não é possível encontrar um único eixo preferencial do transporte conforme a proposta teórica das localidades centrais (FRESCA, 2002, p. 9).

Observam-se vários níveis urbanos, como centros locais, centros de zona, centro sub-regionais, capitais regionais, como era o caso de Maringá onde o raio de influência era exercido especialmente sobre as cidades do Norte Novíssimo. Na hierarquia urbana, o Norte do Paraná estava vinculado à metrópole paulista e não à capital paranaense (FRESCA, 2002).

Até os anos de 1960 foi formada a rede urbana do Norte do Paraná e a dinâmica funcional urbana, entendida como “[...] um conjunto de atividades urbanas como o comércio atacadista, varejista, indústria, bancos, serviços de educação, saúde, transporte, etc, praticadas em uma cidade por diversos agentes sociais inseridos em um contexto historicamente

determinado” (FRESCA, 2004, p. 67) oferece o mínimo de atividades urbanas para atender a demanda da população local.

Quanto à economia agropecuária, as cidades do Norte do Paraná desenvolviam funções voltadas para a economia agrícola “Regra geral, as cidades da rede urbana, em 1960, desempenhavam a função de coleta, beneficiamento e comercialização da produção rural [...]” (FRESCA, 2004, p. 70).

Quanto ao comércio varejista, destacavam-se nas cidades os que eram destinados ao abastecimento da população rural; eram vendidos especialmente tecidos, calçados, vestuários, produtos industrializados, móveis, eletrodomésticos, ferramentas, representados pelos armazéns, as casas de secos e molhados. A cidade de Maringá se destacava pelos inúmeros estabelecimentos comerciais e atraía a população das cidades menores do entorno, o que aumentava o potencial do mercado consumidor.

Quanto à atividade atacadista, o setor atacadista também começara a se destacar em algumas cidades do norte-paranaense, como Londrina e Maringá. Fresca (2004, p. 72) aponta que esta atividade estava por conta de filiais de empresas paulistas que vieram para cá por conta das facilidades de transporte. Nesse contexto, foram criadas em Maringá condições de deixar de ser ‘boca do sertão’ e concorrer com Londrina e o maior destaque era para o café, cereais e gêneros alimentícios e “[...] formou-se, dentre outros, um setor atacadista, já que estavam garantidas as condições para a produção e reprodução de capital em Maringá” (FRESCA, 2004, p. 74), essas condições são referentes especialmente ao mercado consumidor e às condições de transporte. A mesma autora aponta que Londrina, na divisão territorial do trabalho, se destacava pela maior população e pelo comércio varejista e atacadista, enquanto que Maringá apresentava um setor comercial forte voltado para o abastecimento da população local e apresentava menor número em relação àquela.

No setor industrial, Maringá, igualmente a Londrina, apresentava maiores números de indústrias no Norte do Estado. A maioria estava diretamente ligada à produção rural, especialmente a alimentícia seja de beneficiamento ou de fornecimento de equipamentos agrícolas e “As unidades industriais direcionavam suas produções para atender um mercado consumidor local e por vezes regional em pequena escala” (FRESCA, 2004, p. 76). Entretanto, a indústria não era desenvolvida e a fraca atividade econômica industrial do Norte do Paraná era pelo fato da região na divisão territorial do trabalho estar vinculada à produção rural.

Quanto aos serviços, nos anos de 1960, Maringá começou a se tornar um polo de atração para a população do Oeste, pois a cidade já havia ultrapassado a fase de serviços

destinados à compra de terras, como os alojamentos e alimentação, como era o caso das cidades do Oeste que iniciaram sua colonização por volta dos anos de 1950. Até o ano de 1960, Maringá já dispunha de serviços médicos, jurídicos, educacionais e outros necessários ao cotidiano da população e os serviços de água, luz e telefonia estavam se estruturando e os serviços bancários, já haviam começado a se desenvolver em Maringá desde 1948.

Na atualidade não é mais possível analisar a rede urbana norte-paranaense sob a teoria christalleriana, mas pela inserção da divisão territorial do trabalho, provocada pelo processo de modernização da agricultura, ou seja, pela diversidade produtiva pós anos de 1960 que possibilitou a reestruturação da rede urbana.

A nova rede urbana tornou vilas, povoados e distritos de 1960 em municípios, sendo que em 1997 o Paraná já contava com 203 cidades e 2013 com 399, contra 98 municípios no início da década de 1960. Pós os anos de 1980, também houve a intensificação do processo de industrialização para várias cidades ocorrendo a especialização da produção entre algumas cidades como Apucarana que se transformou na cidade do boné ou capital do boné.

Enfim, de 1930 a 1960, houve a homogeneização de configuração e funções urbanas no Norte do Paraná, com a economia voltada especialmente para a agropecuária, em especial o café.

Quanto ao quadro populacional até o ano de 1960, o Paraná tinha um crescimento da população total tanto pela elevada taxa de natalidade quanto pelas migrações ocorridas pelo avanço das frentes pioneiras. Houve aumento pelas migrações de paulistas, mineiros, paranaenses e nordestinos que vieram para trabalhar na área que estava se formando. Especialmente as migrações eram para a área rural, o que levou em 1960 a apresentação de uma taxa populacional de 78,12% da população na área rural, “Essa distribuição de população estava correlata ao predomínio de uma economia assentada nas atividades agropecuárias [...]” (FRESCA, 2004, p. 59). Até então a população concentrava-se na área rural.

Embora houvesse predomínio de população rural é importante ressaltar que em 1960 os núcleos urbanos no Paraná já estavam criados e emancipados política e administrativamente. Entretanto, “[...] durante os processos que geraram a estruturação da rede urbana, alguns núcleos urbanos desapareceram ou foram transferidos para outras localizações, especialmente quando dois núcleos estavam muito próximos [...]” (FRESCA, 2004, p. 59-60).

No Norte do Paraná, a substituição da cafeicultura após o início da década de 1960 possibilitou o aumento da taxa de urbanização, um exemplo é a cidade de Maringá que no ano de 1950 (38.588 habitantes) apresentava uma taxa de urbanização de 18,8%; em 1960

(104.231 habitantes) passou para 45,6% e 1970 (121.374 habitantes) já era de 82,5%, ou seja, a década de 1960 foi um marco para Maringá transformar-se definitivamente em um município urbano, pois tanto houve o crescimento da população total quanto a taxa de urbanização pelo êxodo rural, onde parte da população das cidades menores migrou para as cidades de maior porte.

Para Keller, a região de Maringá, em 1968, era mais extensa que outras do Norte do Paraná, contudo

[...] os laços com o centro regional são mais frouxos, por ser êste [sic] uma cidade muito nova e ainda se encontra em processo de equipamento. É suplementado na sua atuação regional por Londrina. Abrange áreas, ainda, em fase de povoamento e onde se encontram, em embrião, futuros centros regionais como Campo Mourão, Cianorte e Umuarama. A atração de Maringá se faz sôbre [sic] todo o Norte Novíssimo até o rio Piquiri, através de três subcentros e de dois centros locais diretamente sob sua tutela: Nova Esperança e Mandaguari (KELLER, 1968, p. 327).

Sobre esse tema, Márcio Roberto Ghizzo reitera:

Assim é a cidade de Maringá que, desde sua gênese, foi planejada a se tornar um centro de distribuição de comércio e de serviços para toda a população de sua área de influência a qual, no início, transcendia o território paranaense no sentido Oeste/Noroeste, abarcando também parte do atual estado do Mato Grosso do Sul (GHIZZO, 2012, p. 82).

Fresca (2004, p. 223) aponta que o Norte do Paraná após 1970 passou da condição de região de atração populacional para expulsora, sendo um dos motivos a modernização da agricultura. Nas duas décadas seguintes continuou o processo de urbanização no Norte do Paraná.

2.4 O MEIO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MARINGÁ: DA COLONIZAÇÃO À FORMAÇÃO DA CIDADE

O município de Maringá começou sua formação quando, no ano de 1938, foram vendidos os primeiros lotes rurais em torno da reserva que fora deixada para a formação da futura cidade.

Oswaldo Reis (2004) faz um histórico dessas ocupações e aponta que já em 1939 veio para Maringá seu primeiro morador, Mitsuzo Taguchi, tomar posse das terras rurais.

Quanto à toponímia do nome da cidade, corresponde a relação que o ser humano apresenta com o meio em que vive, é a identificação cultural de um lugar, a tomada de posse e localização. É a orientação necessária ao indivíduo, pois

Todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – freqüentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a terra que se torna assim objeto de discurso. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (CLAVAL, 2007, p. 189).

Sobre o tema, muitas controvérsias têm existido desde os primeiros anos de vida da cidade, precisamente sobre quem nomeou a cidade.

No site oficial da Prefeitura Municipal de Maringá, tem-se a seguinte explicação:

Uma das maiores curiosidades de nossa gente é com relação a origem do nome da cidade. Parece até uma curiosidade coletiva, onde cada morador ou curioso tenta desvendar ou justificar a origem de seu nome. Nessa tentativa, lendas e lendas, são criadas, que vão desde o cantarolar triste de um viúvo, derrubador de mato, que numa rede amarrada em árvores ninava seu filho, com a canção ‘Maringá, Maringá’. Os presentes comovidos resolveram dar o nome dessa canção a este lugar. Há também, uma lenda que diz que Dona Elizabeth, esposa de um dos diretores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tenha sugerido o nome de Maringá é área que seria colonizada [sic] (MARINGÁ, 2012)..

Muitos autores afirmam que o nome Maringá fora escolhido por Elizabeth Thomas, esposa de Arthur Hugh Miller Thomas, escocês de Edimburgo. Essa versão na realidade trata-se de uma homenagem construída às senhoras da sociedade da época, mas difundida por muitos, como:

Luz (1997, p. 61) escreveu:

Quanto ao nome dado à cidade que estava sendo planejada, derivou da canção de Joubert de Carvalho. [...] Como esta canção era muito popular na época em que se desbravava o Norte do Paraná, quando os diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná se reuniram para decidir sobre o nome que lhe seria dado, a Sr^a. Elizabeth Thomas, esposa de um dos diretores, Sr. Arthur Thomas, sugeriu que fosse dado esse nome à cidade. A sugestão foi imediatamente aceita e por essa razão Maringá foi cognominada posteriormente ‘Cidade canção’.

Nesse contexto, pensamos que a explicação mais cabível é a que segue abaixo, contribuição da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 128)

O batismo das águas encontradas ficava a cargo do Departamento de Topografia, que para a escolha dos nomes aproveitou o dicionário guarani, a relação de acidentes geográficos dos países de onde vinham os imigrantes (Espanha, Portugal, Itália), bem como os nomes de santos, de marcas de cigarro, de quadros de futebol, ou mesmo de namorada e esposas de agrimensores. Somente os nomes dos rios e ribeirões constantes das escrituras primitivas não foram alterados. Os povoados – ou patrimônio, como os chamávamos – recebiam geralmente o nome da aguada mais próxima.

Contudo, os nordestinos mesmo que indiretamente deram sua contribuição à denominação da cidade. Os funcionários da CTNP/CMNP, que trabalhavam embrenhados no meio da mata em contato direto com outros trabalhadores, migrantes de origem nordestina, foram quem, provavelmente, batizaram o córrego que emprestou o nome à cidade.

Até 1960, o município de Maringá tinha uma extensão aproximada de 1.000 km² que fora dividida em 15 glebas: Atlântic, Caxias, Centenário, Chapecó, Colombo, Maringá, Morangueiro, Paiçandu, Patrimônio Água Boa, Patrimônio Doutor Camargo, Patrimônio Iguatemi, Patrimônio Maringá, Paiçandu, Pinguim e Sarandi (LUZ, 1997, p. 48).

Em Maringá, poucos lotes apresentavam área superior a 100 alqueires. Desde 1938, a Companhia vendia lotes nas glebas que circundariam Maringá. Esses imóveis rurais eram registrados em Londrina e posteriormente em Mandaguari e/ou Apucarana.

Os lotes eram vendidos em quase todos os lugares; para pessoas de vários lugares do Brasil e do exterior. Ao comprar o lote, muitos agricultores vinham imediatamente para Maringá para tomar posse das terras.

2.4.1 A ocupação urbana inicial

Em 1942, fixaram-se os primeiros moradores que compraram as terras da CTNP, no hoje denominado Maringá Velho. Tendo como referência este bairro, o atual Jardim Alvorada ficava na área rural.

A fundação oficial de Maringá ocorreu em 1947, na segunda fase de ocupação do Norte do Paraná encabeçada pela CTNP. Em 1951, foi elevada à categoria de sede de

município, ao mesmo tempo em que a companhia mudava de nome e passava a se denominar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Nome que apresenta o sentido de melhoramentos nos trabalhos de colonização que vinha desenvolvendo no Norte do Paraná.

O núcleo urbano de Maringá se constituiu posteriormente ao núcleo rural, decorrência da necessidade de abastecimento requisitado pela área rural (insumos, inseticidas, equipamentos, maquinários).

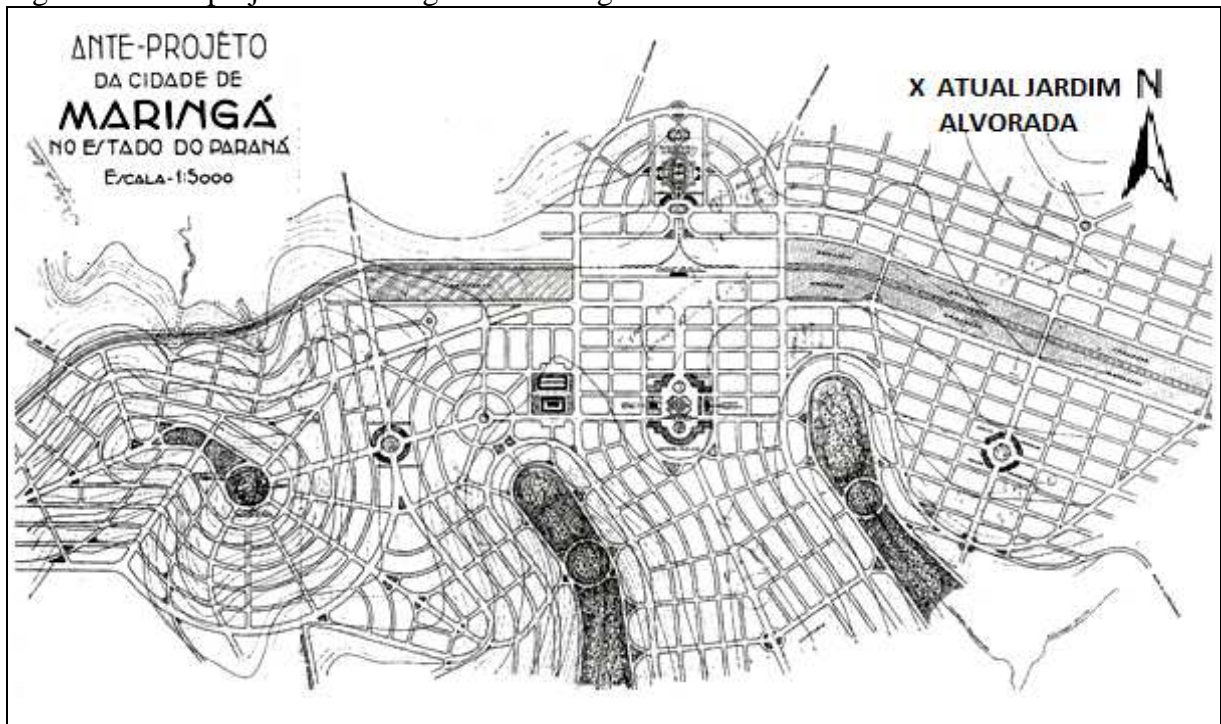
2.4.2 A consolidação da cidade de Maringá: a fase planejada

A área urbana do município foi planejada por Jorge de Macedo Vieira (Figura 4), no contexto de criação de outras cidades planejadas, como Goiânia e Belo Horizonte. O anteprojeto de Maringá, elaborado em 1945, a pedido da CTNP/CMNP, com área de 12.000.000 m², contemplou: Zona comercial (Zona 1), Zonas residenciais (Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 5, Zona 7 e Zona 8), Zona Armazém (Zona 9) e Zona Industrial (Zona 10). A Zona 6 (residencial) presente na configuração do plano-piloto teve sua aprovação em 1977. A Zona 50 embora estivesse dentro da área do plano-piloto, não foi contemplada no esquema de urbanização, sendo originada da transformação da paisagem.

No plano original desenhado em 1945, o atual Jardim Alvorada não fazia parte desse plano. Localizava-se ainda na área rural, no perímetro urbano da cidade, o que lhe aferia uma condição de bairro periférico (Figura 4).

As Figuras 4 e 5 representam a cidade de Maringá no projeto original.

Figura 4 – Anteprojeto de Maringá/1945 – Jorge de Macedo Vieira.



Fonte: Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de Maringá (apud CORDOVIL, 2010, p. 73).

Entender o esquema urbanístico aplicado no plano-piloto de Maringá possibilita relacionar com a própria transformação ocorrida na paisagem do Jardim Alvorada.

2.4.3 A expansão urbana para além do plano-piloto

Embora tenha tido seu núcleo urbano planejado, a cidade de Maringá também sofreu uma ocupação espontânea; presente desde antes da fundação do município. Como comentado anteriormente, a história de formação dos bairros de Maringá começou antes mesmo de sua fundação como município. Observamos que desde 1946, já havia dois bairros no local que, a partir de 1947, viria a ser a cidade de Maringá: a Vila Progresso e a Vila Vardelina.

A Figura 5 representa o esquema básico do plano urbanístico, bem como os bairros que surgiram antes do desenho do plano-piloto e a localização aproximada de onde seria implantado o Jardim Alvorada.

Jardim Santa Rita (1962), Jardim Internorte (1963), Jardim Castor (1968), Vila Esperança II(1968), Vila Cafelândia (1968) e Parque Industrial I (1968) (MARINGÁ, [2013?]).

Como dito anteriormente, para Monbeig (1957, p. 45), a cidade deve ser estudada do ponto de vista geográfico, e convém em primeiro lugar estudar a evolução do espaço urbano em etapas, desde sua formação até a sua progressão. A forma de análise baseia-se nos estudos de plantas da cidade em datas críticas, ou seja, datas que representem um marco das transformações ocorridas na paisagem. Tais marcos não correspondem somente às políticas urbanas oficiais, mas a fatores como os econômicos, que possibilitaram as mudanças.

No caso de Maringá que é uma cidade jovem, as transformações são recentes, mas abruptas, como as ocorridas na década de 1960 e 1970, onde ocorreu a metamorfose da Maringá rural para a urbana. Aqui, primeiramente, se constituiu a ocupação do espaço rural e o espaço urbano adveio pela necessidade de fornecer equipamentos ao espaço rural.

Assim, optamos por apresentar a cidade por década, pois nos possibilita entender como o espaço urbano foi se constituindo.

Na década de 1940, formou-se uma cinta de propriedades rurais, com pequeno povoado urbano e espaço vazio para futura formação da cidade. Embora o desenho do plano-piloto não estivesse pronto, o planejamento da localização da cidade já se fazia presente desde o momento em que se recortaram os lotes rurais para venda.

Na década de 1950, formou-se a área urbana - a cidade em si, ou seja, houve a ocupação do espaço vazio e a consolidação do plano-piloto.

Na década de 1960, formou-se um cinturão urbano em volta do plano-piloto, formado por novos bairros já loteados sobre a área rural, ou seja, ocupou-se a área suburbana.

O plano-piloto contemplou também bairros residenciais como a Vila Operária, localizado “[...] na banda oriental de Maringá, que dizer, localiza-se à direita da área central, na denominada Zona Sul. Sua dimensão total é de 70 alqueires (1.683.000,00 m²) [...]” (MARINGÁ, 2002, p. 21), foi criado para ser um bairro para moradia dos operários daquela época que compunham a população de menor renda, caracterizando-se como “[...] um segmento despojado de riquezas materiais, que terá na sua força de trabalho o único bem a ser negociado” (STEINKE, 2007, p. 146).

Observando a figura a seguir nota-se que a expansão urbana de Maringá ocorreu especialmente na direção Norte, ou seja, “A partir da década de 1960, a expansão para o norte, tomou impulso com a implantação do Jardim Alvorada” (CORDOVIL, 2010, p. 105), uma vez que:

A expansão urbana, no sentido sul, além dos limites das zonas 02 e 04, durante muito tempo foi contida. A implantação de dois frigoríficos, próximos a confluência dos Córregos Cleópatra e Moscados, bem como, a proximidade das lagoas de tratamento de esgotos, e a presença de 'casas de Tolerância' na área, reprimiam o interesse dos agentes imobiliários, inibindo o povoamento (MORO, 2003, p. 60)

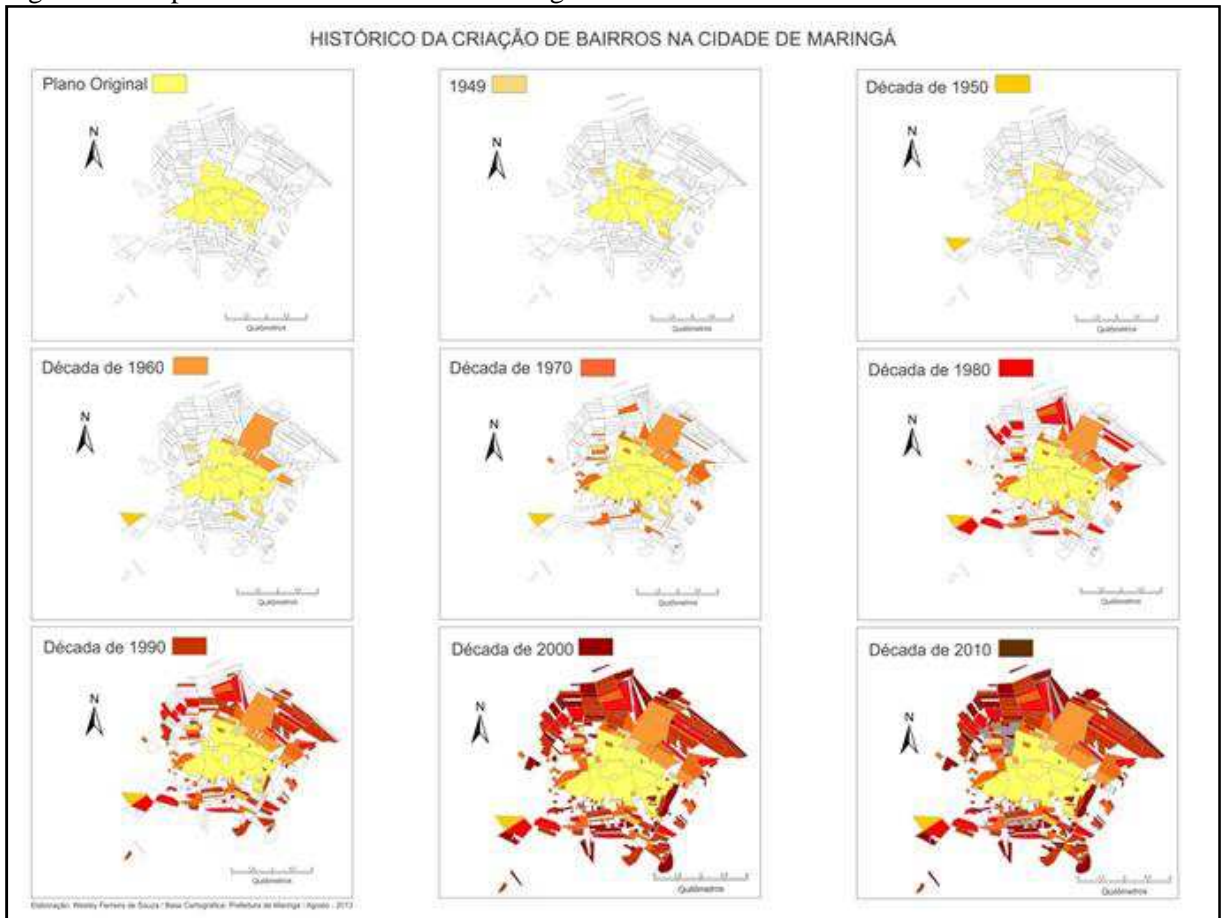
Nesse sentido, Moro (2003) reitera:

O cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa sua desterritorialização. As pequenas chácaras são presas fáceis da expansão urbana, da especulação imobiliária e da própria dinâmica contraditória da modernização agrícola (MORO, 2003, p. 62).

Este foi o caso do Jardim Alvorada, embora suas terras formassem uma fazenda, não se deve esquecer que era a junção de quatro lotes rurais. A mesma dinâmica ocorrera com outras fazendas, como a Maringá, que foi loteada em 1961 criando a Vila Morangueira.

O mapa constante da Figura 6 representa a localização dos bairros criados em Maringá nas décadas desde a década de 1940. Nota-se na figura a distribuição dos bairros de Maringá; pode observar-se a área urbana assemelhando-se a círculos concêntricos, pois muitos bairros mesmo antes de suas implantações já estavam presentes no planejamento da cidade, ou seja, faziam parte da área rural de transição. Nesse contexto, a distribuição populacional organiza-se de acordo com as intenções planejadas desde antes de sua ocupação.

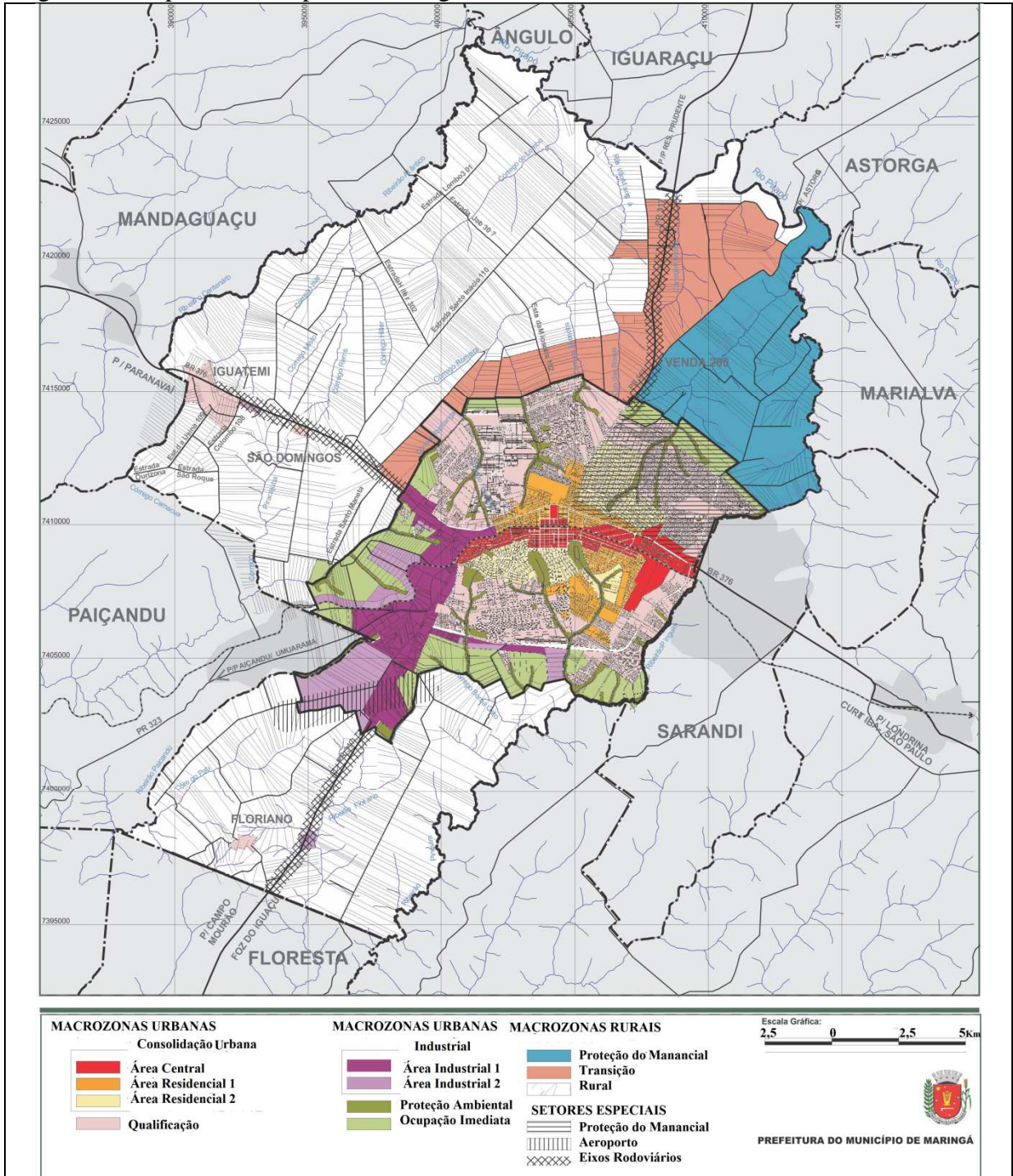
Figura 6 – Mapa dos bairros criados em Maringá até 2013.



Fonte: Maringá (2010a); Maringá ([2013?]). Adaptação: Mansano, 2013. Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

A Figura 7 representa o município de Maringá, com sua área urbana e rural. Nela é possível observar que o anel da área rural de transição não é mais um círculo perfeito, pois a expansão urbana se estendeu de forma diferenciada. Conforme o Plano Diretor do Município é ao Sul e Oeste que encontramos a área rural de transição, ou seja, a área rural que já faz parte do planejamento de urbanização, bem como é observada a efetiva área rural (MARINGÁ, 2006) (Figura 7).

Figura 7 – Mapa do município de Maringá e suas áreas urbana e rural.



Fonte: Maringá (2006, p. 62), alterado pela Lei Complementar 799/2010.

Conforme representa a figura anterior a extensão rural de Maringá é cerca 71% da área total da unidade territorial, já que a área urbana corresponde aproximadamente a 29%. Considerando esses percentuais, o estudo da geografia agrária de Maringá é um tema relevante para pesquisas, contudo elas ainda são incipientes, seja com relação ao período de formação do município ou da atualidade.

A rápida expansão urbana de Maringá é um fato verificado no Norte do Paraná, como aponta Rego (2009, p. 194):

De toda sorte, as cidades do norte do Paraná tiveram um desenvolvimento surpreendente e não seria nada equivocado buscar as raízes desse desenvolvimento, inclusive no esquema de colonização ali implantado. [...] O planejamento sistemático da ocupação do norte do Paraná foi resultado da iniciativa privada, fruto do interesse comercial dela, mas também do seu comando centralizado.

Sobre a formação urbana de Maringá e a rede urbana que se formava no Norte do Paraná, Nilo Bernardes escreveu em 1950:

Maringá é o centro urbano que surge atualmente na frente pioneira do Norte do estado [sic] enfeixando a vida econômica e social em evolução. A oeste desta nascente cidade, depois de uma faixa ainda em mata, o povoamento progride radialmente com centro na vila de Paranavaí, graças à colonização aí realizada pelo estado [sic] (BERNARDES, 2007, p. 112).

Dessa forma, Maringá colonizada no processo de expansão da rede urbana do Estado, transformou-se em um polo regional, criando novos bairros, novos serviços, ampliou suas funções urbanas e sua economia.

Fresca (2004, p. 73), ao discutir sobre a rede urbana no Norte do Paraná, argumenta que

A cidade de Maringá – que teve sua gênese a partir de 1942, quando começavam as atividades iniciais do loteamento pela CTNP, e prosseguiram com a CMNP, culminando, em 1947, com a data oficial de fundação da cidade – recebeu gradativamente a implantação do setor atacadista. Também as firmas paulistas paulistanas instalaram suas filiais em diferentes ramos [...].

Para Cesar M. Mendes, a expansão urbana de Maringá ocorreu de forma rápida por diversos fatores, como “[...] posição geográfica, crescimento demográfico, solos propícios a diferentes culturas, diversificação das atividades produtivas, Maringá consolidou-se como

centro urbano de relevância regional pelas suas especificidades impulsionando o desenvolvimento de sua área de influência” (MENDES, 1992, p. 4).

De todo modo, na expansão urbana de Maringá, além do fortalecimento do setor terciário, diversos lotes adquiridos na área rural viraram loteamento da área urbana, como é o caso do Jardim Alvorada. Num primeiro momento, havia o interesse em obter lucro com o café, pois era muito rentável naquela conjuntura. Posteriormente, quando a conjuntura cafeeira deixou de ser favorável o lucro veio dos loteamentos urbanos. É o que acontece até hoje.

Essa é a história de colonização e ocupação urbana de Maringá, que possibilitou a expansão urbana, bem como a criação do Jardim Alvorada que antes de ser loteado fazia parte da Fazenda Santa Lina, tema que trataremos na próxima Seção.

3 DA COLONIZAÇÃO À EXPANSÃO URBANA: DA FAZENDA SANTA LINA AO JARDIM ALVORADA

O município de Maringá começou sua formação quando no ano de 1938 se venderam os primeiros lotes rurais em torno da reserva que fora deixada para a formação da futura cidade. Osvaldo Reis (2004) faz um histórico dessas ocupações e aponta que já em 1939 veio para Maringá seu primeiro morador Mitsuzo Taguchi tomar posse das terras rurais. Assim, formaram-se as terras da Fazenda Santa Lina em 1943, como já referido em páginas atrás.

3.1 A FORMAÇÃO DA PAISAGEM DA FAZENDA SANTA LINA

Iniciada como Fazenda Santa Lina, de propriedade de Alexandre Razgulaeff, engenheiro topógrafo da CTNP/CMNP, as terras onde hoje se localiza o Jardim Alvorada eram área rural.

Razgulaeff participou do processo de colonização realizado pela Companhia. Já em 1929 esteve presente na expedição que deu origem à cidade de Londrina (SCHWARTZ, 2009). Segundo Hoffmann e Piveta, a presença de Alexandre Razgulaeff era importante para garantir a planta à futura cidade de Londrina, “Como a primeira caravana que chegou à Londrina trouxe um engenheiro agrimensor, Alexandre Rasgulaeff, a planta da futura cidade estava garantida” [sic] (HOFFMANN E PIVETA, 2009, p. 24).

Projetou, entre outras, a malha urbana da cidade de Londrina, em 1930, apresentando a primeira planta para o General Arthur Melland Asquith que veio para o Norte do Paraná em 1930, 1934e 1936, que além da Sudan Plantatios era tesoureiro do empreendimento. A planta foi parcialmente aceita, reduzidas as medidas das larguras das avenidas e ruas, sugestão feita por Razgulaeff em 1932.

Também participou da formação de outros lugares como a da Gleba Roland, quando, em 1932, o Engenheiro embrenhou-se na mata com o engenheiro agrônomo alemão, Oswald Nixdorf, por dois meses até encontrarem o local ideal para formar a colônia alemã (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009). Outra cidade que teve a idealização dele foi Arapongas, em 1935, embora os louros sejam atribuídos a Willie da Fonseca Brabazon Davids, diretor técnico da CTNP. Também teve participação no surgimento da Vila Casoni, em Londrina, em 1937, quando aconselhou o pioneiro Domingos Casoni a fazer um loteamento urbano em sua chácara de 2,5 alqueires. Assim, “A Villa Casoni teve início como parcelamento de gleba rural nos limites da Londrina projetada pela CTNP. Sugestão do então Prefeito Willie Davids

e do Eng. Rasgulaeff frente à dificuldade dos proprietários no pagamento das terras adquiridas, teve a proximidade com o centro como um dos incentivos à sua ocupação” (YAMAKI; KANASHIRO; TORRES, 2001, p. 75). A vila passou a receber pessoas de renda mais baixa e que prestavam serviços à implantação da cidade, mas que não tinham o poder aquisitivo necessário para comprar lotes diretamente da CTNP/CMNP.

A Vila Casoni, localizada em Londrina, pode ser usada por um exemplo similar ao Jardim Alvorada. Entretanto, no loteamento desta já havia cessado a venda dos lotes pela CTNP/CMNP, mas a cidade ainda estava em formação e o bairro se tornou atrativo para aqueles que não dispunham de renda suficiente para adquirir um lote na área urbana consolidada.

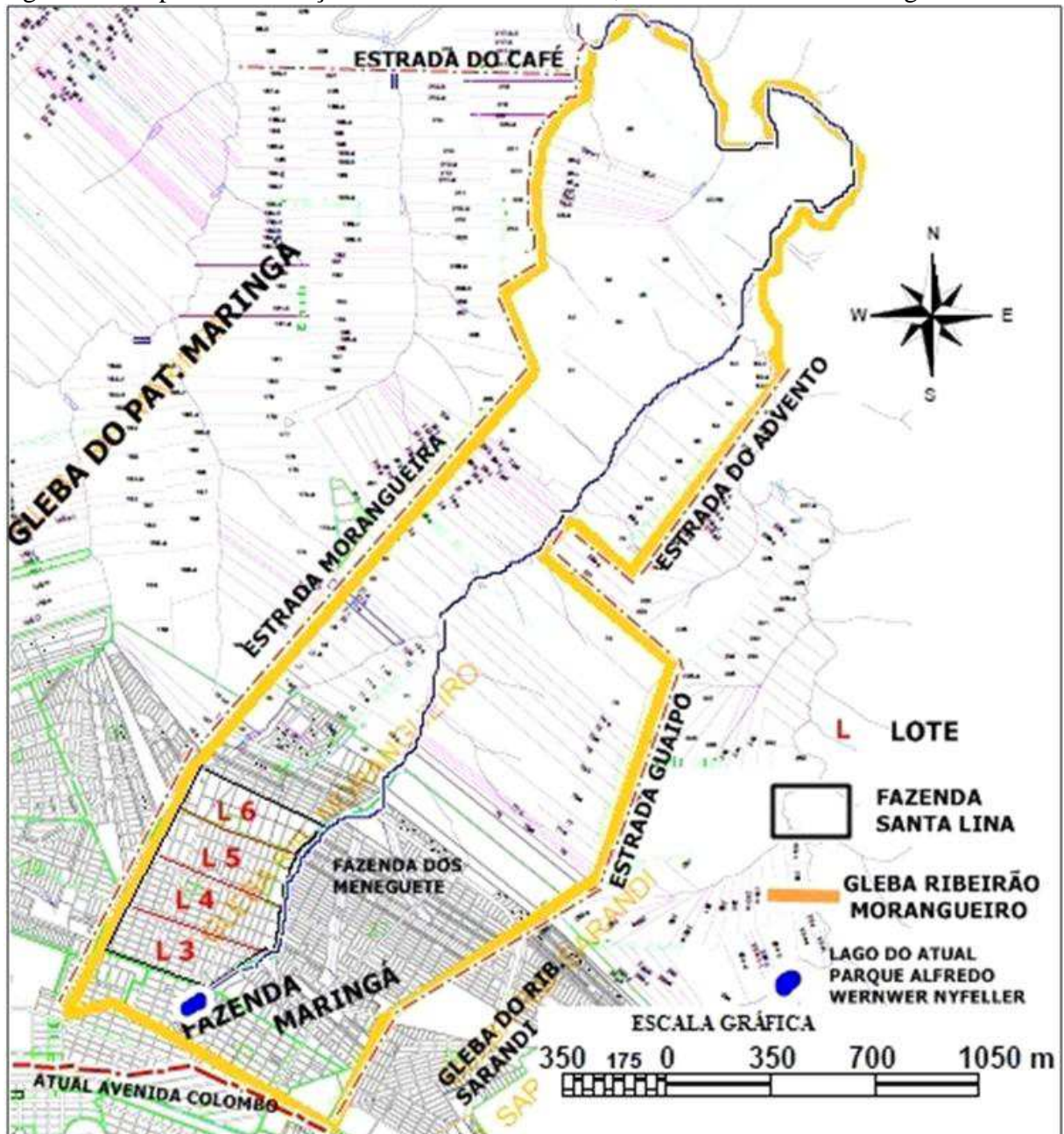
Estranhamente no livro escrito sobre a história CMNP: Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná, escrito em 1975, pouco se fala sobre Alexandre Razgulaeff, sendo que ele teve papel fundamental na posse das terras da companhia e até mesmo na formação das cidades. Ele faleceu três anos após a publicação e não há sequer um depoimento dele no livro.

Alexandre Razgulaeff adquiriu vários lotes rurais no começo da década de 1940, com a intenção de usufruir da terra que estava em pleno desenvolvimento econômico por causa da expansão cafeeira. Como já tinha experiência com loteamentos, por causa do trabalho que exercia na CTNP, sabia que em pouco tempo essas terras gerariam lucro se incorporadas à área urbana da cidade.

Como funcionário da CTNP, acompanhou loteamentos e vendas dos imóveis, tendo acesso à comercialização de terras em vários lugares do norte-paranaense, comprando e revendendo terras. Conforme o registro de imóveis, entre os lotes estavam os que formaram a Fazenda Santa Lina⁷. A compra foi realizada na data de 26 de outubro de 1943. Quando em Maringá na Gleba do ribeirão Morangueiro quatro lotes rurais (os lotes 3, 4, 5 e 6). A área apresentava extensão total de 182 alqueires paulista, ou seja, 4.404.400 m² e fora comprada pelo preço de CR.\$111.081,50 (cento e onze mil oitenta e um cruzeiros e cinquenta centavos) (Figura 8).

⁷ Cópia autenticada dos documentos em posse da autora.

Figura 8 – Mapa de localização da Fazenda Santa Lina, na Gleba ribeirão Morangueiro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2010b). Adaptação Mansano, 2013.

A quantidade de terras adquiridas por Razgulaeff foi superior à maioria dos lotes rurais de Maringá, entretanto no Norte do Paraná existiam “[...] fazendas que se aproximavam dos 1.000 alqueires ou mesmo os ultrapassavam” (MONBEIG, 1984, p.214).

A estrada de ferro chegou a Maringá em 1954, 11 anos após Alexandre Razgulaeff ter comprado as terras onde seria implantada a Fazenda Santa Lina. Antecipou a compra à estrada de ferro, até porque já se sabia que pelos anos de 1954 chegaria a estrada de ferro em Maringá. A condição de funcionário da companhia tinha lhe rendido as informações sobre a

implantação da infraestrutura, o que para ele e outros investidores foi um bom negócio. Possivelmente quando Alexandre Razgulaeff comprou as terras da futura Fazenda Santa Lina em 1943, já estava nos planos dele e da própria Companhia seu posterior loteamento urbano, ou seja, o Jardim Alvorada.

3.1.1 A organização da paisagem da Fazenda Santa Lina

A Fazenda Santa Lina como outros imóveis rurais após os anos de 1960 teve suas paisagens transformadas de zona rural produtora de café (Fazenda Santa Lina) para zona urbana (Jardim Alvorada). É possível observar a paisagem do local em dois momentos distintos, no início da década e 1960 e na atualidade, respectivamente. Na Figura 9 é mostrada a pujança da época, da Fazenda Santa Lina e vizinhas:

Figura 9 – Vista aérea da agricultura do café, na Fazenda Santa Lina e proximidades, no início dos anos de 1960.



Fonte: Acervo pessoal de Lucília Held Costa Curta (CURTA, [1962?a]).

A Figura 9 foi registrada no início da década de 1960, antes de realizar o loteamento urbano. Nela é visível a transformação da paisagem, podendo ser observada a parte urbana adentrando a área rural.

Na Figura 10 é apresentada uma imagem retratando as proximidades do lugar em 2012.

Figura 10 – Vista aérea de parte do Jardim Alvorada.



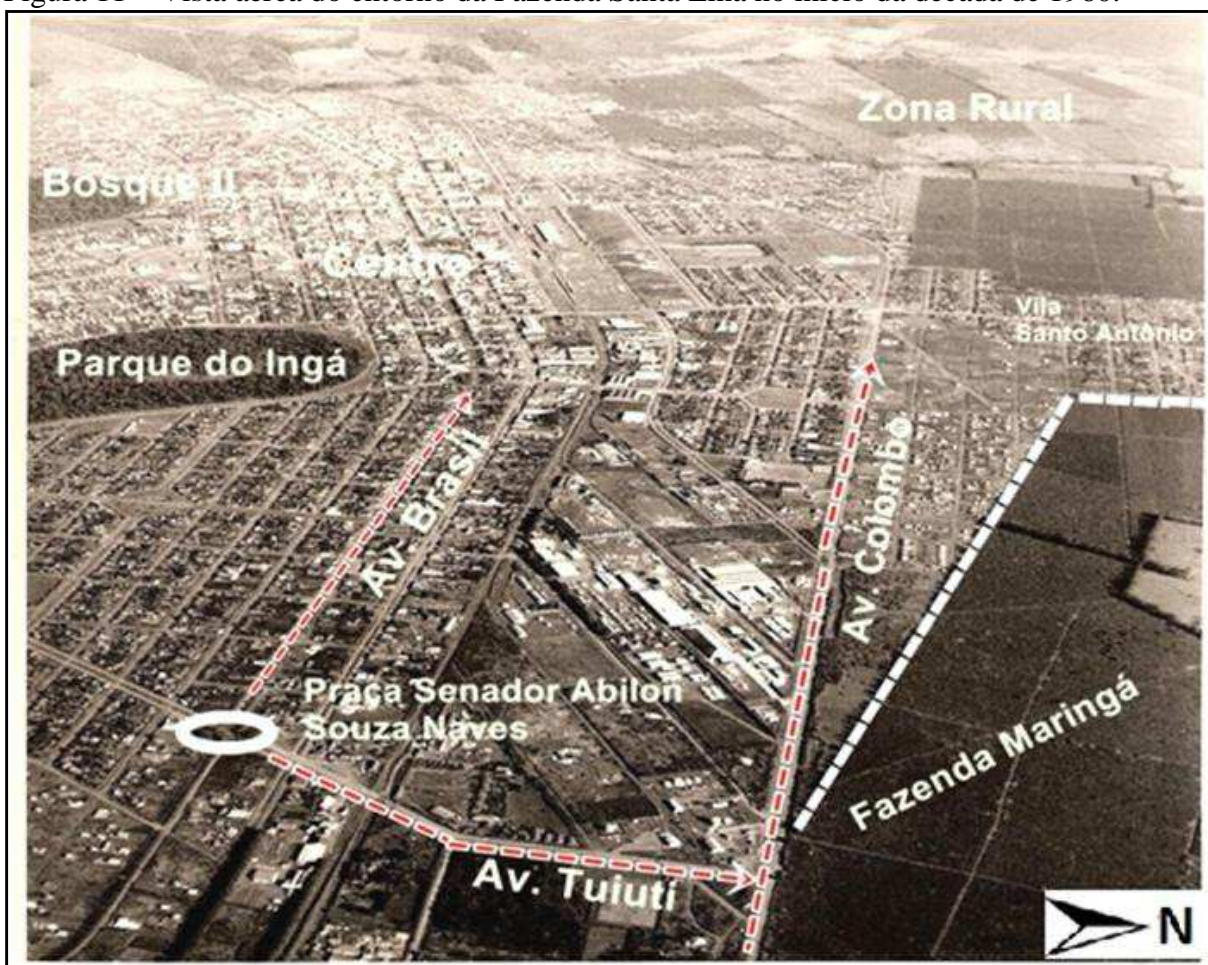
Fonte: Mansano, 2012.

Comparando as duas figuras anteriores, é possível observar que a área urbana em 50 anos ocupou o espaço rural e transformou a paisagem do café em um bairro urbano.

Na Figura 9 é possível observar o momento de transição na paisagem da cidade, onde a urbanização começava a expandir-se pelas lavouras cafeeiras. Também é possível observar nitidamente a declividade do terreno, os caminhos, as estradas, as estruturas da fazenda, bem como a falta da cobertura vegetal em algumas partes. E na Figura 10 observa-se a urbanização ocorrida em Maringá, alcançando a zona rural.

Em outro material iconográfico (Figura 11), é possível observar sob o ponto de vista aéreo o entorno da Fazenda Santa Lina, no início dos anos de 1960. Tem-se ao Sul da imagem a Avenida Morangueira e ao Norte a vizinha Fazenda Maringá. É possível observar que a formação dos bairros urbanos avançava sobre a área rural do entorno da cidade, especialmente na área Norte.

Figura 11 – Vista aérea do entorno da Fazenda Santa Lina no início da década de 1960.



Fonte: Acervo pessoal de Lucília Held Costa (CURTA, [1962?b]).

Na figura anterior observamos parte da área urbana de Maringá, no início da década de 1960. É possível observar o crescimento dos bairros da cidade.

A Fazenda Santa Lina além da infraestrutura necessária para as atividades cafeeiras, como colônias, olaria, tulha, terreirão, possuía também escola, campos de futebol e sala de cinema, pois “[...] normalmente a grande fazenda contava com recursos para ser autosuficiente e possuía o capital necessário para promover o seu próprio meio de transporte; nelas, sempre havia oferta de moradia, escola, capela, além da presença de médicos do farmacêutico, do comerciante [...]” (REGO, 2009, p. 112).

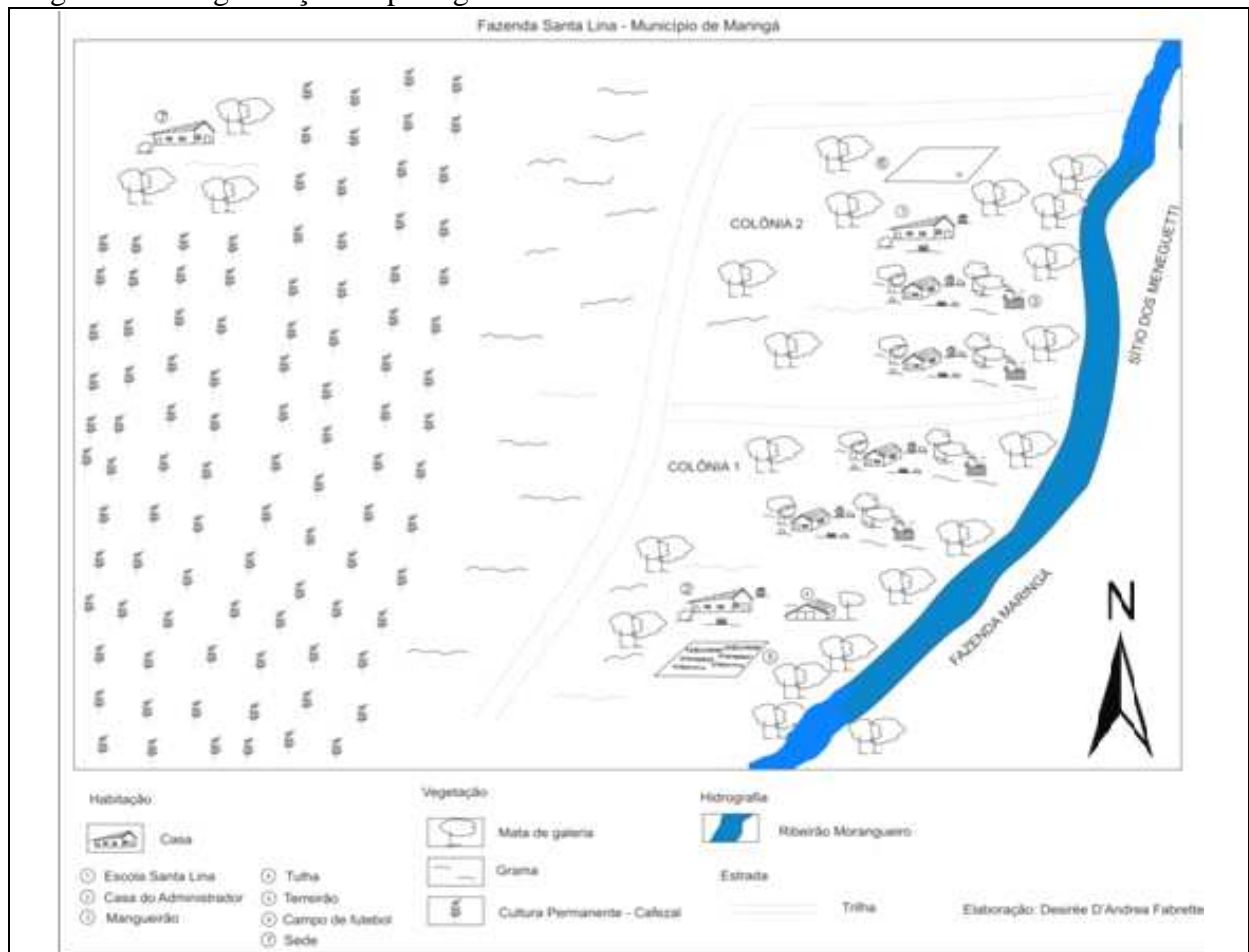
Moravam e trabalhavam na fazenda cerca de 248 pessoas, incluindo o administrador e família. Havia 31 casas nas duas colônias que ali existiam; e moravam, em média nessas casas das colônias, oito pessoas por família. Por meio da história de uma antiga moradora⁸, pudemos chegar à compreensão da mobilidade que ocorria com as famílias do Maringá rural:

⁸ A senhora Elvira morou na Fazenda Santa Lina, em 1955 casou-se e mudou-se para Tuneiras do Oeste/PR, retornando para o Jardim Alvorada em 1975.

[...] No tempo que eu morava aqui, no Alvorada era tudo cafezal. Só tinha o Maringá Velho. [...] do tempo da fazenda, só eu, meu irmão e minha cunhada. Quando casei fui embora para Tuneiras. Eu tinha uns 17 ou 18 anos. Quando casei, meu marido comprou terreno lá e depois meu pai comprou. Depois meu pai vendeu e comprou a chácara aqui. O pai se chamava Romão Rodrigues e a mãe Carmem Luques Rodrigues [...] quem era funcionário era o meu pai e meu marido. Nós viemos de Astorga, para morar na Fazenda Santa Lina. [...] Casamos na igreja católica, era lá no Maringá velho. Era de madeira. Não tinha nada, nem catedral, nem Santo Antônio [...] (REZENDE, 2011).

É possível observar na Figura 12, como a Fazenda organizava sua paisagem.

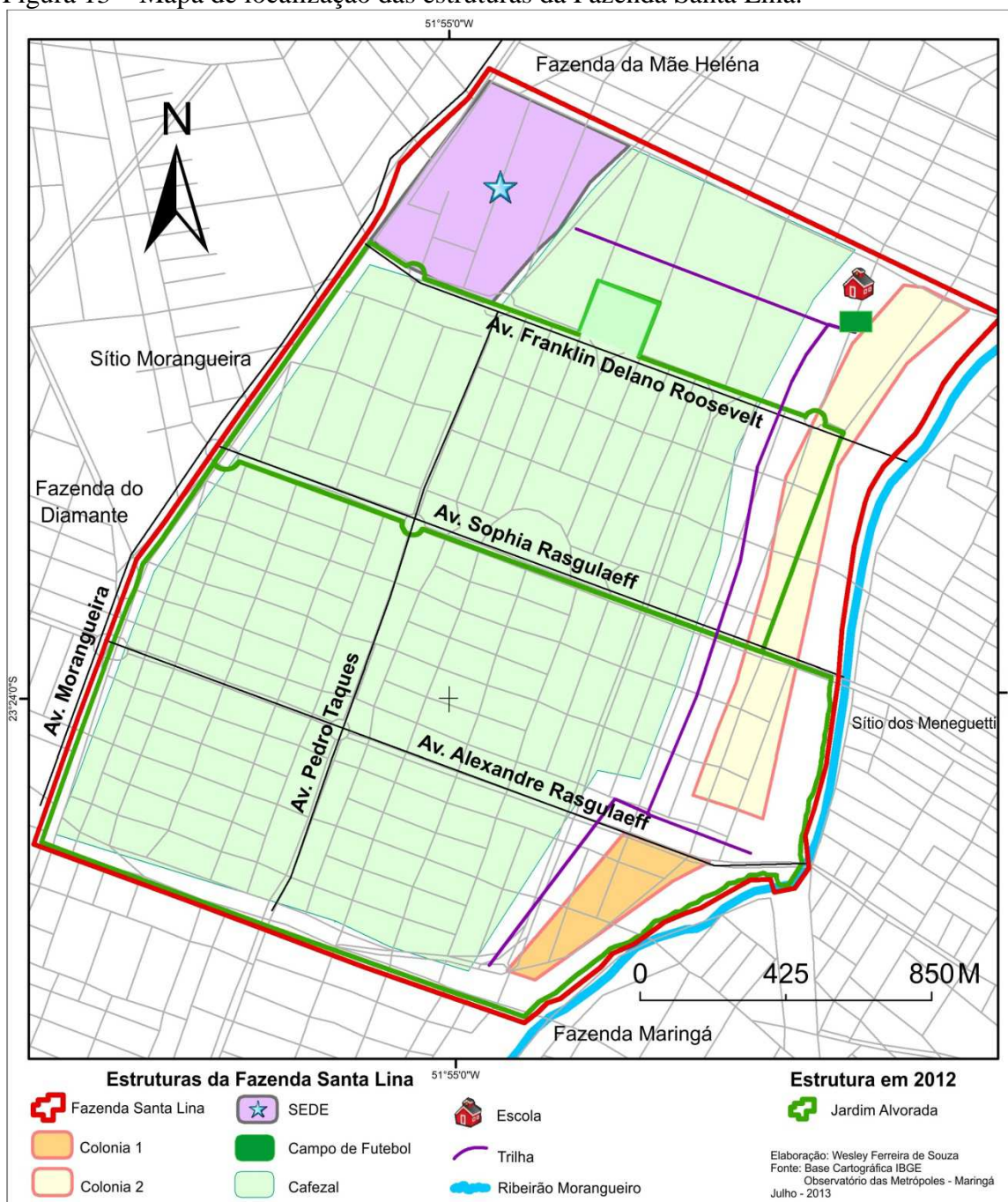
Figura 12 – Organização da paisagem na Fazenda Santa Lina.



Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Mansano, 2012. Elaboração: Desirée D. Fabreite.

Na Figura 13, a disposição dos equipamentos existentes na Fazenda em relação à paisagem atual.

Figura 13 – Mapa de localização das estruturas da Fazenda Santa Lina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013. Organização: Mansano, 2013. Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

A forma de organizar os assentamentos, tal como observado na figura anterior trazia problemas ambientais. Entretanto, era uma prática comum das propriedades rurais realizarem sua produção agrícola nas partes mais elevadas do terreno por conta de proteger a cultura das geadas. E os colonos e animais habitavam as partes mais baixas, nas proximidades dos cursos d'água. Essa forma de assentamento provocava problemas ambientais pelas descargas constantes de dejetos.

3.1.2 Memórias do cotidiano na Fazenda Santa Lina

A memória é parte do indivíduo e por meio dela é possível reconstruir a paisagem. Na sua evocação, está presente a cognição, bem como a própria percepção podendo ser individual ou coletiva, pois nela estão intrínsecas as relações do ser humano com o meio no qual ele experienciou. E nos estudos do meio histórico torna-se um recurso para a apreensão dos elementos envolvidos no processo de transformação da paisagem e “Como outros produtos da atividade humana, a memória é composta por representações construídas nas relações do indivíduo com a natureza e com o social” (MORI, 1998, p.17).

Por meio de relatos individuais, procuramos identificar a memória coletiva e assim foi possível reconstruir a paisagem da Fazenda Santa Lina, bem como entender como era a sua organização.

A educação era parte das preocupações dos colonos para com seus filhos, e na Fazenda Santa Lina, diferente de outras essa função social era garantida por meio de uma escola rural, que se denominava Vital Brasil, na qual havia uma parceria entre o proprietário que fornecia o espaço e a Prefeitura que mantinha uma professora para ensinar os filhos dos trabalhadores ou colonos, como se denominam, da própria fazenda e de algumas propriedades rurais da vizinhança. Segundo Schaffrath (2006, p. 13), com a “[...] eleição do 1º Prefeito, Inocente Villanova Jr, cuja administração teve como uma das principais preocupações construir um número muito grande de escolas, seguindo a tendência nacional de ampliação da rede escolar”, dentre estas a escola da Fazenda Santa Lina. A última professora⁹ da escola relata sobre a organização do espaço e do ensino:

A escola era um palácio. Era enorme. [...] tinha, eu acho que tinha 12 por 12 metros a sala de aula. - Eu tinha 45 alunos, entre dois períodos, manhã e tarde. De manhã eu dava primeiro e segundo ano e tarde terceiro e quarto. [...] E passavam todos com notas ótimas. Era ótimo! Era ótimo! [sobre o sistema de ensino] Nossa senhora, era uma exigência. A educação muito correta que deveria ter continuado. Eu continuei até aposentar, eu nunca mudei [...]. Dentro da escola. Era uma mansão. A escola era enorme, a sala de aula era enorme. Do jeito que era a casa dele era a casa do professor (a casa de AlexandreRazgulaeff). A escola era metade pra baixo, ele era engenheiro, né? Uma parte era material e o resto era madeira. Era bem alta. Tinha tudo, banheiro, chuveiro, tinha tudo. [...] A casa era alta, mas como

⁹ Professora Nair Carneiro Bertoncini- nascida no Estado de São Paulo, onde estudou a quarta série. Sua família veio em 1947 para Arapongas, no Norte do Paraná e ela mudou-se para Maringá em 1956. Lecionou primeiramente na Escola Gerardo Braga e, em 1960, foi trabalhar na escola rural da Fazenda Santa Lina, onde permaneceu até 1963, quando a Fazenda foi loteada. Entrevista completa (ANEXO F).

era baixada, na beira do rio, então ela tinha uns três metros do chão de alvenaria e depois era madeira [...] tipo casa de praia? Era a escola e a morado do professor, era de madeira. [...] A alvenaria era o alicerce da casa, ele era engenheiro. Era um casarão, era uma mansão. Eu tinha uma casa, igual essa aqui, a minha morada. E além da minha morada, dentro tinha dez metros de sala de aula, dentro da minha casa. Eu não saía da minha casa pra ir pra escola. [...] Tinha aluno de outras fazendas [...]. Era tudo pertinho, de outros sítios perto, vinham estudar lá comigo. Por isso que dava festas boas. Tinha a Fazenda Maringá, a Fazenda Diamante, a fazenda do Álvaro Dias, como chamava? [perguntando ao esposo]. Eu não lembro, sei que a gente falava a fazenda dos Dias. Vinham tudo lá na escola, até a 4ª série, depois vinham pro Gastão Vidigal que era onde é o Instituto de educação hoje, iam de circular (BERTONCINI, 2013).

Normalmente quem frequentava eram os filhos homens, pois na concepção dos pais as meninas deveriam ajudar na casa e na roça e não havia necessidade de estudar. Esse tema daria uma pesquisa muito interessante, mas que não vem ao caso nesta tese: o grande número de mulheres analfabetas nesta época da colonização é o fato de Maringá ainda ter até os dias de hoje um número grande de mulheres fora da escola. Opõe-se aos índices nacionais em que as mulheres vão mais à escola. Oficialmente nada encontramos sobre a escola e a informação que tivemos da própria Secretaria da Educação é de que alguns documentos antigos foram incinerados, o que tornou a pesquisa mais árdua, como foram várias outras pesquisas que tratam das escolas rurais paranaenses.

O lazer era promovido por todo o espaço da propriedade e na sede da Fazenda havia uma sala de cinema que todo final de semana passava uma sessão, a qual era denominada de fita (película). A diversão não era só para os trabalhadores da Fazenda, mas também para aqueles que trabalhavam em outras fazendas vizinhas, como os da Fazenda Maringá, de propriedade de Alfredo Werner Nyffeller, amigo de Razgulaeff.

Outro lazer destinado exclusivamente aos homens era o futebol. Havia um campo de futebol na Fazenda, comum em todas elas, que era utilizado para realizar as partidas entre os amigos da Fazenda e da vizinhança.

As festas juninas eram longamente esperadas e aconteciam não só na Fazenda Santa Lina, mas também em outras como na Fazenda Maringá, que organizava uma atividade que ficou tradicional: passar com os pés descalços sobre as brasas. A proeza era justificada pela fé e vinha gente de vários lugares para ver, como demonstra o relato abaixo da Senhora Leni¹⁰:

¹⁰ A família da Senhora Leni pertence era colono na Fazenda Maringá, que fazia limite ao Sul da Fazenda Santa Lina. Nascida na Fazenda Maringá, posteriormente mudou-se para o Jardim Alvorada.

[...] É, e depois tinha a festa junina, né? (risos) vixe nossa! A comunidade fazia a festa junina, que à meia noite passa na fogueira, passava, eu lembro de tudo isso aí [...]A minha irmã passava, não queimava não!! [...] Eu não passava, pois eu era pequena. É, às vezes a festa acontecia na casa de alguma pessoa conhecida, na casa de alguém, né? [...] daí a gente ficava na festa até a madrugada, com a família, [...] todo mundo. Tinha terço, e depois a festa. Naquele tempo, né? [...] agora não existe mais. Naquele tempo subia o mastro, agora não tem nada disso, antes predominava o catolicismo [...] (MORAIS, 2011).

Sobre o encontro dessas famílias nas fazendas é possível comentar que resultavam quase sempre de famílias que haviam migrado para o município para trabalhar.

Dada as relações próximas estabelecidas entre os colonos das fazendas, muitos jovens se conheciam e contraiam matrimônio. Esse fato é comprovado por três famílias que moravam na Fazenda Santa Lina, cujos filhos casaram entre si: a família Almeida, a família Rezende e a família Rodrigues.

A família Almeida foi a primeira das três a mudar-se para a Fazenda Santa Lina. Em 1950 migraram de São Paulo e já tinham uma filha, a Maria Ana de Almeida, que havia nascido em Terra Roxa-SP, em 03/02/1939. Nas terras da Fazenda nasceram os filhos Luiz Carlos de Almeida, em 1947, e Aparecido Donizete, em 1957.

A família Rodrigues veio para Maringá já com todos os filhos nascidos, entre eles Elvira Rodrigues.

A terceira família é a Rezende que veio para Maringá com três componentes: a mãe e seus dois filhos, entre eles Sebastião Rezende.

A família Almeida uniu-se à família Rodrigues, por meio do casamento ocorrido em 1955 de Maria Ana de Almeida e Emílio Rodrigues.

A família Almeida teve uma segunda união com a família Rodrigues quando em 1964 houve o casamento de Maria Josefa Almeida e Benedito Rodrigues. Esse matrimônio embora tenha ocorrido após o loteamento urbano da Fazenda, as relações se estreitaram quando ainda eram colonos.

Outra união entre as famílias moradoras da Fazenda ocorreu com o casamento de Elvira Rodrigues e Sebastião Rezende.

Sobre essa uniões matrimoniais ocorridas a partir das relações de vizinhança estabelecidas na Fazenda Santa Lina e as transformações ocorridas nas vidas dos colonos nos relata a Senhora Elvira:

Morei três anos aqui antes de casar em 1955. [...] Casei na igreja católica, era lá no Maringá velho. Era de madeira. Não tinha nada, nem catedral, nem

Santo Antonio. Depois teve uma janta na fazenda. [...] Quando casei fui embora para Tuneiras. Eu tinha uns 17 ou 18 anos. Quando casei meu marido comprou terreno lá e depois meu pai comprou. Depois meu pai vendeu a comprou a chácara aqui [...]. Essa minha cunhada eu tive lá na casa dela sexta-feira [Ana Maria]. O Marido dela morreu, que era meu irmão morreu, é vai fazer dois anos. É essa uma que eu falo que quando nós mudemos aqui já morava aqui. Morava na fazenda, aí quando nós mudemos aqui, meu irmão conheceu ela, aí depois eles casaram. [...] Daí depois [...] casei embora prá lá e eles continuaram aqui. Aí quando foi acabando o cafezal aqui tudinho, eles compraram uma casinha ali perto da Copel, é aí eles mudaram prá lá porque quando já foi cortando tudo aqui em bairro, aí ele já mudaram pra lá. Eu creio que [...] era mesmo era madeira... não... depois os filhos dela foi casando, aí casou o mais veio filho dela [...] Aí acabaram vendendo tudo. Agora coitada ta pagando aluguel (REZENDE, 2011).

Na Figura 14 estão membros das três famílias que se uniram em matrimônio a partir das relações estabelecidas na Fazenda Santa Lina. Na primeira imagem observam-se membros da união das três famílias; Senhora Maria Ana Almeida, netas e bisnetas; o cunhado Geraldo Rodrigues e sobrinho Adriano R. Rodrigues e na segunda imagem apresenta três gerações: a avó (Senhora Elvira), a filha (Senhora Elenir) e neto (Adriano).

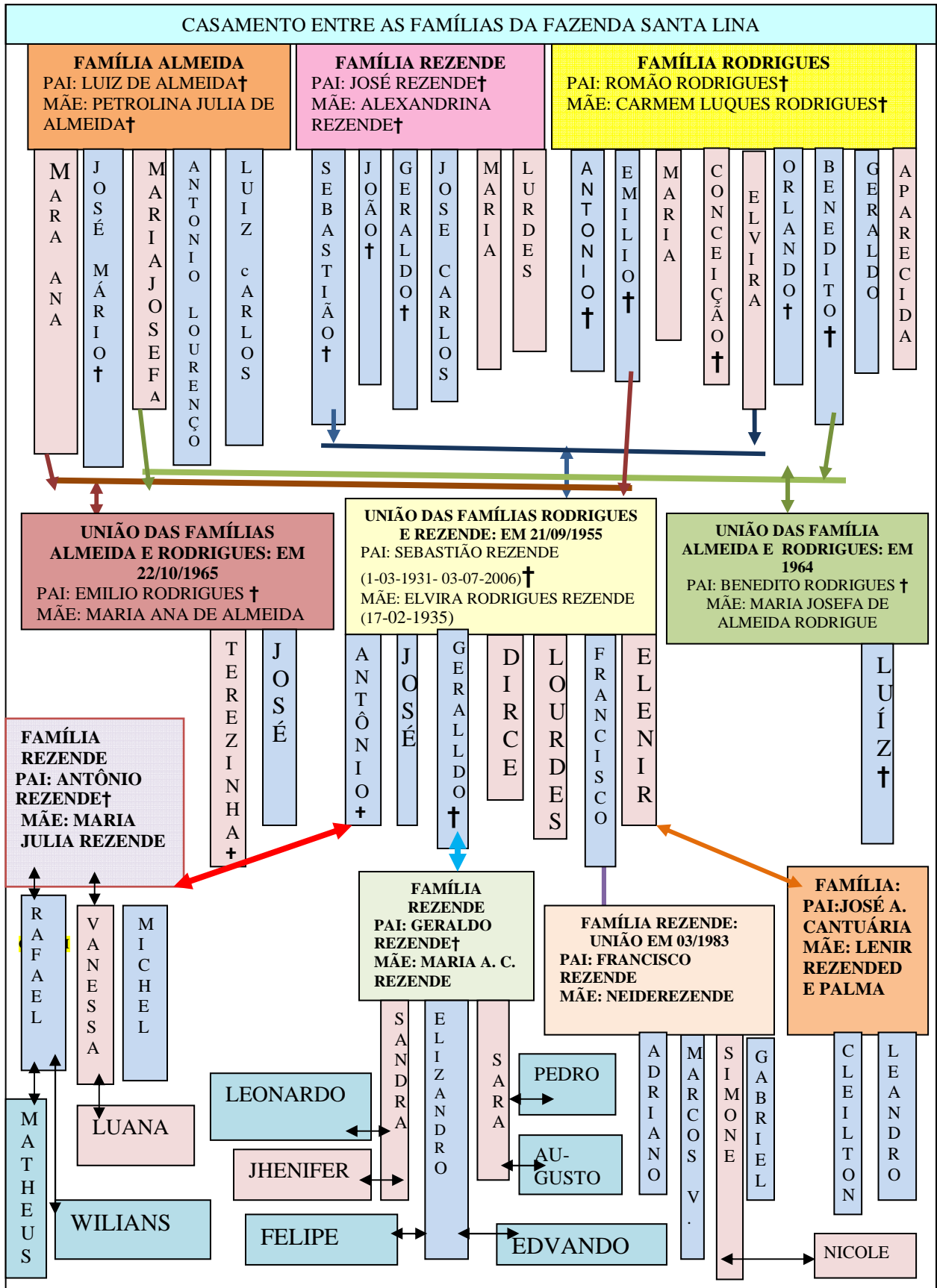
Figura 14–As famílias Almeida e Rodrigues.



Fonte: Mansano, 2011.

A árvore genealógica a seguir representa a união das famílias, bem como as gerações que nasceram, estando já na quinta geração, sendo que alguns membros ainda permanecem na cidade e outros ainda no mesmo espaço da antiga Fazenda, agora Jardim Alvorada. As relações de parentesco entre as três famílias estão representadas na Figura 15.

Figura 15– Árvore genealógica de uma família que viveu na Fazenda Santa Lina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Observa-se na Figura 15 que a composição populacional da atual Maringá também se deu pelas relações estabelecidas por pessoas que não eram nativas, que vieram para cá no início da colonização.

Embora a maioria das propriedades fosse pequena, existiam as grandes propriedades como a citada Fazenda Santa Lina e a vizinha Fazenda Maringá, de Alfredo Werner Nyffeller. Para formar as grandes propriedades, compravam-se vários lotes rurais próximos, privilégio concedido apenas aos funcionários das companhias ou de alguém mais próximo. A Fazenda Santa Lina, por exemplo, foi formada por quatro lotes da Gleba Morangueiro.

Na Figura 16 está representado o entorno da Fazenda Santa Lina, nos idos de 1960. Na primeira imagem é possível observar a expansão urbana. Já na segunda imagem, paisagem retratada à direita se aproxima do que seriam as terras da Fazenda Santa Lina e do que viria a ser o Jardim Alvorada.

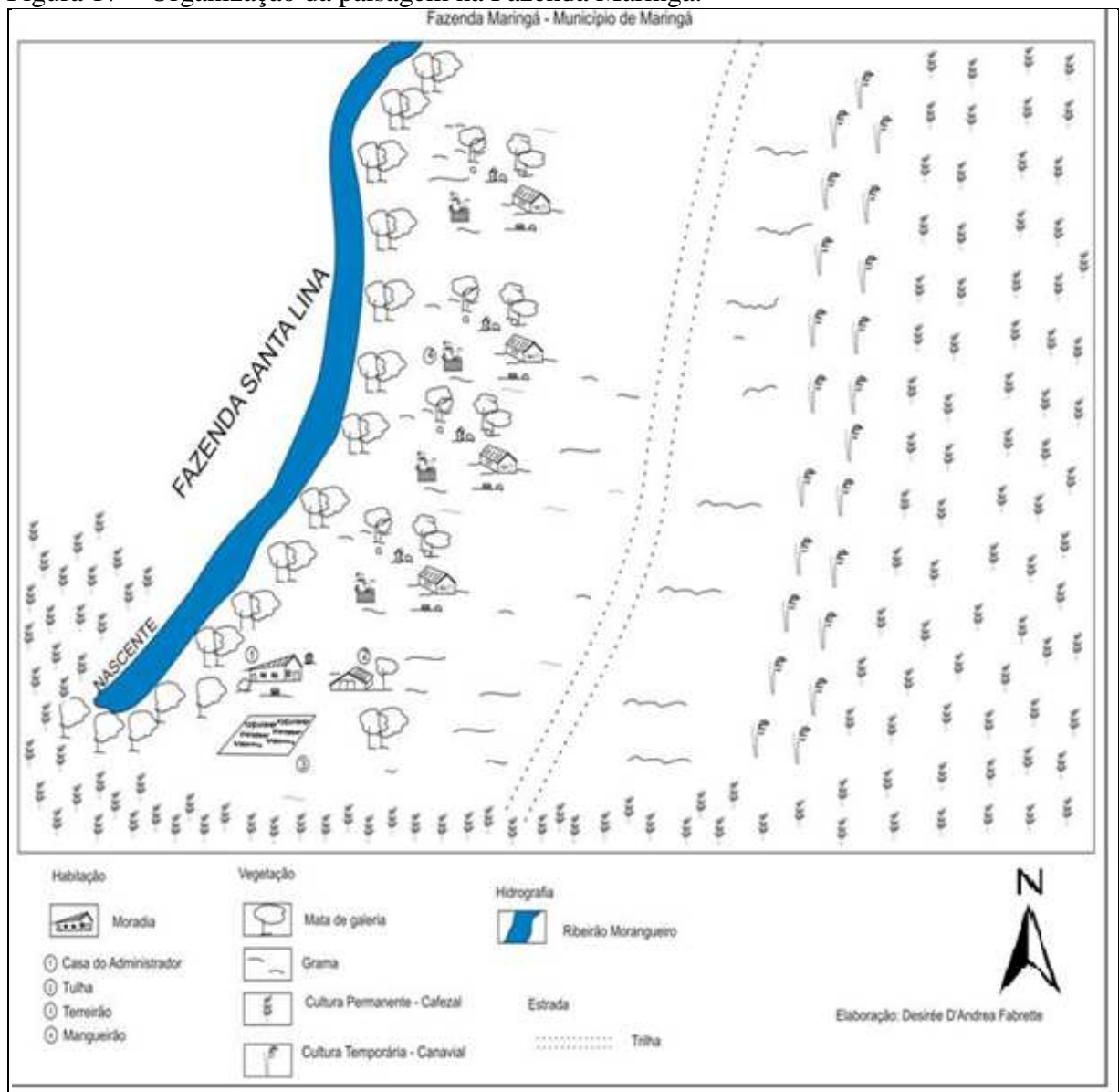
Figura 16 – Vista aérea de Maringá nos anos de 1960 e com destaque para a Fazenda Santa Lina.



Fonte: Acervo pessoal de Lucília Held Costa Curta (CURTA, [1962?c]; [1962?d]).

Quanto à vizinha Fazenda Maringá, representada em parte da primeira imagem da Figura 17, uma das moradoras explicou como era a vida das crianças durante o dia na fazenda: “[...] próximo ao rio, ao fundo do vale, uns 300 metros da principal nascente do ribeirão Moranguero, ficava a casa dos colonos, onde se criava galinhas, porcos, cabras, dentre outros animais; e onde também as crianças desciam para brincar no rio.” (MORAIS, 2011). É possível observar parte da estrutura física, da cultura do café e os recursos naturais.

Figura 17 – Organização da paisagem na Fazenda Maringá.



Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Mansano, 2012. Elaboração: Desirée D. Fabrete.

Plantado na encosta, o café ia até o limite Leste da Fazenda. Quando começou a urbanização na primeira parte da Vila Morangueira ainda havia plantações de café. Esse era um lugar valorizado pelos colonos e seus filhos. Vejamos o relato da Senhora Leni:

[...] Aqui a gente tomava leite de cabra. A descida pro rio [...] Era assim essa descida para o rio. [...] quando descia era mais limpo, a gente vivia ali, né? A gente dava esse valor aquilo, porque aquilo era nosso lugar. É o que tinha para divertir – tudo muda rápido. [...]daí, depois pra baixodesse lugar que eu to falando tinha o rio, tinha o riozinho [...]e a água depois do buracão [se referendo ao atual Parque Alfredo Werner Nyffeller] era daquele riozinho [...] era um riozinho assim de mato, né? Simples [...] mas era legal. Sabe o que tinha lá?Tinha uma gruta [...] uma gruta. Então, era lá que nós fazia as nossa oração [...] e era dentro do rio. É o que eu lembro [...] não era largão, era estreito [...] esta lá até hoje [...] antes, tinha árvore de um lado e do outro a gente passava, né? E daí tinha a pontinha [...] nós passava pra ir na gruta [...]. Eu achava tudo bonito, né? Achava tudo bonito. Amava todo mundo. A filha dele foiminha madrinha de crisma, uma das filhas dele [referindo-se ao administrador da fazenda]. Ela tem a minha idade também. Às vezes, a gente brincava; andava em pasto. Antes de começar o cafezal tinha canavial, cana. Aí o nosso passeio no domingo era ir lá e andar naquele canavial, chupar cana. Então, o que eu lembro era isso [...]. era tanta coisa!!! Nós juntava assim uma turminha, sabe? Uma turminha de criançada e nós fazia festinha lá no fundo onde era o mangueirão, perto da casa, né? Aí nós fazia festinha lá. Mas, era umas festinhas gostosa! [...] das crianças [...] fazia comidinha [...] fazia tanta coisa gostosa [...] nós fazia [...]a mãe ensinava nós [...]acendia fogo [...]Fazia bolo, né? Fazia comidinha [...]Jera gostoso, né? [risos] ai que gostoso aquele tempo! Pro arroz fica amarelinho, nós pnhava ovo [risos] [...]. Era a festa nossa; fazia comidinha, fazia tudo [...] (MORAIS, 2011).

A vida na Fazenda era trabalho, mas também diversão, tanto para as crianças quanto para os adultos. Tais como os eventos de casamentos, festas juninas, o cinema e os jogos de futebol.

Essas grandes propriedades, na maior parte das vezes, foram adquiridas por funcionários da CTNP antes mesmo da implantação do núcleo urbano, como a Fazenda Santa Lina e a Fazenda Maringá que foram adquiridas em 1943.

Normalmente, eram funcionários do alto escalão das companhias, que adquiriam com vantagens lotes nas áreas rurais próximas do núcleo planejado. Sabiam que era um bom negócio investir em terras, pois primeiro viria o lucro com o café, depois com a expansão urbana, com a especulação imobiliária.

Segundo Luz (1997, p. 39), venderam-se “[...] lotes rurais e chácaras para 41.741 compradores, o que representa uma média de 13,08 alqueires ou 31,65 hectares por proprietário”. Entretanto, esses números nem sempre corresponderam à realidade. Como já mencionamos alguns privilegiados funcionários das companhias compraram lotes rurais e

urbanos antecipados por que sabiam da infraestrutura que seria construída e da qual poderiam fazer uso, com a finalidade única de melhorar individualmente suas vidas.

3.1.3 A fase rural de Maringá e a especulação imobiliária

Observa-se que a especulação imobiliária tão presente na organização espacial da cidade não é recente. Desde o início das vendas de lotes rurais “muitos indivíduos ou firmas adquiriram datas contíguas com, o intuito de se beneficiar de sua valorização posteriormente”. A Companhia também fez o mesmo não colocando à venda todos os lotes “preferiu reservar alguns para vender depois com maiores lucros” (LUZ, 1997, p. 84).

As terras colonizadas pela Companhia foram muito valorizadas (até 200%), conseguindo tal feito pelos ditos melhoramentos que realizaram nas terras. Melhorias estas que contaram com o subsídio dos Governos Federal e Estadual, indicados no Relatório Montagu desde 1924, como parceiros nesses investimentos. Aconselhava o incentivo público para as empresas particulares.

As terras foram compradas do Estado num baixo preço e já revendido com preços superiores, pois já se organizavam para a chegada da estrada de ferro que seria um elemento importante na valorização. France Luz nos aponta que os lucros obtidos pela Companhia foram altíssimos, exemplifica com os dados de vendas de lotes urbanos em Maringá nos patrimônios de Paiçandu e Iguatemi até o ano de 1953, pois “Considerando que o total despendido pela empresa na compra de terras fora de 10.164:079\$120 [...] o seu lucro somente com as vendas citadas, alcançava Cr\$ 144.826.021,00 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e seis mil e vinte um cruzeiros)” (LUZ, 1997, p. 41). Fazendo um paralelo com o salário mínimo vigente na época o lucro chegou a 120.688 salários mínimos, o que na moeda atual seria uma média de R\$81.826.466,00 (oitenta e um milhões e oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais).

É óbvio que nessas ações ocorridas ao longo do processo de consolidação de Maringá, houve a exclusão da população de baixa renda, que não tiveram condições de adquirir lotes e nem pagar aluguel. Angeoletto (2012, p. 48) escreve sobre a produção do espaço urbano:

La producción del espacio urbano constituido por la actual Region Metropolitana de Maringa ha sido conducida, desde su genesis, por acciones dirigidas por el

mercado inmobiliario y que han reproducido, en el territorio, procesos de desigualdade social. Como en la ciudad de Maringa el valor de mercado es muy elevado, y el área minimo de los lotes es de 300 m², un gran parte de las familias de baja renta se há desplazado a otros municipios de la RMM, principalmente Paicandu y Sarand (ANGEOLETTO, 2012, p. 48).

A ação especulativa também foi o que fizeram funcionários de alto nível da Companhia que adquiriram várias unidades de lotes rurais mais próximos da futura área urbana, sabido que posteriormente a expansão urbana forçaria o loteamento dessas áreas. Assim, fizeram Alexandre Razgulaeff e Alfredo Werner Nyffeller¹¹, funcionários do alto escalão da Companhia e comprador de lotes rurais e muitos deles tiveram papel importante na configuração da especulação imobiliário que se criou em Maringá. Com essa prática, compravam áreas maiores que os lotes rurais demarcados pela Companhia e vendidos para agricultores comuns, como relatou Fox Rule, um dos antigos funcionários da CMNP “É preciso não esquecer, também que alguns proprietários – contrariando a política de vedas da Companhia – conseguiram reunir vários lotes rurais e formar fazendas [...]” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 87).

Sobre o fato das compras de lotes rurais e urbanos por funcionários, Alfredo Nyffeller relatou em exaltação à Companhia (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 141):

É preciso assinalar também que a Companhia sempre facilitou a compra de lotes rurais e de datas pelos seus funcionários, para que estes também pudessem usufruir do progresso regional e ter sua casa própria. Quase todos conseguiram alcançar esse justo benefício e muitos chegaram a ganhar bom dinheiro em seus sítios de café.

Analisando os dois depoimentos, observam-se pontos de vista diferentes, para o primeiro, a compra dessas terras era um ponto negativo para o progresso, enquanto para o segundo, a compra era uma forma de beneficiar os funcionários de poder aquisitivo menor. No entanto, Nyffeller não menciona a aquisição de terra por quem já possuía outras e/ou tinha maior poder aquisitivo, deixando entendido que os compradores eram somente operários funcionários, ou seja, o agricultor comum.

Como aponta a CMNP (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 143): “Alfredo Nyffeller referiu-se em seu depoimento ao plano da casa

¹¹ Na literatura há discordância na grafia do sobrenome Nyffeller. Assim, optamos pela grafia adotada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975). Reproduziremos a grafia de forma diferente, quando for transcrição de documentos ou literatura.

própria instituído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, expressão de uma das primeiras preocupações da administração brasileira em relação aos funcionários”. Tal como alguns funcionários de poder aquisitivo menor adquiriram pequenos lotes rurais e/ou urbanos, outros, do alto escalão, conseguiram acumular terras formando fazendas.

E neste processo de comercialização de lotes urbanos e rurais, Maringá foi se constituindo enquanto cidade, dando origem a vários bairros.

3.2 A FASE DA EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ PÓS 1960: A CRIAÇÃO DO JARDIM ALVORADA

No início de 1960, a rede urbana do Paraná já estava concluída é nesse momento que se dá a expansão da área urbana de Maringá e a criação do Jardim Alvorada, momento em que o Norte do Paraná já havia cessado sua colonização.

A toponímia do bairro significa a primeira claridade da manhã, a denominação do Jardim remetia ao novo, ao que vinha no despertar do dia, costume muito comum nas frentes pioneiras; era uma forma de dar boa sorte ao lugar que se iniciava, e o Jardim Alvorada nascia para além, como já foi dito, do plano original.

No estudo evolutivo das paisagens urbanas, Monbeig vê a cidade como um organismo e identifica as fases de um esquema vital, compreendendo a cidade como um organismo urbano e vivo e que passa pela “[...] infância, juventude, maturidade, velhice e decadência [...]” (SALGUEIRO, 2006b, p. 99). Embora nem sempre essas fases correspondam à realidade ou tenha delimitação temporal semelhante, como é o caso de Maringá, onde se pode identificar a gestação, que corresponde ao período rural, a infância que foi breve, uma vez que se transformou em polo regional rapidamente, passando na década de 1950 para a fase da juventude e já no início da década de 1960, a maturidade, alcançada com a expansão urbana, a transformação do espaço rural em urbano como ocorreu com o Jardim Alvorada. Maringá é considerada uma cidade jovem madura, ainda não conheceu as fases da velhice e da decadência, e o tempo explica as transformações que ocorreram muito rápido no Norte pioneiro.

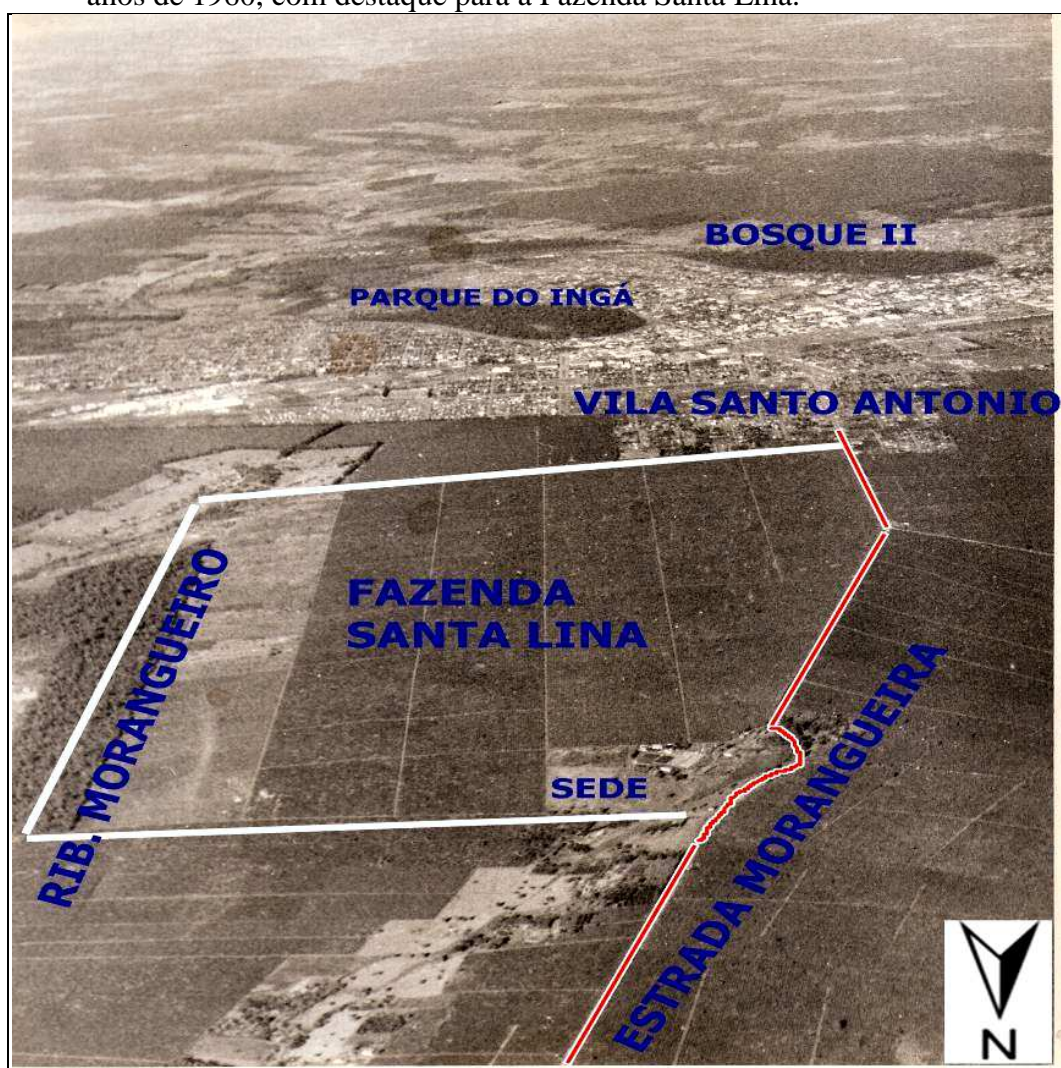
No Norte Novo alcançou o ápice de desenvolvimento nos finais dos anos de 1950 e início de 1960, após ocorreu o declínio.

Foi nessa conjuntura que surgiu o Jardim Alvorada, no início dos anos de 1960, a produção cafeeira é trocada pela urbanização, sendo deixados os pés de café até meados de 1965, ou seja, permaneciam até que os lotes que já foram cortados no papel fossem vendidos

e obtendo maiores lucros com as últimas vendas do produto, sendo que “A data do início das vendas de cada uma das etapas, tanto de lotes como chacaras [sic], será fixada de comum acordo entre concedentes e concessionaria [sic] de modo a não perturbar os trabalhos de colheita do café, existentes nos quinhões de cafezais [sic] das áreas a serem loteadas e vendidas” (MARINGÁ, 1962).

Na Figura 18 é mostrada a cidade de Maringá e a transformação rural/urbana e econômica que passou no início dos anos de 1960:

Figura 18 – Vista aérea da transformação da paisagem rural/urbana de Maringá, no início dos anos de 1960, com destaque para a Fazenda Santa Lina.



Fonte: Acervo pessoal de Lucília Held Costa Curta (CURTA, [1962?e]).

No material iconográfico anterior, observa-se a área do plano-piloto, os dois parques que foram deixados no plano-piloto, a agricultura do café e a nascente do ribeirão Morangueiro.

3.2.1 Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (Codal)

Passado o período de ocupação inicial da colonização, outras empresas como a Codal continuaram o processo de expansão, mesmo depois do cessamento de comercialização das terras que pertenciam às companhias. Passaram a lotear as áreas rurais, tornando-se responsáveis pela expansão urbana, como é o caso do Jardim Alvorada, loteado 15 anos depois da fundação do município.

A Companhia foi:

Constituída no Estado do Paraná em 31 de Julho de 1947 como Boralli & Held, posteriormente, em 25 de Março de 1950 transformou-se em Empresa de Colonização e Desenvolvimento Rural CODAL. Em 02 de Janeiro de 1985 tornou-se, com a mesma razão social, Sociedade Anônima. [...] Atualmente, além [sic] da área supra mencionada, a Codal [sic] atua em incorporações, investimentos em direitos creditórios, consultoria empresarial, importação e exportação, reflorestamento e construção (COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL, [2011?]).

A sociedade civil Boralli & Held teve como primeiro Presidente Lucílio de Held que se estabeleceu com a denominação de Imobiliária Ypiranga com sede na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Ipiranga.

A Codal realizou vários empreendimentos, entre eles: loteamentos urbanos – Cidade Alto Paraná/PR (1948), Cidade Gaúcha/PR (1951), Jardim Shangri-lá - bairro residencial em Londrina/PR - (1953), Cidade Terra Roxa do Oeste/PR (1956), Cidade Altamira do Paraná/PR (1961), Jardim Leonor (1964) - prolongamento do Jardim Leonor em Londrina/PR e Pontal do Paraná/PR (1968) – incluindo os Balneários Shangri-lá I e II; bairros em Maringá/PR – Vila Progresso (1946), Vila Cleópatra (1949), Jardim Alvorada (1962), Vila Esperança em Maringá/PR (1972) e Vila Chistiano (1985); loteamentos rurais – Alto Paraná/PR, Cidade Gaúcha/PR, Terra Roxa/PR e Altamira do Paraná/PR; Chácaras de recreio – Sertão Grande da Serra, nos Municípios de Guarulhos/SP e Mariporã/SP e Parque das Cachoeiras, também em São Paulo; Clube de campo – Picnic Center, construído em uma área de 11 alqueires, no loteamento Sertão Grande da Serra no Estado de São Paulo.

A Codal, com sede em Curitiba, modificou seus objetivos de acordo com as necessidades do mercado imobiliário.

Sobre a participação da Codal no processo de ocupação do Norte do Paraná, em especial nas décadas de 1940, 1950 e 1960 e loteamento do Jardim Alvorada, o atual Vice-Presidente declarou¹²:

[...] os antigos donos eram influentes no Paraná e viram a oportunidade de pegar uma grande área de terra, né? Já tinham *knowhall* para fazer isso e acabaram fazendo todo o loteamento. Eles faziam uma campanha muito grande nas cidades de São Paulo, Rio Grande do Sul e em outros Estados, para trazer as outras pessoas desses Estados para as cidades que estavam colonizando, o loteamento que estavam fazendo. Quequando a Codal fazia o loteamento não era cidade, né? Ela fez na cidade, depois [...] tanto é que tinha comarca; só depois é que aquela grande área, que era bastante lote, que eram dois mil, cinco mil lotes [...] virou município. Algumas terras ela adquiriu e outras ela fez parceria com o Estado (VION, 2011).

Por volta do final dos anos de 1950, já morando no Estado de São Paulo, Alexandre Razgulaeff foi admitido como acionista da Companhia, o qual deixaria a encargo da Codal sendo responsável pelo loteamento da Fazenda Santa Lina. Desse modo, fazendo parte do processo de urbanização e expansão da cidade, surgiu como importante incorporador do solo urbano maringense.

Esse histórico demonstra que a área rural do município de Maringá já fora comercializada e loteada, mesmo antes da fundação da cidade. O projeto urbano de Jorge de Macedo Vieira sistematizou um planejamento já realizado com a intenção de a cidade se expandir para a área rural, o que ocorreu mais rápido do que se esperava e sem planejamento urbano adequado. Com isso a cidade atualmente sofre com os problemas derivados desse crescimento sem articulação da rede urbana. Podendo ser citados exemplos como o intenso tráfego e a falta de vagas de estacionamento público no centro e barreira e o conflito entre alguns segmentos da comunidade local, que fora gerado pela localização da UEM, planejada nos finais dos anos de 1960 fora da área urbana; na atualidade observa-se que a urbanização avançou em todo seu entorno (Figura 19).

¹²Entrevista concedida à autora na sede da Companhia, em Curitiba. Em anexo (ANEXO G) a autorização para entrevista e publicação. Original em posse da autora.

Figura 19 – Zona 07: destaque para a UEM e limite com a urbanização.



Fonte: Mansano, 2012.

Na Figura anterior é possível observar o limite entre a urbanização de Maringá e o limite com a UEM.

A problemática atual partiu da inobservância de que no planejamento urbano “Um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro” (SOUZA, 2011, p. 47). Não vamos adentrar no mérito da questão, mas muitas discussões e propostas têm surgido nesse sentido, entretanto, nem sempre são viáveis, como a de realizar um contorno por dentro do campus, o que ocasionaria prejuízos científicos como a mudança da Estação Meteorológica.

3.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO JARDIM ALVORADA NO CENÁRIO URBANO MARINGAENSE

Pelo zoneamento da Prefeitura Municipal de Maringá, o perímetro urbano está dividido em 51 zonas fiscais e o bairro Jardim Alvorada está localizado em duas zonas: a 24 e parte da 46, o que corresponde há uma porção reconhecida como Chácaras Alvorada. Loteado pela Codal, que foi outorgada concessionária de serviços para lotear os conjuntos 3, 4, 5 e 6 de terras, da Gleba Morangueiro, de propriedade de Alexandre Razgulaeff, a antiga Fazenda Santa Lina. O loteamento foi autorizado em duas partes, pois esse planejamento possibilitou cortar e vender lotes urbanos enquanto ainda se colhiam as últimas produções de café.

Quanto à cadeia de títulos de domínio, as terras do Jardim Alvorada tiveram suas origens primárias nos títulos de terras devolutas do Estado do Paraná, as quais foram vendidas

à CTNP, posteriormente a Alexandre Razgulaeff e finalmente veio a pertencer ao loteamento, cujos lotes foram vendidos sob a responsabilidade da Codal.

Como apresentado anteriormente, o bairro foi loteado em duas partes, sendo a primeira composta dos lotes 3 e 4, sob o Alvará nº 2865/62 de 20 de julho de 1962 e a segunda parte composta dos lotes 5 e 6 foi autorizado em 1º de novembro de 1962, sob o Decreto 3346/62, dividido em duas seções, o polígono urbano e rural, este reconhecido com a denominação de Chácaras Alvorada.

Quanto à autorização para lotear o Jardim Alvorada - Primeira Parte foi realizado por meio do protocolo n.02349 de 07/06/1962, a Prefeitura de Municipal de Maringá concedeu licença à Codal para lotear e vender as subdivisões dos lotes 3 e 4 da Gleba Morangueiro, parte da Fazenda Santa Lina, área total de 2.269.716,00 m². A autorização foi assinada pelo então Prefeito João Paulino Vieira e pelo Diretor Administrativo, Antenor Sanches, pelo memorial descritivo, datado de 07 de junho de 1962¹³. A planta do bairro foi elaborada pelo Engenheiro Civil, Antônio Almir dos Santos. As divisas da gleba desmembrada da Fazenda Santa Lina, limitavam-se: a Leste com parte da Fazenda Maringá; a Oeste com a rodovia que levava ao município de Astorga, e que se tornou o prolongamento da Avenida Morangueira; ao Norte com o remanescente da Fazenda Santa Lina e ao Sul parte da Vila Morangueira e Vila Santo Antônio (MARINGÁ, 1962).

Quanto à localização consta que era

[...] em continuação com a VILA MORANGUEIRA na gleba desmembrada da fazenda Santa Lina, em continuação com a AVENIDA MORANGUEIRA, AVENIDA PEDRO TACQUES, e no prolongamento das ruas AMÉRICO BRASILIENSE, EVARISTO DA VEIGA e RUA URUGUAI, e na parte Nordeste da cidade [sic](MARINGÁ, 1962).

O documento também fez menção das benfeitorias existentes: 13 casas de madeira que seriam desmontadas e transferidas para outros locais, das características técnicas, da área do loteamento, e ressaltou a expansão urbana além do plano original da cidade constando que foi “[...] planejado em continuidade ao plano urbanístico da cidade de Maringá – do Estado do Paraná” (MARINGÁ, 1962).

Segundo argumentos na justificativa do documento que permitia o loteamento, a cidade cresceu e sua área industrial, comercial e residencial se aproximava das terras que foram da Fazenda Santa Lina, onde foi aberto o loteamento do Jardim Alvorada.

¹³ Cópia dos documentos em posse da autora. Autorização da prefeitura para obtenção de cópias de documentos contidos na pasta de loteamento do bairro está no Anexo H.

Quanto ao seu traçado urbano, o loteamento estruturou-se em sete avenidas, cuja largura mais remetia a ruas do que a avenidas. O traçado do projeto continha sete avenidas, com as seguintes metragens: Avenida Morangueira (42 m), Avenida Pedro Taques (35 m); Avenida Brasília (30 m); Avenida Lucílio de Held (30 m); Avenida Pontal do Sul (30 m); Avenida Dr. Alexandre Rasgulaeff (30 m); Avenida Dona Sophia Rasgulaeff (30 m), e 32 ruas com largura mínima de 16 m e duas alamedas com a largura de 20 m. O bairro planejado na bacia do ribeirão Morangueiro possibilitou um traçado de ruas planas e pouca declividade, conforme os aspectos topográficos da área:

Com a exceção de uma faixa cuja largura é maior que 200,00 m que margeiam o córrego MORANGUEIRA toponímia permitiu que as Avenidas e os acessos secundários não ultrapassassem a porcentagem de declividade observada na planta oficial da cidade de Maringá, que é geralmente de 5%, sendo que na referida faixa de 200,00 que circunda o córrego declividade máxima observada é 7% [...] [sic] (MARINGÁ, 1962).

Quanto às praças, o projeto localizava:

Nas intersecções da AVENIDA PEDRO TACQUES com a AVENIDA DR. ALEXANDRE RASGULAEFF, e ainda com a AVENIDA DONA SOPHIA RASGULAEFF foram localizadas duas praças circulares com raio de 41,00 m.a. Nas extremidades das AVENIDAS DR. ALEXANDRE e DONA SOPHIA RASGULAEFF concordando com a AVENIDA MORANGUEIRA, igualmente foram localizadas duas praças circulares em idênticos raios, e no ponto terminal da AVENIDA DR. ALEXANDRE RASGULAEFF próximo ao córrego Morangueira, também foi localizada uma praça circular, com o raio de 36,00 m.. Outras praças foram localizadas nas quadras 97 e 98 e uma outra faixa no prolongamento da quadra 8 e independente desta. Outra Área Verde ou 'PULMÃO VERDE' está localizada em redor da área alagada e destinada a play-ground [sic](MARINGÁ, 1962).

No total, o projeto destinou espaço para oito praças e uma área verde no Jardim Alvorada - Primeira Parte.

No dia 10 de setembro de 1962 foi lavrado o Registro Especial à inscrição do loteamento da Primeira Parte do Jardim Alvorada, no Registro de Imóveis – Primeira Circunscrição – República dos Estados Unidos do Brasil – Comarca de Maringá - Estado do Paraná, com o seguinte teor: os textos de época

Sob a denominação de 'JARDIM ALVORADA', o Sr. ALEXANDRE RASGULAEFF e sua mulher dona SOPHIA RASGULAEFF, - brasileiros, casados, ele lavrador e ela prendas domésticas, residentes - nesta cidade de

Maringá, Estado do Paraná, - neste ato representados por sua procuradora COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL 'CODAL', - com sede na Capital do Estado de São Paulo a Avenida Ipiranga [...] e filial nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, a rua Santos Dumont [...] vem promover o loteamento das terras, de sua propriedade, que compõe a área de 2.481.028,50 – (Dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil vinte e quatro metros e cinquenta centímetros) encravados no lote de terras sob n.ºs. 3, 4, 5 e 6 – (treis, quatro, cinco e seis), da GLÉBA RIBEIRÃO MORANGUEIRO, do distrito da sede deste Município e comarca de Maringá, Estado do Paraná, - cuja área na conformidade com as seguintes divisas [...] Partindo de um marco de madeira cravado ao solo, na margem esquerda do córrego Morangueira, sêgue com o rumo 60° 00' NW na distancia de 1.509,00 m, confrontando pela esquerda com as propriedades da FAZENDA MARINGÁ e com o loteamento denominado VILA MORANGUEIRA, onde chega ao canto ao canto da cerca proximo a Estrada Oficial do DER que demanda a Astorga [...] confrontando pela esquerda com o remanescente da gléba ora subdividido, ou seja com o restante da 'FAZENDA SANTA LINA' [...] [sic] (MARINGÁ, 1962, grifo do autor).

A extensão das quadras nunca era superior a 176 m com profundidade nunca inferior a 60 m; os lotes seriam divididos em dois tipos, segundo tamanho: as residências com área mínima de 450 m² (12,50– frente x 37,50 de fundos) e os lotes comerciais, com área mínima de 250 m². Estes seriam localizados nas Avenidas Morangueira, Alexandre Rasgulaeff e Pedro Taques. Os lotes e quadras seriam denominados por números arábicos crescentes.

Em síntese, conforme o memorial descritivo, datado de 07 de junho de 1962, a destinação dos lotes divididos no Jardim Alvorada - Primeira Parte ficou dividida como é mostrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Demonstrativo das áreas do loteamento do Jardim Alvorada – Primeira Parte.

Destinação da área	Metragem
Área arruada	683.148,00 m ²
Área verde	85.725,00 m ²
Área alagada	3.300,00 m ²
Área doada à prefeitura Municipal	24.168,00 m ²
Área loteada	1.473.375,00 m ²
Área total da Gleba	2.269.716,00 m ²

Fonte: Maringá (1962).

Conforme se observa no Quadro 1, foram destinadas à prefeitura 35% da área que fora reservada para construir os equipamentos necessários à população, como praças, parques e outros.

Embora fossem enaltecidos os recursos naturais localizados no loteamento, e afirmasse que não haveria problemas de ordem sanitária, o fato foi que nenhum projeto de conservação foi sugerido.

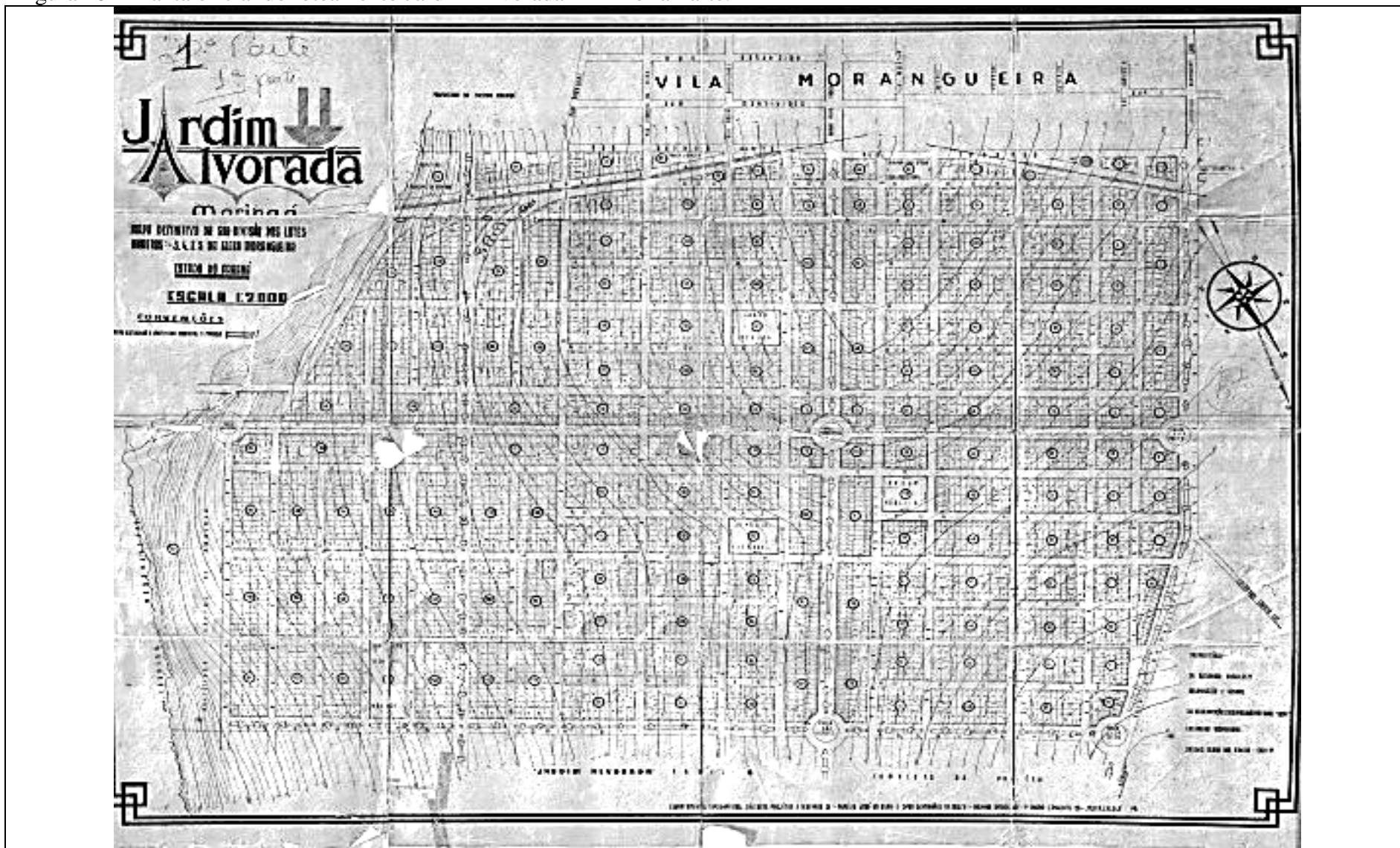
Quanto ao Jardim Alvorada Segunda Parte, foi autorizado seu loteamento em 1º de novembro de 1962, sob o Decreto 3346 e dividido em duas seções, o polígono urbano e rural, este reconhecido com a denominação de Chácaras Alvorada. Apresenta a extensão de 1.990.058,45 m² sendo destinado ao polígono urbano (1.120.385,70 m²) com 42 quadras, preferencialmente, para residências operárias e Zona Residencial e 11 quadras para a Zona Industrial (entre as Avenidas Pedro Taques e Morangueira; e Avenidas Dona Sophia Razgulaeff e Franklin Delano Roosevelt) destinada, a qual não foi efetivada e ao polígono rural ficou destinado 869.672,75 m².

O Jardim Alvorada como bairro nasceu com alguns marcos fundamentais que seriam de moradia para os trabalhadores urbanos de baixa renda e juntamente com a implantação de alguns equipamentos urbanos destinados ao atendimento da função social elementar como grupo escolar e dois reservatórios de água¹⁴.

Na Figura 20 é apresentada a planta entregue à prefeitura para solicitação de autorização do loteamento:

¹⁴ Fotos de lançamento do Loteamento do Jardim Alvorada estão no Anexo I.

Figura 20 – Planta oficial do loteamento Jardim Alvorada – Primeira Parte.



Fonte: Maringá, 1962.

Posteriormente, foram loteadas áreas próximas de outros proprietários como: em 10 de novembro de 1992, o Jardim Alvorada III, sob os Alvarás 240 a 267 (Lote 7 da Gleba do ribeirão Morangueiro), com área de 100.732,98 m²; em 09 de agosto de 1999, o Jardim Novo Alvorada, sob o Alvará 263, com área de 207.663,64 m². As terras destes loteamentos não faziam parte da Fazenda Santa Lina, mas deram continuidade à nomenclatura porque o bairro tornou-se uma referência na paisagem da cidade. Pelo ponto de vista imobiliário especulativo é mais lucrativo nomear os bairros novos com nomes parecidos com empreendimentos já consolidados e reconhecidos, sendo uma alternativa de valorização de terras.

Sobre a atuação da Codal no Jardim Alvorada, uma de nossas entrevistadas fala orgulhosamente: “O Lucílio de Held [cunhado] era dono da Codal. Antes deles abri aqui, ele abriu Alto Paraná, Cidade Gaúcha. Depois que ele comprou aqui [?]. Comprou aqui, faz tempo, não tinha nem asfalto. [...]. A Codal era de Londrina" (GRANDE, N. R., 2011).

E sua nora que mora no mesmo quintal complementa:

A família da minha sogra, o cunhado dela que loteou o tio Lucílio. [...] Aí eles lotearam. [...] O Jardim inteiro era dele. Ele loteou, pois tinha imobiliária. Meu sogro Nelson Grande que era corretor, ele e meu tio Antenor Grande venderam, eles eram corretores. A Codal que loteou aqui e quem vendeu foi meu sogro. [...] essas pessoas toas já morreram. [...] Eram os corretores que faziam a venda. A Codal era uma empresa e colonização (GRANDE, P. M. C., 2011).

Assim, como Maringá localizada “numa zona de povoamento recente, pioneira à época de sua fundação” e que “se consolidou e adquiriu uma certa liderança” (LUZ, 1997, p. 6 e 8) os bairros Jardim Alvorada, Vila Morangueira e Vila Santo Antônio, bairros tradicionais e pioneiros na expansão de Maringá também exerciam influência e liderança, em especial o Jardim Alvorada, que foi além de suas delimitações, tratando-se uma área de influência e um ponto de referência, que mantém equipamentos e serviços disponíveis à população da cidade, em especial dos bairros próximos.

3.3.1 Compra e venda de lotes no Jardim Alvorada

A Codal, ao lotear o Jardim Alvorada, vendeu a prazo, seguindo o modelo da CTNP/CMNP em que variavam as condições de pagamento conforme se tratava dos diferentes tipos de propriedades: datas urbanas, chácaras ou lotes agrícolas. Sendo que para:

a) lotes agrícolas: 30% de entrada e 4 anos de prazo para pagamento; b) chácaras: 40% de entrada e doze anos para pagamento; datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de um desconto especial de 20%. No que concerne os lotes agrícolas, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná organizou o pagamento em quatro anuidades desiguais, com juros de 8% (LUZ, 1997, p. 40).

Segundo Monbeig, “A concorrência atinge melhor ao pioneiro, quando procura atraí-lo [sic] pelas facilidades de pagamento. Não nos esqueçamos de que estamos no continente americano, onde tudo se compra a crédito” (MONBEIG, 1984, p. 227). A forma de pagamento a crédito que Monbeig verificou ocorrer no Brasil com frequência era visto por ele com espanto, pois não é comum na Europa. Esse costume no Brasil permanece até os dias de hoje e com muita intensidade por meio de créditos privados e até financiados pelo governo, como os Programas Minha Casa Minha Vida (financiamento de imóvel) e Minha Casa Melhor (financiamento de móveis).

Na escritura de locação de serviços realizada entre o proprietário das terras e a Codal, datada de 04 de março de 1962, ficou designado que a Codal não poderia vender lotes com preços inferiores a Cr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por metro quadrado de lotes urbanos e Cr\$80,00 (oitenta cruzeiros) por metro quadrado das áreas de chácaras e que seriam vendidos os lotes preferencialmente à vista, mas quando parcelado o prazo concedido aos compradores não poderia ser superior a 60 meses. Também ficou determinado que todas as despesas com o loteamento ficariam a cargo da Codal e que esta obteria lucro de 50% de todas vendas (MARINGÁ, 1962).

Os lotes eram destinados aos compradores de menor poder aquisitivo, em especial aqueles oriundos das áreas rurais ou dos bairros próximos. A maioria já era trabalhadores urbanos sem muita qualificação, sejam carroceiros, serralheiros ou prestadores de serviços gerais, muitas vezes sem vínculo empregatício, pois “O Jardim Alvorada foi parcelado em lotes com áreas menores que o padrão estabelecido no plano de Vieira e voltou-se para uma população de menor poder aquisitivo, que afuía para a cidade em consequência do êxodo rural [?]” (CORDOVIL, 2010, p. 131). Embora a autora tenha afirmado que o novo loteamento servia para receber a população rural, em nossa pesquisa observamos que muitos já haviam deixado o campo há um bom tempo e eram jovens casais moradores urbanos de Maringá.

Contudo, essa população representava uma parcela importante para o mercado imobiliário especulativo, que já começara a obter lucro pelo segundo parcelamento de

terras. Os preços dos lotes variavam de acordo com a localização e quando não vendidos à vista os parcelamentos normalmente eram com entrada de 10%. Tomamos como exemplo o contrato nº435, Lote nº 12, da Quadra nº 13, com área aproximada de 450 m², vendido no dia 02/09/1962, para Olgalina Batista Orioli, escriturado 30 dias após a quitação do compromisso, o mesmo fora vendido com entrada de Cr\$ 22.500,00 e o restante em 60 prestações mensais de Cr\$ 3.375,00, num total de Cr\$ 225.000,00, ou seja, 50% a mais do preço mínimo estipulado.

Para ter uma referência do valor de cada mensalidade, tomamos como referencial o salário mínimo vigente no país instituído em 16 de outubro de 1961, que era de Cr\$ 13.440,00. As prestações comprometiam aproximadamente $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo, aproximadamente Cr\$ 3.361,00. Comparando com o salário mínimo vigente (salário mínimo atual: R\$678,00) esse valor corresponderia aproximadamente a R\$169,50 mensais e o valor total do lote aproximadamente 17 salários mínimos, em torno de R\$11.526,00.

Se analisarmos que naquela época já foi vendido cada lote com 50% a mais do estipulado, já estaria ocorrendo a especulação imobiliária. Se compararmos com a atualidade, tomando como exemplo um lote de 450,00 m² ofertado para venda Jardim Alvorada Primeira Parte pelo preço de R\$320.000,00 (SUB100 IMÓVEIS, 2013) compreende aproximadamente 471 salários mínimos, ou seja, uma supervalorização de aproximadamente de 2.500%. Deste modo, a terra urbana torna-se objeto de renda para a especulação imobiliária, pois “A importância da renda da terra [...] é destacada principalmente nos países capitalista à margem do sistema [...]” (MENDES, 1988, p. 66).

Diferente dos pioneiros de Maringá que vieram com o desejo de prosperar em uma nova região, a população que ocupou o Jardim Alvorada tinha o sonho da casa própria, como relata uma das primeiras moradoras do bairro:

Eu nasci em pardinho _SP. Eu estou em Maringá ... Eu mudei aqui no ano de 1962. Eu casei fui morar em Alto Paraná, depois em Terra boa, no sítio. Em 63 eu mudei na casa na minha irmã na vila 7, perto do Gastão. Nós fizemos dois comodozinhos lá moremos lá, depois de lá a gente comprou aqui e estamos até hoje. Aqui eu mudei no Alvorada em, acho que foi em 1964. Fiquei só um ano no quintal da minha irmã. Comprei aqui e fizemos uma casinha que era a metade dessa aqui, de madeira, depois foi aumentando, puxa um pouquinho pra lá, um pouquinho pra lá. [...] Comprei direto da Codal, aquele tempo era a Codal. A gente comprou da Companhia mesmo, demorou cinco anos para gente pagar isso daqui. A gente pagava coisa de mixaria, mas aquele tempo era muito difícil. A gente ganhava poquinho. Eu entrei na Copel ganhado [...] conto de réis, a gente pagava 17 e eu ganhava 18. [...] Coisa mais boa do

mundo é ter o seu cantinho e depois a gente fez aqui. Mas só fizemos acho que era a metade dessa casa, nem lembro mais e aí a gente acabou o dinheiro, a gente fazia sem dinheiro mesmo, né? Naquele tempo as coisa era tudo de poquinho. Eu ia trabalhar a pé e voltava a pé, não tinha dinheiro. Eu trabalha na Copel. Isso aqui foi pago com dinheirinho de zeladora, de limpa chão (JANUÁRIO, 2011).

O mesmo sistema de vendas realizado pela Codal, no Jardim Alvorada, ainda permanece com as construtoras que vendem atualmente empreendimentos verticais e outros. Os espaços horizontais já se esgotaram ou estão sendo reservados para o mercado especulativo imobiliário, pois “Se a terra começa a faltar e é mais disputada, o resultado inevitável é a valorização, que leva à especulação” (MONBEIG, 1984, p. 212). Nesse contexto, Maringá era uma cidade que se urbanizava rapidamente, expandindo pelo modelo de organização da CTNP/CMNP, que estabelecia prazos para que os compradores dos lotes urbanos erguessem suas construções o que possibilitou a rápida expansão urbana. Já no início da década de 1960, aliada ao declínio da economia cafeeira, houve a expansão urbana para além do plano-piloto e o crescimento dos serviços urbanos e posteriormente derivada do movimento de evasão populacional que assolou o meio rural do Estado ao longo das décadas de 1970 e 1980. Compreendendo o movimento migratório do espaço rural para o urbano, fenômeno que se fez no Brasil todo, em momentos diferentes, como destacou Durhan (1978, p. 7):

Os deslocamentos de população e a migração para as cidades não fenômenos particulares de nossa época. Mas o volume e amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil, durante o século XX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização, apontam certamente para transformações econômico-sociais profundas [...] Trata-se, portanto, de um fenômeno que manifesta transformações na própria estrutura da sociedade brasileira [...]

Dessa forma, foi se delineando em Maringá uma nova paisagem, aliada ao modelo de urbanização da Companhia. Rodrigues (2004) afirma que desde os primeiros momentos de existência de Maringá foi se delineando os espaços da elite e do pobre, pois estes só conseguiam adquirir lotes nas zonas destinadas aos trabalhadores, na periferia do plano-piloto. Posterior a esse momento, a expansão também seguiu esses moldes, como no caso do Jardim Alvorada, em que os lotes eram destinados, em especial, aos trabalhadores urbanos que não haviam estabelecido residência própria. Dessa forma, aliado à condição econômica e social dos primeiros moradores, o bairro adquiriu má reputação na cidade, popularmente era conhecido por Alvorçoço ou Alvoradão. Relata uma de nossas

entrevistadas, que quando contou à família que ela e o esposo, recém-casados, iriam comprar um lote no bairro, ouviram comentários do tipo “Vocês estão loucos, vão morar no Alvorço?” (CONEJO, 2011). Outra entrevistada nos deu o seguinte depoimento: “A gente tinha vergonha de dizer que morava aqui. Era o Alvorço. O povo que mudava aqui era louco. O povo criticava o Alvorada diziam que era lugar de bandido. Meu irmão falou: Eu não moro naquele lugar nem ganhando um doce. Meu dinheiro não é capim pra morar num lugar desses” (VESPA, 2011). Nesse contexto, outra moradora pioneira reitera:

E o povo quando eu falava que ia morar no Alvorada, falava: Você tá ficando loca! Mora aqui no Alvorada era mal visto, era um deserto, para te falar a verdade [...] Eu lembro quando cheguei lá e falei que tinha comprado a data aqui a prestação. A gente pagava 17 e 500 por mês. Nossa! Mas, mais vocês é loco? Comprar casa naquele lugar! A gente faz conforme a gente alcança, né? Nós fizemos o balanço do que eu ganhava e dava pra pagar a prestação da data né? Eo que o marido ganhava a ia comendo e comprando as coisinha de vagar. E quando pegava umas férias e gente procurava pegar as férias junto, para faze mais aproveitamento do dinheiro, juntava as férias dele e a minha. Hoje o povo tira férias e vai viajar, aquele tempo nós tirava férias para pegar o dinheiro, aquele poquinho a mais, para faze alguma coisinha (JANUÁRIO, 2011).

Para Rodrigues (2004, p.56-57), o local de moradia é a identidade da condição socioeconômica da pessoa:

Por exemplo, quando alguém identifica como endereço o Bairro Santa Felicidade ou o Conjunto Requião está se declarando e sendo reconhecido como alguém cuja renda é muito baixa. E, o contrário, ao declarar-se morador na Zona 2 ou Zona 5 (que sofreu mudança no perfil de ocupação previamente estabelecido, tornando-se espaço elitizado), é imediatamente reconhecido como alguém pertencente às camadas de alta renda.

Com os objetivos pré-estabelecidos de venda dos lotes do Jardim Alvorada para a classe trabalhadora, os corretores da Companhia passavam nas empresas e distintos lugares de trabalho oferecendo oportunidade de comprar lote em um bairro novo e com pagamento em longo prazo. Como as condições eram favoráveis para o trabalhador e permitiam condições de pagamento, a comercialização foi grande. Um morador contou que comprou seu lote quando trabalhava na Reunida, fábrica de barco, que se localizava na Avenida Mauá, e corretores da Codal passaram na empresa vendendo os lotes do recém-formado Jardim Alvorada.

Para muitos era a única oportunidade de aquisição uma vez que os lotes urbanos de Maringá já estavam vendidos e os que eram colocados para revenda já eram supervalorizados.

3.4 CONSOLIDAÇÃO DA PAISAGEM DO JARDIM ALVORADA

Muitas pessoas que trabalhavam nas lavouras de café como colonos, nas décadas de 1960 e 1970, voltaram para o mesmo espaço ou proximidades, que já haviam se transformado em zona urbana, como é o caso de Leni (ex-moradora na Fazenda Maringá) e Elvira (ex-moradora na Fazenda Santa Lina) e atuais moradoras no Jardim Alvorada.

Hoje, o café tem uma produção quase que artesanal. Alguns moradores antigos o cultivam em seus lotes urbanos, motivados pela nostalgia e vivência que tiveram com o café; vendem, ganham algum dinheiro, mas não almejam grandes lucros; recebem algum dinheiro pela produção do que sabem e gostam de fazer. Há em meio à urbanização vários terrenos e quintais com resquícios da cultura cafeeira. Esse é o caso de Santinho e esposa, que foram trabalhadores da roça de café e se mudaram para o Jardim Alvorada no início da década de 1970, após comprarem um lote da Codal e afirmam que é o que sabem fazer, o que gostam, pois sempre viveram da terra. No lote em que moram, plantam, colhem, secam, moem e vendem alguns quilos de café por ano (Figura 21).

Figura 21– Produção urbana de café no Jardim Alvorada.



Fotos: Mansano, 2011.

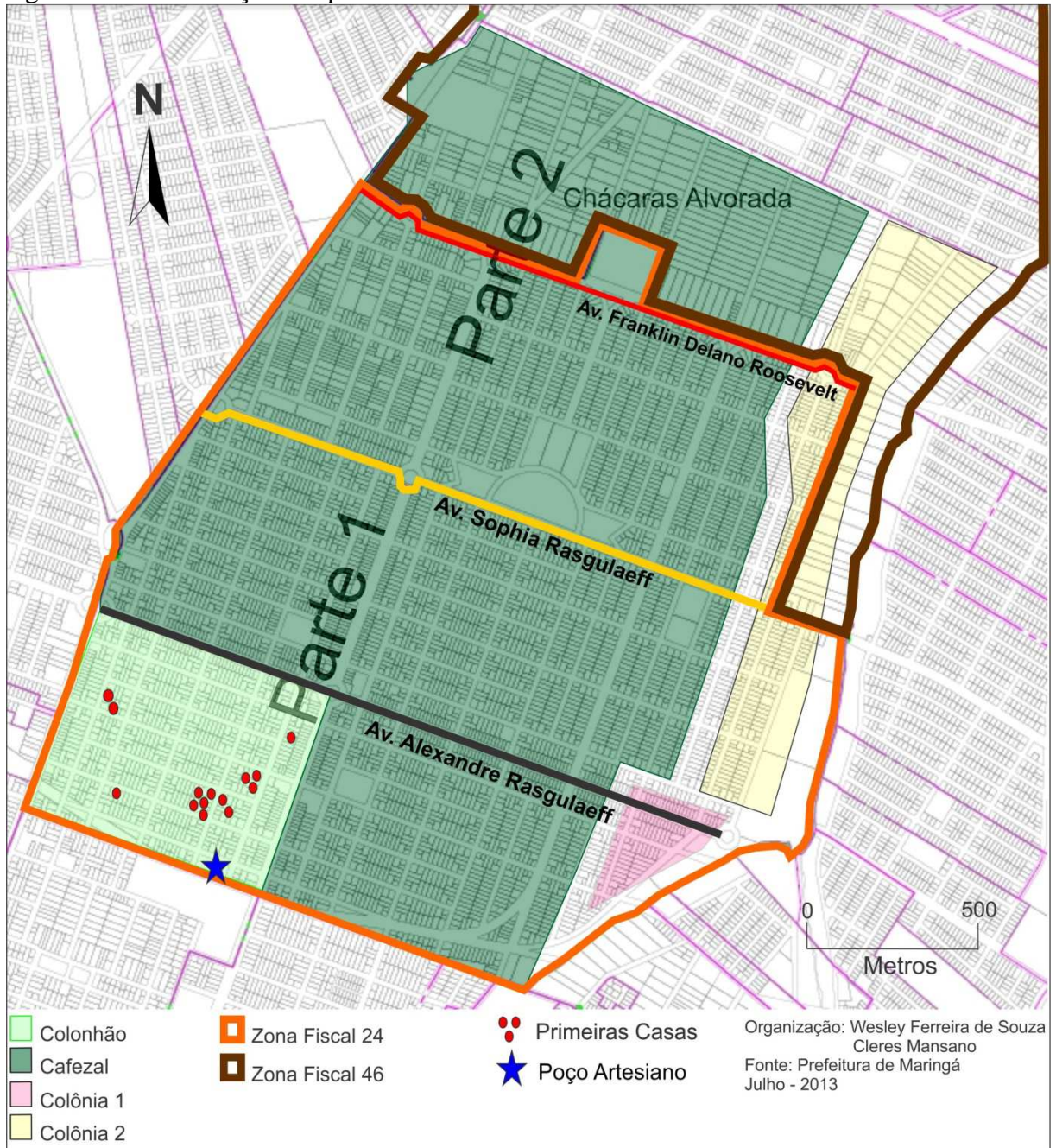
Alguns cultivam os pés de café por questões costumeiras e afetivas. O café está ligado ao imaginário afetivo dos pioneiros do Jardim Alvorada, como é o caso de uma das

entrevistadas, a Senhora Mercedes que, junto com mais duas irmãs, cuida da mãe que tem 100 anos e que sofre de mal de Halsaimer e mantém alguns pés de café no quintal, porque é o cultivo de que sua mãe gostava, sendo uma forma de preservar a memória da família.

Há uma ligação afetiva entre aqueles que viveram na época do café na região de Maringá, sendo que os pés de café são mantidos nos quintais, em especial pelos moradores idosos. No quintal da residência da Senhora Elvira, também havia pés de café que foram cortados em junho de 2012, e que ainda estavam plantados atrás da casa. Os mesmos foram erradicados, pois eram de seu esposo, que gostava de cuidar e ele já havia falecido há seis anos; depois de algum tempo de luto, decidiram cortar para facilitar a limpeza do quintal.

As primeiras casas construídas no Jardim Alvorada se localizavam na área Sudoeste do bairro – Primeira Parte – (Figura 22). Ainda vivem, no local e nestas ruas, antigos moradores que ajudaram e constataram a transformação da paisagem e saída da condição de mal visto para a condição de área próspera. Na atualidade essa área é uma das mais valorizadas do bairro.

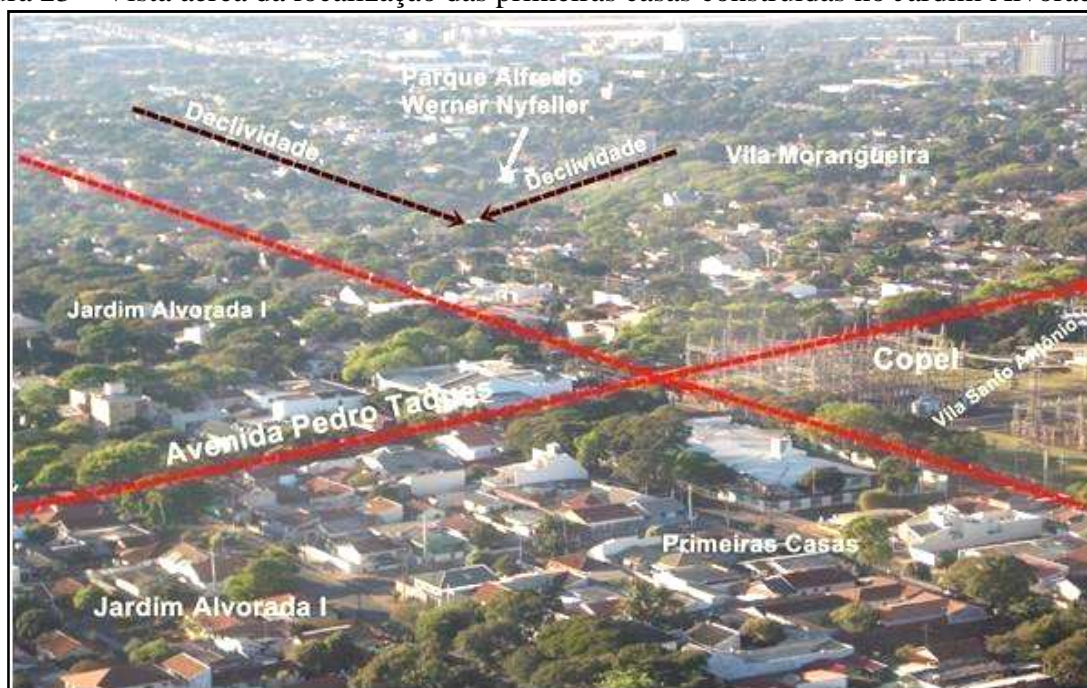
Figura 22 – Localização das primeiras casas do Jardim Alvorada.



Fonte: Maringá, 2010a. Organização: Mansano, 2013. Elaboração: Wesley Ferreira de Souza.

Na Figura 23 é mostrado o local onde foram construídas as primeiras casas no Jardim Alvorada.

Figura 23 – Vista aérea da localização das primeiras casas construídas no Jardim Alvorada.



Fonte: Mansano, 2012.

Na Figura 23 é identificada a localização de onde foram construídas as primeiras residências no Jardim Alvorada, precisamente à esquerda inferior da imagem, ao lado da estação da Copel. Na parte superior, a Vila Morangueira, e percebe-se nitidamente a declividade da bacia do ribeirão Morangueiro.

A ocupação e a consolidação efetiva do bairro estão intimamente ligadas à expansão urbana maringense e à ação de agentes imobiliários.

No Quadro 2, são apresentados alguns dados levantados em campo sobre os primeiros moradores ou compradores de lotes do Jardim Alvorada. No quadro são apresentados os únicos cinco moradores do bairro que moraram na Fazenda Santa Lina. Eles eram filhos de colonos, com exceção de Jordevino que era filho do administrador. Todos eram jovens solteiros e migraram para a área rural de outras cidades quando casaram ou quando a fazenda estava prestes a ser loteada. Posteriormente voltaram com suas famílias a residirem no bairro já loteado. A única exceção é Ulisses que nunca saiu do local e acompanhou toda a mudança da paisagem; primeiramente morando na colônia, depois na sede da fazenda e posteriormente no lote urbano em que reside até hoje e que foi adquirido no início do loteamento urbano.

É possível observar que a maior parte dos primeiros moradores do bairro procedeu da área rural. Entretanto, as suas ocupações passaram a serem urbanas.

Quadro 2 – Principais informações sobre algumas das primeiras famílias moradoras e/ou compradoras de lote no bairro.

Família (casal)	Data de nascimento	Naturalidade	Mudou Mgá-ano	Ano que mudou no bairro	T. M.B.	Local de Procedência	Z. P.	Transmitente do lote	Profissão quando comprou/mudou
Jordevino Gonçalves de Oliveira†* Laura Carreira de Oliveira*	20/07/1937 14/01/1938	Mandaguari-PR Quatá-SP	1943 1959	1943/1972 1959/1972	70/41† 54/41	Mandaguari-PR/Dr.Camargo-PR Quatá-SP/Dr. Camargo-PR	Rural# UR/RUR	Cedida por Razgulaeff	Operário Do lar
Jacob Candido da Silva* V Delcy Gentil da Silva†**	06/06/1947 03/12/1949	Fazenda Santa Lina Marialva/PR	Natural 1970	1947/1967/2008 1973	66/46/5 28†	V. Stº Antonio/P. R. Tuiuti Zona 7	Urbana =	Codal/ terceiros	Serralheiro/motorista Repositora de mercado
Vasile Maniuc* Maria A. Maniuc	22/03/1944 27/04/1943	Stª Anastácia-SP Porteirinha-MG	1948 1977	1948/1977 1977	55/36 36	Cambé-PR/Est. do Lombo-Mgá Estrada do Lombo-Mgá	Rural# Rural	Familiar	Lavrador Lavrador
Ulisses Pedro Pitareli* Maria de Lurdes Pitareli***	0/07/1938 22/12/1940	Viradouro-SP Garapava-SP	1952 1949	1952 1964	61 49	Fazenda Santa Lina Venda 200/Mgá-PR	Rural Rural	Terceiros	Vendedor Agricultora
Sebastião Rezende† * Elvira Rodrigues Rezende*	21/03/1931 17/02/1935	Muzambinho-MG Saturno-SP	1953 1952	1953/1977 1952/1977	60/36† 61/36	SP/Tuneiras-PR =	Rural# =	Terceiros	Coletor de resíduos Zeladora
Abel Barbosa da Silva Tereza Francisca da Silva**	10/02/1940 20/10/1948	Água Branca -AL Pouso Alegre-MG	1957 1965	1963 1965	50 48	Zona 7 Munhoz de Melo-PR	Urbana Rural	Terceiros	Eletrecista-Guarda/Copel Do Lar
Nelson Grande(pai) † Norma Rodrigues Grande (mãe)†em 2012	12/08/1925 20/11/1934	Pirajuí-SP Avaré-SP	1960 =	1962 =	51† 51†	Zona9 =	Urbana =	Terceiros	Corretor/Codal Zeladora
Antonio Canuto Carmona (vô)† Piedade Comino Carmona (Vó)†	? ?	Espanha SP	1962 =	1962 =	51 =	Nossa Srª Graças-PR =	Rural =-	Codal	† Lavrador
Lucimar Grande (filho) Piedade Mª Carmona Grande (neta)	11/01/1954 06/11/1956	Londrina-PR Nossa Srª Graças-PR	1960 1968	1962 1968	51 45	Zona 9 Nossa Srª Graças-PR	Urbana Rural	Cedida pela mãe	Estudante Estudante
José Januário Alice Saporoli Januário	02/07/1937 27/12/1941	Mirandópolis-? Pardinho-SP	1962 =	1964 =	49	Zona7 =	Urbana =	Codal	Eletricista/Copel Zeladora/Copel
Santos Conejo Dirce Vicente Conejo	18/03/1936 22/09/1944	Pirajuí-SP Araçatuba/SP	1959 1951	1963 =	50 =	V. Santo Antônio =	Urbana =	Codal/ Nelson	Marceneiro/funileiro Do lar
Osvaldo Vespa Olga Ferreira Valim Vespa	18/01/1936 10/05/1939	Joaquim Távora-PR ?-SP	1960 =	1967 =	46 =	Vila Operária =	Urbana =	Codal	Ferreiro Do lar
Leni Prates de Moraes Valdeci Fernandes de Moraes	20/09/1949 30/04/1949	Fazenda Mgá-Mgá Gov. Valadares-MG	Natural 1952	1969 =	44 =	Vila Operária =	Urbana =	Codal	Doméstica Mestre de obras
Fernando Garcia (pai) Ines E. Garcia (mãe)	15/01/1923 24/11/1925	Catanduva-SP Monte Alto-SP	1969 =	1969 =	44 =	Cianorte =	Rural	Troca c/ Parente	Motorista Do lar
Pedro pereira† Mª Nadir Garcia Pereira (filha)	17/10/1946 25/04/1949	Araraguá-SC Catanduva-SP	1969 =	1969 =	44 =	Cianorte =	Rural	Cedida pelo pai	Motorista Do lar
Ilton Orioli† Olgalina Baptista Orioli†	03/01/1934 27/07/1931	Terra Roxa/SP Borborema/SP	1959 =	(1962/ 1995) =	18† =	Zona 7 =	Urbana =	Codal	Representante Comercial Do Lar

Fonte: Campo realizado de 2010 a 2013. Legenda: V Viuvou em 2001 e casou com Maria Nilza F. da Silva; migraram em 2008 para o bairro

* Moradores da antiga Fazenda Santa Lina

†Falecido(a)

T.M.B. Tempo demoradia no local/bairro

Mgá Maringá

** Não estava presente na compra do lote

? Informação não obtida

() Construiu para alugar-mudou depois

Z.P. Zona de procedência

*** Mudou quando casou.

= informação repetida

Rural/Rural

UR/RUR Urbana/Rural

Observa-se pelo quadro anterior que entre os moradores que chegaram ao bairro ou adquiriram lote na primeira década de formação do Jardim Alvorada a maioria veio de outros bairros de Maringá e exerciam profissões urbanas que não exigiam muita qualificação profissional.

3.4.1 Cultura e identidade: a vida dos primeiros moradores

Como dito anteriormente, a memória é um produto da atividade humana e por meio dela é possível entender a cultura de um lugar e reconstruir a sua identidade e como consequência entender o significado do bairro sob o ponto de vista de quem vivencia este espaço. No resgate da identidade do bairro, não pode ser perdido o seu conteúdo cultural e este é encontrado na “[...] resistência daqueles que querem ser donos do seu cotidiano” (SOUZA, 1989, p. 147) e reconstruir o meio histórico e geográfico equivale a procurar traços comuns, “que, a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interespaiais, permitem que enxerguemos uma certa unidade” (SOUZA, 1989, p. 153).

São as representações que possibilitam que os sujeitos representem a identidade do grupo a que pertencem e elas ocorrem por meio da percepção que o indivíduo apresenta e depende de vários elementos. Entender a identidade de um bairro requer buscar a identidade construída a partir das representações coletivas, que são somatórias e não individuais.

Nesse contexto, procuramos delinear a história coletiva do bairro, com o objetivo de entender a sua identidade sem reduzir a individualidade de seus moradores. Buscamos as lembranças dos moradores mais velhos, aqueles que chegaram primeiro e que viram as transformações do bairro, pois “Buscar essa memória é realizar o encontro entre as gerações precedente e a nossa e, a partir daí, tentar entender como os homens e/ou grupos se constituíram naquilo que eles são agora” (MORI, 1998, p. 26).

A maioria dos primeiros moradores que se mudaram para o Jardim Alvorada veio de outros bairros da cidade de Maringá; encontrou todos os problemas de um loteamento típico da década de 1960, cujos lotes eram vendidos sem oferecer a infraestrutura básica necessária para ser habitado. O bairro começava a abrigar as novas famílias, a maior parte era jovens casais, com ou sem filhos. O bairro não só se formou de pessoas oriundas da zona rural, mas também da zona urbana. As profissões dos primeiros moradores eram todas voltadas para o trabalho urbano.

A vida acontecia em outros lugares da cidade, fundados anteriormente. A Vila Operária, por exemplo, havia recebido pessoas oriundas da zona rural, ao longo da década de 1940 e 1950; as crianças estavam quase adultas ou adultas e davam continuidade às suas vidas familiares, dinamizando o espaço da cidade. Segundo relato da Senhora Leni, antiga moradora da Vila Operária e que se mudou para o Jardim Alvorada:

[...] depois com 19 anos [...] quando conheci meu marido [...] eleia na igreja com a família que ele morava, não tinha mãe nem pai, ele morava na Laguna (risos); conheci ele num baile. [...] meu pai era severo. Meu irmão tava namorando uma moça, e nós fomos num parquinho que tem lá na Riachuelo. Um parque de diversão que tinha lá. [...] aí fomos num baile [...] aí nós ficamos lá, e tudo era tão engraçado, era tudo lamparina e lampião; e foi lá que conheci meu marido. O baile era na casa de uma amiga [...] [sempre acontecia bailes nas casas]. Vixi nossa!!! Era tão bom, hoje em dia ta tudo tão diferente; nós tinha muita brincadeira dançante, sabe? As veiz tinha brincadeira dançante à noite, as veiz 3h da tarde, sabe? Sabia que tinha, a gente ia porque encontrava com os amigos, mas era tão bom, aqueles tempos. Saía àquela turma pra i embora. Num dos bailes que eu fui lá, num aniversário, eu conheci o meu marido [...] Tá? [...] No baile, vi ele chegando perto de nós [...] conversou [...]aí depois eu tinha que ir embora, [...] ele falo pra mim assim, você vai embora assim, não vai dançar nenhuma moda comigo, será que vai da tempo?E aí eu namorei quase dois anos [...]. Depois quando eu casei eu já tava com 20 [casou em 1969, morava na Vila Operária], Só que daí,eu e meu marido compramos casa no Jardim Alvorada, aí meu irmão mais velho tinha feito uma casinha. [...] Meu irmão mais velho conversou com meu marido pra compra um terreno, que é esse aqui [...] sócios foram meu esposo e meu irmão. Quando ele fez o pedido de casamento, o meu pai falo: Um ano só hem! Pra ela faze enxoval e você faze o que tem que fazer. Daí meu irmão já tinha casa comprada aqui [...] (MORAIS, 2011).

O bairro também recebia pessoas oriundas da zona rural como nos relata a Senhora Piedade sobre a vinda sua e de sua família e sobre as características do bairro no início de sua formação:

Quando mudei aqui era cafezal, mudei há 43, em 1968. Eu tinha 10 anos. [...] Minha vó veio de Nossa Senhora das Graças. Nós viemos para cá porque minha vó tinha um sitio em Ouro verde. No caso quem morava lá era meu pai, minha mãe, os quatro filhos a irmã da minha mãe. Aí minha mãe faleceu e aí meu pai se viu muito sozinho para tocar o sitio com quatro filhos. O sitio era da minha era da minha vó. Ele veio p cá com nós. Minha vó resolveu vender o sitio e comprar casa aqui em Maringá. [...] O meu pai começou a trabalhar de empregado de motorista e daí eles venderam o sitio e aumentaram a propriedade que tinha aqui e compraram outra casa perto da universidade. [...] daí foi assim eu morei na Rua Mascarenhas de Moraes com minha vó. Minha mãe morreu eu tinha nove anos. Através dali fiquei conhecendo meu marido era pouca casa então uns ficou conhecendo os outros [...] depois foi aumentando o povo. [...] As famílias mais antigas é a minha família Carmona e a família Pedro Grande que é da minha sogra, que

é cunhada do Lucílio de Held. [...] O núcleo era aqui. A casa da minha sogra era essa aqui do lado e depois foi aumentada e vendeu e a minha era na Mascarenhas de Moraes. [...] Na época que passava boiada, a gente morava de aluguel [...]. Aí eu lembro que a gente tava indo embora e tava vindo boiada, a gente tinha que correr dos bois. [...] As crianças a gente brincava debaixo do pé de cafezal. [...] a gente estudava no Rodrigues Alves que era na Praça da Santo Antonio. Com o tempo construíram o Duque de Caxias e agente passou a estudar no Duque (GRANDE, P. M. C., 2011).

Quanto às condições de moradia desses primeiros moradores, são relatadas as dificuldades encontradas pelas primeiras famílias como a da Senhora Leni, e relatada por muitos moradores:

[...] A minha casa foi a segunda casa da rua [...] era colônã! [...] Era muito colônã! A Pedro Taques era colônã [...] A gente tinha só uma venda aqui, hoje é uma loja, na frente do ponto de circular, é aqui [...] era uma venda. Nós até atravessava aqui pelo fundo, pelo triozinho, pra chega na venda. Pra baixo da Pedro Taques era cafezal ainda, era cafezal. A circular só vinha até ali. Depois passou um tempo começou a vender os lotes (pra baixo era café). Aqui era colônã [...] Aqui nós derrubo, era nosso, aqui do lado de cá tava vazio, ainda era colônã [...] era isso que tinha aqui [...]. Meu marido foi a procura de uma casa de móveis usado pra comprar, daí que tava acabando de fazer um sobrado um prédio, tinha muita madeira, ele chegou e perguntou se a madeira estava à venda e o homem respondeu que se levar a madeira tem que levar tudo que tem aqui, nós ta limpando. Meu marido concordou e arrumo um caminhão antigo, grande, né? Aí pego as madeira e veio. Aqui era colônã, colônã, colônã [...]. Aí no final de semana que não trabalhava, ele e meu irmão separava as madeira. Naquele tempo, o povo era muito mais amigo, um ajudava o outro, o pessoal lá da Operária, que era muito amigo dele, [...]. O pessoal vinha pra ajuda fazer a casa. Meu irmão falou para trazer a madeira, porque a casa dele era de três peças; emenda sua casa na minha então precisa fazer planta, faz de conta que to aumentando minha casa [...] Casei e vim aqui, minha casa era lá bem no fundo. Foi uma vida assim judiada, nós teve que rapa tudo aquelas madeira que era de construção, rapo tudo. Aí um dia eu vim aqui no domingo, naquele tempo a gente trabalhava até no dia de domingo de doméstica, até a hora do almoço, acabei lá e fui embora, aí eu vim aqui na terça-feira de carnaval, aí falei pra mulher que tava fazendo comida que o negócio era sério [...]. Ele falou: Ha é, ta pensando que é só eu que vo fica batendo martelo? Aí tinha dois tambor cheio de água com telha dentro, aí fomos lavar telha, lavei a telha da minha casa todinha, eu com as mulher (MORAIS, 2011).

A maior parte dos primeiros moradores entrevistados relatou as dificuldades relacionadas com a falta da malha asfáltica. É o que relata uma moradora antiga sobre o início da vida do bairro: “Só que nós achava ruim da poeira né? Eramuita poeira, barro. Ele sofreu muito, ele trabaiava com bicicleta, né, pra i e volta pro serviço. E, a gente em casa também” (CONEJO, 2011). Sobre o fato outra moradora pioneira nos relatou:

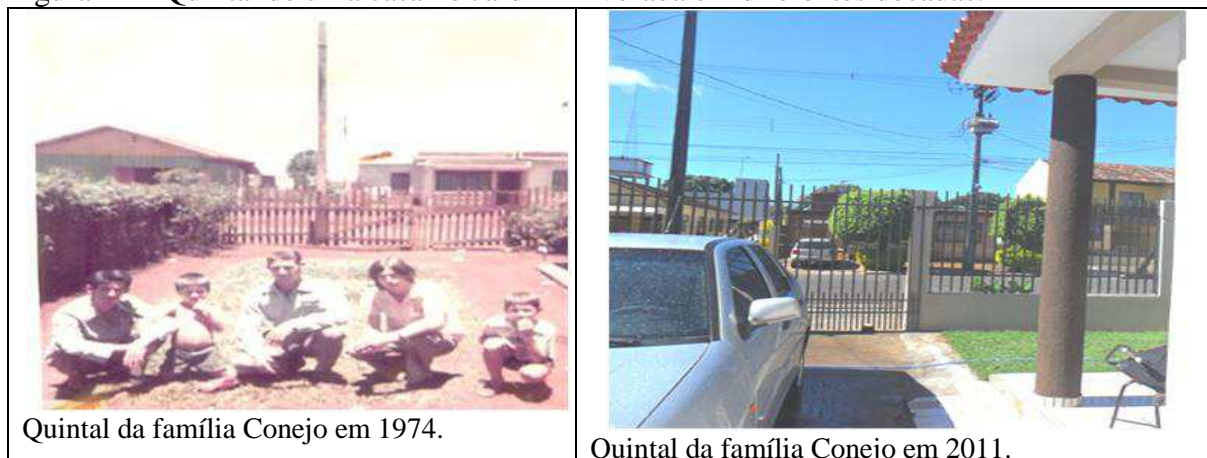
Nem tinha circular aquele tempo. Depois que começou a correr uma só, na Morangueira. Quando eu mudei aqui não tinha circular nem na Morangueira, não tinha asfalto, não tinha luz, a gente pegava água onde era a creche hoje. Tinha que carregar de balde, de lata. Quando eu mudei aqui já tinha filha que nasceu em 1959. [...] Quando a gente mudou aqui não tinha casa, não tinha nada, depois que saiu. [...] Hoje é melhor, tem asfalto, ta tudo no jeitinho, tudo arrumadinho. Aquele tempo era muito difícil terrão, era terra. Aqui onde a gente comprou aqui era café, era fazenda, a gente roçou, cortou o café para fazer a casa. Depois a gente cortou dessa data da esquina e cortamos o café dessa ata do lado pra poder abrir mais um pouco. A gente ia trabalhar e deixava a menina em casa [ela e o esposo trabalhavam na Copel] A Copel era ali na Colombo com Alziro Badaró [...] ali tinha almoxarifado da Copel e eu trabalhava de zeladora lá na rua Néó Alves Martins, quase fundo saindo para ruinha que tem ali [...]. Eu trabalhava lá e ia e voltava a pé, uma que eu não tinha dinheiro, nem que tivesse, não tinha circular para pegar, depois comprei uma bicicleta. Eu trabalhei muito tempo de bicicleta, um dia derrubei a minha filha na Avenida São Paulo, que aquele tempo não tinha há nem asfalto. Tinha deixado ela na casa da minha irmã e passei lá para pegar ela pra vir embora. Eu vinha que vinha com pressa, além de trabalhar na Copel eu ainda lavava roupa pros outros em casa. Era uma forma de ganhar um dinheirinho a mais (JANUÁRIO, 2011).

As dificuldades eram diversas, tais como a falta de transporte, de equipamentos urbanos e de malha asfáltica.

Os moradores da parte rural do bairro sentiam mais dificuldades, como relatado por Laura “Quando o Dr Alaxandre vendeu, isso aqui virou um matagal, um colônião. Era uma invernada, porque não tinha asfalto, não tinha nada. Não é que nem hoje que vai abri um jardim e já faz tudo, as ruas [...]. Aqui não foi assim. Demorou pra formar o Jardim Alvorada” (OLIVEIRA, 2013).

As fotos seguintes mostram exemplos de quintais, casas e ruas do Jardim Alvorada I – Sul/Oeste (local onde foram construídas as primeiras casas - na década de 1970, ainda sem malha asfáltica e na atualidade (Figura 24):

Figura 24 – Quintal de uma casa no Jardim Alvorada em diferentes décadas.



Quintal da família Conejo em 1974.

Quintal da família Conejo em 2011.

Fonte: Acervo pessoal da família Conejo (CONEJO, [1974?]) e Mansano, 2011.

Nas imagens anteriores é possível observar a transformação das casas e quintais do Jardim Alvorada.

Os primeiros moradores tinham difícil acesso de vias de transportes e água e até mesmo vizinhança. As ruas eram de terra, com muita poeira. Na primeira foto da figura anterior registrada aproximadamente no ano de 1974 é possível verificar a cerca de ripas/balaústre, a rua de terra e o início da transformação da paisagem, pois ao fundo há duas casas, uma de madeira e outra de alvenaria. Também se observa a rua de terra, sendo que a malha asfáltica começou a existir em meados da década de 1970, quase 15 anos após, como relata a Senhora Piedade: “Aí começou passar asfalto faz 35 anos. Quando passou asfalto aqui, primeiro passou nas avenidas e depois as ruas do bairro, aí eu já era casada tinha meus filhos com dois” (GRANDE, P. M. C., 2011).

Outra questão que apareceu na pesquisa foi a violência, embora nos dias de hoje seja relatada por muitos entrevistados como uma grande preocupação, na formação do bairro já ocorriam fatos que deixavam os moradores receosos, como é o relato do roubo ocorrido na casa da Senhora Alice S. Januário:

[...] quando a nós compremo aqui logo a gente foi fazer a casinha, porque a gente morava no quintal da minha irmã coitada [morava na Zona 7], ela tinha a filharada tudo pequena a vida era dura, só meu cunhado trabalhava. Gente logo procurou de mudar faze a casinha da gente, né? [...] Aí um belo dia meu marido veio aqui vê [...] chegou aqui e tinham roubado as porta da casa, tinham roubado madeira, telha [...]. A pessoa que veio roba e abriu aquele prego e entro por aí e tirou aporta da sala e da cozinha. Gente não tinha mudado porque ainda faltava um monte de coisa pra faze. E depois ele veio aqui ele chegou em casa e disse : É nossa casa foi robada!” Já tinha roubo naquela época. Descobriam casa aquele tempo, porque não tinha quase vizinho né? [...] E tinha um vizinho [...] Também , não tinha cerca, não tinha luz, não tinha nada. E falou para muié dele: Acho que tão lavando a casa de noite, tão batendo martelo uma hora dessa! Levaram o resto de madeira, telha, tudo, tudo, fizeram uma limpa. [...] Aí eu pensei bem, eles vão vortá e arranca o telhado. [...] Eu pensei bem, falei eu nem avisei o marido, nem nada fui trabaía passei na Tamandaré, tinha um ponto de caminhão de aluguel ali. Passeei, falei pro home se três horas ele podia ir lá na minha casa [...] Ele disse: Posso. Eu disse: Levar minha mudança, lá pro Alvorada. Mudança? Nem tinha mudança. Eu disse só que é fiado, não tenho dinheiro pra pagar não. Não, não tem problema não [...] Nem o marido não avisei. Se eu fosse avisá ele não ía querer muda, não tinha porta , não tinha vidro, não tinha água, não tinha luz não tinha nada, a casa tava pela metade. Faltava um pedaço para terminar de cobrir [...]. O homem veio lá, joguei meus cacarecos em cima do caminhão. [...] Quando meu marido chegou de noite do serviço, eu trabaia na Copel e ele também, mas ele trabalhava na rede, na rua, né? E eu de zeladora. Ele viu a casa sem nada e disse: Mas cadê a Alice? Ela foi embora, ela mudou lá pra casa de vocês, no Alvorada. Ele pegou a bicicleta e veio atrás. [...] colocamos duas travessas de tábuas, igual a gente faiz no sítio [...] uma travessa de assim e aí enfiava as tábuas assim na porta,

moramos assim mais de mês, sem força, sem água, sem vidro. De noite a gente colocava uma coberta, uma coisa no vidro e assim mudei para cá de medo que viessem e roubassem. Foi mais de mês assim. Vai vê que era gente que tava construindo que roubou as coisas. Robo tranquilo, sabia que não tinha ninguém [...] E assim a gente ficou aqui e eu to aqui até hoje. [...] Ele chegou de tarde e disse: você é loca, mudar nessa casa que não tem vidro, não tem porta. Aí eu disse: E se alguém leva o telhado? Eu nunca fui mesmo de esperar marido [...] Eu nunca fiquei esperando marido tratar de mim não (JANUÁRIO, 2011).

Como relatado por muitos entrevistados e observado em muito material iconográfico encontrado na casa dos primeiros moradores, a vida cotidiana era difícil. Entretanto, sempre fazem questão de frisar que hoje melhorou muito, que tudo está mais fácil, pois os equipamentos urbanos existentes contribuem para facilitar a vida dos moradores do bairro. Sobre as transformações ocorridas no bairro, a Senhora Piedade afirma:

Abriram a Avenida Morangueira e Pedro Taques que era pura terra. [...] A Avenida Morangueira que tinha asfalto só da avenida pra lá e o resto aqui era tudo terra. Da Santo Antonio pra cá, da Copel pra cá era só cafezal, até lá no final do Alvorada II era sitio. Era tudo cafezal. [...] Não tinha a Sanepar e a Codal distribuía água para o Alvorada. [...] A Codal ficava ali onde era a creche. [...] a distribuição era igual, mas agora tem relógio. [...] Só que depois a prefeitura tomou conta e passou para a Sanepar. [...] depois foi melhorando. Aí começou passar asfalto. Quando passou asfalto aqui, primeiro passou nas avenidas e depois as ruas do bairro, aí eu já era casada tinha meus filhos com dois e três anos, faz 35 anos. [...] o que mudou de lá pra cá foi as casas de madeira que foi tirado e agora só tem de material e não tem mais terrenos vazios (GRANDE, P. M. C., 2011).

Essa é a história de vida do bairro e dos seus primeiros moradores que viram o bairro sair da condição de mal visto pelos maringaenses e aos poucos transformar sua paisagem e se tornar um ponto de referência na cidade.

3.5 RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA PAISAGEM DO BAIRRO

A paisagem do Jardim Alvorada constitui-se de aspectos atuais e do passado. É possível observar os resquícios do passado contrastando com o presente, tanto nas formas visíveis quanto nas invisíveis, ou seja, nas relações estabelecidas entre seus moradores.

Quanto aos objetos representam os valores atribuídos pelos seres humanos, seja econômico ou simbólico. As tradições se mantêm na conservação desses objetos antigos (FERRARA, 1996, p. 62).

As Figuras 25 e 26 mostram os objetos antigos utilizados, como o fogão à lenha e a manutenção dos costumes:

Figura 25– Fogão à lenha e utensílios domésticos dos primeiros colonos de Maringá.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná (2011).

Figura 26 – Fogão à lenha e utensílios dos primeiros moradores do Jardim Alvorada. Data: 2012.



Fonte: Mansano, 2012.

Os moradores do Jardim Alvorada que viveram aquela conjuntura do cultivo do café e do contato mais direto com o meio rural recriam em suas casas o modo de vida que experimentaram ou presenciaram.

3.5.1 Família e vizinhança

No Jardim Alvorada ainda há resquícios de cidade pequena, com modos de vida típica de cidade interiorana, diferente da maior parte das cidades médias ou grandes, onde o migrante rural perde as relações de vizinhança que existiam no ambiente rural, consequência do cotidiano da cidade que acaba por distanciar as pessoas, É possível observar crianças brincando nas ruas mais tranquilas do bairro; pessoas conversando nas calçadas à noite; visitas em casas de amigos e familiares; a participação nas festividades da cidade, e uma relação de compadrio que ainda existe entre as famílias, em especial as mais antigas, as da primeira geração de maringaenses por opção ou nascimento.

Segundo Durhan, “O parentesco e o compadrio, relacionado as unidades domésticas entre si, constituem os princípios fundamentais de organização dos grupos de vizinhança” (DURHAM, 1978, p.72).

No Jardim Alvorada, das famílias que mantém o compadrio estão os vizinhos de muro, a família Conejo e a família Vespa. A foto (Figura 27) foi registrada na varanda da casa da Família Conejo integrante das duas famílias. Aparecem da direita para esquerda Olga Vespa, Fátima Vespa (afilhada de Dirce), Francisco Conejo (filho de Dirce), Dirce Conejo e, ao fundo, Carolina Conejo (sogra de Dirce).

Para essas famílias, os laços familiares entre seus vizinhos se estabeleceram pela proximidade, num momento em que o bairro estava se formando e que os vizinhos eram poucos, mas próximos em relação à localização. Uma das filhas da família Vespa foi dada à família Conejo como afilhada.

Figura 27 – Membros das famílias Conejo e Vespa. Data: 1974?.



Fonte: Acervo da família Conejo (CONEJO, [1974?b]).

As relações de alguns vizinhos são próximas da relação de irmãos e o compadrio permite “[...] validar e criar relações de parentesco[...]” constituindo “[...] um fator importante na estruturação das relações sociais em agrupamentos caracterizados pela mobilidade dos membros[...]” (DURHAN, 1978, p. 73).

No bairro que estava se iniciando, no começo da década de 1960, e em que as jovens famílias estavam estabelecendo moradia, estas também necessitavam estabelecer relações afetivas com a vizinhança, como possibilidade de suprir a falta dos familiares consanguíneos e buscar segurança, pois o bairro estava em formação e quase não existiam moradores, e como dito pelos primeiros moradores, o que predominava era o capim colonião. Muitas vezes era necessário fazer a picada, nas proximidades da casa, com a finalidade de dar segurança para a família. O modo de vida encontrado no Jardim Alvorada ainda reproduz, guardadas as devidas proporções, uma cidade interiorana.

3.5.2 Estudo da habitação: casas de madeira

As relações existentes entre a habitação estão além de seus aspectos visíveis, pois nelas estão intrínsecas as questões sociais, econômicas e até mesmo as naturais. Monbeig (1957, p. 36) discute a relação da casa e o meio e questiona: “Não representam as casas

urbanas uma utilização dos recursos oferecidos aos homens pelo meio geográfico? Não concretizam estas casas modificações que se produziram no correr dos anos na função de cidade?”. A resposta às questões parece óbvia, no entanto não basta somente afirmar que existem essas relações, mas indicarem que conjuntura e como se deu e de que forma elas estão presentes na paisagem. Reiterando as relações existentes entre a habitação e as questões visíveis e invisíveis na transformação da paisagem, Aldo afirma que “As maneiras como estão dispostas as casas, dispersas ou agrupadas, suas formas, suas cores, sua localização, etc. constituem fortes marcas da paisagem” (DANTAS, 2005, p. 42).

A importância deste tema já era dada desde os estudos de Vidal de La Blache, na obra *Princípios da Geografia Humana*, na qual se relacionava com os materiais de construção, uma vez que as condições técnicas e de circulação eram menos velozes que na atualidade e o ser humano acabava por dispor dos materiais que encontravam com mais facilidade na natureza. Nesse contexto, La Blache afirma que “O Homem, desde que sentiu necessidade de se fixar, fez o seu ninho com os materiais que tinha ao seu alcance e sofreu a influência deles. É exacto [sic] dizer sobretudo a este respeito, que a matéria dita a forma. Razões de clima e de solo determinaram, segundo as regiões, o emprego preponderante da madeira, da terra ou da pedra” (LA BLACHE, 1954, p. 205). Reiterando a afirmação, Fernandes afirma que além de La Blache “[...] Jean Brunhestambém analisa a relação existente entre as casas, os materiais utilizados para construí-las e a localidade onde elas se encontram [...] É importante notar que esta relação entre as habitações e os materiais utilizados resultando em uma paisagem diferenciada já está presente em Vidal de La Blache” (FERNANDES, 2009, p. 82).

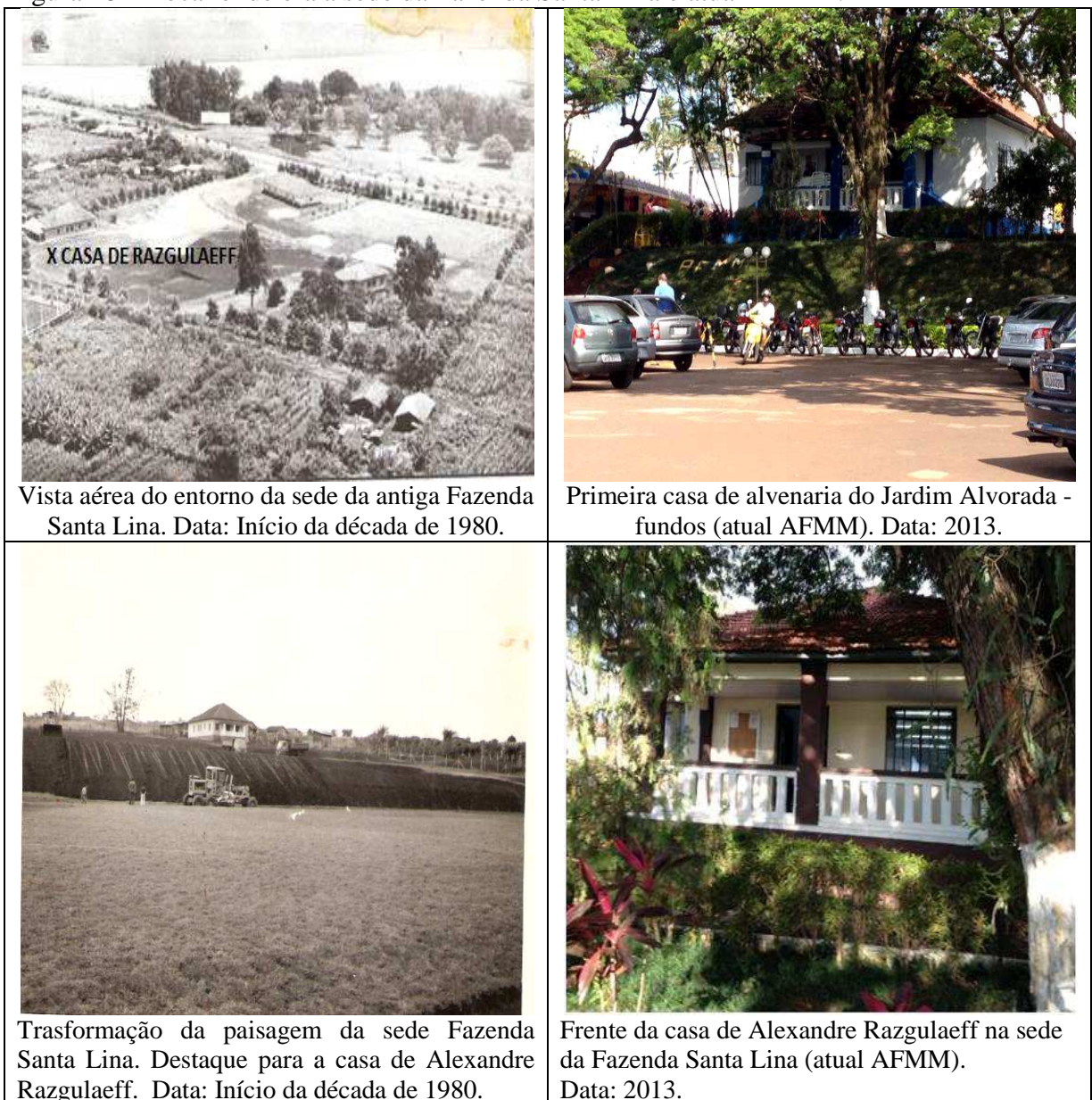
Nas palavras de Dantas, o estudo da casa para Monbeig era um elemento fundamental para entender a região e o complexo geográfico, não num sentido determinista, mas como reflexo, pois o ser humano não é passível frente aos fatores naturais. Entretanto, na atualidade, o mundo moderno e indústria uniformizaram os materiais utilizados nas construções, não sendo possível relacionar a casa como o meio natural da região, mas sem dúvida é possível relacionar com as questões econômicas e sociais e o estudo serve para a análise das zonas de uma cidade, mas infelizmente “[...] para a geografia de nosso tempo isso não é uma realidade. A geografia abandonou a casa” (DANTAS, 2005, p.43).

Considerando que o estudo da casa revela elementos essenciais da paisagem procuramos resgatá-lo em nossa pesquisa sobre o bairro. Contudo, vamos nos ater nas análises dos resquícios de habitações existentes do período da colonização.

Quanto aos revestimentos externos das casas do bairro, onde marcadamente ainda encontramos a primeira casa de alvenaria no local (sendo uma das construções de alvenaria

mais antigas da cidade), construída em meados dos anos de 1950, localizava-se na sede da Fazenda Santa Lina e era a moradia do proprietário. Hoje no local onde era a sede da Fazenda Santa Lina funciona a Associação dos Funcionários Municipais de Maringá (AFMM). Na Fazenda também havia outras construções de alvenaria como a casa do administrador, parte inferior da escola e barracão. As imagens a seguir mostram as construções da década de 1940 e a casa de Alexandre Razgulaeff (primeira coluna – registros fotográficos o início da década de 1980) e atual paisagem (segunda coluna) (Figura 28):

Figura 28 – Local onde era a sede da Fazenda Santa Lina e atual AFMM.



Fonte: Associação dos Funcionários Municipais de Maringá, ([1980?a])e ([1980?b]); Mansano, 2013.

Pelas imagens da primeira coluna, é possível perceber que ainda na década de 1980 havia muitos resquícios do período de colonização. Observam-se as construções de alvenaria que foram feitas na década de 1940, bem como as casas de madeira que pertenciam aos funcionários da fazenda que trabalhavam especialmente na olaria. Também é possível observar os cafezais que ainda eram preservados. Já nas imagens da segunda coluna, ainda observa-se a casa que pertenceu a Alexandre Razgulaeff e que na atualidade serve de secretaria para a Associação dos Funcionários Municipais de Maringá.

Realizar um estudo completo das habitações com certeza traria elementos para explicar as transformações ocorridas na cidade e no bairro, desde a colonização, mas seria outra pesquisa que poderá ser realizada no futuro.

Sobre as casas de madeira, na paisagem do Jardim Alvorada se observa o mesmo resquício descrito em estudo sobre a Reabilitação Urbana da Vila Casoni, em Londrina-PR, os autores apontaram que as “Casas de madeira, estigmatizadas pela própria Companhia de Terras Norte do Paraná, como representativo de um período de precariedade, tiveram sobrevida no bairro” (YAMAKI, KANASHIRO E TORRES, 2001, p. 76).

As formas de habitação como um elemento da paisagem capaz de identificar o tempo e o perfil dos moradores, tanto as casas de madeira como as de alvenaria já fazia parte da Fazenda Santa Lina. Como apontado anteriormente no memorial descritivo da primeira parte do loteamento do Jardim Alvorada entre as benfeitorias existiam 13 casas de madeira, as quais seriam desmontadas e transferidas para outros lugares.

Na década de 1960, começou nos bairros mais nobres de Maringá a substituição das casas de madeira por alvenaria. Já no Jardim Alvorada que começou sua formação destinada à classe trabalhadora, as construções eram de madeira e muitas vezes de reaproveitamento de casas que foram modificadas. Este é o caso da casa de madeira do alagoano, Senhor Abel, ex-funcionário da Copel, quando esta ainda se localizava no cruzamento das Avenidas Colombo com Avenida São Paulo, que reutilizou as madeiras da empresa. Na primeira imagem, está representada sua família (da direita para à esquerda: Senhor Abel, sua esposa e sua neta). No começo de 1960, quando o prédio foi reformado e parte de suas madeiras foram doadas ao Senhor Abel, pois o lote foi adquirido de um dos engenheiros da Empresa. Com essas madeiras, ele construiu uma das primeiras casas do Jardim Alvorada (Figura 29).

Figura 29 – Casa de madeira proveniente da Copel, localizada no Jardim Alvorada – Primeira Parte. Data: 2012.



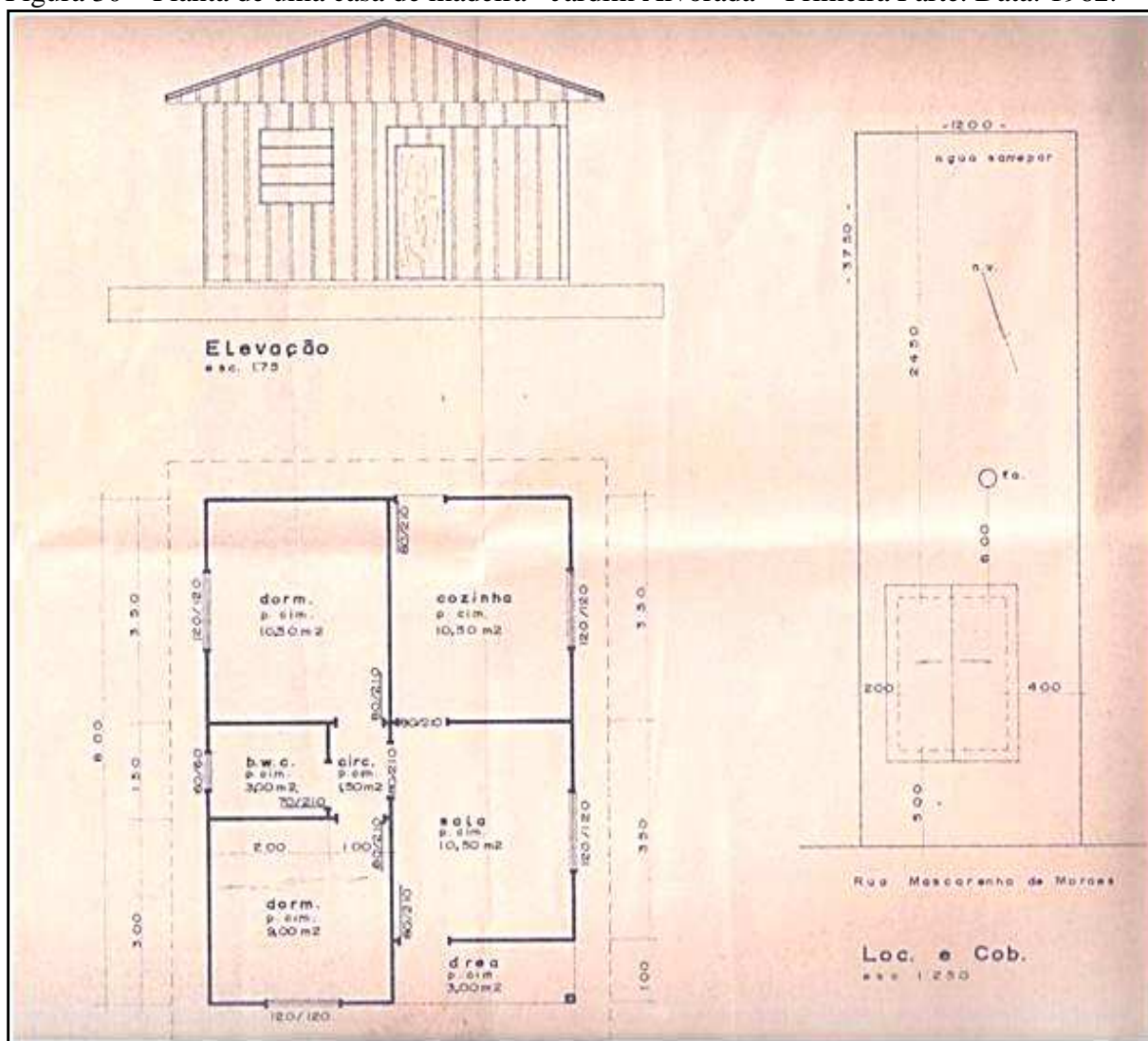
Foto: Mansano, 2012.

O Senhor Abel veio para Maringá ainda jovem, com 17 anos, ajudou a construir Maringá. Foi também pelo seu trabalho que foi implantada a luz elétrica na cidade. Em acidente de trabalho, ele foi eletrocutado e teve que amputar um braço. Para obter renda toca sanfona nas feiras, pois não é aposentado. Tem um desejo de voltar para sua cidade natal, pois afirma que aqui já não consegue mais melhorar de vida e nem realizar o sonho de ter uma casa melhor, por esse motivo havia colocado sua casa à venda, como observado na figura anterior, onde aparece uma placa pregada na parede com a palavra “vende-se”. Sobre a forma de compra do imóvel, fez seguinte relato:

O terreno foi adquirido da Codal naquela época. Só que eu comprei de um engenheiro da Copel. [...] A senhora acha já fazia uns 40, 50 anos que tinha essa casa velha [se referindo sobre as madeiras utilizadas para construção de sua casa]. [...] Eu como analfabeto, devia ter recebido aquele real, muito nego recebeu, fez suas casona boa de material, comprou carrão, fazendo farra por aí, comendo, bebendo por aí e eu analfabeto, nesse lixo [...] (SILVA, 2011).

Quanto à estrutura das primeiras casas de madeira do bairro, as plantas tinham aproximadamente os mesmos modelos e tamanhos, aproximadamente 33,6 m², como mostra a figura a seguir (Figura 30):

Figura 30 – Planta de uma casa de madeira - Jardim Alvorada – Primeira Parte. Data: 1962.



Fonte: Acervo pessoal de documentos de Ilson Orioli (ORIOLO, 1962).

Os desenhos assemelhavam-se por fazer parte da política do Governo Municipal em fornecer plantas para as casas da população de menor renda e consequentemente casas menores. No caso desta casa, também está entre as primeiras construídas, mas fora destinada à locação. Os proprietários só vieram morar nela na década de 1990, sendo que na atualidade pertence ao herdeiro de Olga Orioli.

As casas de madeira tornaram-se a forma mais comum de moradia, como é possível observar nas imagens abaixo que foram registradas no início da década de 1960 (Figura 31).

Figura 31 – Casas de madeira no Jardim Alvorada construídas nos primeiros anos de formação do bairro.



Casa de Nilo Gravena no Jardim Alvorada, na primeira década de vida do bairro.

Casa de Piedade C. Carmona no Jardim Alvorada, no início da década de 1960.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Nilo Gravena ([1970?]) e acervo pessoal de Piedade Maria C. Grande (GRANDE, P. M. C., [1963?]).

Na primeira imagem da Figura 31 é apresentada a casa do pioneiro Nilo Gravena, que empresta seu nome à biblioteca pública. Na segunda imagem observa-se uma das primeiras casas construídas no bairro, localizava-se na Rua Mascarenhas Moraes. Hoje em seu local está uma residência de alvenaria do tipo sobrado e não pertence mais à família original, pois foi vendida após o falecimento de sua proprietária.

Segundo Lima (2007, p. 87), “O crescimento urbano observado na cidade de Maringá, expresso na criação de novos bairros, resultado de inúmeros loteamentos, transformou também a paisagem da cidade. A partir da década de 70, intensificou-se o processo de substituição das casas de madeira”. Para os bairros formados na década de 1960, a substituição se deu a partir da década de 1980, mas ainda hoje é possível observar na paisagem as primeiras casas que foram construídas.

Na Figura 32 é apresentado o contraste entre as casas antigas de madeira e as de construção recente feitas em alvenaria. A casa de madeira foi construída no início de 1960, e foi uma das primeiras casas do bairro. No lote da casa de madeira vivem três gerações: a mãe (matriarca), o filho e família e o neto e família.

Figura 32 – Primeiras casas do bairro na Rua Gino Merigo e suas transformações.



Foto 1 – Uma das primeiras casas construídas no bairro. A da esquerda (material) era de madeira e pertencia a irmã da Senhora Norma. A casa foi doada em sorteio e nela morou a família Grande por 20 anos. A casa da direita (madeira) pertenceu a Senhora Norma e nela que morou a família Grande até meados de 2013.



Foto 2 - Na imagem estão a Senhora Norma (falecida no final de 2012) e a nora Senhora Piedade. Na casa da frente morava Norma e nos fundos há mais duas casas, numa morava a Senhora Piedade e esposo e na outra o seu filho casado. O lote foi vendido em 2013, após o falecimento da matriarca. A família se mudou para o Jardim Alvorada II.



Foto 3 – Casa da Família Garcia, uma das primeiras casas do bairro. na atualidade uma parte da casa serve de moradia para o Senhor Fernando e outra parte é locada.



Foto 4 – Casa de alvenaria construída posteriormente nos fundos do quintal da família Garcia. Serve de moradia para a Senhora Maria Nadir. Na imagem estão a Senhora Maria Nadir e seu pai Fernando.

Foto: Mansano, 2011.

As casas representadas na Figura 32 são exemplos da transformação que ocorre no bairro. Nas primeiras fotos é possível observar o contraste entre casa de alvenaria e casa de madeira. Os dois lotes receberam as primeiras casas do bairro, sendo que a da esquerda foi revendida e modificada, já a da direita permanece com a mesma estrutura original. O lote à direita da primeira imagem pertence à família Grande. O mesmo lote é observado na segunda imagem, onde estão registradas a casa e familiares. Já o lote da esquerda da primeira imagem fez parte de uma política da Companhia de premiar os bons clientes com sorteio de um lote. No sorteio, quem ganhou foi um funcionário de Lucílio, mas não pode tomar posse por não estar em dia com suas prestações e assim o lote foi dado de presente à esposa de Lucílio, como nos relata a Senhora Norma:

Quando eu mudei, aqui essa casinha não era minha. Morava na do lado, da minha irmã. Tinha a uma casinha com quatro cômodos. Essa casa foi premio, quem pagava direitinho tinha premio Ele fez aqui, foi a premio. Era do lado. A casa era da minha irmã [esposa de Lucílio]. O cara que ganhou não tinha pago uma prestação, ele comprou a data e esqueceu. Meu cunhado disse que ele não podia ganhar aí ele deu a casa para minha irmã. O cara que ganhou foi o piloto do meu cunhado (GRANDE, N. R., 2011).

No Jardim Alvorada também há várias casas que ainda são de madeira e mistas (alvenaria e madeira), que são resquícios da colonização do período em que a natureza oferecia em abundância a madeira e pela facilidade constituiu-se no material preferido para as construções.

Como dito anteriormente, muitas das casas de madeira que foram construídas na fundação do bairro a partir da década de 1970 foram substituídas por alvenaria de forma total ou parcial, o que possibilitou a transformação da paisagem. Uma dessas transformações é observada na Figura 33, que retrata as famílias vizinhas Conejo e Vespa na frente de suas casas, mas em tempos distintos.

Figura 33 – Transformações das casas no Jardim Alvorada – Primeira Parte.



Fonte: Conejo, 1974?c; Vespa, 1971? e Mansano, 2011.

A família Conejo sempre se manteve no local, e para a substituição da casa que ocorrera na última década se mudaram para um anexo nos fundos, no qual hoje mora sua filha. Já a família Vespa fez modificações em sua primeira casa de madeira construindo outra nos fundos, a qual hoje serve de ajuda na renda mensal, pois é locada e construíram uma de alvenaria na frente, a qual serve de sua moradia.

É comum no bairro, num mesmo lote, a coexistência de mais de uma casa. Na Figura 34, observam-se, no lote de propriedade de Elvira, três construções, sendo: a casa de alvenaria (Elvira), a casa de madeira (filha) e um salão comercial de alvenaria.

Figura 34– Casas de madeira e alvenaria no mesmo quintal. Data: 2012.



Fonte: Mansano, 2012.

A casa de madeira já serviu de moradia para outros filhos de Elvira, que mudaram após conseguirem comprar sua casa própria. E essa é uma prática comum entre as famílias, conforme os filhos vão se casando ficam morando no mesmo quintal e posteriormente cedem a casa para os irmãos mais novos.

A maior parte das pessoas desvaloriza as casas de madeira classificando-as como feias, antigas e arcaicas, entretanto, também há os que as percebem como bonitas, como é o caso de uma moradora do bairro que veio de São Paulo, Capital, e que está a sete anos em Maringá, reconhece que existem casas bonitas no bairro, sejam de alvenaria ou de madeira. Sua casa é de madeira e ela a considera bonita e conservada: “Aqui admiro as casas de madeira. Em São Paulo não tem casas de madeira, só nas bibocas”¹⁵ (informação verbal). Afirma que sua família quando vem visitá-la fica admirada com as casas de madeira que existem na cidade e no bairro.

A partir da década de 1980, as casas de madeira passaram a ser modificadas sendo substituídas por alvenaria parcialmente ou totalmente. Na paisagem do bairro há casas que se diferenciam por suas estruturas modificadas ou por seu formato, como as retratadas na Figura 35:

Figura 35 – Casas com revestimento externo de madeira e com aspectos diferenciados.



Casade madeirano Jardim Alvorada – Segunda parte. Data: 2012

Casa de madeira no Jardim Alvorada – Segunda Parte. Data: 2012

Fotos: Mansano, 2012.

¹⁵Informação fornecida pela moradora do bairro, em 2012.

Na primeira imagem da figura anterior, observa-se uma casa que foi construída no início da década de 1970 no Jardim Alvorada, Segunda Parte. Também foi construída de madeira, mas como muitas casas da época na década de 1990 sofreram modificações sendo ampliada com alvenaria, dessa forma mantém hoje uma estrutura mista, embora a madeira tenha sido atacada por cupim e esteja precisando de outras modificações. Na segunda imagem, é possível observar a varanda que é acoplada a casa, porta de madeira trabalhada, as tábuas da construção não receberam pintura, mas está conservada. Há um pinus plantado na frente da casa e não é murada.

3.6 JARDIM ALVORADA: A PAISAGEM DE UM BAIRRO EM TRANSIÇÃO

A expansão urbana que ocorreu em Maringá, a partir da década de 1960, levou à criação de diversos bairros, que embora tenham começado sem infraestrutura atingiu a década de 1990, muito valorizado. Foi nesse processo de crescimento da cidade que o Jardim Alvorada se tornou uma referência.

Os resquícios encontrados na paisagem do bairro, em transformação, são característicos de outros bairros tradicionais de Maringá e do Brasil. Lucena (1984, p. 10) encontrou no bairro Bexiga, em São Paulo, um bairro tradicional, formado principalmente de italianos, contrastes do antigo e do novo na paisagem:

O Bexiga é um bairro de contrastes, com largas avenidas, de tráfego intenso, espaço urbano composto de blocos de arranha-céus, emoldurados de simpáticos casarões, como também de ruelas tranquilas, que fazem lembrar o cenário do passado. Neste contexto onde paisagens naturais foram-se transformado em fatos culturais, novos bairros nasceram, tendo o Bexiga, nesta estrutura urbana, um papel de destaque pela sua proximidade ao ‘espigão central’, embrionário da capital paulista.

Na Figura 36 é mostrada uma situação, com muita ocorrência, mas que representa um contraste, entre o velho e novo, no processo de transição da paisagem, entre as velhas moradias e as que foram erguidas ao longo de sua história. Na paisagem do bairro é possível observar casas de alvenaria e casa de madeira, uma ao lado da outra. Algumas casas de madeira são mantidas por seus donos, outras envelheceram sem manutenção e suas tábuas e pinturas estão muito desgastadas.

Figura 36 – Transição na ocupação do Jardim Alvorada: diferenças socioeconômicas. Data: 2012



Fotos: Mansano, 2012.

As imagens da Figura 36 representam realidades encontradas no bairro; expressam a idade de construção das casas, as diferenças socioeconômicas e a fase de ocupação do bairro.

Outras mudanças na paisagem também são percebidas nessa reocupação do bairro. As cercas e muros que delimitavam o lote tamparam a casa, antes à mostra para a vizinhança. O crescimento da cidade e as diferenças sociais que resultaram da dinâmica do sistema capitalista levaram parte da população a fechar-se em casa como medida de proteção.

Se antes estava em questão o bem-estar físico dos moradores da casa, atualmente a maior preocupação na construção das habitações está na proteção dos seus moradores. As diferenças sociais concentradas na cidade, como a miséria social, a falta de saneamento básico, evasão escolar, desemprego resultou em um ambiente inseguro para sua própria população.

Sobre esse contexto, Tuan (1980) afirma que a cidade trouxe liberdade ao ser humano, pois o liberou dos caprichos da natureza. Entretanto, na atualidade, outros problemas colocados, agora de ordem social, política, econômica e cultural assustam a cidade. As mazelas sociais e econômicas trouxeram o sentimento de medo e desconforto aos cidadãos, que os obriga a se proteger e se isolar em suas habitações.

Na Figura 37 é mostrado um paralelo entre as casas construídas até a década de 1990, em que as cercas e muros eram baixos; e as casas construídas a partir da década de 1990, em que a preocupação principal era a segurança e a defensabilidade do espaço. Em 1972, o arquiteto e urbanista Oscar Newman discorreu sobre o espaço defensável no entendimento de que são barreiras criadas pelo morador para garantir a segurança de sua família e vizinhança e diminuir a criminalidade, caracteriza-se como uma autoajuda e quase sempre independe de ações governamentais (NEWMAN, 1972). Nas casas modernas é possível observar a preocupação da população com a segurança, que é representada pelas barreiras como muros altos ou cercas elétricas. Já as casas antigas ainda mantêm seus muros baixos e maior facilidade de acesso (Figura 37).

Figura 37 – Muros antigos pré-moldados e casas atuais com muros altos. Data: 2012.



Fotos: Mansano, 2012.

O cercamento da propriedade indicava a fase de construção ou reforma da casa. Os muros das imagens à esquerda da figura anterior são resquícios da quarta fase das construções da cidade. As primeiras casas erguidas na década de 1940, na maior parte, eram construídas sem delimitações, isto é, sem cercas.

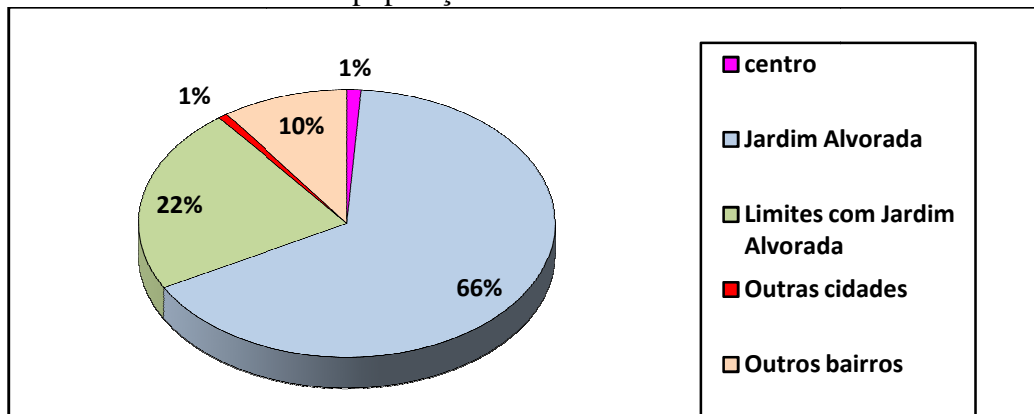
A segunda fase de construção foi na área planejada e as casas de madeira eram cercadas com madeira do tipo balaústre ou ripas. A terceira é a fase de expansão dos bairros recém-loteados, em que as casas e cercas ainda eram de madeira (ripas/balaústre). E a quarta fase ocorreu entre os finais da década de 1960 e 1980, sendo que a maioria ainda era casas de madeira, algumas mistas (madeira e alvenaria) e os muros eram pré-fabricados, como os que estão na figura anterior.

4 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DAS FUNÇÕES LIGADAS AOS SERVIÇOS URBANOS NO JARDIM ALVORADA

4.1 PERFIL SOCIAL DA POPULAÇÃO CONSULTADA

Quanto ao bairro onde reside a população consultada, 66% são moradores do Jardim Alvorada e 34% não são, mas utilizam um ou mais equipamento urbano existente neste espaço. Destes, 22% residem em bairros localizados no entorno do Jardim Alvorada, 10% em regiões mais distantes, 1% no centro e 1% em outras cidades (Gráfico 1). Muitas das pessoas que se deslocam ao bairro da pesquisa moram em outros que não apresentam a mesma extensão territorial nem os equipamentos urbanos necessários para a resolução dos seus problemas cotidianos de cidadãos.

Gráfico 1 – Bairro de moradia da população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Os equipamentos urbanos dispostos no Jardim Alvorada são utilizados também pela população de outros bairros de Maringá e até mesmo de outras cidades, como podemos verificar no Gráfico 1. Dentre a população pesquisada os que não residem no Jardim Alvorada são residentes principalmente nos bairros próximos localizados na área Norte da cidade, tais como Conjunto Hermes Moraes de Barros, Conjunto Patrícia, Jardim Alvorada III, Novo Alvorada, Parque Avenida, Parque Residencial, Parque das Grevíleas, ente outros.

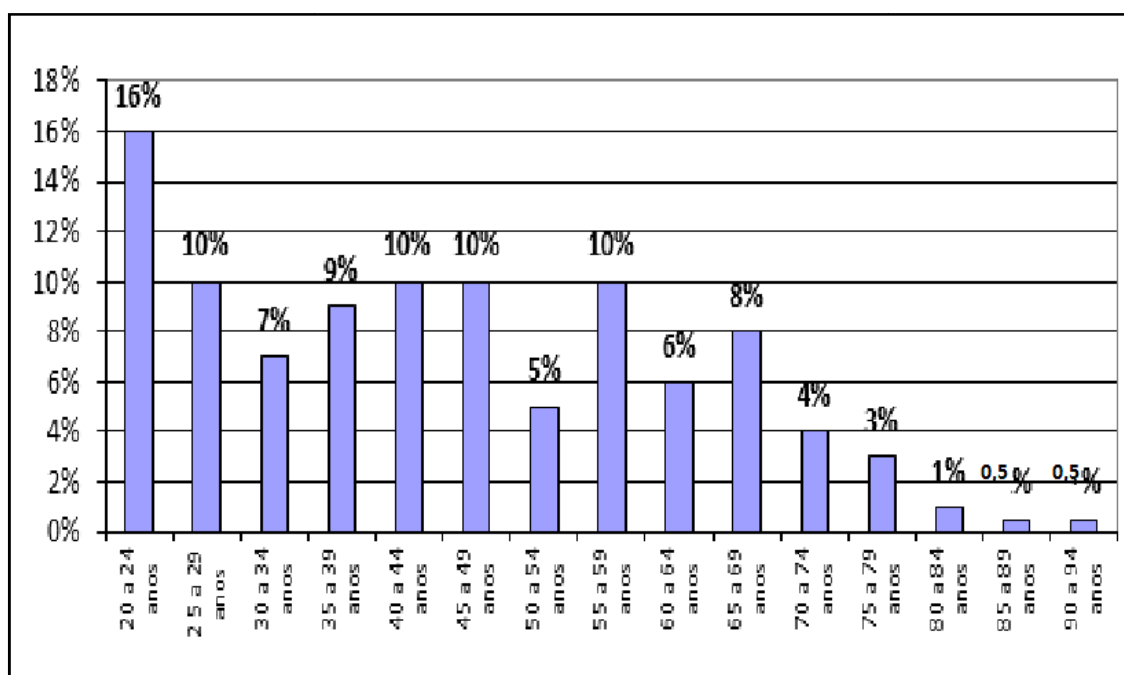
Cada indivíduo tem uma relação própria com a paisagem que o cerca, e cada um a percebe de maneira diferente, de forma singular. Tuan (1980) afirma que a relação com o local de um visitante é diferente da do nativo, ou seja, entre um morador de um determinado

local e de um não morador. No caso do visitante e, especialmente, o turista tem ponto de vista diferente: sua forma de ver e se relacionar com o local, geralmente, se reduzem a usar os seus olhos para compor quadros. Já no caso do nativo, ele tem uma atitude complexa derivada de sua imersão na totalidade do espaço em que vive.

Segundo informações levantadas por meio do questionário e sistematizadas posteriormente para caracterizar o perfil socioeconômico da população consultada, tivemos que 55% da população consultada eram formadas por pessoas do sexo feminino; enquanto que 45% formavam o sexo masculino.

O dado levantado para caracterizar a faixa etária da população consultada considerou a idade mínima de 20 anos e se dividiu como a sugestão do IBGE, em faixas de cinco em cinco anos. O resultado sistematizado está representado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Faixa etária da população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

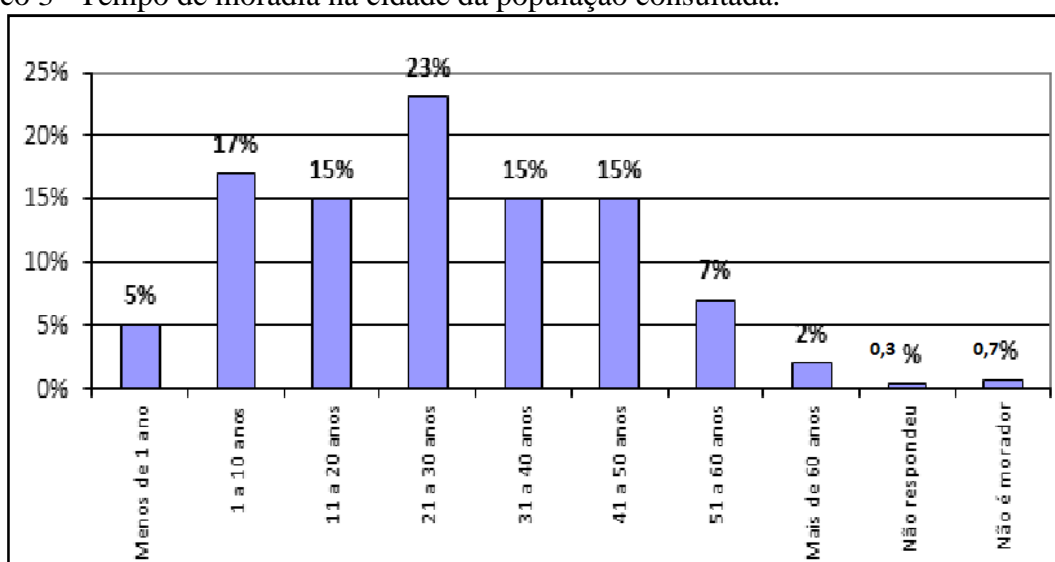
Conforme dados sistematizados no anterior foram formados 14 grupos de idades entre 20 a 94 anos. Destes, um grupo se destacou; a faixa etária entre 20 a 24 anos. O segundo grupo mais representado foi aquele localizado entre as faixas etárias entre 25 a 29 anos; 40 a 44 anos; 45 a 49 anos; 55 a 59. Todos os grupos mais representativos são de pessoas adultas em idade economicamente ativa. As demais faixas etárias são representativas, mas não se destacam. Entre os grupos de 85 a 89 anos e 90 a 94 anos, ambos com representatividade de 0,5%.

Quanto ao estado civil da população, a maioria entrevistada é casada (54%) e o restante se divide entre as categorias de solteira (28%), viúva (8%), separada (4%) e divorciada (2%), união estável 3% e 1% dos pesquisadores apresenta outra opção ou não respondeu.

Observou-se que a maioria das pessoas consultadas nasceu em outros municípios e migraram para Maringá (71%); enquanto que 29% nasceram na própria cidade.

Quanto à população consultada, a maioria residia em Maringá há bastante tempo, variando entre 21 a 60 anos. O Gráfico 3 mostra o tempo de moradia da população consultada, na cidade:

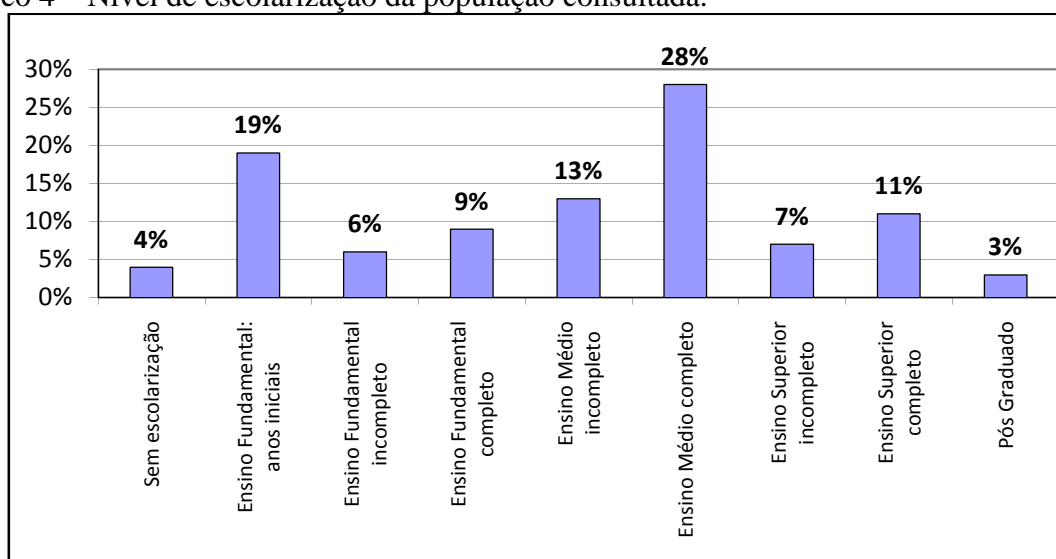
Gráfico 3 –Tempo de moradia na cidade da população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Quanto à instrução dos pesquisados, observamos o Gráfico 4, a população consultada concentra-se no Ensino Médio completo e incompleto. Encontramos expressiva concentração da população que não concluiu o Ensino Básico (51%). A explicação para esse fato corresponde aos 6% dos pesquisados que são estudantes seja nível básico ou superior. Consideramos também que todos os pesquisados apresentam a faixa etária acima da idade adequada para o término do Ensino Básico, que é por volta dos 17 anos e que todos são adultos. A porcentagem de 4% sem escolarização e 19% com Ensino Fundamental: Anos Iniciais a maior parte refere-se à população que migrou do campo para a cidade ou não pode concluir a escolaridade por que foi trabalhar. Sobre a população consultada, uma parte também expressiva (14%), transita pelo Ensino Superior, graduação ou pós-graduação.

Gráfico 4 – Nível de escolarização da população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

O Quadro 3 apresenta a ocupação dos pesquisados:

Quadro 3 – Ocupação da população consultada moradora e não moradora do bairro.

Ocupação	Morador	Não morador
Outra ocupação/Não informada	2%	1%
Policial	0%	1%
Profissionais das ciências e das artes	5%	14%
Técnicos de nível médio	7%	6%
Trabalhadores de serviços administrativos	4%	9%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	8%	12%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais: trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios	2%	2%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais: operadores de instalações de máquinas e montadores	1%	2%
Trabalhadores de reparação e manutenção	23%	15%
Trabalhadores domésticos	2%	4%
Aposentado	18%	11%
Estudante	5%	7%
Do lar	12%	7%
Desempregado	4%	1%
Funcionário Público	1%	2%
Comerciante	5%	5%
Agricultor	1%	1%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

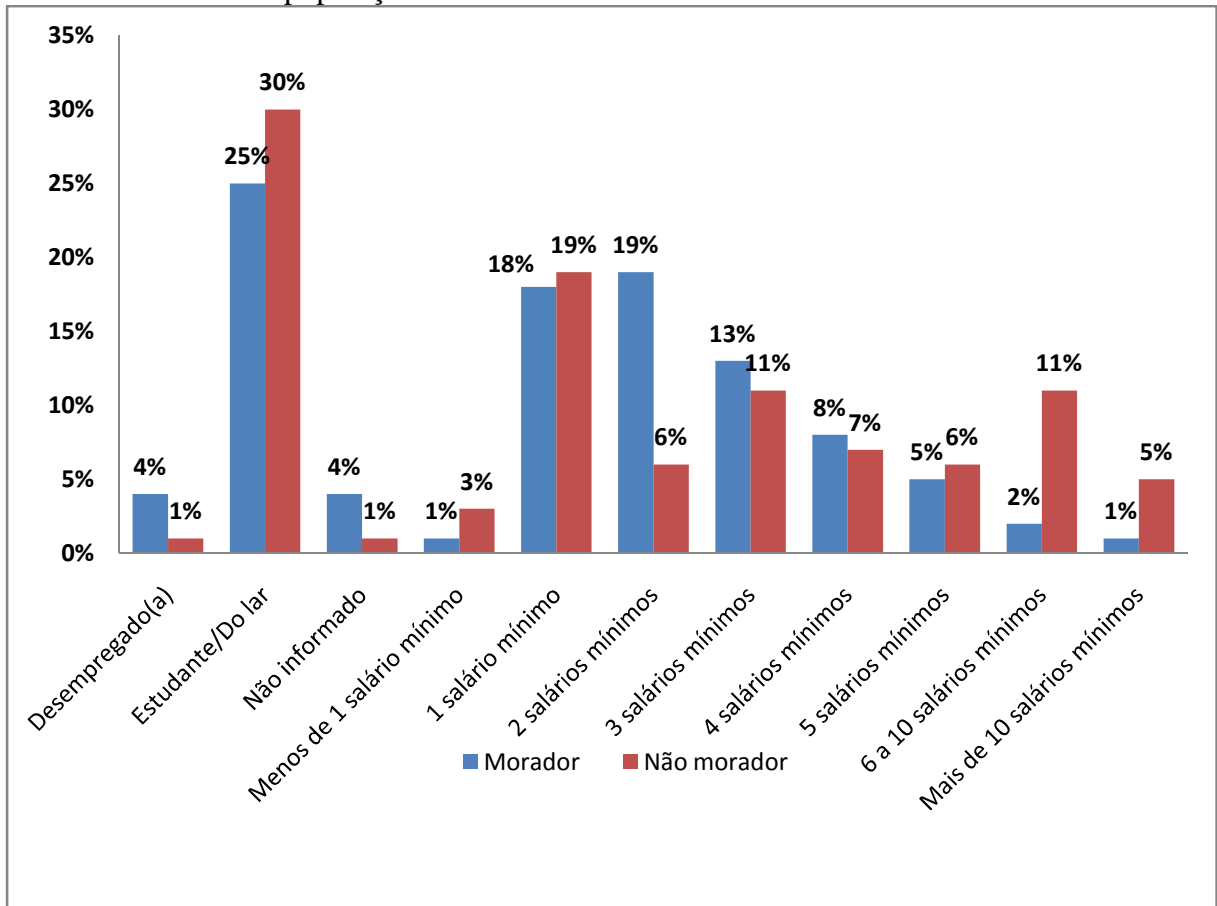
Conforme o quadro anterior sobressai: trabalhadores de manutenção e reparação (20%), aposentados (16%), do lar (11%), trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e supermercados (9%), profissionais das ciências e das artes (8%), técnicos de nível médio (7%), estudantes (6%), trabalhadores dos serviços administrativos (5%), comerciantes (5%), trabalhadores domésticos (3%), desempregados (3%), trabalhadores da produção de

bens e serviços industriais, trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios (2%), trabalhadores da produção de bens e serviços industriais: Operadores de instalações e máquinas e montadores – (1%), funcionários públicos (1%), agricultores (1%) e outras ocupações ou não informou (2%).

Quanto à renda salarial da população consultada, moradora do Jardim Alvorada, aproximadamente 29% não tem renda, constituindo-se nos grupos de estudantes, do lar e desempregados.

Dentre os outros 71%, o grupo mais representativo é o que recebe dois (19%) salários mínimos (salário mínimo atual: R\$678,00). O segundo grupo mais representativo é o que recebe um salário mínimo (18%). O restante divide-se entre três e mais de três salários mínimos (29%), bem como 1% recebe menos de um salário mínimo e 4% não respondeu. Quanto à renda da população consultada que não é moradora do Jardim Alvorada, dentre os pesquisados, 30% não têm renda. Entre os que têm renda, sobressai-se o grupo que recebe até um salário mínimo (19%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Renda da população consultada moradora e não moradora do Jardim Alvorada.



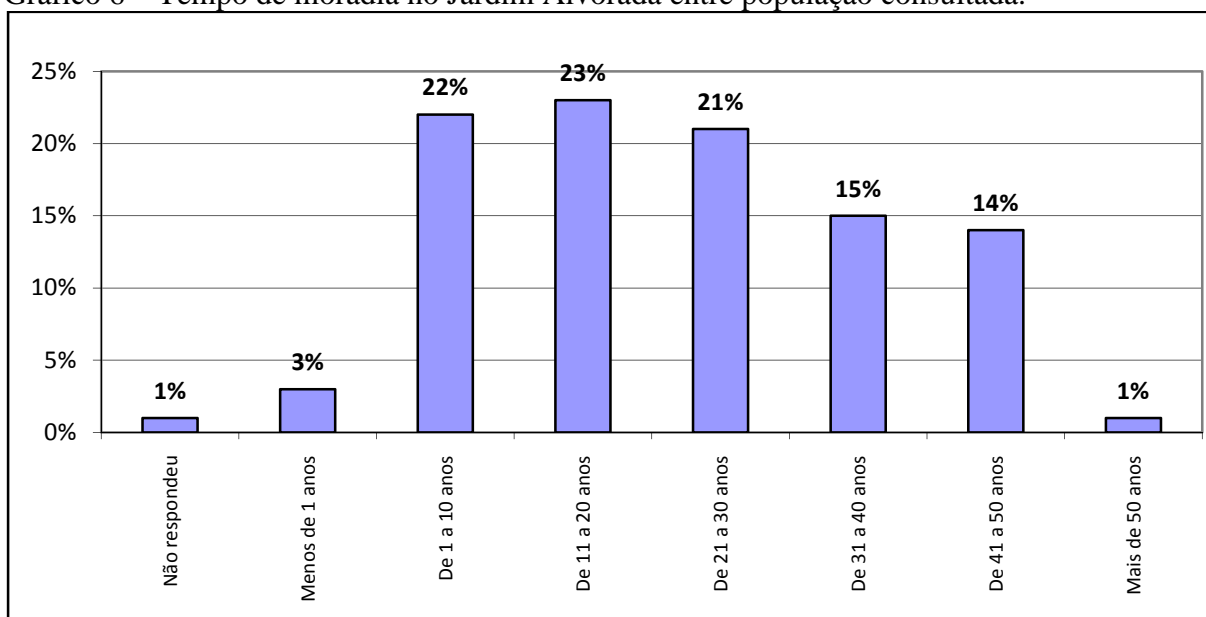
Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Analisando o gráfico anterior, observa-se que há maior homogeneidade de renda, como se observa que 16% da população consultada recebe seis ou mais de seis salários mínimos, já no Jardim Alvorada o percentual é de 3%. E que o percentual de pessoas desempregadas é maior entre os moradores do bairro (4%), contra 1% entre aqueles que não são moradores.

4.2 FUNÇÃO URBANA RESIDENCIAL: CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO DO BAIRRO

Das pessoas consultadas que residem no Jardim Alvorada, 74% moram no bairro há mais de dez anos, sendo que 15% (47 pessoas) moram há mais de 41 anos, atingindo aproximadamente, ou seja, contemporâneos da formação do bairro que é de 50 anos, sendo estes os primeiros moradores (Gráfico 6).

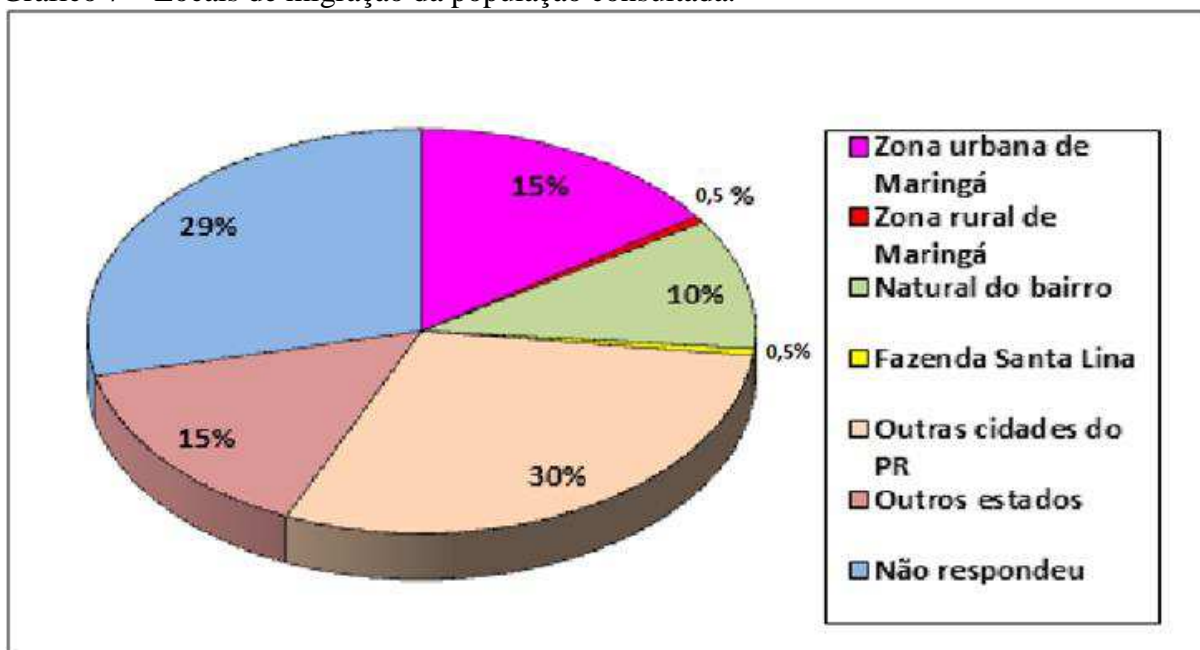
Gráfico 6 – Tempo de moradia no Jardim Alvorada entre população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Quanto ao local de migração dos residentes do Jardim Alvorada, tem-se a seguinte configuração (Gráfico 7):

Gráfico 7 – Locais de migração da população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, no Jardim Alvorada I e II dentre as pessoas que são migrantes de outras regiões e Estados tem-se 5.181 pessoas sendo: Centro-Oeste 6% (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins), Nordeste 11% (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe), Norte 2% (Pará e Rondônia), Sudeste 76% (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), Sul, exceto Paraná 5% (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) (IBGE, 2010).

Já das migrações internas do município, dentre os que migraram da zona urbana de Maringá 71% eram da área Norte, ou seja, das proximidades do Jardim Alvorada, 25% eram da área Sul da cidade e 4% eram do centro da cidade.

Dentre os bairros de Maringá de onde a população migrou para o Jardim Alvorada: Centro, Jardim América, Liberdade, Parque Grevílea, Vila Morangueira, Vila Operária, Zona 4, Zona 7, dentre outros.

Verificamos que a origem da população do Jardim Alvorada que não é natural do bairro distribui-se entre a zona urbana (45%) e zona rural (35%). Entretanto, a população que se originou da zona rural corresponde àquela mais antiga, confirmando o que constatamos no referencial histórico dessa tese, ou, seja, que o início de formação do Jardim Alvorada coincidiu com a intensificação do processo de urbanização do Norte do Paraná, além de ser a concretização de uma estratégia definida pelas companhias durante a comercialização das terras na região. As terras vendidas a funcionários das companhias

durante as décadas de 1940 e 1950 foram finalmente inseridas neste processo de urbanização que começava a intensificar-se não só na região, como em todo o Brasil. Os outros 20% consultados não responderam a questão.

Sobre a condição do imóvel, 63% são proprietários de suas casas, sendo que destes 3% o imóvel é financiado; e 33% ainda pagam aluguel e 4% sua moradia é cedida por um familiar. Com relação a Maringá, têm-se as seguintes condições de ocupação de moradias: própria ou quitada (50,9%), própria em aquisição (8,8%), alugada (32,3%) e cedida ou outra forma (8%) (IBGE, 2010). Observa-se que o percentual de proprietários é maior entre os pesquisados residentes no Jardim Alvorada do que no município, o fato evidencia o tradicionalismo do bairro no que concerne à sua ocupação.

O Quadro 4 representa o percentual das condições de propriedade das moradias da população consultada. Consideramos para a organização do quadro que 181 pessoas consultadas correspondem proporcionalmente ao número de moradores do bairro:

Quadro 4 – Condições de propriedade das pessoas consultadas e moradoras no Jardim Alvorada.

	Própria/109	Financiada /5	Cedida/8	Locada/59
Quanto à idade:				
De 20 a 29 anos	30%	0%	3%	67%
De 30 a 39 anos	40%	7%	7%	46%
De 40 a 49 anos	59%	7%	7%	46%
De 50 a 59 anos	69%	4%	12%	15%
De 60 a 69 anos	85%	4%	0%	11%
De 70 a 99 anos	100%	0%	0%	0%
Quanto ao tempo de moradia:				
Menos de 10 anos	14%	2%	0%	84%
De 10 a 19 anos	62%	7%	5%	26%
De 20 a 29 anos	77%	2%	8%	13%
De 30 a 39 anos	82%	0%	7%	11%
De 40 anos ou mais	85%	0%	4%	11%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

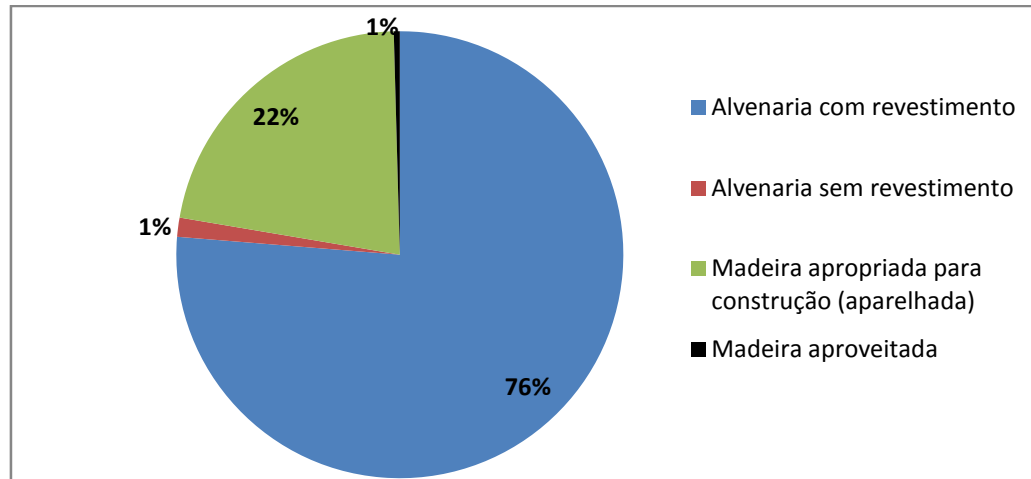
Conforme o quadro anterior dentre a população do Jardim Alvorada que é proprietária destacam-se aqueles que são idosos e que moram no bairro há mais de 29 anos. Os que têm residências financiadas destacam-se os grupos de adultos entre 30 e 49 anos, ambos com 7% e entre pessoas que moram no bairro no máximo até 29 anos. A pequena porcentagem de pessoas que tem imóvel financiado corresponde ao fato do bairro ser tradicional e não haver muitos lotes para serem revendidos nesse sistema de compra e venda. Dentre os que moram em habitações cedidas, destacam-se os que têm entre 40 e 59 anos e que moram no bairro entre 20 e 39 anos. Essa população, na maior parte, reside no mesmo quintal dos pais, são

lotes de grandes extensões e que comportam mais de uma casa e na maioria das vezes os proprietários são os seus pais ou parente mais velho e que mora no bairro há muitos anos. Já entre os que são locatários prevalece a população mais jovem entre 20 a 49 anos e que moram no bairro, no máximo, até 19 anos. Essa é a população que migrou para o bairro há menos tempo, num momento em que as propriedades já estavam consolidadas.

Com base em um *site* especializado em compra, venda e locação de imóveis, observando o anúncio de locação e venda, realizamos a estimativa de preços dos imóveis do bairro.

O Gráfico 8 representa o revestimento externo, ou seja, o tipo de material utilizado na construção dos imóveis do Jardim Alvorada. Segundo os dados do censo de 2010 das 8.027 construções presentes e caracterizadas nas três partes do bairro, tem-se: 76% são de alvenaria com revestimento, 22% são de madeira apropriada para construção (aparelhada), 1% de alvenaria sem revestimento e 1% de madeira aproveitada. Outros tipos de revestimento externo também estão presentes, mas em número absoluto baixo não suficiente para ser cotado, tais como: alvenaria sem revestimento, taipa revestida e outros materiais (IBGE, 2010).

Gráfico 8 – Tipo de revestimento externo utilizado na construção dos imóveis do Jardim Alvorada.



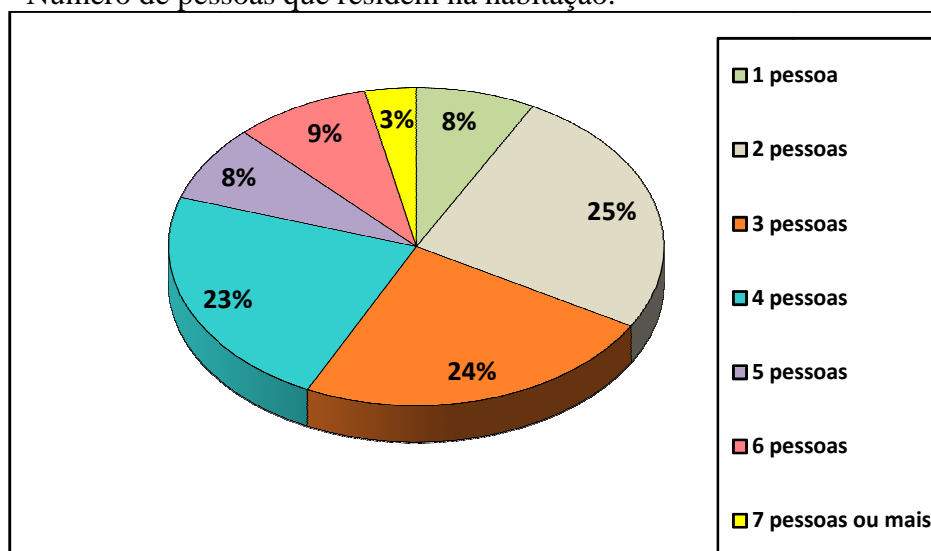
Fonte: IBGE (2010).

Pelo Gráfico 8, percebe-se que há um médio índice de casas que utilizam madeira em seus revestimentos externos (23%). O fato remete à fase inicial da ocupação, quando se utilizou a floresta nativa para a retirada da madeira para construção das casas, comprometendo a vegetação natural. Contudo, a maior parte das habitações da população consultada são de alvenaria (76%).

De acordo com o Gráfico 9, na maioria das habitações dos consultados residentes no Jardim Alvorada destacam-se famílias entre duas a quatro pessoas (72%), caracterizando a média de componentes familiares da Zona 24, segundo o censo de 2010, que apresenta em média 3,5

peças por família. Esses dados se diferenciam do início da ocupação do bairro, onde as famílias oriundas na zona rural apresentavam números elevados de pessoas, pois desde sua origem, os lotes eram vendidos para pessoas que estavam iniciando sua vida familiar.

Gráfico 9 – Número de pessoas que residem na habitação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Quanto à composição familiar, somando o número de todos os membros familiares das pessoas consultadas residentes no Jardim Alvorada (182 pessoas), tem-se a seguinte proporção por faixa etária: criança (14%), adolescente (9%), adulto (61%) e idoso (16%).

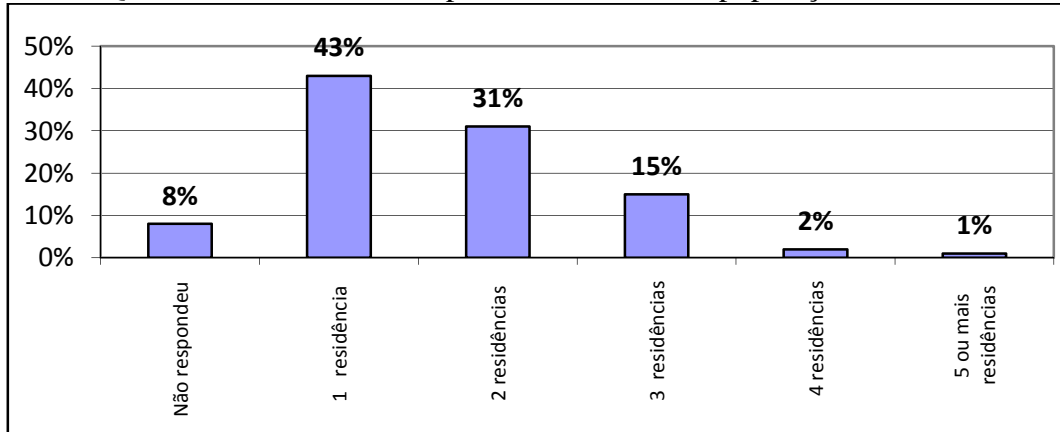
Segundo a composição familiar, há um grande número de adultos e idosos respectivamente morando com as famílias, o que indica uma transição entre a população mais idosa e a população que constituiu família recentemente. Provavelmente são os filhos dos antigos moradores. Nas famílias, prevalece a quantidade de uma ou duas crianças, de um adolescente, de um ou dois adultos.

Não houve nenhum consultado que tivesse em sua residência mais de quatro crianças, mais de três adolescentes, mais do que quatro idosos ou sete adultos - considerando que este número trata-se de residência multifamiliar. Esses dados mostram que há diminuição na taxa de natalidade das famílias, coincidindo com a tendência geral do crescimento populacional global. Também ocorrem casos de idosos que moram sozinhos, correspondendo a 14% dos idosos que foram consultados e que residem no bairro (49 pessoas).

Da população consultada, levantamos que 34% construíram suas casas em lotes individuais, mas 52% dividem seus lotes com mais uma, duas ou três casas (Gráfico 10). Comumente são derivações da família nuclear (28%) e inquilinos (30%). Evidencia ainda o

tamanho dos lotes comercializados no início da ocupação, maiores em metragem que os comercializados atualmente. Desses casos, 14% não responderam à questão.

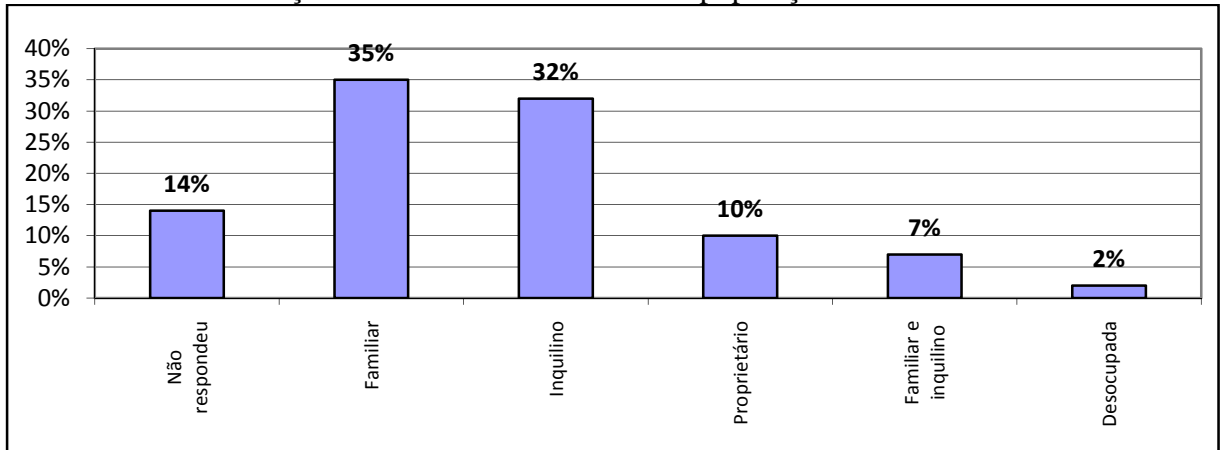
Gráfico 10 – Quantidade de residências por lote onde mora a população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

O Gráfico 11 representa o tipo de vizinhança que existe no lote onde há mais de uma residência, o que corresponde a 57% da população consultada residente no Jardim Alvorada:

Gráfico 11 – Vizinhança do mesmo lote onde reside a população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

4.3 CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS DO BAIRRO: FUNÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS

Os equipamentos urbanos dispostos sobre o espaço da cidade e sua quantidade e qualidade interferem diretamente no cotidiano das pessoas, ou seja, a “[...] morfologia urbana

como um ramo do saber geográfico, tem contribuído para o entendimento das transformações na paisagem urbana, a qual expressa formas e conteúdos diversos, possibilitando nova leitura da cidade.” (LIMA, 2004, p. 4). Por meio da análise do uso que os moradores fazem do espaço urbano, é possível compreender a relação à sua disposição e qualidade da morfologia da cidade.

Conforme observado, o Jardim Alvorada é um bairro que se diferencia de outros pelos múltiplos equipamentos que se distribuem de forma pulverizada dentro de sua área, mas que não atendem somente à população local, mas também de outros bairros da cidade e até das cidades vizinhas.

É importante ressaltar que existem equipamentos urbanos públicos que são destinados para o bairro e vizinhança e outros que são destinados à população da cidade. Eles fazem parte da dinâmica urbana e sua adequada disposição possibilita “[...] a melhoria da qualidade e das condições de vida da população [...]” (BADO, 2003, p. 38).

Consideramos os equipamentos urbanos como públicos, de espaço público, incluindo os estatais e privados, pois são as relações que envolvem os usuários e o meio que determinam a formação do espaço, principalmente no tocante ao espaço urbano, existindo uma malha de informações complexas que determina se o espaço é público ou privado, e o uso que se faz dele. Vivemos em um mundo capitalista e isto é uma determinante da função dos espaços, observamos que o espaço privado é de uso seletivo, pois envolve as relações capitalistas de propriedade privada e o público refere-se ao uso coletivo podendo ser privado ou estatal. Caregnato (2002, p. 26) aborda este tema e apresenta a diferença entre o espaço público e privado:

A definição que temos do que seja espaço público foi cunhada junto com grandes transformações sociais políticas e econômicas ocorridas na modernidade. Principalmente o pensamento liberal foi capaz de fazer repercutir a sua concepção. Pare ele, o privado estaria no mercado, no interior de cada um em garantir a sobrevivência e, para tanto, colocar-se no campo das relações econômicas. O público seria fruto da sociedade cível que delegou poder ao estado, tornando-os seu sintetizador. Dessa concepção tem-se uma influência marcante no que se faz corriqueiramente igualar público e estatal.

Entendemos por equipamentos urbanos a infraestrutura disposta pelo espaço urbano e que são necessários para a resolução da vida cotidiana dos moradores. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da Norma Brasileira Registrada (NBR)

9284/1986, define Equipamento Urbano: “Todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986, p. 1).

Baseados nos estudos de Pierre Monbeig (1957), Elza Coelho de Souza Keller (1968), Nice Lecocq Müller (1969) e na definição anterior (ABNT) sobre equipamentos urbanos, observamos o espaço público do bairro e realizamos o inventário dos equipamentos urbanos com que o bairro conta, a partir das atividades desenvolvidas e caracterizamos as funções urbanas desenvolvidas no bairro, tema que será tratado na próxima subseção. A seguir apresentaremos os equipamentos inventariados:

1 - atividade econômica:

função bancária - duas agências bancárias, duas lotéricas;

função de abastecimento – quatro farmácias (filiais de rede), uma autoescola, dois laboratório de análises clínicas, três postos de gasolina e três supermercados (filiais de rede).

2 - atividades culturais:

função cultural – uma biblioteca pública, uma casa da cultura, uma rádio comunitária, um Centro Integrado de Atividades Culturais e Artísticas (Ciac) e um telecentro;

função educacional – duas escola estaduais de Ensino Fundamental/Anos Finais e Médio, duas escolas particulares de Educação Infantil e Fundamental, três centros de educação infantil e três escolas municipais de Ensino Fundamental/Anos Iniciais;

função de esporte e lazer – duas Academias das Terceira e Primeira Idades (ATIs e APIs), três áreas livres, uma associação da terceira idade, dois campos de bocha, um campo de malha, 12 praças, um complexo esportivo (Roberto Duque da Rocha) e quatro quadras esportivas.

3- atividades assistenciais:

função de assistência social – um Cras;

função de saúde - uma UBS – Núcleo Integrado de Saúde (NIS I), um centro particular de especialidades em clínica médica, uma UBS - 24h (NIS III - Dr. José Renato de Vasconcelos Holanda) e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) – Zona Norte.

4- atividades político-administrativas: função administrativa e militar:

função infraestrutura – uma agência da Copel de atendimento ao cliente e uma capela mortuária particular;

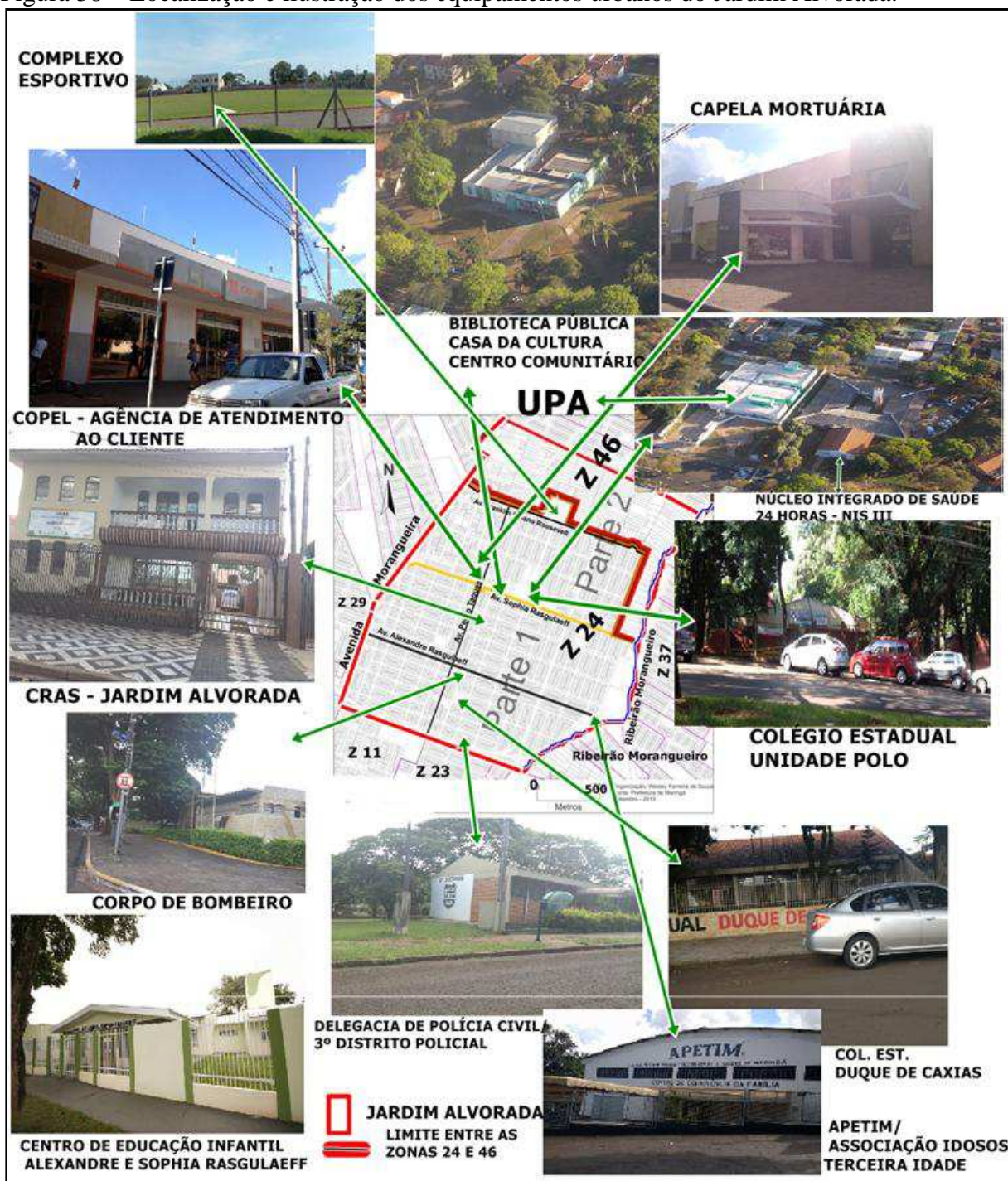
função segurança pública e proteção – uma guarnição do corpo de bombeiro e um distrito policial;

função administração pública – um centro comunitário e um salão comunitário.

Analisando os bairros criados em Maringá na mesma década do Jardim Alvorada, observa-se que o bairro pesquisado apresenta diversidade maior de equipamentos urbanos. A maior parte deles restringe-se às escolas e UBS. A Vila Morangueira, bairro que faz limite com o Jardim Alvorada, está em segundo lugar em variedades de equipamentos urbanos, inclusive a Sanepar (Agência de Atendimento ao Cliente, Estação de Tratamento (ETA), Gerência Geral Noroeste, Unidade Regional de Maringá (Urma), Unidade de Serviços e Projetos e Obras Noroeste (Uspo– NO), Unidade de Serviços de Eletromecânica Noroeste (Usem – NO), Núcleo Jurídico de Maringá, Escritório Regional da Fundação, Ouvidoria Descentralizada e os Postos Avançados) e duas agências dos correios. Entretanto, deixa de ter outros como agência da Copel de atendimento ao cliente, biblioteca pública, centro comunitário, Cras, distrito policial, guarnição do corpo de bombeiro, lotérica, salão comunitário, posto de gasolina e UPA.

Na Figura 38 está representada a espacialização dos equipamentos urbanos existentes no bairro, objeto de estudo.

Figura 38 – Localização e ilustração dos equipamentos urbanos do Jardim Alvorada.



Fonte: Maringá (2010c); Adaptação: Mansano, 2013.

Ao mesmo tempo em que o bairro é bem servido por uma série de serviços e equipamentos, elencamos também os equipamentos que faltam para melhor servir a comunidade local e vizinhança (Quadro 5).

Quadro 5 – Equipamentos que faltam no bairro.

Açougue *	Comércio especializado em consertos de eletrodomésticos e outros	Loja de instrumentos musicais
Agência de correios	Despachante	Lotérica*
Agência de atendimento ao cliente Sanepar	Escritório de advocacia	Marcenaria
Agência de atendimento ao cidadão do Detran	Escola de língua	Módulo policial militar
Agência de cartório eleitoral	Escolas profissionalizantes	Oficina mecânica*
Agências de financiamento	Gráfica	Operadora de plano de saúde
Agência do Senac	Imobiliária	Ótica
Agência do Senai	Hipermercado	Panificadora*
Ateliê de costura*	Hospital	Parque infantil
Autódromo	Hotel	Peixaria
Cartório de registro civil	Indústrias em geral	Relojoaria
Cartório de registro de imóveis	Instituição de Ensino Superior	Restaurante*
Cemitério	Jornal local	Shopping
Cinema	Livraria	Sub-prefeitura
Churrascaria	Locadora de vídeo*	Tinturaria
Clínicas médicas*	Loja de tinta	Teatro

*Existente, mas é necessário ampliação.

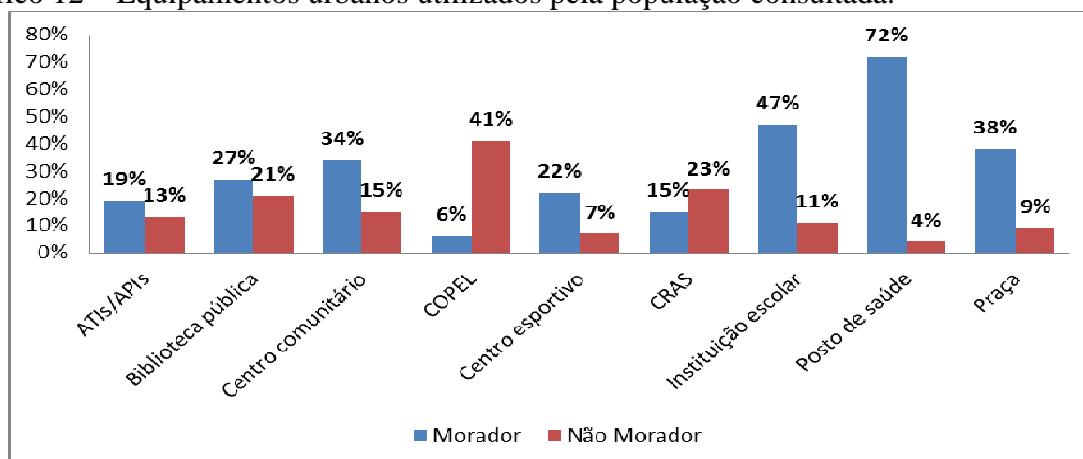
Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Quanto à utilização dos principais equipamentos urbanos existentes nos bairros, embora diversos sejam utilizados, a maior utilização são de supermercados, postos de saúde, lotérica, farmácia, e rede bancária, sendo que o restante: escola, praça, associação comunitária, biblioteca pública, ATI ou API e Centro de Educação Infantil concentram o restante. O bairro atende somente às necessidades básicas da população que vive ali, principalmente aos comerciantes que utilizam a rede bancária. Em síntese, o Jardim Alvorada atende aos serviços básicos que a população local necessita, ou seja, atende principalmente a função social. Os atendimentos mais elaborados extrapolam o espaço do bairro.

Quanto ao uso dos equipamentos públicos estatais localizados no Jardim Alvorada, considerando a totalidade das pessoas consultadas, o percentual de uso é: Centro Comunitário (27%), ATIs ou APIs (17%), Biblioteca Pública (25%), Centro Esportivo (16%), Copel (18%), Cras (20%), Instituição Escolar Pública (38%), Posto de Saúde (76%) e praça (21%).

O Gráfico 12 representa as respostas dos moradores e não moradores quanto à utilização dos equipamentos urbanos estatais:

Gráfico 12 – Equipamentos urbanos utilizados pela população consultada.

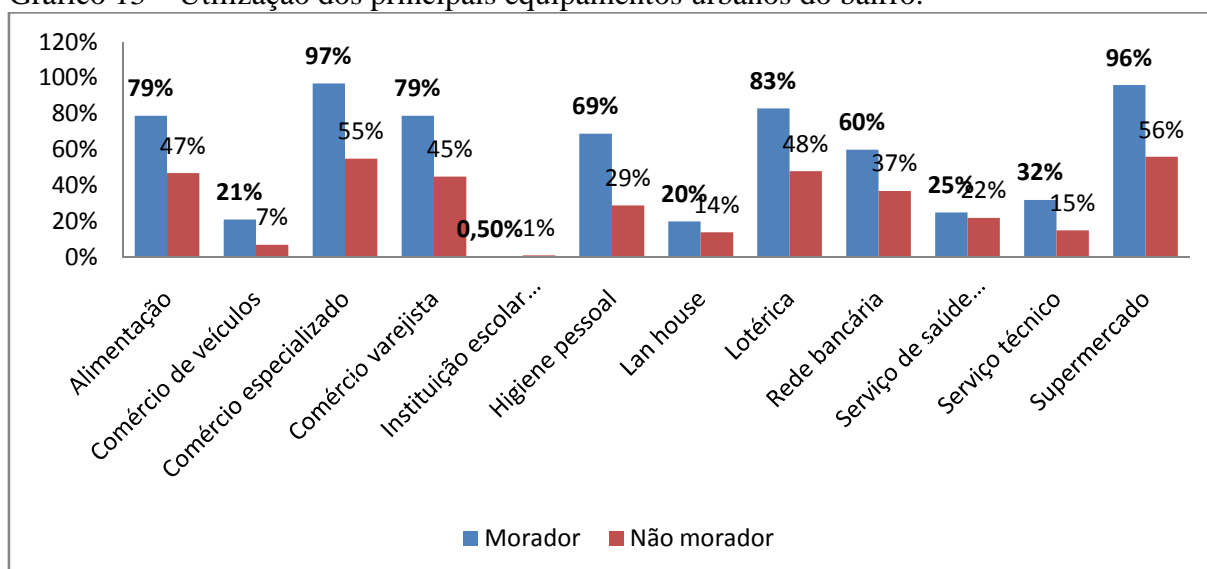


Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Observa-se no gráfico anterior que a maior parte dos equipamentos públicos urbanos dispostos pelo bairro é utilizada na maioria pelos moradores, mas alguns são utilizados na maior parte por não moradores como a Copel que 6% da população moradora afirmam utilizar, já entre os não moradores o percentual é de 41%. O Cras também é utilizado mais pela população não moradora (23%) e entre os moradores o percentual é de 15%. A biblioteca pública, a diferença é pequena, sendo utilizada por 27% entre os moradores e 21% entre os não moradores. A maior diferença está no uso do atendimento de saúde pública, em que entre os moradores o percentual é de 72% e entre os não moradores é de 4%.

O Gráfico 13 representa as respostas dos moradores e não moradores quanto à utilização dos equipamentos urbanos privados:

Gráfico 13 – Utilização dos principais equipamentos urbanos do bairro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Entre os equipamentos públicos privados, classificados como de serviço de abastecimento - comércio, em todos os itens sobressai a utilização pelos próprios moradores. Os mais utilizados pela população moradora é o comércio especializado (eletrodomésticos, eletrônicos, floriculturas, pet shop, farmácia, banca de revista, açougue) (97%), os supermercados (96%) e a lotérica (83%).

Quanto ao perfil dos usuários dos equipamentos públicos do bairro (considerando a totalidade dos pesquisados), observamos que a maioria dos usuários desses equipamentos concentra-se na faixa salarial de um a dois salários mínimos. As faixas etárias que mais utilizam esses equipamentos concentram-se entre 20 a 24 anos; e 40 e 44 anos. São moradores que ainda trabalham, ou seja, estão ativos no mercado de trabalho. Quanto ao sexo, a maioria é feminina, pois na maior parte das famílias as mulheres são as responsáveis pelo gerenciamento do cotidiano doméstico (Tabela 2):

Tabela 2 – Principais equipamentos urbanos utilizados no bairro, segundo a população consultada.

EQUIPAMENTOS URBANOS/Total	ESTATAL								PRIVADO							
	Bibliote- ca/70	Centro co- munitário/76	Copel/50	Centro espor- tivo/46	CRAS/51	Escola/ 106	Posto desaúde/170	Praça/ 107	Alimen- tação/188	Comér- cio*/241	Estética/ 153	Loté- rica/196	Rede Bancá- ria/145	ONG/5	Serviço de Saúde/66	Super- mercado/ 227
QUANTO À RENDA																
Desempregado/35	8	17	2	2	9	18	14	12	21	26	17	22	13	2	4	28
Não informado/9	2	4	1	2	2	3	6	5	8	9	6	7	6	0	3	9
Não tem renda/46	17	11	4	7	17	19	32	14	25	38	21	32	19	2	7	41
- de 1 salário mínimo/4	0	2	0	1	4	2	3	2	2	4	1	4	1	0	1	3
1 salário mínimo/50	14	15	5	12	11	21	30	18	31	45	26	37	26	0	15	39
2 salários mínimos/40	10	12	7	11	6	17	28	15	31	37	28	33	28	1	13	35
3 salários mínimos/34	6	4	8	3	1	10	26	16	26	33	21	27	17	0	9	30
4 salários mínimos/21	5	3	5	1	0	7	10	13	14	18	15	13	14	0	5	16
5 salários mínimos/16	5	4	4	5	1	4	13	5	13	14	8	8	9	0	1	13
6 a 10 salários mínimos/14	1	3	11	2	0	4	7	4	13	13	8	11	10	0	7	10
+ de 10 salários mínimos/7	3	1	3	0	0	1	1	3	4	4	2	2	2	0	2	3
QUANTO À IDADE																
De 20 a 24 anos/43	16	10	4	4	3	27	13	14	30	37	28	27	20	0	8	38
De 25 a 29 anos/29	11	8	9	5	12	8	15	10	19	24	11	20	14	4	9	20
De 30 a 34 anos/20	5	8	3	3	4	9	15	6	12	17	12	14	10	0	3	16
De 35 a 39 anos/25	5	7	8	7	8	12	17	6	20	21	13	15	15	1	6	21
De 40 a 44 anos/27	10	11	3	3	5	18	13	10	21	26	18	20	19	0	4	26
De 45 a 49 anos/28	8	9	10	6	7	14	16	7	18	24	16	22	16	0	7	22 7
De 50 a 54 anos/14	4	3	2	3	4	3	7	8	7	10	5	7	4	0	1	9
De 55 a 59 anos/27	5	6	5	4	5	10	20	11	20	24	14	19	16	0	6	24
De 60 a 64 anos/16	2	3	4	2	1	1	13	7	10	14	9	12	7	0	4	11
De 65 a 69 anos/23	4	8	0	5	2	2	21	15	16	22	17	23	15	0	9	20
De 70 a 74 anos/11	3	3	1	3	0	2	10	6	7	10	5	7	2	0	5	11
De 75 a 79 anos/8	0	2	0	0	0	0	7	4	6	8	4	7	6	0	3	7
De 80 a 84 anos/3	0	0	1	0	0	0	2	2	2	3	1	2	0	0	0	1
De 85 a 89 anos/1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1
De 90 a 94 anos/1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
QUANTO AO SEXO																
Feminino/151	42	47	23	27	36	71	86	43	105	131	84	107	78	1	30	128
Masculino/125	28	29	27	29	15	35	84	64	183	110	69	89	67	4	36	99

Legenda: *Bens não duráveis.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Segundo dados mostrados na Tabela 2, o uso dos equipamentos e a relação entre renda, idade e sexo, o perfil dos usuários dos equipamentos urbanos estatais são os seguintes:

- Biblioteca Pública - quanto à renda: a maioria são pessoas sem renda e com renda de um a dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 20 a 29 anos, de 40 a 44 anos, prevalecendo grupo de adultos em idade ativa, sendo que os mais jovens normalmente utilizam o espaço para pesquisa, os mais e velhos para leitura diária de jornal. É importante frisar que muitos dos idosos que frequentam a biblioteca são avós que acompanham os netos ou vão sozinhos fazer empréstimos ou devolução para os netos; quanto ao sexo: a maioria é mulher, pois muitas são mães e acompanham seus filhos para atividades e empréstimos.
- Centro Comunitário - quanto à renda: desempregados e pessoas de um a dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 20 a 24 anos, de 40 a 49 anos; quanto ao sexo: a maior parte dos usuários é mulher que frequenta o centro comunitário nas festas ou nas compras, que são possíveis de serem realizadas com frequência, pois com regularidade o espaço é cedido para feiras de ponta de estoque ou bazar beneficente.
- Copel – quanto à renda: a maioria são pessoas de dois a três salários mínimos (30%), mas também há um destaque para pessoas com renda de seis a dez salários mínimos (22%). Esse dado está relacionado com o perfil dos usuários da Copel, em que constatamos que 37% não são moradores do bairro e destes 10% têm a escolarização em Nível Fundamental, 46% Nível Médio e 44% Nível Superior. O nível salarial está diretamente relacionado com o nível de escolarização; quanto à idade: grupos de 25 a 29 anos, 35 a 39 anos e 45 a 49 anos, sendo essa faixa etária de adultos economicamente ativos e na maior parte das vezes responsáveis pelos pagamentos das contas domésticas; quanto ao sexo: na maior parte é do sexo masculino.
- Centro Esportivo - quanto à renda: pessoas sem renda e com renda entre e um e dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 25 a 29 anos, 35 a 39 anos, 45 a 49 anos e de 65 a 69 anos. Percebe-se que a maior parte dos usuários desse equipamento é adultos jovens que estão na idade de procriação com filhos pequenos ou adolescentes e muitos utilizam para levarem seus filhos.
- Cras – quanto à renda: a maior parte dos usuários é composta por pessoas desempregadas, sem renda ou até um salário mínimo. São estas pessoas que

apresentam maior carência e que procuram o Cras, em busca de ajuda como encaminhamento para médicos, trabalho, documentos, auxílio com cesta básica, bem como cadastramento para os programas sociais do governo; quanto à idade: grupos de 25 a 29 anos, de 35 a 39 anos e de 45 a 49 anos; quanto ao sexo: na maioria são mulheres, confirmando com o dado acima de serem sem renda, na maioria donas de casa, algumas não trabalham por não terem com quem deixar seus filhos pequenos ou por terem alguém na família que apresenta problemas de saúde e necessita de auxílio constante.

- Escola pública– quanto à renda: prevalecem as pessoas desempregadas, sem renda e até um salário mínimo; quanto à idade: prevalecem os grupos de 25 a 29 anos e de 40 a 49 anos, estes consultados em sua maioria estão em idade de terem seus filhos em idade escolar. O questionário foi aplicado aos maiores de 20 anos ou quando menores aos seus responsáveis, assim, o percentual está relacionado com o uso por algum membro da família. Dessa forma, prevalecem grupos de adultos em idade ativa; quanto ao sexo: a maior parte é feminina, por ter sido as mães, na maioria dos casos, que responderam.
- Posto de saúde – quanto à renda: pessoas sem renda, e de um a dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 35 a 39 anos e de 55 a 59 anos e de 65 a 69 anos; quanto ao sexo: a maioria é do sexo feminino.
- Praça – quanto à renda: a maior parte das pessoas que utiliza a praça como espaço de lazer apresenta a renda entre um a três salários mínimos; quanto à idade: grupos de 20 a 24 anos e de 55 a 59 anos e de 65 a 69 anos; quanto ao sexo: a maioria é do sexo masculino.

E o perfil dos usuários dos equipamentos urbanos de capital privados, são:

- Alimentação – compreende lanchonetes, bares e restaurantes - quanto à renda: a maioria é de pessoas que recebem de um a três salários mínimos; quanto à idade: são grupos de 20 a 24 anos e de 35 a 44 anos e na maioria são homens.
- Comércio varejista – compreende a venda de confecções, calçados, mesa, banho, móveis, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, floriculturas, pet shop, farmácia, banca de revista, açougue – Quanto à renda: pessoas que não têm renda, de um a dois salários mínimos. Quanto ao fato de utilizar o comércio varejista pessoas sem renda refere-se às pessoas que têm ocupações como dona de casa, estudante e até mesmo desempregados, mas que tem seu sustento custeado pela

família, ou seja, o fato de não possuir renda pessoal não a exclui das atividades econômicas da cidade ou bairro. Muitas das pessoas que utilizam o comércio varejista do bairro apresentam dificuldades de deslocamento; quanto à idade: são grupos entre 20 a 29 anos e 40 a 49 anos e na maior parte são mulheres.

- Estética: quanto à renda: destacam-se grupos de pessoas de um a três salários mínimos; quanto à idade: destacam-se pessoas de 20 a 29 anos, de 40 a 44 anos e de 65 a 69 anos configurando-se em grupos heterogêneos, ou seja, não prevalece uma determinada faixa etária; quanto ao sexo: a maior parte é do sexo feminino.
- Lotérica: quanto à renda: o destaque é para pessoas sem renda e de um a dois salários mínimos; quanto à idade: a maior parte é de pessoas de 20 a 24 anos, de 45 a 49 anos e de 65 a 69 anos, não prevalecendo o uso por uma determinada faixa etária; quanto ao sexo: a maior parte são mulheres. Esses dados estão diretamente relacionados com os serviços bancários oferecidos, pois muitas pessoas utilizam para pagar contas e receber os benefícios sociais do Governo e muitas vezes são utilizadas por pessoas que não têm conta em rede bancária.
- ONG – quanto à renda: destacam-se grupos de pessoas desempregadas, sem renda e de, no máximo, até dois salários mínimos; quanto à idade: pessoas de 25 a 29 anos e com menor destaque pessoas entre 35 e 39 anos; quanto ao sexo: prevalece o masculino. Esse perfil de usuários da ONG está relacionado com o trabalho de acolhimento prestado às pessoas sem-teto.
- Rede bancária – quanto à renda: pessoas sem renda de um a dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 20 a 24 anos, de 40 a 44 anos e de 55 a 59 anos, prevalecendo grupos de idade de pessoas que são economicamente ativas; quanto ao sexo: prevalece o feminino.
- Serviços de saúde: quanto à renda: prevalece pessoas que recebem proventos entre um a três salários mínimos; quanto à idade: prevalece grupo de jovens adultos entre 20 a 29 anos e idosos entre 65 a 69 anos; quanto ao sexo: prevalecem pessoas do sexo masculino.
- Supermercado – quanto à renda: prevalece pessoas sem renda constituindo na maioria por donas de casa e pessoas de um a dois salários mínimos; quanto à idade: grupos de 20 a 24 anos, de 40 a 44 anos e de 55 a 59 anos; quanto ao sexo: a maior parte dos consumidores dos supermercados do bairro é do sexo feminino.

4.4 FUNÇÕES URBANAS: MOBILIDADE HUMANA E SERVIÇOS

A mobilidade humana ocorre no espaço do bairro não somente por seus moradores em busca de satisfazer suas necessidades, mas também por pessoas de outros lugares, especialmente do entorno. São as funções ligadas aos serviços urbanos que possibilitaram ao bairro ampliar seu raio de influência. Embora o bairro tenha vários equipamentos urbanos, como inventariamos anteriormente, ainda não é completo e seus moradores muitas vezes necessitam se locomoverem para resolução de problemas diários, além da mobilidade decorrente das necessidades de trabalho.

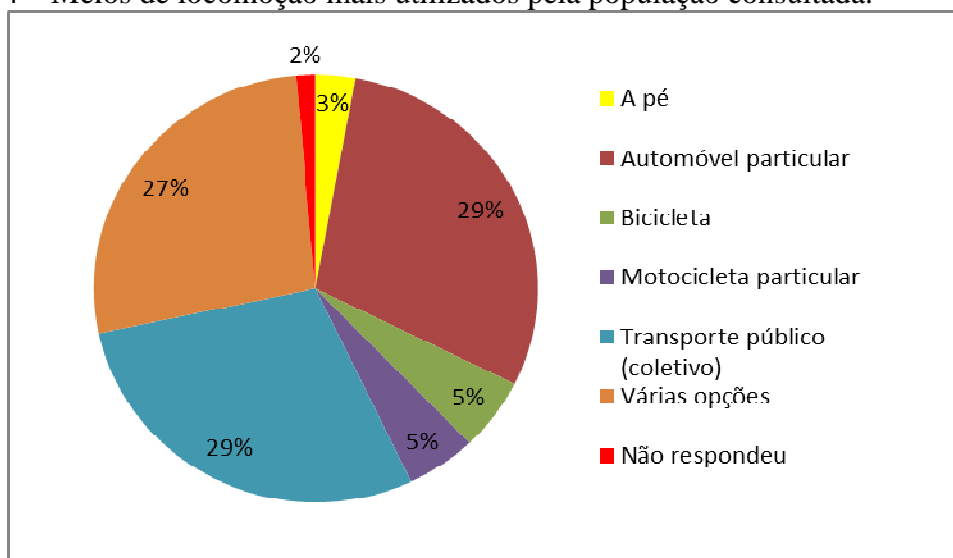
Pode-se afirmar que o bairro desenvolveu especialmente as funções comerciais e sociais, como veremos adiante no estudo sobre da mobilidade da população consultada em relação às atividades desenvolvidas no espaço do bairro.

4.4.1 Mobilidade urbana

Os meios de locomoção mais utilizados pelos moradores consultados são o transporte público (ônibus coletivo) e o automóvel particular, ambos apresentaram o percentual de 29%; e 27% utilizam para se locomover vários tipos de meios de transporte, 25% utilizam a bicicleta; 5% a motocicleta particular, 3% andam a pé e 2% preferiram não responder a questão.

No Gráfico 14 estão representados os meios de transportes mais utilizados pela população consultada:

Gráfico 14 – Meios de locomoção mais utilizados pela população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Dentre aqueles que escolheram várias opções ou especificamente transporte coletivo, bicicleta ou andar a pé, têm-se: 48% utilizam o transporte coletivo; 16% andam a pé e 13% utilizam a bicicleta.

Quanto às vias de circulação, o bairro conta com sete avenidas, sendo a Pedro Taques a principal e 58 ruas, que se entrecruzam formando uma malha xadrez e possibilitam acesso aos bairros do entorno.

As nomenclaturas dos arruamentos no Jardim Alvorada – Primeira Parte são homenageadas cidades e Estados brasileiros, países da América do Sul e pessoas ligadas à Codal. O Jardim Alvorada – Segunda Parte – polígono urbano foi dedicado às personalidades nacionais e mundiais ligadas à ciência, medicina, finanças e política e no polígono rural homenageou os pioneiros.

4.4.2 Atividades econômicas: serviços presentes no Jardim Alvorada

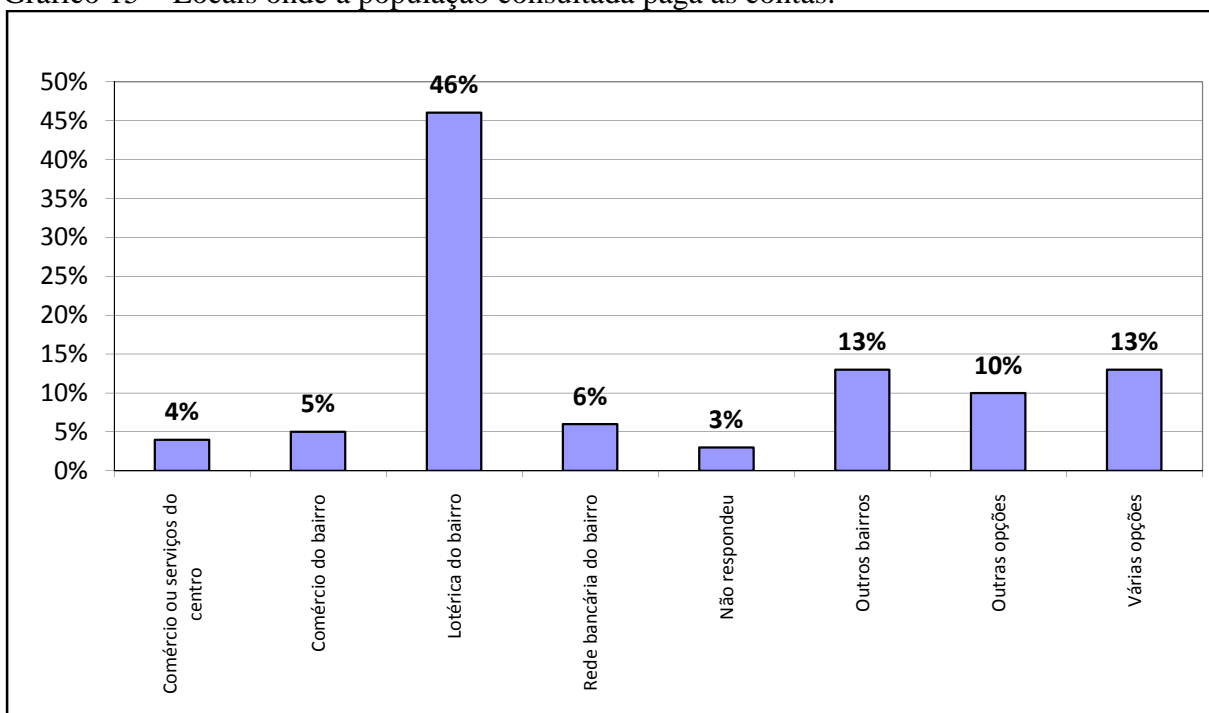
As atividades econômicas presentes no bairro se multiplicaram no decorrer de cinco décadas e proporcionaram a transformação da paisagem, ou seja, a formação de um subcentro, assunto que será tratado com mais afinco na próxima seção.

Quanto à fidelidade ao comércio, a população pesquisada moradora do bairro, detectou-se que 40% costumam ser fiéis ao comércio local, 32% não têm fidelidade; o restante não soube responder.

Informou-se que fidelidade ocorre pelos seguintes motivos: proximidade do comércio, diversificação de produtos, preços baixos, pelo movimento do comércio, costume dentre outros. Os que informaram não serem fiéis ao comércio local não o fazem por estas razões: não há diversificação de produtos e lojas, preços altos, preferência pelo centro, dentre outros motivos.

Quanto ao pagamento de contas, dentre todos os pesquisados há a predileção pela lotérica do bairro. Também há destaque para os pagamentos realizados em outros bairros (13%), principalmente a Vila Morangueira e Zona 7, pois nesses locais há concentração de agências bancárias, e também há os que pagam suas contas nos bairros que moram, quando estes são servidos de equipamentos urbanos propícios, como é o caso do Jardim Liberdade e Parque Avenida. Com o percentual de 13%, os consultados afirmaram utilizarem várias opções de forma e local de pagamento e também se destacou num percentual de 10%, os que utilizam outras opções de pagamento, como os caixas eletrônicos e internet, sendo este serviço destinado àqueles que têm conta bancária. Os dados estão representados no Gráfico 15, para pagar as contas, na maior parte das vezes:

Gráfico 15 – Locais onde a população consultada paga as contas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

4.4.2.1 Função cultural: biblioteca e escola

Dentre as atividades culturais, a Biblioteca Pública Nilo Gravena é mais um elemento diferencial na paisagem do Jardim Alvorada. Em Maringá, existem cinco bibliotecas, sendo uma central e quatro de bairro.

Sua inauguração ocorreu no dia 19 de dezembro de 1984. Primeiramente funcionou na Avenida Alexandre Rasgulaeff, nº 875, em prédio alugado. No dia 29 de agosto de 1986, a Biblioteca foi transferida para sede própria na Avenida Sophia Rasgulaeff, nº 693 (Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha).

Reinaugurada em 26 de setembro de 2006, e nomeada de Casa da Cultura Alcídio Regini, é composta de um anfiteatro com 148 lugares, e da biblioteca que teve sua área ampliada.

Quanto aos usuários da biblioteca, a maior parte é alunos do Colégio Estadual Unidade Polo, que buscam fontes de pesquisa, estendendo-se aos alunos da Escola Municipal Ariovaldo Zuleide e o Colégio Estadual Duque de Caxias. Na Figura 39 é representado o cotidiano da biblioteca.

Figura 39 – O cotidiano na Biblioteca Nilo Gravena.



Estudantes realizando empréstimos do acervo

Comunidade lendo jornais e revistas

Foto: Mansano, 2011.

É comum observar adultos e idosos lendo jornais, pais e avós acompanhando suas crianças pequenas para as atividades lúdicas e empréstimos de livros e grupo de estudantes fazendo trabalhos escolares, na maioria alunos da escola próxima, o Colégio Estadual Unidade Polo. Também é comum a presença deles no horário de término das aulas e

principalmente nos finais de bimestres. Embora também seja utilizada por estudantes de outras instituições e até mesmo do Ensino Superior.

A tecnologia e informação fizeram com que os serviços oferecidos por uma biblioteca fossem além de empréstimos de livros, pois na atualidade a leitura nem sempre é realizada em material impresso.

Na Biblioteca Pública do Jardim Alvorada, são oferecidas várias atividades educativas (culturais e recreativas) para a população, como Clube Teen - atividades baseadas em literatura e filme, visita orientada e hora da história.

Além das atividades culturais, no intuito de atrair a população jovem para o espaço da biblioteca, no início do ano letivo é realizado um trabalho em conjunto com as escolas próximas que oferecem Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A biblioteca agenda horários para apresentar o espaço aos alunos das escolas.

Entre os usuários do espaço, há aqueles que comparecem de manhã para leitura diária dos jornais, mães que acompanham filhos, crianças e adolescentes que utilizam a internet, estudantes universitários que utilizam o espaço para estudo. O movimento sempre é maior no horário de saída da escola situada ao lado (Unidade Polo), no começo da semana, no final dos bimestres escolares e em dias especiais, como aniversário da biblioteca e dia do leitor. Nas férias, o movimento também acontece por meio das atividades promovidas como a Colônia de Férias, em que se oferecem espaços de leitura, dramatização, palestras e discussão para os leitores, em especial, crianças e adolescentes. Também são realizados trabalhos para os adultos como oficinas de artesanatos, onde pessoas da comunidade ou contratados pela prefeitura participam das atividades culturais.

Quanto à atividade educacional, no bairro se localizam duas escolas estaduais de Ensino Básico (Colégio Estadual Duque de Caxias e Colégio Estadual Unidade Polo), duas escolas municipais de Ensino Fundamental (Escola Municipal Ariovaldo Moreno e Escola Municipal Zuleide Samways Portes), duas particulares de Ensinos Infantil e Fundamental (Escola Sagrado Coração e Escola Novo Horizonte) e três Centros Municipais de Educação Infantil (Centro Municipal de Educação Infantil Alexandre, Sophia Rasgulaeff e Centro Municipal de Educacional Infantil Recanto do Menor Alvorada e Centro Municipal de Educação Infantil Ver. José Rodrigues dos Santos).

Como apontado anteriormente, a área onde se localiza o bairro apresenta o pior desempenho no Ensino Fundamental, recebendo a classificação pior por reprovação e abandono.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico das duas escolas, os alunos residem nos bairros do entorno (Quadro 6):

Quadro 6– Bairro onde residem os alunos dos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Unidade Polo.

COLÉGIO	Jardim Alvorada	Ebenezer	Outros próximos
DUQUE DE CAXIAS	75%	5%	20%
UNIDADE POLO	60%	10%	30%

Fonte: Colégio Estadual Duque de Caxias (2006); Colégio Estadual Unidade Polo (2006).
Organização: Mansano, 2012.

De acordo com o quadro anterior, há mais alunos estudando no Colégio Duque de Caxias que residem no Jardim Alvorada (75%), do que no Colégio Estadual Unidade Polo (60%).

Os alunos da Escola Estadual Duque de Caxias possuem poder aquisitivo maior do que os alunos do Colégio Estadual Unidade Polo. Muitos têm computadores e internet em suas casas, diferente da Escola Estadual Unidade Polo. Observa-se no Quadro 7 que o índice de famílias de estudantes que vivem com até um salário mínimo é maior no Colégio Unidade Polo e as que vivem com mais de três salários mínimos é maior no Colégio Duque de Caxias (Quadro 7).

Quadro 7 – Renda das famílias dos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Unidade Polo.

COLÉGIOS	Até 1 s.m.	De 1 a 3 s.m	Mais de 3s.m.	Desempregados
DUQUE DE CAXIAS	7%	39%	54%	0%
UNIDADE POLO	12%	36%	50%	2%

Legenda: s.m. salário mínimo.

Fonte: Colégio Estadual Duque de Caxias (2006); Colégio Estadual Unidade Polo (2006).
Organização: Mansano, 2012.

O índice de famílias que vivem até com um salário mínimo é maior no Colégio Estadual Unidade Polo (12%), no Colégio Duque de Caxias o índice é de 7%. O índice de desemprego é mais alto entre as famílias do Colégio Estadual Unidade Polo.

O Colégio Duque de Caxias foi a primeira escola estadual criada no bairro.

Em relação à educação, entre a população consultada, 59% afirmam terem estudantes em casa e 41% não tem.

No Quadro 8 é mostrada a quantidade de estudantes nas residências consultadas (46%). A maioria dos estudantes concentra-se no Ensino Fundamental e Médio.

Quadro 8 – Localização das escolas onde os estudantes frequentam (familiares da população consultada).

Ensino Básico	Pública do JA	Particular do JA	Pública de outro bairro	Particular de outro bairro	Outra/Várias opções
Educação Infantil	14	1	6	2	1
Anos iniciais	28	1	19	8	1
Anos Finais Fundamental e Médio	58	0	19	5	1

Legenda: JA = Jardim Alvorada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Quanto às instituições Ensino Superior que são frequentadas por membros que residem junto à população consultada, o índice é maior para as particulares (56%), Universidade Estadual de Maringá (37%), 5% apontaram existir pessoas estudando em mais de uma instituição e 2% não souberam responder o local.

4.4.2.2 Função de lazer: mobilidade humana no bairro e fora dele

O lazer ocorre no bairro e fora dele e estão condicionados ao consumo, como a alimentação, cinema, clube, locais dançantes, shopping e teatro. Normalmente, há correlação do consumo. Os quatro cinemas existentes em Maringá estão localizados nos shoppings, tornando impossível assistir um filme, sem passar pelas apelações do mercado consumista.

Por si só o shopping é segregador, pois é um espaço em que as pessoas vão para verem e serem vistas assemelhando-se uns aos outros, uma vez que o diferente, o de classe econômica mais baixa não se encaixa nos padrões dos usuários dos shoppings. A exclusão ocorre de forma velada, com comércios que estão protegidos da visão de todos e abre-se para quem tem poder aquisitivo melhor e que pode pagar para utilizar o espaço. Sua característica principal é ser complexo de atividade mercantil fartamente variada. É uma estrutura comercial que contém estabelecimentos como lojas, cinema, lanchonetes, farmácias, caixas eletrônicos da rede bancária, lotéricas, praças de alimentação, supermercados, restaurantes, músicas ao vivo, parques de diversões e estacionamento.

O lazer mais barato está nos passeios à igreja, parques, praças e bosques, muito procurados pela população. A vida noturna acontece em lanchonetes e bares, principalmente. É uma continuação do comércio diurno que oferece opções de lazer e consumo. Embora seja no próprio bairro, o que envolveria valores mais comedidos, os preços praticados são semelhantes aos de qualquer outro lugar, principalmente o centro.

O Fest Alvorada, em sua 21^a. Edição (2012) é realizado pela Associação Comunitária do bairro, segundo maior evento da cidade e consta no calendário de festividades do município.

Nesses encontros festivos a população acaba por se encontrar, pois elas “[...] marcam os tempos da vida coletiva, religiosa ou cívica. [...] Cada um por sua vez ator e espectador e vive um momento de intensa emoção, de comunhão e de evasão. O sentimento de pertencer coletivo é, então, muito forte” (CLAVAL, 2007, p. 131).

O Centro de Convivência ou Centro Cívico (CC) é frequentado por vários grupos sociais, formados principalmente por jovens. Aos domingos é possível observar jovens skatistas, jogadores de futsal e bocha, uma diversão praticada normalmente pelos mais velhos. O CC é organizado por atividades e cada atividade tem seu espaço.

Quanto às praças “Estudadas pela ótica da Geografia, podemos entender a praça não somente como um espaço físico materializado sob a forma de mobiliário urbano, paisagismo e arborização” (DE ANGELIS, 2000, p. 38), mas como um espaço social, como local de socialização e de lazer para a população citadina.

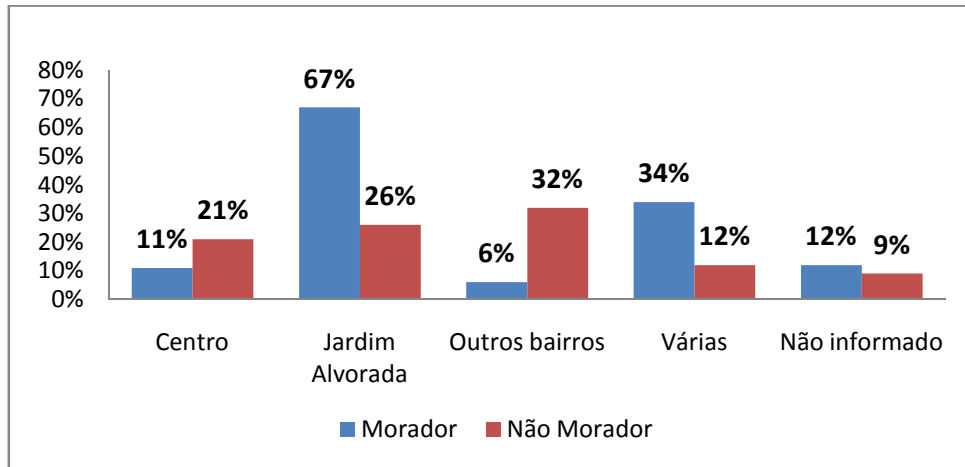
Sobre a utilização das praças públicas de toda a população consultada, levantamos que somente 39% da população consultada frequentam as praças. A população mais tradicional de Maringá, muito influenciada ainda pela concepção de desenvolvimento que permeou a ocupação do Paraná, enxerga o progresso apenas no que foi desmatado.

Em pesquisa realizada por De Angelis, no ano de 2000, sobre a utilização das praças maringaenses pela população o percentual frequência foi ainda menor (8,9%) do que sistematizamos em nossa pesquisa. Entre os motivos que ele identificou como repulsão às praças está o fato de não gostar, falta de costume, falta de atrativos, insegurança, falta de tempo e distância entre a residência entre as praças e suas residências (DE ANGELIS, 2000).

Quanto à utilização das praças, entre os moradores, 40% utilizam as praças e entre os não moradores o percentual é de 36%.

Já o Gráfico 16 representa a localização das praças utilizadas pelos consultados:

Gráfico 16 – Localização das praças frequentadas pela população moradora e não moradora do bairro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

A população do Jardim Alvorada prefere as praças localizadas no próprio bairro (67%) e a população não moradora utiliza as praças de outros bairros, ou seja, na sua maioria as praças localizadas no bairro em que moram (32%).

As praças do centro também são utilizadas por ambos, entretanto somente 11% dos moradores do bairro as utilizam e entre os não moradores o percentual é de 21%. Há também os que utilizam várias praças, em diferentes localizações, sendo 34% entre os moradores do Jardim Alvorada e 12% entre os não moradores.

Dentre as praças prediletas para frequência da totalidade da população consultada, entre as do Jardim Alvorada a maior preferência é pela Praça Farroupilha (29%), seguidas das Praças Vicente Simino (13%), São Vicente (11%) e José Bertoni (1%).

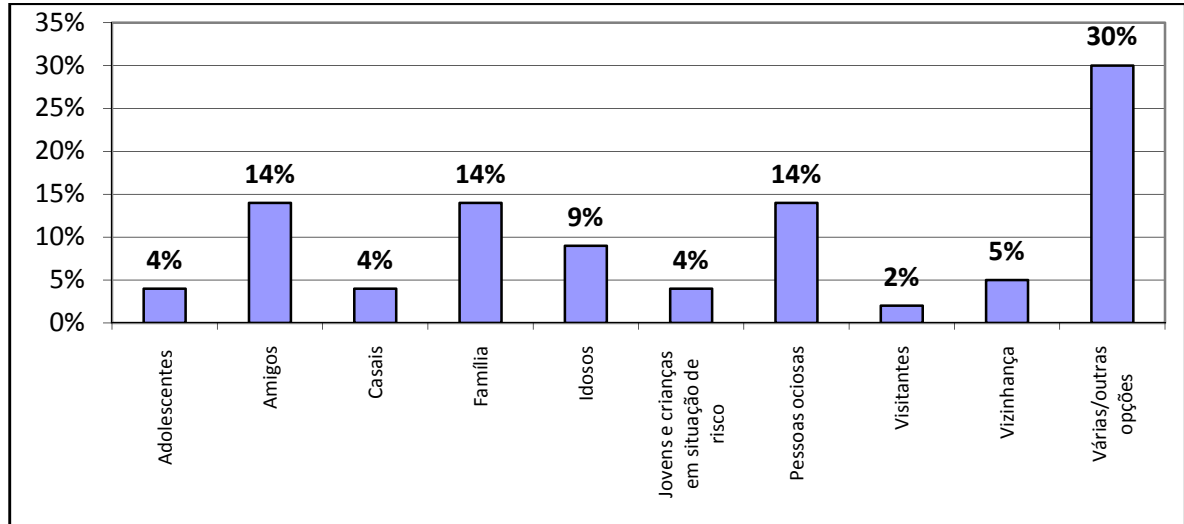
Dentre as do centro, a Praça Nossa Senhora da Glória (13%) e a Praça Napoleão Moreira da Silva (1%). As de outros bairros 15%, as de vários locais 7% e não foram informadas 10%.

Quando perguntados com quem vai à praça, as respostas foram: só (11%), família (15%), amigos (4%), par afetivo (5%), crianças (10%), outras opções (4%) e 51% não responderam.

Quando perguntados se gostavam das praças, 46% responderam que não, associando as respostas com os seguintes motivos: não gosta (13%), insegurança (9%), falta de atrativos (7%), frequentadores (3%), distância (2%), mal cuidada (1%), feia (1%), vários ou outros motivos (28%) e 36% preferiram não responder a questão. E entre os frequentadores, ou seja, 39% da população consultada, os motivos pelos quais frequentam são: gosta (14%), socialização (12%), distração (8%), frequentadores (3%), trabalho (2%) e outras opções (8%).

No Gráfico 17 é demonstrado o perfil das pessoas que frequentam as praças, segundo os 16% que responderam a questão:

Gráfico 17 – Grupos de pessoas que frequentam as praças, segundo a população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Dentre a população consultada, frequentadora das praças (39%) as vêm, sejam do bairro ou outros locais, como sendo um local de encontro diário entre os frequentadores mais assíduos, pois “Através dos tempos, a praça sempre foi marcada pela convivência e pelo lazer dos habitantes urbanos, sendo um referencial urbano e constituindo um espaço público muito importante” (REMOLLI, 2010, p. 8).

No bairro estão localizados 15 espaços de áreas livres, sendo: Praça Aniceto Matti, Praça Ary de Lima, Praça da Independência, Praça Ester G. Josepetti, Praça Farroupilha, Praça José Bertoni, Praça Ouro Preto, Praça Pioneiro Galilleu Rigolin, Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha, Praça São Vicente, Praça Vicente Simino e a Praça Vila Rica. Há também no bairro, três áreas livres sem denominação.

Sobre as áreas livres do bairro, Meneguetti (2009, p. 97) escreve:

O conjunto de praças do Jardim Alvorada, composta por 15 áreas variando de 736,00m² a 24.543,70m², é formada por rótulas de intersecção viária ao longo da principal avenida, a Pedro Taques, áreas livres de arremate do bairro ao norte, e um centro que se destaca no desenho do loteamento, composto por quatro quadras, sendo a primeira um semicírculo com três áreas adjacentes. As pequenas áreas livres no limite norte do bairro não viabilizam a ocupação, e três áreas ao sul são vazios indefinidos sob a linha de alta tensão.

Na Figura 40, são apresentados os aspectos e a localização de oito das praças do bairro:

Figura 40 – Localização e ilustração das praças do Jardim Alvorada.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2010c); Adaptação: Mansano, 2013. Fotos: Mansano, 2012 e 2013.

Como observado na figura anterior e *in loco*, as Praças Farroupilha, Professora Rachel Dora Paraná Pintinha, São Vicente e Vicente Simino são as mais estruturadas e visitadas para o lazer. Na Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha localiza-se o prédio de propriedade da prefeitura e no seu entorno o complexo cultural (um centro cívico, acolhendo biblioteca, casa da cultura e associação comunitária) (Figura 41).

Figura 41 – Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha.

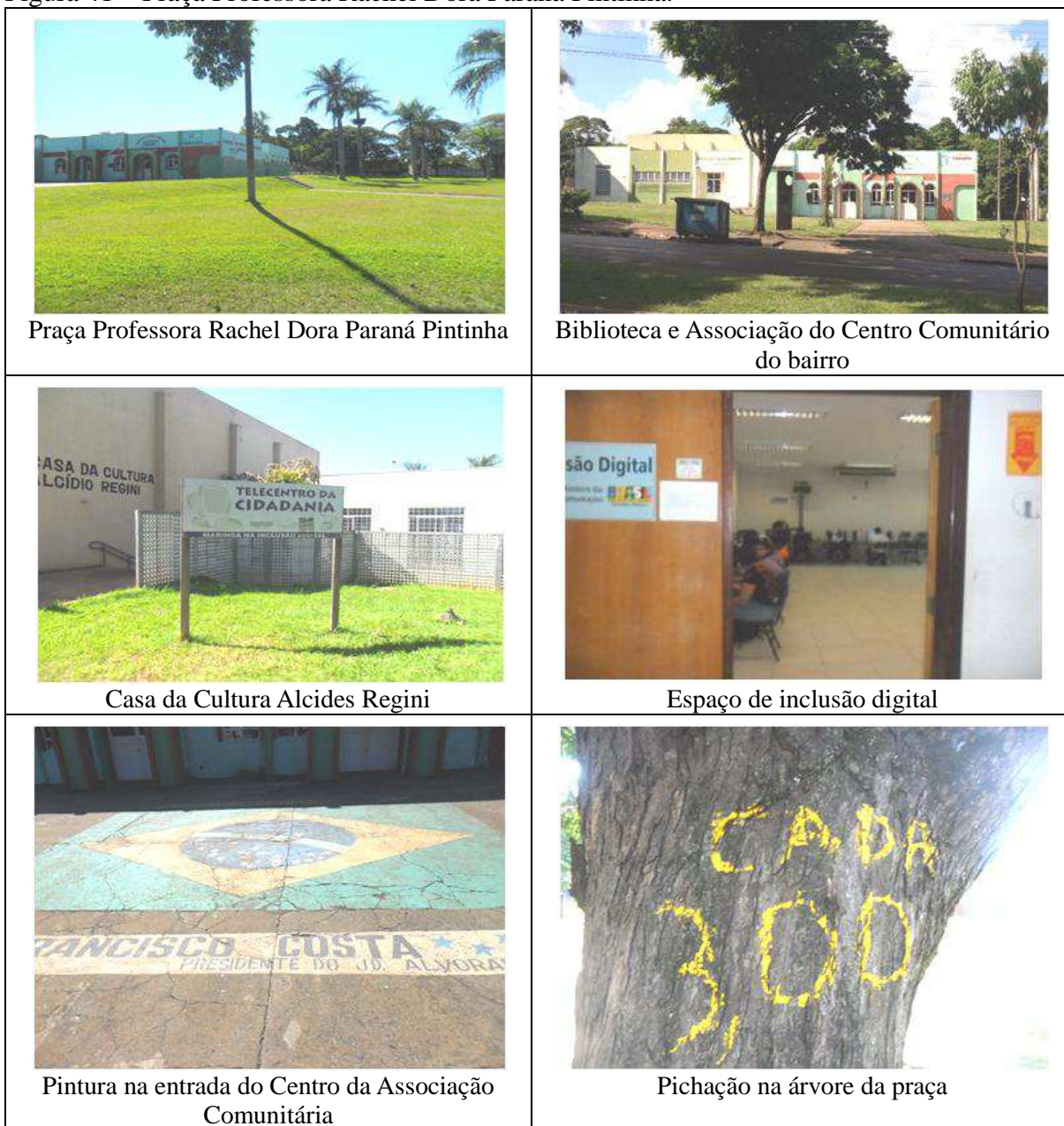


Foto: Mansano, 2011.

Como observado nas fotos anteriores, ao mesmo tempo em que são utilizados os espaços para a cultura, também ocorrem problemas de reconhecimento do espaço sendo comum encontrar pichações nas paredes externas e até mesmo nas árvores do entorno. Aparentemente a árvore serviu de espaço para anúncio de preço de algum produto que fora comercializado naquele local.

Sobre as características gerais de cinco das principais praças presentes na paisagem do bairro, Meneguetti (2009, p. 97-98) apontou:

A Praça Farroupilha, concebida como rótula de intersecção entre duas avenidas de porte, tornou-se uma das praças mais frequentadas do bairro, quer por aposentados, durante o dia, quer por eventos esporádicos ou por movimento noturno, uma vez que é circundada por bares. Com 2.123,72m², foi reurbanizada na década de 1990, quando recebeu um pequeno palco, mesas de concreto e iluminação rebaixada. Boa cobertura arbórea garante sombra o dia todo. Outra rótula de intersecção viária a Praça São Vicente, com 1.963,50m², apesar de bem sombreada, não possui o mesmo movimento da anterior, por possuir entorno menos especializado [...]. A Praça Vicente Simino, com 24.543,70m², recebeu a igreja São Francisco de Assis, equipamentos esportivos (quadras esportivas, cancha de bocha e de malha) e parque infantil. A Praça Professora Rachel D. Paraná Pintinha, apesar de sua grande dimensão, com 6.635,00m², foi ocupada em boa parte com implantação da edificação do centro comunitário. A área restante funciona como complemento da edificação, recebendo o movimento gerado pelo centro e feiras anuais. Simétrica a esta, a Praça José Bertoni foi totalmente ocupada pela construção de um posto de saúde, cercado em toda sua volta.

Decorridos quatro anos das observações de Meneguetti, ocorreram transformações na paisagem das praças do bairro. A Praça Farroupilha deixou de ter o movimento anterior, pois os eventos culturais que ocorriam passaram a serem esporádicos e realizados em outros locais (praças e ruas). À noite não há segurança suficiente para os passeios noturnos, mas seu entorno é o espaço mais movimentado do bairro durante as noites. Entretanto, ainda é comum durante o dia observar sua ocupação por senhores mais velhos, que ficam conversando ou jogando baralho, pois é um ponto de lazer da população, em especial, a idosa; é também frequentada por outros adultos na maioria ociosos, o que gera conflito e insegurança aos idosos. A Praça São Vicente passou a ser mais movimentada que anteriormente, não somente para o lazer, mas como caminho, pois alguns equipamentos urbanos, como posto de gasolina e agência da Copel (atendimento ao cliente), se instalaram no seu entorno. Especialmente durante o dia, também é frequentada por senhores mais velhos que trabalham com frete e fazem deste local o seu ponto de trabalho. A Praça Professora Rachel D. Paraná Pintinha se tornou uma das praças mais movimentadas do bairro, e se tornou um centro cívico, pois já havia recebido as instalações de vários equipamentos públicos como a Casa da Cultura e a Biblioteca Pública. O movimento também decorre dos eventos como feiras, Fest Alvorada, Festival da Juventude e Cinema na Praça. Na Praça José Bertoni foram implantadas a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a Academia da Terceira Idade, utilizada pela população local e por pais que levam seus filhos aos serviços de saúde presentes na praça e utilizam o espaço para entreterem seus filhos enquanto esperam atendimento.

Como dito anteriormente, as praças são espaços de lazer e no bairro algumas também são utilizadas, principalmente, pelos senhores da terceira idade, para encontros diários de

jogos de baralho, bocha e outros, mas também para obter renda, realizando pequenos negócios e usufruindo delas como ponto de frete, especialmente na Praça São Vicente.

Embora as praças do bairro sejam frequentadas, alguns fatores como o descuido, o abandono, a forma geométrica circular de algumas e a falta de estrutura básica (bancos, iluminação, lixeiras, sanitários públicos, telefones públicos, limpeza, segurança, bebedouros, equipamentos para esporte, parques infantis, pisos e caminhos) são fatores de expulsão para a maioria da população. Segundo as concepções de De Angelis (2000), as praças do bairro estejam bem localizadas, pois a maioria está há uma distância de 400 m ou 10 min de caminhada das residências do bairro, são comuns entre a população as queixas da impossibilidade de frequentar pelos motivos elencados anteriormente e há entre os frequentadores a solicitação de melhorias, tais como: faixa de pedestre, semáforos, rampa para cadeirantes, guia para os não visuais, policiamento, entre outras.

O mesmo autor argumenta que na contemporaneidade outros fatores colaboram para o esvaziamento das praças, entre eles as novas tecnologias:

[...] o advento da informática no atacado, que trouxe para dentro das casas a TV a cabo, o *pay-per-view*, o *home-theater*, a internet. Inovações tecnológicas que, com seus chips, bytes de memória, imagens, encontros e diálogos virtuais, têm se constituído numa alternativa de lazer para muitos que acabam substituindo o espaço aberto [...] por uma tela fechada de circuitos eletrônicos (DE ANGELIS, 2000, p. 43).

O relato saudoso de Ulisses que morou na Fazenda Santa Lina e que nunca saiu do local onde hoje é o Jardim Alvorada corrobora com a ideia do autor:

Eu tenho saudade daquele tempo. Primeiro porque a vivência do povo era outra coisa. Era gente mais humilde, era mais unida, se visitava mais. Hoje a televisão tirou a visita, tirou a religião, a televisão tirou tudo. [...] E outra, você saía lá na Catedral na quermesse, voltava no meio do mato e não era assaltado. [...] Hoje se for andar à noite o povo te assalta, te rouba. (PITARELLI, 2013).

Remoli (2010), ao estudar as praças do plano-piloto, observou que nos últimos anos houve melhorias nas praças de Maringá. Todavia, apontou vários problemas, sobre os quais concordamos com o autor e frisamos que:

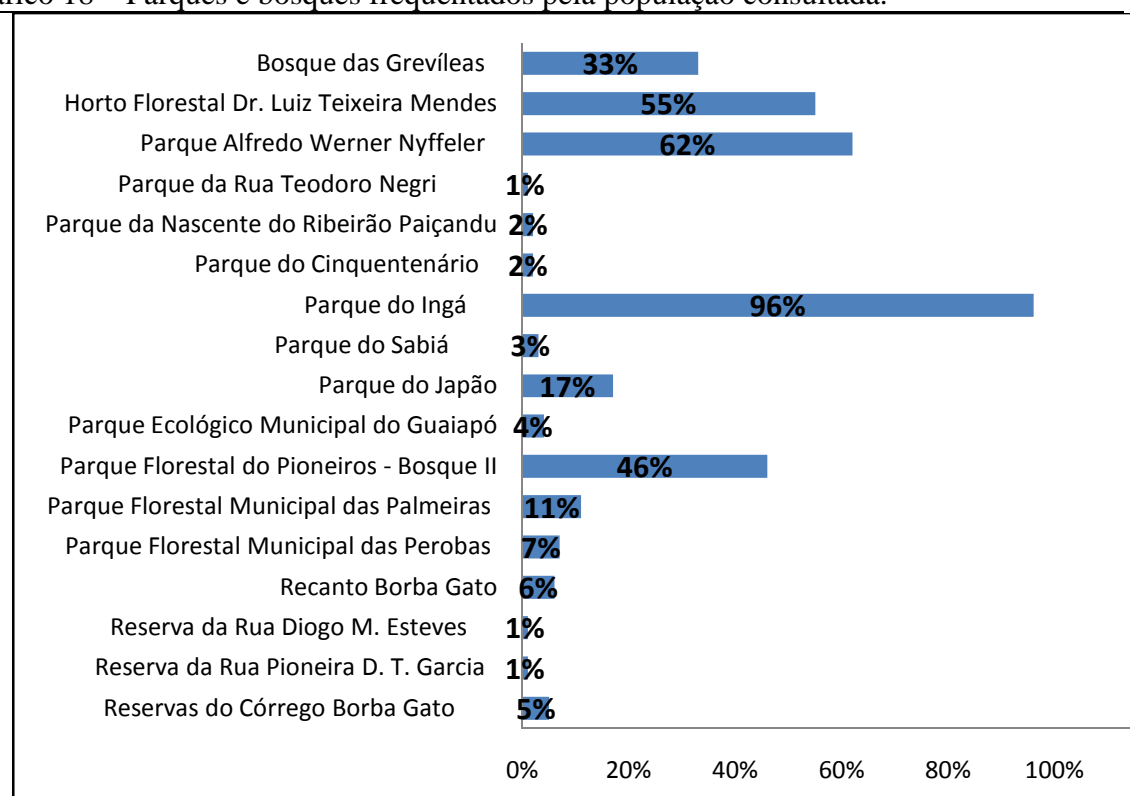
[...] problemas diversos advindos da falta de planejamento na execução e principalmente na manutenção de serviços básicos nas áreas dessas praças são evidentes, a saber: reparos de calçadas cimentadas, conserto de pedras tipo 'petit pavê' soltos, construção de rampas para deficientes físicos, reparos de bancos, equipamentos quebrados etc. Verificamos, dessa forma, o descaso dos gestores públicos para com essas áreas (REMOLI, 2010, p. 126).

Quanto aos parques e bosques, no plano urbanístico, Jorge de Macedo Vieira destinou “Da área total da cidade, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, o Parque do Ingá e o Bosque II, com 2 alqueires que se localizam em pleno perímetro urbano, cortados pelos córregos Moscados e Cleópatra, respectivamente” (STEINKE, 2007, 148). Os dois parques seriam uma pequena amostra da floresta estacional semidecidual que cobria toda esta região.

Quanto às Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), as mais visitadas são o Parque do Ingá, com 96% (centro), o Parque Alfredo Werner Nyffeler¹⁶, com 62%, localizado na Vila Morangueira, bairro que faz limite com o Jardim Alvorada o Horto Florestal, com 55% (centro); e Bosque II (46%) e Parque das Grevíleas 33%, este localizado no Maringá Velho.

No Gráfico 18 estão representadas as respostas da população consultada quanto à visitação às ZPs.

Gráfico 18 – Parques e bosques frequentados pela população consultada.



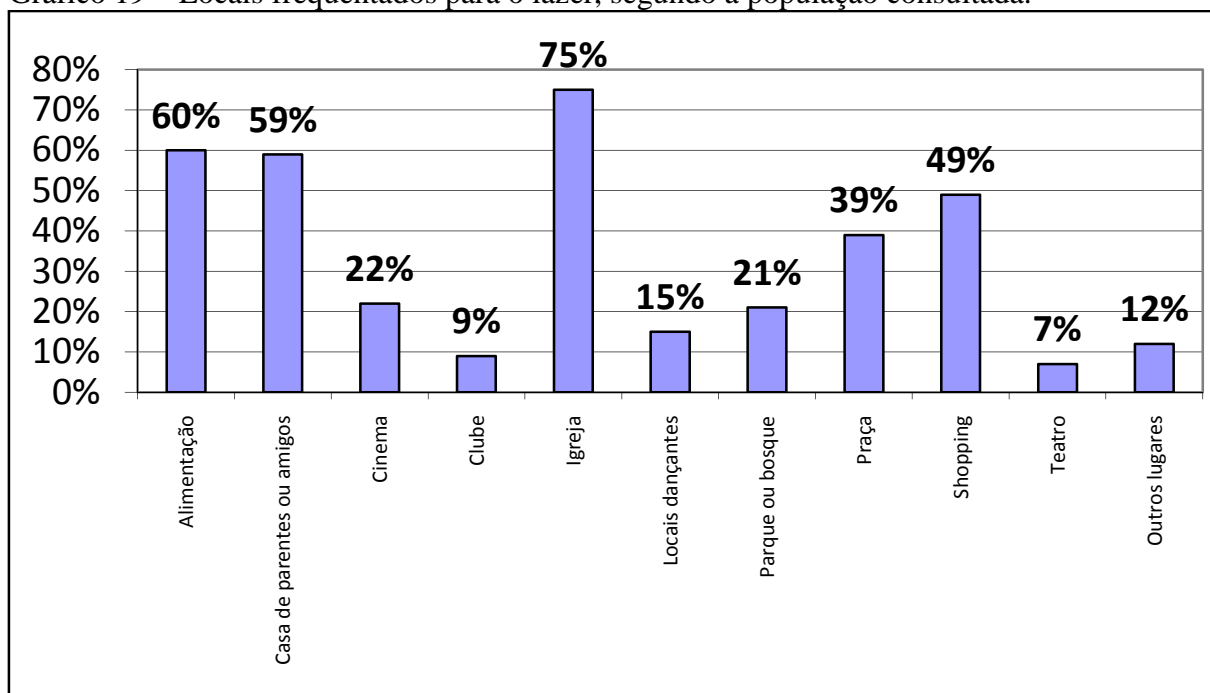
Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

¹⁶ O parque é reconhecido pela população como Buracão, porque assim era conhecida popularmente a área de erosão onde foi construído e inaugurado o parque em 1988. Quando questionada a população já visitaram ou ouviram falar do Parque Alfredo Werner Nyffeler, a maioria afirmava que não. Sendo necessário explicar que se tratava do Buracão.

Algumas pessoas consultadas afirmaram terem visitado há muito tempo o Parque do Ingá e o Horto Florestal, o primeiro por ter permanecido fechado por quase dois anos, sendo que foi reaberto no ano passado e o segundo por ainda permanecer fechado. Muitos falaram com saudosismo do tempo em que era as famílias visitavam o parque aos domingos. Já o Parque Alfredo Werner Nyffeler (Buracão) está configurado entre os dois mais visitados por se tratar do parque que se localiza na Vila Morangueira, bairro que faz limite com o Jardim Alvorada.

Em relação aos lugares mais frequentados para o lazer, alguns lugares são os preferidos pela população pesquisada, quais sejam: igreja por 75%, locais destinados à alimentação 60%, casa de parentes e amigos 59%, e shopping 49%. Outros lugares são frequentados pela população nos seguintes percentuais: praça 39%, cinema 22%, parque ou bosque 21%, locais dançantes 15%, clubes 9% e teatro 7%. Entretanto, 12% também apontaram outros lugares frequentados. Entres estes foram dados como exemplos: pesqueiros (11%), chácaras/sítios (23%), circo (2%), associação da terceira idade (2%), campo de futebol (2%), centro comunitário (2%), centro cultural (2%), feira (2%), parque de exposição agropecuária (18%) e visitas filantrópicas-albergue, abrigos para crianças e hospitais – (5%), e vários ou outros lugares (23%) e 8% dos consultados preferiram não informar, conforme está representando no Gráfico 19:

Gráfico 19 – Locais frequentados para o lazer, segundo a população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

No Quadro 9 são mostradas as localidades para onde os pesquisados se deslocam em seus momentos de lazer:

Quadro 9 – Relação e localização dos lugares frequentados para o lazer.

LOCAIS	Centro	Imediações	Jardim Alvorada	Outra cidade	Outro Estado	Outros Bairros	Zona Rural	Outros/ Vários locais	N.I.
Alimentação	36	10	56	0	0	28	0	31	5
Casa de parentes ou amigos	2	23	46	14	3	34	0	23	19
Cinema	29	0	0	0	0	22	0	5	6
Clube	0	3	7	1	0	6	9	0	0
Igreja	7	46	100	0	0	31	0	9	4
Locais dançantes	6	7	7	0	0	12	3	5	1
Parque ou bosque	47	5	1	0	0	1	0	2	3
Praça	15	1	58	0	0	15	0	7	11
Shopping	69	0	0	0	0	45	0	11	6
Teatro	1	0	1	0	0	14	0	2	2
Outros lugares	2	0	1	2	1	11	7	3	7

Legenda: N.I. Não informado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

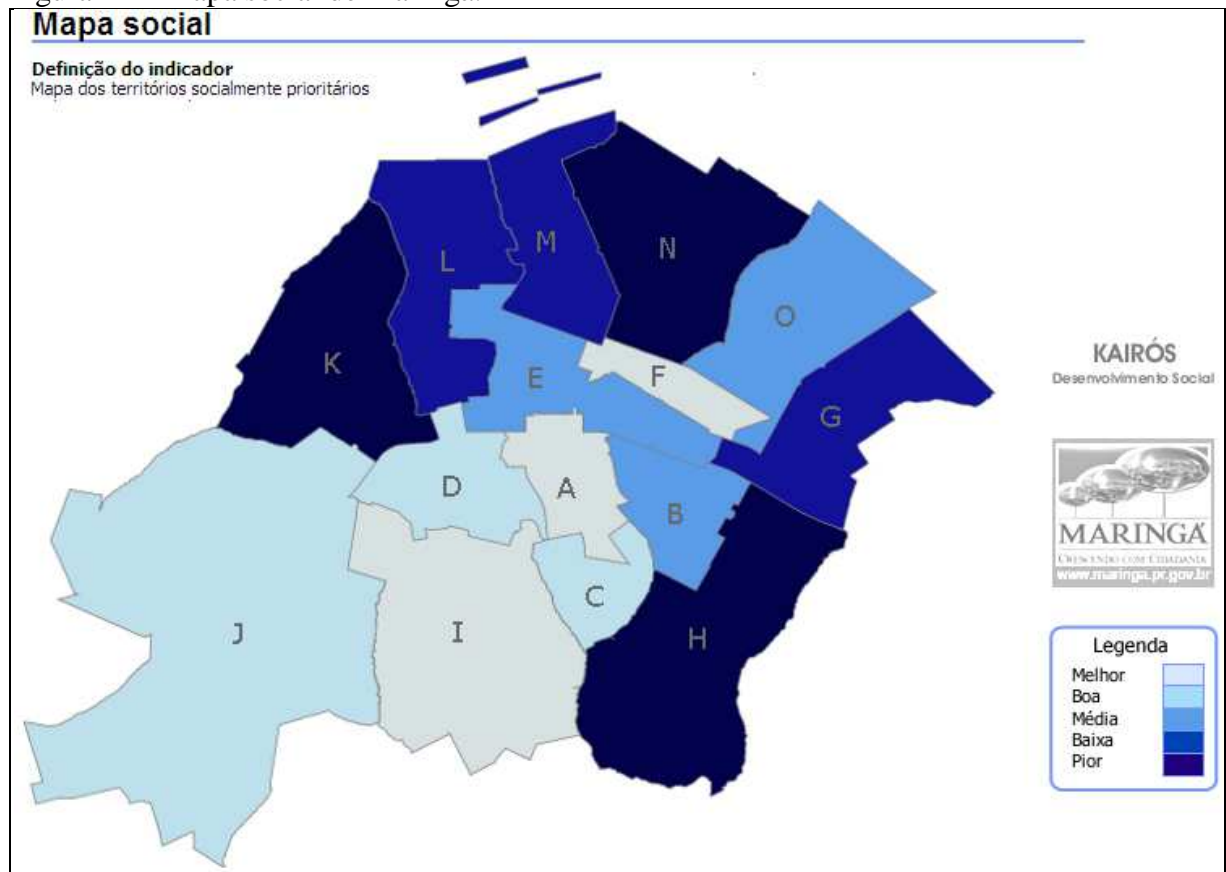
Observa-se pelo quadro anterior que os locais mais frequentados para o lazer estão localizados, respectivamente, nos bairros em especial no Jardim Alvorada. Em quarto lugar os lugares escolhidos para lazer estão localizados no centro da cidade.

O lugar de maior frequência para o lazer distingue-se quanto: alimentação – centro e Jardim Alvorada; casa de parentes ou amigos, clube – Jardim Alvorada e outros bairros; cinema – centro e outros bairros; igreja – Jardim Alvorada e imediações, ou seja, os bairros que fazem limite; locais dançantes - Jardim Alvorada, bairros que fazem limite e outros mais distantes; parques ou bosque – centro e bairros que fazem limite com o Jardim Alvorada. Dentre os parques mais visitados é o Parque Alfredo Werner Nyfeller, que se localiza na Vila Morangueira, que é o bairro que se limita ao Sul do Jardim Alvorada. Entretanto, muitas pessoas creditam a localidade ao Jardim Alvorada; Praça – Centro, Jardim Alvorada e bairros mais distantes; Shopping - centro e outros bairros. Entre os shoppings mais visitados, tem-se: Avenida Center (40%), Cidade (21%), Catuaí (13%), Maringá Park (11%), Boulevard (1%), atacadistas 5%, outros ou vários shoppings (5%) e 4% dos consultados preferiram não informar; teatro – outros bairros e locais variados. Aqueles que escolheram outros lugares para lazer, na maioria, são localizados em bairros mais distantes do Jardim Alvorada ou zona rural.

4.4.2.3 Função de assistência social: entidades (Cras e ONG)

Quanto à questão social, o Jardim Alvorada está classificado como um dos piores na questão social. A classificação foi elaborada pela Kairos Desenvolvimento Social e considerado o conjunto de indicadores do sistema, sendo: Intraurbanos, - Atendimento social, Condição de vida, Educação, Equipamentos (locais para atendimento de: saúde, educação, assistência social e ONGs), Saúde e Vínculo; Municipais - Total de Empregos Formais, Total de Empresas, Concentração de Renda no Emprego Formal, Renda e Gênero e Juventude, Trabalho e Renda, conforme se observa no mapa social de Maringá (Figura 42):

Figura 42 – Mapa social de Maringá.



Fonte: Maringá (2012b).

Quanto à análise da área N¹⁷, considerando indicador intraurbano, têm-se as classificações (MARINGÁ, 2012b):

¹⁷ Área N – atende as Zonas 24, 31 e 46 (Jardim Alvorada I e II Partes, Jardim Alvorada III, Jardim Dias, Jardim Dias I, Jardim Kakogawa, Jardim Licce, Jardim Tóquio, Parque Avenida, Parque das Grevíleas I, II e III Partes, Parque Residencial Eldorado, Condomínio Andrade, Conjunto Residencial Rodolpho Bernardi, Jardim Andrade, Jardim Novo Alvorada, Jardim Santa Clara, Loteamento Ebenezer, Loteamento Ebenezer II Parte e Loteamento Sumaré.

- Atendimento social – nos itens atendimento no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) - atendimento básico – e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) - atendimento de alta complexidade e transferência de renda -, recebeu a classificação “boa”;
- Condição de vida – está entre as três classificadas como tendo a condição de vida de extrema pobreza; e no item adolescente responsável por domicílio a classificação da área foi “boa”;
- Educação – dos níveis de ensino a área apresenta o pior desempenho no Ensino Fundamental, recebendo a classificação “pior” por reprovação e abandono nos anos finais. No Ensino Médio não recebeu a classificação “pior” e no item reprovação recebeu a classificação “boa”. O mesmo ocorreu no Ensino Infantil, que recebeu a classificação “boa” com relação à cobertura por Centros de Educação Infantil e pré-escolas;
- Equipamentos - a área conta com quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS), seis escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, duas escolas públicas de Ensino Básico, um Cras e quatro organizações não governamentais de assistência básica;
- Saúde – em todos os itens analisados (mortalidade infantil, baixo peso ao nascer, morte por causa circulatória e morte por causa do câncer de útero) não foi classificada como “pior” e como “boa” no item de mortalidade pós-natal, internação da rede pública por infecção respiratória aguda e por doença diarreica aguda;
- Vínculo - representa uma das áreas de pior classificação nos itens de violência contra a mulher, homicídios, morte juvenil masculina, medidas socioeducativas e crianças e adolescentes abrigados.

De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), que pesquisou domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar e valor do rendimento nominal médio em domicílios particulares permanentes, quanto à questão de distribuição de renda das famílias, considerando salário mínimo vigente no país em 2010, que era R\$ 510,00; média de ganho das famílias maringenses é de seis salários mínimos e considerando uma família com quatro membros a renda per capita é de 1,5 salários mínimos.

No Jardim Alvorada, os domicílios particulares permanentes apresentam um rendimento médio de R\$2.148,42. Considerando as famílias com quatro membros, a renda per capita é de um salário mínimo.

Os problemas socioeconômicos detectados acima não se tratam de novidade, pois desde 2004 já eram apontados. Em pesquisa realizada para compor um atlas social da cidade ficou constatado que a Zona 24 estava entre as que apresentavam o maior número de famílias abaixo e na linha da pobreza (BARONE; CORRÊA; VILLALOBOS; LIMA; RUBIM; GOMES, 2004). O bairro, na atualidade, embora seja reconhecido na cidade pelos serviços urbanos que oferece ainda mantém em seu interior uma população que vive em mínimas condições sociais.

4.4.2.4 Função hospitalar: saúde pública

Quanto à procura por equipamentos de serviços de saúde, quando questionados sobre a frequência, sobressai a utilização do posto de saúde (91%). Esse índice está relacionado com os programas de assistência à população idosa e com doenças crônicas.

Muitas pessoas têm plano de saúde particular, mas acabam utilizando o Sistema Único de Saúde (SUS), como alternativa ou complementação.

4.4.2.5 Função administrativa/infraestrutura: saneamento básico

Dentre os moradores do Jardim Alvorada, a maior parte do lixo doméstico produzido no bairro é recolhida pela coleta pública (96%); segundo dados levantados, 2% do descarte é feito na rua e 2% dos consultados descartam em outros ou vários lugares ou preferiram não responder a questão.

Quanto ao descarte seletivo, 57% da população consultada afirmam realizarem, 26% não realizam, 7% realizam às vezes; e 10% não responderam. Entretanto, observamos que a maioria não sabe o dia em que a coleta seletiva passa em suas residências, informando, inclusive, o dia da semana errado, e que não corresponde à realidade. As respostas foram as seguintes: 11% na segunda-feira, 8% na terça-feira, 3% na quarta-feira, 5% na quinta-feira,

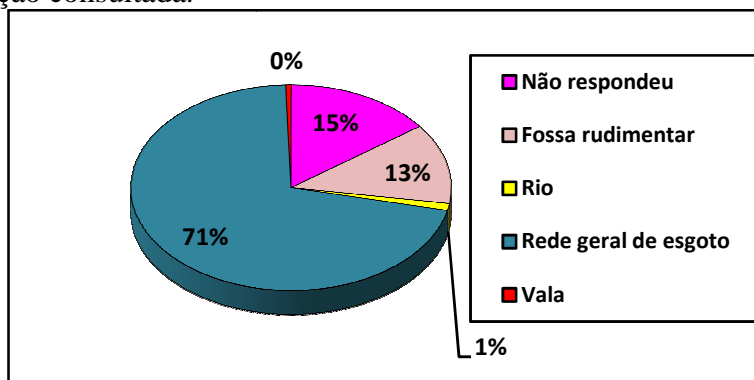
1%; e 29% afirmaram passar em vários dias da semana, 17% não souberam informar, 8% afirmaram não passar coleta seletiva na rua que mora e 18% não responderam a questão.

Diante da multiplicidade de respostas, percebemos que a coleta seletiva coordenada pela Secretaria de Serviços Públicos e realizada por cooperativas de recicláveis que atuam na cidade não fazem regularmente a coleta local. Segundo informações da própria Secretaria, o trabalho é realizado por uma empresa terceirizada (caminhão e motorista) e por cooperados e no Jardim Alvorada I e II, é realizado na segunda-feira, já nas Chácaras Alvorada na quinta-feira. Entretanto, a coleta não é realizada em todas as ruas do bairro, pois faltam equipamentos, uma vez que são somente três caminhões que fazem o trabalho na cidade toda. Também faltam cooperados para realizar a coleta sendo o serviço convencional que faz a coleta do material.

Algumas pessoas, que afirmaram fazer o descarte seletivo, informaram que separam o lixo para pessoas que vivem de reciclados e que passam em suas casas para recolher e outros afirmam ficarem desestimulados, pois fazem a sua parte em suas residências, mas o serviço público não o faz. Diante da problemática é visível a necessidade de melhoria da qualidade e ampliação dos serviços públicos na cidade. Assim, como também é necessário um trabalho de informação à população sobre o roteiro da coleta seletiva.

Entre a população consultada, 71% lançam o esgoto doméstico na rede geral de esgoto, 13% na fossa rudimentar, e 2% na vala, e 1% no rio (Gráfico 20). Entre os pesquisados 15% não responderam a questão.

Gráfico 20 – Percentual sobre a realização do lançamento do esgoto doméstico entre a população consultada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 a 2013.

Alguns dos pesquisados apontaram não lançar o esgoto na rede geral de esgoto e afirmam que este é um serviço que vem cobrado na conta da água, mas que não é realizado.

5 O JARDIM ALVORADA NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE MARINGÁ

Tal como ocorreu no Norte do Paraná, mesmo antes da fundação oficial Maringá teve seu desenvolvimento urbano de forma acelerada, ocorrendo um fenômeno urbano, semelhante a outras cidades do norte-paranaense, mas peculiar também a outras do Brasil, pois “Como os demais núcleos implantados pela Companhia, Maringá foi planejada em moldes urbanísticos modernos, prevendo-se o seu rápido crescimento e as implicações dele decorrente” (LUZ, 1997, p. 4). O fenômeno urbano foi possível de ser vivenciado por muitas pessoas que ainda permanecem vivas e que participaram desse processo.

Os bairros do entorno do plano-piloto já estavam incluídos nos planos de expansão urbana desde a escolha do sítio urbano, pois havia uma previsão para alcançar 200 mil habitantes em 50 anos e a área do plano-piloto não comportaria esse prognóstico, pois “A área urbana de Maringá abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 quilômetros de comprimento e 3 de largura [...]” (LUZ, 1999, p. 135). A afirmação também é reiterada por Steinke (2007), acrescentando a relação entre a extensão do plano-piloto e a estimativa populacional afirmando que: “Evidentemente, essa área não comportava os previstos 200 mil habitantes, mas constituía em um esboço do que a cidade viria a tornar-se quando atingisse o número desejado” (STEINKE, 2007, p. 146).

Sobre o planejamento além do plano-piloto das cidades criadas pela CTNP/CMNP, Müller nos indica:

Todos os centros urbanos criados pela ‘Companhia de Terras’ contam com plantas que denunciam haverem sido planejados com antecedência. Embora com formas variadas – elípticas, quadrangulares, em trevo ou lembrando uma nave – têm todos os aspectos de cidades “criadas”, derivadas da disposição geométrica do traçado. Mesmo o crescimento posterior não atinge a disposição original da estrutura urbana: a Companhia, tendo reservado área para a expansão das cidades, continua a orientar os loteamentos mais recentes (MÜLLER, 2001, p. 107)

Se o número de habitantes fosse previsto somente para o plano-piloto seriam naquela época aproximadamente 72 m² para cada habitante e calculando a população atual das zonas que compreendiam o plano-piloto, hoje ainda são aproximadamente 75.705 habitantes¹⁸ correspondendo a 190 m² para cada um. Afirmar que aquele número de população era previsto

¹⁸ Trata-se de um cálculo aproximado, uma vez que as áreas das zonas definidas no plano-piloto sofreram algumas alterações no decorrer dos anos por conta de subdivisões, como é o caso da Zona 50.

para o plano-piloto equivale dizer que se estimava que em 50 anos a área já tivesse alcançado o ápice da verticalização, o que não ocorreu até o momento. E segundo Mendes (1999), a verticalização de Maringá até a década de 1990 podia ser dividida em quatro períodos: 1º período (1960-1969) – corresponde à acumulação cafeeira e comercial, 2º período (1970-1979) – houve o destaque para a modernização da agricultura, 3º período (1980-1989) – quando ocorreu o desenvolvimento da agroindústria e o 4º período (1990-1996) – em que já foi possível perceber a maturidade da verticalização na cidade.

Entretanto, foi somente a partir do terceiro período que se verificou o início da intensa verticalização na cidade, quando foram construídos cerca de 711 edifícios localizados em várias áreas da cidade, sendo que o “Excedente de capital oriundo da agroindústria, além das políticas de crédito agrícola, generosamente subsidiada em fins dos anos de 70 e 80, propiciou a aplicação de tais capitais na verticalização, desviados provavelmente do setor rural” (MENDES, 1999, p. 401-402).

Desse modo, Maringá foi pensada para atingir essa população em 50 anos considerando os planos para sua expansão urbana, mas os números chegaram aproximadamente uma década antes do prognóstico, ou seja, em meados da década de 1980 já estava concretizada a previsão e expansão urbana para além do plano-piloto. Já na década de 1960, a taxa de urbanização ultrapassara a rural, constituindo em 82,5%, como demonstrado no censo de 1970 e configurou-se num dos fatores importantes para a expansão urbana.

Os loteamentos compreendidos como forma de parcelamento do solo urbano se fizeram presentes a partir da CTNP/CMNP, ou seja, na formação da cidade e, posteriormente, em sua expansão urbana. Nesta conjuntura, o processo de loteamento direcionou espacialmente o crescimento das cidades e a forma que o mosaico urbano se estruturou; formando novos bairros a partir de loteamento de áreas rurais. Lembramos que pela Lei do Parcelamento do Solo Urbano, também reconhecida por Lei Lehmann 6766/79 dispõe no seu Artigo 2º que o parcelamento do solo urbano pode ser realizado por meio de loteamento ou desmembramento e faz a seguinte definição: “§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 1981, f. 2).

Os fatos ocorridos desde a formação da cidade impulsionaram o desenvolvimento do município, bem como a criação de vários bairros, especialmente o Jardim Alvorada que foi loteado no início da década de 1960 e atraía a população oriunda da zona rural de Maringá, de outros bairros e outras cidades da região e de outros Estados.

A formação do bairro Jardim Alvorada é semelhante a maior parte dos bairros maringaenses que foram criados pela expansão urbana, sendo que sua ocupação se deu inicialmente por lotes rurais, ou seja, teve sua origem sobre as terras da antiga Fazenda Santa Lina, no início da década de 1960. Constituiu sua paisagem especialmente de função residencial, porém, conservando uma pequena área rural que gradativamente vem dando lugar aos lotes residenciais na história de ocupação urbana da cidade.

Assim, no estudo do complexo geográfico existente na expansão do espaço urbano maringaense e a formação do Jardim Alvorada, os fatores humanos foram essenciais embora a paisagem natural seja “[...] o ponto de partida de toda pesquisa geográfica urbana [...]” (MONBEIG, 1957, p. 38), a topografia do bairro assemelha-se à da cidade toda, ou seja, predominantemente suave e ondulada, apresentando poucas variações de altitudes, ou seja, o relevo não se constituiu em obstáculo para as construções urbanas sendo portanto a história que lhe confere feição própria.

Ressaltamos que o resgate da historicidade do Jardim Alvorada, sua dinâmica e sua função urbana na paisagem maringaense equivalem a entender as relações estabelecidas entre o bairro e a cidade, em especial seu entorno, em virtude do caráter articulado da paisagem urbana. Bem como entender como ampliou seu raio de influência para além de seus limites administrativos, tornando-se um ponto de referência urbana, ou seja, como ampliou seu raio de ação do ponto de vista social e econômico.

Semelhante ao desenvolvimento da cidade de Maringá, o Jardim Alvorada transformou-se rapidamente e os moradores mais antigos também viram a sua paisagem sendo modificada à luz de seus olhos, pois a cada década após seu surgimento ele incorporou novos elementos urbanos. Em aproximadamente 20 anos já contava com uma boa infraestrutura e um contingente populacional significativo no contexto urbano. Em seus 50 anos de existência, agregou prestações de serviços e equipamentos a um bairro que surgiu destinado, naquela conjuntura, exclusivamente à moradia. Acompanhou o crescimento da cidade e ampliou sua área de influência no sentido de atender moradores do entorno.

Na atualidade, identificam-se na paisagem do Jardim Alvorada várias funções, como cultural (escolas, biblioteca pública, áreas de lazer), prestação de serviços (supermercados, lojas de varejo, lotéricas, dentre outras), bancária (algumas agências bancárias), caracterizando o bairro como um subcentro de Maringá. Muitos foram os aspectos que contribuíram para o fato, desde os arruamentos e calçadas largas arborizadas a espaços para estacionamento nas ruas paralelas.

Um fator que merece destaque é a localização do sítio urbano. Nesse contexto, Monbeig (1957, p. 43-44) aponta que na formação de uma cidade pode haver intenções futuras e

exemplificou a afirmação com cidades do período colonial que se iniciaram com doação de terra para formação de capela. Nessas cidades, a ação foi além do espiritual ou da religiosidade, ou seja, foi também uma ação econômica que planejava a valorização das terras próximas e a formação de uma futura mão de obra.

No caso do Jardim Alvorada, suas terras foram vendidas em 1943, para a formação de uma fazenda que aguardou o momento de valorização da terra por meio da expansão urbana. Desse modo, formou-se um bairro que forneceu mão de obra para as diversas atividades urbanas que se formaram na cidade. Analisando pela ótica de Monbeig, as fazendas como a Santa Lina que eram próximas à área reservada ao plano-piloto eram uma “inteligente localização”, que em poucos anos possibilitaram a expansão do plano-piloto, bem como a valorização das suas terras. Tal como indaga Monbeig com relação à localização e ao desenvolvimento econômico das cidades, teria Maringá conhecido seu destino econômico atual como um polo comercial e de ensino e se tornado uma região metropolitana, se fosse localizada em condição geográfica hostil ou não tivesse sido localizada a partir do esquema da CMNP? E o Jardim Alvorada seria reconhecido como um ponto de referência na cidade e teria seu raio de influência ampliado além dos seus limites se sua localização não fosse pensada tão próxima do plano-piloto?

Podemos afirmar que as respostas para ambas as perguntas são negativas, pois foi a partir da localização inteligente e planejada que Maringá e o Jardim Alvorada desenvolveram-se mantendo suas semelhanças e diferenças, uma enquanto cidade propriamente dita, e o outro se afirmando com sua identidade rural-urbana.

Nesse contexto, percebe-se que o olhar para o Jardim Alvorada é semelhante ao olhar para Maringá. A sua constituição ocorre na busca de moradia, sendo inicialmente o bairro um loteamento receptor dos que não tinham possibilidades de adquirir sua residência própria nos bairros mais antigos e fizeram do Jardim Alvorada sua nova opção de morada.

5.1 A FORMAÇÃO DE UM SUBCENTRO AMPLIANDO O RAIOS DE INFLUÊNCIA

O impulso inicial da função comercial do bairro foi organizado especialmente por agentes locais e como forma de abastecimento da população local, ou seja, atender as necessidades imediatas de consumo e garantir trabalho a uma parcela da população, uma vez que na maioria eram trabalhadores sem muita qualificação e que vieram para Maringá em busca de estabilidade

econômica. O comércio era escasso e os estabelecimentos denominados de casas, mercearias ou armazéns atendia da seguinte forma:

Achava muito difícil, era tudo longe, não tinha coisa perto. De comércio, só tinha uma venda que hoje é um bar, na esquina da Pedro Taques. Na outra rua na São Lourenço... lá tinha uma mercearia do Seu Luiz é lá que a gente fazia compra. É venda, vendia tudo arrumado na prateleira, você queria um litro vinagre, você falava: Eu quero aquele vinagre, uma caixa de maisena. O dono que pegava. A gente usava um picuá, hoje fala bolsa. Era branco e fazia de saco de farinha ou açúcar. Colocava uma tira e colocava no ombro. Não existia sacola plástica, hoje existe plástica, que tão querendo tirar, tão querendo não, vão tirar. Depois também ia fazer compra nas sacolas de duas alças, mas era feita como uma peneirinha, que era de plástico. Era difícil morar aqui, agora não. Tudo que procura tem aqui no Alvorada (PEREIRA, 2011).

Esse tipo de atividade comercial ainda é observado na paisagem do bairro e é representado por pequenos negócios, as denominadas mercearias.

A clientela, a característica do estabelecimento, qualidade, preços praticados, acessibilidade, entre outras variáveis intervêm no desenvolvimento do sistema comercial de um dado local. Segundo Beaujeu-Garnier (1997), na origem da pequena cidade, a acessibilidade é uma variável importante para o comércio. É o caso de Maringá em que o comércio se desenvolveu no núcleo urbano, primeiramente no local conhecido como “Maringá Velho” e posteriormente transferido para os bairros loteados no entorno da cidade como, por exemplo, do Jardim Alvorada. Sobre esse processo de expansão comercial Galvão (2012) comenta:

Em Maringá esse processo pode ser notado em bairros periféricos ao Centro, como o Jardim Alvorada, Mandacaru e alguns em formação como o Jardim Liberdade, Borba Gato, entre outros. Nesses espaços é possível encontrar diversos estabelecimentos comerciais que tradicionalmente são vistos no centro principal da cidade, como supermercados, padarias, açougues, postos de combustíveis, oficinas mecânicas, escolas de línguas, lotéricas, Correios, instituições financeiras, etc (GALVÃO, 2012, p. 84).

Luz (1997) reitera que em Maringá sempre se destacou no setor de prestação de serviços e no bairro pesquisado o setor se formou com a finalidade de atender não só a população local, mas dos bairros vizinhos.

Além de se localizar em duas saídas importantes de Maringá, ambas para o Estado de São Paulo, para direções diferentes (uma para a região Centro-Oeste e a outra para a região Sudeste do Brasil), com o passar do tempo o bairro ofereceu mais opções de serviços,

deixando de atender somente a população local, mas transformando-se numa opção para quem não quer enfrentar os serviços oferecidos no centro da cidade. Para os moradores dos bairros, o Jardim Alvorada não é diferente, há distinção entre o centro de Maringá e os bairros. Ainda hoje é comum ouvir frases do tipo: “Vou para a cidade”.

Os serviços e comércio se descentralizaram localizando-se em outros lugares fora do centro, como no Centro Novo e no Jardim Alvorada, em especial ao longo da Avenida Pedro Taques, onde também se concentra boa parte da vida noturna do Jardim Alvorada. Sobre essa questão Galvão afirma:

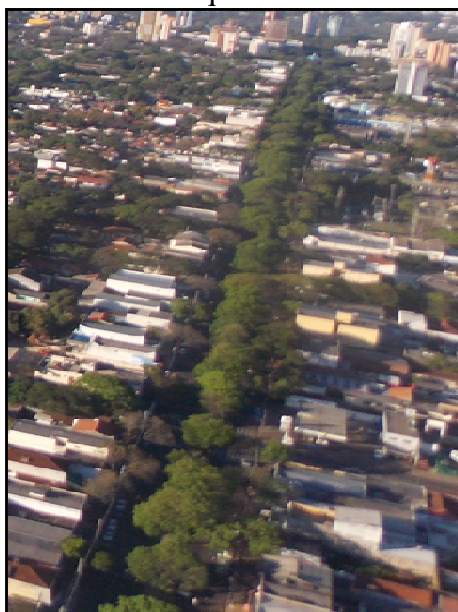
A Área Central ou Centro da Cidade é considerado como a mais importante, porque é nela que se localiza o maior número de estabelecimentos comerciais, de instituições financeiras e das mais diferentes formas de prestação de serviços. Essa lógica é verificada em qualquer tipo e tamanho de cidade. Na maioria delas, o centro possui uma área delimitada geograficamente, pois, comumente, em seu entorno encontram-se os bairros residenciais ou industriais, o que impede sua expansão. Nesse ponto, quando a área central da cidade não consegue mais atender plenamente os anseios da população, cria-se a necessidade de espaços alternativos (GALVÃO, 2012, p. 83).

Desse modo, outros espaços urbanos “com o desenvolvimento das funções urbanas, ou seja, com a consolidação e ampliação das atividades comerciais e de prestação de serviços [...] adquire a condição de uma verdadeira cidade” (LUZ, 1997, p. 93). Considerando a observação feita pela autora em relação à Maringá ousamos trazê-la para compreender que ocorreu o mesmo no Jardim Alvorada. O comércio se ampliou, serviços urbanos como o bancário, o de estatais que instalaram seus prédios no bairro, como a Copel que abriu uma agência de atendimento ao cliente.

Quanto à Avenida Pedro Taques, que serve de passagem para o centro e região Nordeste da cidade, também colabora para a fluidez do trânsito e, por conseguinte, dos negócios que são realizados no bairro ou em outros lugares, embora não pertença em toda a sua extensão, ao Jardim Alvorada.

Na Figura 43 é apresentada uma imagem aérea da avenida Pedro Taques – sentido bairro-centro, uma das principais avenidas a passar por esse bairro.

Figura 43– Vista aérea da Avenida Pedro Taques.



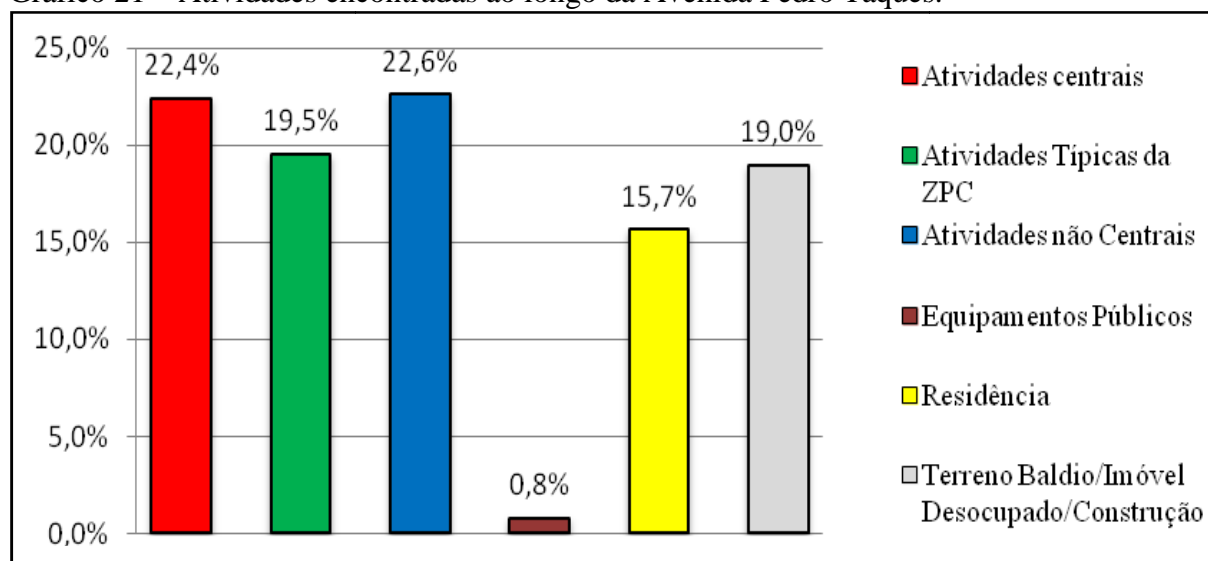
Fonte: Mansano, 2012.

Moraes Sobrinho e Mendes (2012) estudaram o uso do solo da Avenida Pedro Taques, com seus aproximados 5 km e 400 m e a categorizaram como um subcentro. Nossa pesquisa de campo pode constatar as mesmas classificações utilizadas por esses autores.

O uso do solo ao longo da avenida é diversificado e apresenta índices quase iguais, com exceção dos equipamentos públicos que foram encontrados em um índice de 0,8%, baixo. Os equipamentos públicos se localizam nos arruamentos próximos.

No Gráfico 21 são apresentadas as principais atividades encontradas ao longo da avenida.

Gráfico 21 – Atividades encontradas ao longo da Avenida Pedro Taques.



Legenda: ZPC = Zona Periférica do Centro.

Fonte: Moraes Sobrinho e Mendes (2012, p. 197).

Os autores consideraram como:

Atividades Centrais: Escritório contábil, escritório de advocacia, farmácias em rede, gráficas, construtora, concessionárias de automóveis e motocicletas, pizzarias, consultório odontológico, correspondente bancário, restaurantes, bancos, laboratório de análises clínicas, lotérica da caixa, clínica médica, autoescola, lojas de calçados e confecções, imobiliárias, correio, centro musical, sindicato, laboratório de fotografia, papelarias, cursos de idioma, relojoaria, floricultura, óticas, financeiras, móveis sob medida e supermercados;

Atividades Típicas da Zona Periférica do Centro: Sapataria, conserto de eletrodomésticos, oficina mecânica, recargas de cartucho de tinta, instalação de som automotivo, ferro velho, casa de shows, assistência técnica de ferramentas elétricas, assistência técnica de informática, vidraçarias, costureiras, autoelétrica, consultório veterinário, distribuidoras de água e gás, pet-shop, autopeças, venda de suplementos alimentícios, materiais de construção, despachantes, lojas de conveniência, funilaria, distribuidora de bebidas, venda de materiais elétricos, venda de embalagens, borracharia, venda de colchões, avícola, salão de festas, lava jato, metalúrgica, venda de aquecedores a gás, distribuidoras de baterias automotivas, funerária, marcenaria em geral;

Atividades não Centrais: Posto de combustíveis, loterias, bar, venda de móveis usados, salão de beleza, panificadora, igreja, farmácia, lanchonete, chaveiro, mercado, cabeleireiro, banca de revista, lojas de 1,99, locadora de vídeos, academia, açougue, bicicletaria, venda de produtos naturais, frutaria, peixaria, sorveteria, loja de bijuteria, tapeçaria, mercearia, bazar e lan-house. Equipamentos Públicos: Sanepar, escritório da Sanepar, Copel, escritório da Copel, Associação dos Alcoólatras Anônimos, escola municipal (MORAES SOBRINHO; MENDES, 2012, p. 194-195).

Correlacionando o uso do solo do bairro com o da Avenida Pedro Taques, assemelha-se pela quantidade e diversidade de equipamentos públicos e urbanos encontrados no espaço pesquisado e além dos mencionados acima, ainda existe o comércio informal que ocorre na maioria das vezes nas residências, como salões de cabeleireiros, clínicas estéticas, clínicas de massagem e consertos de roupas.

Observa-se que o bairro oferece algumas opções de comércio, mas deles faz uso, em especial, a população que não tem veículo próprio realiza suas compras, especialmente as de gêneros alimentícios, nas proximidades de sua residência, facilitando o transporte. Os moradores que podem se deslocar com mais comodidade, pois possuem meio de transporte próprio, procuram ofertas na rede de supermercado da cidade a partir de divulgações da mídia. Outro motivo está no fato de que alguns comerciantes do bairro ainda mantêm o uso da tradicional “caderneta de fiado”, aonde são anotadas as compras para serem pagas no recebimento dos salários. Tal prática reafirma a confiança, a qual foi estabelecida por meio

das relações de vizinhança e parentesco, características oriundas das práticas de relações sociais típicas do mundo rural.

As aglomerações diversificadas e equilibradas do comércio e serviços que estão presentes no bairro ampliam o raio de influência que extrapola seus limites territoriais administrativos. Podemos caracterizar o Jardim Alvorada como um subcentro de Maringá, pois o bairro tornou-se

[...] numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Encontramos no Jardim Alvorada as condições semelhantes àquelas encontradas por Villaça (2001) em bairros do Rio de Janeiro, onde nas últimas décadas surgiram vários equipamentos públicos destinados a atender a população, tais como lojas, supermercados, farmácias, bares, lanchonetes, escola, posto de saúde, dentre outros, que levaram o bairro a desenvolver, em Maringá, um papel complementar de centro de atividades econômicas e sociais.

A ampliação do raio de influência se deu a partir dos anos de 1980, quando ocorreu importante impulso no que se refere ao desenvolvimento da função comercial. Alguns fatores foram decisivos para o desenvolvimento do comércio do bairro, tais como contingente demográfico local e a acessibilidade por meio das cinco vias principais que ligam o bairro com vários locais, que são as Avenidas Pedro Taques, Morangureira, Sophia Rasgulaeff, Alexandre Rasgulaeff e Franklin Delano Roosevelt.

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, a função comercial tomou uma nova dimensão, e ao longo do tempo o comércio foi se especializando formando uma rede de negócios. Notoriamente, as lanchonetes, bares, salão de beleza, restaurantes são as atividades mais frequentes no bairro ocorrendo com intensidades diferentes e servindo a população local e do entorno. Em meio a essas atividades percebe-se, ainda, um incipiente desenvolvimento local, face à dependência com as atividades bancárias, bem como a inserção de filiais de comércios já estabelecidos na cidade, em especial, as redes de farmácias e supermercados. Bem como também é observável o comércio não formal, desenvolvido na maioria das vezes na própria residência, especialmente os ramos de cabeleireiros, estética,

massagem e costura que na maioria são realizados pelas mulheres que aliam o trabalho à vida doméstica cotidiana.

Essa dinâmica foi importante para consolidar o bairro como um subcentro da função comercial da cidade, ou seja, a descentralização de algumas atividades econômicas, e ampliação seu raio de influência além dos seus limites políticos. No entanto, é a partir da Avenida Pedro Taques que as atividades comerciais bem como as de serviços se apresentam com maior intensidade, formando uma rede de negócios que influi diretamente na valorização da área do entorno.

Os equipamentos urbanos presentes no Jardim Alvorada compreendem uma rede local que possibilitou a formação do bairro como um subcentro e imprimiu novas formas na paisagem modificando a função urbana inicial do bairro. De forma geral “Nota-se que, na atualidade, com o surgimento dos subcentros, centralidades e outras formas de comércio, depara-se com uma organização mais complexa da cidade que partilha os consumidores” (GHIZZO, 2012, p. 177). E que pela extensão e a dinâmica das funções urbanas que vem se estabelecendo no bairro “[...] podemos afirmar que, por ser um bairro maior que muitas cidades paranaenses e devido a sua capacidade de desenvolvimento, é considerada um [sic] ‘cidade dentro de Maringá’” (OLIVEIRA, 1997, p. 28).

Nesse contexto, o Jardim Alvorada tornou-se atrativo para investimentos comerciais; como resultado tem-se uma nova dinâmica na produção urbana a partir dos elementos pré-existentes na paisagem, bem como as atividades comerciais desenvolvidas geraram a valorização no bairro e no seu entorno.

5.2 O PROCESSO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

No início de formação do que viria a ser a cidade de Maringá constituiu-se ainda núcleo de povoamento do hoje reconhecido como Maringá Velho. Naquele momento as esferas pública e privada atuavam juntas e os acontecimentos sociais eram atrelados aos fatos políticos e econômicos.

A CTNP/CMNP, como agente imobiliária da terra, controlava a produção do espaço uma vez que diretamente não havia o exercício do poder público. Dessa forma, com anuência do Estado desenvolvia políticas de repartição da terra e organizava a paisagem a seu modo.

De todo modo, a produção do espaço urbano maringaense de maneira geral sempre esteve atrelada à atuação conjunta de agentes imobiliários que contribuíram concomitante ao trabalho humano na organização da paisagem urbana, onde se materializou a existência de uma complexa rede de interações entre o poder público e o setor privado.

O setor público no decorrer dos anos interferiu de forma mais direta na organização do espaço urbano provocando mudanças na paisagem, notoriamente por meio da política de uso do solo e ao mesmo tempo, favorecendo o mercado capitalista do setor imobiliário e excluindo os menos favorecidos economicamente.

Assim, as políticas públicas assumiram um papel preponderante na organização do espaço maringaense.

Nesse contexto, Cesar Mendes afirma que:

O espaço construído e apropriado de uma cidade decorre da resolução de conflitos entre os agentes que atuam no urbano, sejam eles unidades de capital ou classes sociais. No entanto, a evolução das sociedades capitalistas em estágios menos avançados em geral, demonstram que em tais conflitos, tem prevalecido os interesses dos setores mais capitalizados e classes mais poderosas, que impõem a adoção pelo Estado, de políticas, controle e mecanismos regularizadores altamente discriminatórios. [...] É preciso resgatar que a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal (MENDES, 1992, p. 35).

Portanto, as políticas de uso do solo urbano nortearam as transformações ocorridas na paisagem urbana constituindo-se num instrumento relevante para sua configuração, o qual teve seu desenvolvimento marcado por diferentes formações e transformações da paisagem. E as mesmas políticas possibilitaram estruturar-se na cidade um sistema municipal de gestão de planejamento e controle do espaço urbano associado às ações dos promotores imobiliários, sejam imobiliárias, construtoras ou loteadoras que valorizam seu capital a partir das transformações da paisagem, sendo que a “[...] união desse setores vem fortalecer ainda mais a atuação no mercado imobiliário maringaense” (TORRECILHA; MENDES, 2010, p. 59).

Nesse contexto, o processo de expansão urbana resultou de estratégias espaciais de agentes imobiliários que atuaram sobre o mercado de terras urbanas. O movimento dos capitais imobiliários abriu novas frentes para o crescimento da cidade que a direcionou espacialmente.

O estudo do recorte do bairro Jardim Alvorada evidencia o contexto histórico e geográfico de Maringá, bem como a análise de seu surgimento e caracterização elucida a

continuidade histórica no processo de transformação e especulação imobiliária no e do espaço maringaense.

Este bairro, na sua formação, apresentou fatores de atração similares a outros como a Vila Operária que foi contemplada no plano-piloto e destinada a receber a classe operária que estava se formando neste processo de urbanização de Maringá. Num primeiro momento não havia a valorização do Jardim Alvorada, ainda reconhecido como um lugar sem segurança e distante do centro da cidade. No decurso das décadas de 1980 em diante, essa condição modificou-se sem a expansão urbana além do bairro. Em decorrência do crescimento urbano, os problemas de insegurança também foram observados de forma geral em toda a cidade. O bairro e seu entorno foi gradativamente valorizado, demonstrando a dinâmica que se processou no contexto urbano maringaense. Posteriormente, o mesmo processo de exclusão vivido pelos primeiros moradores do Jardim Alvorada também foi sentido por moradores de bairros posteriores como o Santa Felicidade e o Conjunto Requião.

A implantação no bairro das redes de comércio e de serviços públicos voltados para a população da cidade deu novo dinamismo à sua paisagem proporcionando melhores condições de acesso e de transporte, o que acentuou ainda mais a especulação imobiliária da região, desencadeando o surgimento de vários loteamentos no seu entorno, bem como a valorização do solo do bairro. Sobre as políticas públicas de valorização de um determinado espaço urbano, Cesar Mendes comenta:

[...] sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público como: água encanada, escola pública, ou ainda de ônibus, por exemplo, ele desvia a atenção para esta zona, demandas de moradores e/ou empresas que anteriormente devido à falta do(s) serviço(s) básico(s), davam preferência à outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo (o que muitas vezes não ocorre), e acabam expulsando as que não têm condições de pagar o 'ticket' do uso do solo, em termos de compra ou aluguel. Daí, geralmente ocorre a rápida valorização dessas terras (MENDES, 1992, p. 40).

No processo de evolução urbana do Jardim Alvorada, marcado pela sua proximidade com o centro da cidade, foi permeado por políticas públicas, em especial as de habitação e educação o que possibilitou a ampliação e fortalecimento do setor comercial do bairro.

Uma ferramenta que está a serviço da especulação imobiliária é o *marketing* imobiliário iniciado com a CTNP/CMNP. Hoje com o avanço da tecnologia, em especial a internet, as propagandas são mais rápidas e atingem mais pessoas e mais lugares. Essa

ferramenta também é utilizada para garantir a venda e lucro na comercialização das terras. De todo modo, na

[...] produção de espaços públicos, ou mesmo o surgimento de espaços privados, como escolas, *shopping centers*, supermercados, bosques, clubes, entre outros, têm contribuído para a valorização de áreas e a apropriação privada desses benefícios. É comum o mercado imobiliário utilizar como argumento de venda a proximidade de algum desses espaços, chamados por ele de 'âncoras' (GALVÃO, 2012, p. 163).

Prova disso são as propriedades oferecidas para venda no bairro e entorno, nas quais são utilizadas além das ferramentas tradicionais, a internet, onde são evidenciadas características de valorização econômica e qualidade de vida, tal como evidencia a propaganda de venda de apartamentos do primeiro conjunto de edifício de cinco pavimentos do bairro, que foi construído na área denominada Chácaras Alvorada:

Conheça o empreendimento que vai lhe conquistar: Spazio Maceratti. Condomínio fechado de apartamentos de 2 dormitórios no bairro Jardim Alvorada com vaga de garagem. Espaços funcionais e bem distribuídos são as características dos imóveis, desenvolvidos para seu conforto e bem estar. [...]. Sua excelente localização no bairro Jardim Alvorada possui ampla estrutura comercial, fácil acesso e segurança, tudo para facilitar sua vida (IMOBILIÁRIA SILVIO IWATA, 2013).

A mesma forma de valorização é observada nas propagandas de venda de lotes do entorno:

O Loteamento Sumaré vem para atender a essa demanda por terrenos residenciais e comerciais na cidade. Devido ao seu grande porte, pôde ser planejado de modo a oferecer um urbanismo de qualidade e adequado à região que mais cresce em Maringá. Sua excelente localização é comodidade para a família e garantia de boa valorização. [...] O Sumaré se localiza na região de maior desenvolvimento e valorização de Maringá (WEGG-CCII, 2013).

As características do Jardim Alvorada e do seu entorno são fatores importantes para a especulação imobiliária.

Assim, é vendida a imagem de um bairro que apresenta boa qualidade de vida e que está em plena transformação de sua paisagem urbana, potencializando a sua apropriação pelo capital imobiliário e agregando valor econômico ao seu entorno.

5.2.1 Para além do Jardim Alvorada: a especulação imobiliária

Posteriormente, o loteamento da Fazenda Santa Lina e outras áreas rurais do entorno foram modificando sua paisagem no decorrer das décadas seguintes. A área Norte da cidade até o loteamento do Jardim Alvorada tinha sua vida política e econômica quase restrita ao centro da cidade, como a maioria dos bairros que foram implantados até então. O crescimento da cidade, além do plano-piloto, foi realizado por meio de agentes imobiliários, mais cedo do que se planejavam as áreas que foram destinadas à exploração agrícola, foi cedendo espaço para o crescimento urbano intenso.

A área de influência do Jardim Alvorada ampliou consideravelmente a partir dos anos 2000, uma vez que outros bairros do entorno têm acesso facilitado a este bairro. Hoje pode ser considerado que o bairro é central na área Norte da cidade e as avenidas citadas anteriormente permitem acessibilidade com os demais bairros da área.

Essas mudanças são nitidamente observáveis no entorno do bairro, onde é observável a atuação do capital imobiliário na expansão urbana sobre a área rural Norte, ou seja, para além do Jardim Alvorada. Posterior à fundação do bairro (1962) foi autorizado, em 1979, o Loteamento Ebenezer, em 1980 o Loteamento Ebenezer II, em 1990 o Conjunto Residencial Rodolpho Bernardi, em 1992 o Alvorada III, em 1997 o Jardim Andrade, em 1999 o Jardim Novo Alvorada, em 2000 o Condomínio Andrade, em 2002 o Jardim Santa Clara e, em 2007, o Loteamento Sumaré.

O loteamento Sumaré, ocupa o extremo Norte da cidade, próximo do Contorno Norte na Zona 46 limitando-se com a área rural. A sua aprovação ocorreu em 21/02/2007, sob o Alvará nº 430. Na formação do novo loteamento é possível observar a verticalização o que não ocorreu no Jardim Alvorada, fruto das novas políticas de urbanização da cidade (Figura 44).

Figura 44 – Expansão urbana: Jardim Sumaré. Data: 2011.



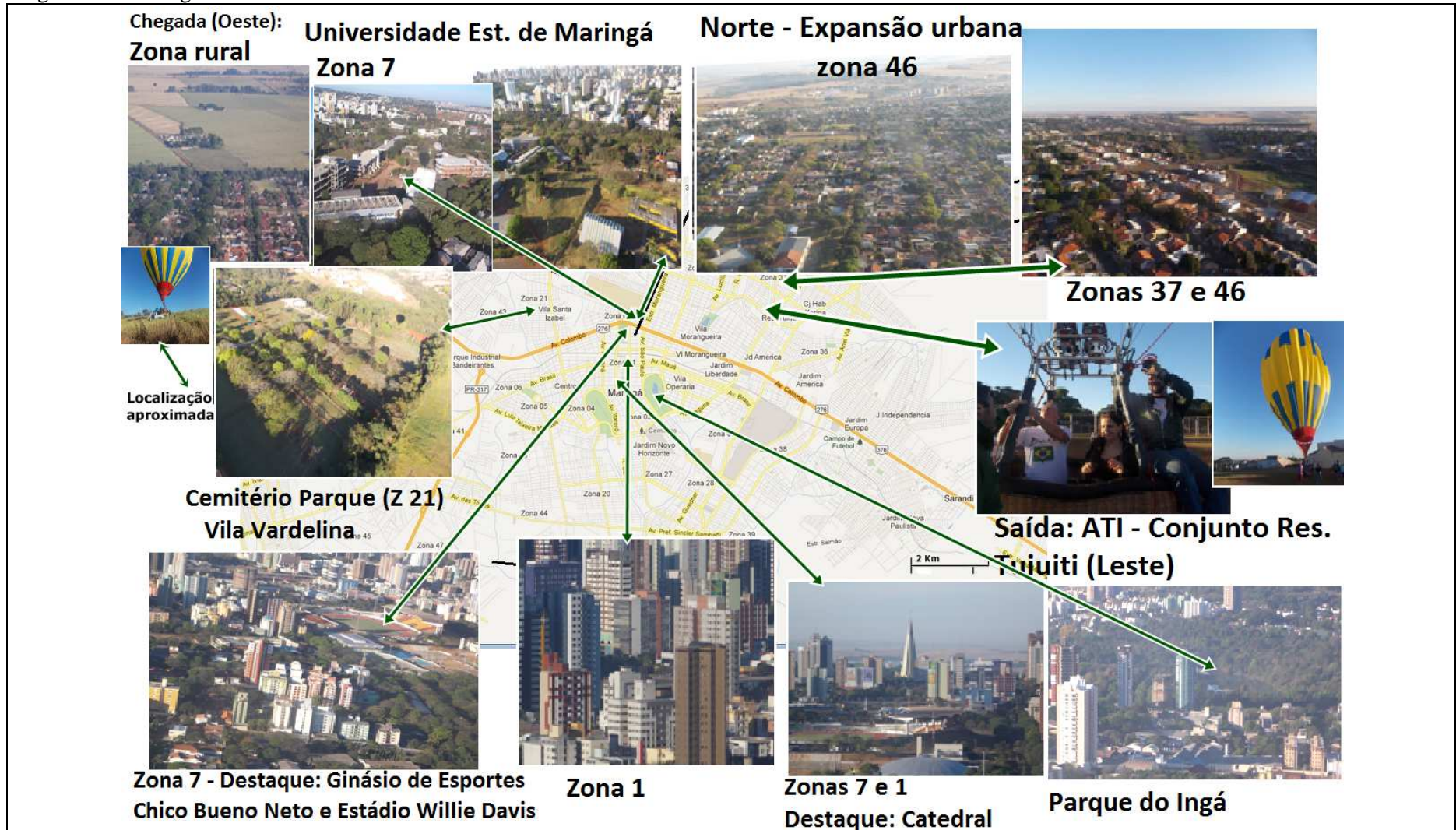
Fonte: Mansano, 2012.

Igualmente ao Jardim Alvorada, loteado há 51 anos, atualmente o Loteamento Sumaré só foi possível quando o crescimento urbano justificou o avanço sobre as terras da área rural, transformado em solo urbano. Estratégia definida desde os tempos das companhias e assumida pelos que compravam terras, como foi o caso do Senhor Alexandre Razgulaeff, que ao comprar o lote rural sabia que o lucro inicial viria da plantação de café, mas posteriormente tornariam loteamentos urbanos, como foi o caso do Jardim Alvorada, que no princípio ocupou a área da Fazenda Santa Lina.

Na Figura 45 é apresentado, pelo sobrevoo de balão¹⁹ – material iconográfico aéreo, o desenvolvimento da cidade nas últimas três décadas, onde, o que mais se destacou foi o crescimento urbano das áreas que ficavam no entorno do plano original. O referido voo cruzou a cidade no sentido Leste/Oeste, começando na área urbana e terminando na área rural.

¹⁹ A viagem foi realizada pela pesquisadora no dia 18 de agosto de 2012, após a final 14º Campeonato Sul Brasileiro de Balonismo. O balão foi guiado pelo piloto de Maringá e vencedor do campeonato Wilson Bitencourt (Xuxa), pertencente à equipe Santa Rita de Saúde. No Anexo J são apresentadas algumas fotografias importantes para a análise da paisagem urbana.

Figura 45 –Maringá de Leste a Oeste.



Fonte: Google Maps (2012). Fotos e organização: Mansano, 2012.

Com o surgimento do Jardim Alvorada, localizado numa área propícia à expansão urbana, bem como os dos outros bairros que apareceram no seu entorno em função das políticas públicas de uso do solo, diversas pessoas foram atraídas para as proximidades, aumentando consideravelmente o contingente demográfico da área Norte da cidade e a demanda por infraestrutura urbana para atender essa população.

O Jardim Alvorada intensificou-se como um todo, a partir do aumento da população do município, e também pela taxa de urbanização, pois “[...] aumentando o fluxo de pessoas, maiores são as chances de aumentar as vendas, ou negócios de maneira geral, e, como consequência, ‘alimenta’ o processo de produção do espaço urbano” (GONÇALVES, 2007, p. 89).

O que diferenciou o Jardim Alvorada de outros bairros foi sua grande extensão, a acessibilidade do bairro em relação ao centro e as intervenções do poder público na malha viária na década de 1980 e a implantação de equipamentos públicos estatais para atender as funções de assistência social e saúde.

Como dito anteriormente, as ações imobiliárias configuram-se como importante agente revelador de valorização do solo urbano de Maringá desde a CTNP/CMNP e Codal. Pela consolidação econômica do bairro nos últimos anos, este se caracterizou como um espaço valorizado, onde são impostas as novas estratégias dos produtores urbanos, as quais são aceitas pelos compradores (MUMFORD, 1969).

A valorização que se dá ao bairro extrapola seus limites e o mercado imobiliário o utiliza como um atrativo e referencial para agregar valor às propriedades do bairro e do entorno, bem como para determinar os preços.

Com relação aos preços praticados no mercado imobiliário de Maringá, verificou-se que os imóveis são valorizados do ponto de vista da dinâmica urbana. Existe uma variação considerando a localização, área útil de construção, área do terreno e material de revestimento. O fato é comprovado analisando as ofertas de imóveis oferecidos para locação e venda em Maringá.

Embora haja variação de preços de acordo com a metragem de área útil construída e a localização, de forma geral as casas menores apresentam preços maiores por metragem. (Quadro 10)²⁰:

²⁰ Para organização dos Quadros 11 e 12 foi consultado o site Sub100 Imóveis que apresenta ofertas de imóveis para venda e locação em Maringá. Para imóveis à venda, o critério para realizar a média por metro quadrado no local deveria ser ofertado mais de um imóvel com a respectiva metragem por área útil construída e terreno, bem como deveria ser casa com revestimento de alvenaria. Foi feita a média com, no mínimo, três ofertas com tais características e no máximo dez. Quando as ofertas ultrapassavam a dez eram avaliados os cinco que

Quadro 10 – Média de preços de imóveis residenciais/casas praticados em alguns locais de Maringá.

LOCAL	LOCAÇÃO		VENDA	
	Preço médio por m ² construído	Preço médio por m ² de terreno	Preço médio por m ² construído	Preço médio por m ² de terreno
Jardim Alvorada I	R\$9,71	-	R\$2.209,09	R\$1.008,15
Jardim Alvorada II	R\$8,91	-	R\$1.986,06	R\$732,09
Chácaras Alvorada	*	-	R\$1.721,71	R\$800,00
Conjunto Borba Gato	*	-	R\$1.948,00	R\$850,00
Conjunto Requião	*	-	R\$1.384,54	R\$466,00
Jardim Colina Verde	*	-	R\$1.660,68	R\$924,72
Jardim Liberdade	R\$7,07	-	R\$1.939,81	R\$902,13
Jd. Novo Alvorada	*	-	R\$1.879,00	R\$1.118,11
Loteamento Sumaré	*	-	R\$2.215,87	R\$1.146,15
Parque Avenida	*	-	R\$2,031,57	R\$925,00
Parque Itaipu	*	-	R\$1.861,62	R\$723,00
Vila Esperança	R\$9,03	-	R\$2.319,64	R\$1.047,78
Vila Morangueira	R\$5,59	-	R\$2.551,78	R\$1.044,11
Zona 2	R\$12,44	-	R\$3.449,08	R\$1.656,48
Zona 3	R\$8,40	-	R\$2.316,54	R\$1.144,99
Zona 5	R\$10,25	-	R\$3.953,39	R\$1.881,45
Zona 7	R\$10,33	-	R\$2.543,73	R\$1.408,00

Legenda: * Não há mais de duas ofertas imobiliárias.

Fonte: Sub100 Imóveis (2013). Organização: Mansano, 2013.

Conforme o Quadro 10, os imóveis para locação nas zonas da área piloto foram destinados à população de maior renda. É a área que apresenta os preços máximos por metro quadrado de área útil construída, sendo a Zona 2 que apresenta o maior preço, ou seja, R\$12,44 o m². Os bairros localizados na área Norte da cidade, em especial no entorno do Jardim Alvorada apresentam um preço médio. Os preços mais baixos foram encontrados no Jardim Liberdade R\$7,07 o m² e Vila Morangueira R\$5,59 o m².

Quanto aos imóveis ofertados para venda, os locais que apresentam os maiores preços tanto por metro quadrado de área útil construída quanto por metro quadrado de área de terreno, são respectivamente: a Zona 2 (R\$3.449,08/ R\$1.656,48), a Zona 5 (R\$3.953,39/ R\$1.881,45) e Zona 7 (R\$2.543,73/R\$1.408,00) são novamente as zonas do plano-piloto. Já os locais que apresentam os menores preços por área útil construída são as Chácaras Alvorada (R\$1.721,71), Conjunto Requião (R\$1.384,54) e Jardim Colina Verde (R\$1.660,68). Quanto aos maiores preços por área de terreno novamente sobressaem as Zonas do plano-piloto sendo Zona 2 (R\$1.656,48), Zona 5 (R\$1.881,45) e Zona 7 (R\$1.408,00).

apresentavam menores preços e cinco com maiores preços. Já para os imóveis ofertados para locação desconsiderou-se a metragem do terreno por serem poucos que apresentam esses dados. Os locais foram escolhidos por representarem as áreas Norte da cidade, Sul, Leste, Oeste e as zonas criadas no plano-piloto.

Observa-se que a Zona 4, embora tenha sido criada para a classe operária, com o passar dos anos foi se tornando elitizada e hoje já está entre os locais que apresentam o metro quadrado mais caro da cidade, sendo R\$2.316,54 por área útil construída e por R\$1.144,99 área de terreno.

O Quadro 11 apresenta os três menores e maiores preços encontrados nas ofertas imobiliárias do *site* Sub100.com.br de oferta de casas residenciais para a cidade de Maringá (agosto/2013), tanto para a venda de imóvel quitado quanto para aluguel:

Quadro 11 – Imóveis residenciais: casas mais caras e mais baratas para venda e locação em Maringá.

LOCAL	VENDA			
	Revestimento externo	Área construída/ Preço médio por m ²	Área do terreno/ Preço médio por m ²	Preço
Parque Tarumã II	Alvenaria	70,00m ² /R\$1.142,85	150,00m ² /R\$533,33	R\$80.000,00
Parque Avenida	Alvenaria	90,00m ² /R\$944,44	180,00m ² /R\$472,22	R\$85.000,00
Jardim Madrid	Alvenaria	46,19m ² /R\$2.056,72	150,00m ² /R\$633,33	R\$95.000,00
Zona 8	Alvenaria	518,74m ² /R\$4.626,95	776,60m ² /R\$3.090,39	R\$2.400.000,00
Pq. Res. Aeroporto	Alvenaria	468,28m ² /R\$5.765,78	776,60m ² /R\$3.476,69	R\$2.700.000,00
Zona 5	Alvenaria	600,00m ² /R\$4.666,66	1.150,00m ² /R\$2.434,78	R\$2.800.000,00
LOCAÇÃO				
Jd. Bela Vista II	Alvenaria	30,00m ² /R\$10,00	-	R\$300,00
Jardim Ebenezer	Alvenaria	50,00m ² /R\$6,00	-	R\$300,00
Jardim Alvorada I	Madeira	30,00m ² /R\$11,00	-	R\$330,00
Zona 4	Alvenaria	500,00m ² /R\$9,60	600,00m ² /R\$8,00	R\$4.800,00
Zona 2	Alvenaria	237,99m ² /R\$28,57	796,70m ² /R\$8,53	R\$6.800,00
Zona 4	Alvenaria	405,75m ² /R\$17,25	600,00m ² /R\$11,66	R\$7.000,00

Fonte: SUB100 IMÓVEIS, 2013. Organização: Mansano, 2013.

Conforme o Quadro 11, o preço mínimo de uma casa para venda era de R\$ 80 mil, com 70,00 m² de área construída e preço médio por metro quadrado de construção de R\$142,85e 150,00 m² de terreno e preço médio por metro quadrado de R\$533,33 localizado no Parque Tarumã II. O imóvel de maior preço foi de R\$2.800.000,00, com área útil de construção de 600,00 m² e de terreno de 1.150,00 m² com preço médio de construção de R\$4.666,66 e de terreno de R\$2.434,78, localizado na Zona 5. Embora ambos os imóveis apresentem os preços mínimos e máximos encontrados não são os que apresentaram maiores preços por metro quadrado, sendo que nesse caso, por área construída e área de terreno o de menor preço está localizado no Parque Avenida, ou seja, é de R\$85.000,00, com 90,00 m² de construção correspondendo a R\$944,44 por metro quadrado e 180,00 m² de terreno e preço médio de R\$472,22 por metro quadrado.

O imóvel que apresentou o preço máximo por metro quadrado é localizado no Parque Residencial Aeroporto, sendo ofertado por R\$2.700.000,00, sendo que o preço do metro

quadrado de construção é R\$5.765,78 e área de terreno é R\$3.476,69. De forma geral, os locais onde são ofertados imóveis com menores preços para venda são o Parque Tarumã II, Parque Avenida e Jardim Madrid com imóveis até 90,00 m² de construção, sem acabamento ou mal conservada. Já os locais que apresentaram os maiores preços são os localizados na Zona 8, Parque Residencial Aeroporto e Zona 5. Estas residências apresentam alto padrão de moradia e área de terreno superior das residências de menores preços, sendo que o terreno de maior metragem foi o localizado na Zona 5 com 1.150,00 m².

Quanto aos imóveis ofertados para locação os que apresentam preços mínimos estão localizados no Jardim Bela Vista II, por R\$300,00 e R\$10,00 por metro quadrado, no Jardim Ebenezer por R\$300,00 e R\$6,00 e no Jardim Alvorada I por R\$330,00 e R\$11,00, embora seu revestimento externo se diferencie dos outros dois por ser de madeira. Por outro lado, o maior preço, dois estão localizados na Zona 4 por R\$4.800,00 e R\$7.000,00, sendo que o metro quadrado de construção é de R\$9,60 e R\$17,25 e na Zona 2 por R\$6.800,00 e com o metro quadrado de construção de maior preço (R\$28,57). Para os imóveis ofertados para locação e que têm os menores preços na maior parte não é apresentada a metragem de área de terreno, mas com a relação área útil de construção, os imóveis de maior preço apresentam metragem quadrada até R\$500,00, já os imóveis de menores preços são espaços bem menores até R\$50,00.

Dessa forma, considerando suas respectivas metragens e localização, podemos observar preços elevadíssimos nos imóveis ofertados para venda e locação no Parque Residencial Aeroporto, Zona 4, Zona 5 e Zona 8.

Embora o Jardim Alvorada tenha se desenvolvido economicamente nas últimas décadas, ele não é caracterizado como bairro de alto padrão de moradia; seus preços para venda são intermediários, como no quadro 11 em que apresenta um dos menores preços para locação (R\$330,00), sendo R\$11,00 m² e o de maior preço seja de R\$950,00 correspondendo a R\$6,88 por metro de área útil construída e de R\$4,48 por área de terreno. Já para venda, o valor mínimo foi de R\$170.000,00 correspondendo a R\$1.416,66 por área útil construída e de R\$779,81 por área de terreno. Os valores médios de seus imóveis indicam casas projetadas para grupos sociais que correspondem à classe média, trabalhadores nos serviços urbanos ou industriais.

Dentro dessa faixa aproximada de preços estão os bairros localizados ao Norte do Jardim Alvorada, como o Jardim Novo Alvorada e Loteamento Sumaré. É óbvio que esta área ainda está se estruturando, mas já começou a fazer parte da organização imobiliária organizada pelos agentes da produção do espaço maringense. Se comparado aos preços

elevadíssimos localizados em áreas consolidadas ainda é competitivo, mas mesmo assim não deixa de ser excludente, uma vez que os preços praticados não estão ao alcance da população de baixa renda que, na maior parte das vezes, ainda se serve dos municípios vizinhos que disponibilizam imóveis a preços mais acessíveis, como Sarandi, Paçandu, Marialva e outros.

O Jardim Alvorada é um bairro tradicional e reconhecido por ter uma significativa presença de população de idosos, especialmente na Primeira Parte. Estes moradores mais antigos criaram seus filhos que ao formarem suas próprias famílias construíram suas casas no próprio lote ou se mudaram para os bairros mais novos do entorno. Entretanto, com o curso normal da vida a tendência são esses imóveis voltarem para eles, e assim vem constatando-se uma tendência de venda de propriedades mais antigas por herdeiros dos primeiros moradores.

5.3 CULTURA E IDENTIDADE DE BAIRRO NA PAISAGEM URBANA

O bairro foi construído para a classe trabalhadora, pessoas que compraram seus lotes em longo prazo e que pagaram com dificuldades. A valorização de seus lotes advém de uma luta pela conquista do espaço urbano. Por isso muitos afirmam que amam o bairro e que não querem mudar, embora o valor do terreno aumentasse muito, o fato de ter conquistado o seu espaço é primordial para essa população.

As transformações que ocorreram no Jardim Alvorada nas últimas cinco décadas correspondem à identidade que os seus moradores construíram sobre o local. Apresenta uma identidade que é reconhecida pela população maringense como local que apresenta vários equipamentos urbanos e uma grande extensão, o que o leva a ser considerado quase uma cidade inserida na cidade com suas vantagens e problemas como, por exemplo, a violência em suas várias esferas .

A identidade de bairro existente entre os moradores do Jardim Alvorada de forma geral não se reproduz do mesmo modo entre todos os bairros de Maringá, nem tampouco entre todos os moradores (SOUZA, 1989, p. 150). Alguns indivíduos criaram forte ligação com o bairro onde moram, constroem uma identidade e o identificam como o melhor lugar para se viver, sendo o lugar onde se sente bem. Apresentam um sentimento de que o bairro lhes pertence e que pretendem viver ali para o resto de suas vidas, sendo esta relação bastante evidente em alguns depoimentos que afirmam: “Daqui só saio quando morrer!”. Na maior parte são os mais velhos de idade e tempo de moradia que criaram essa ligação intensa com o

bairro, ou seja, criaram um sentimento de pertencimento recíproco, um sentimento topofílico, pois assim como o bairro lhes pertence, eles também pertencem ao bairro.

Tuan (1980, p. 5) define a topofilia como “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoa”. Conforme o autor, a afetividade topofílica tem relação com a forma que nos relacionamos o lugar. Para ele, o indivíduo incorpora laços afetivos com determinados locais, que passam a significar o seu lugar, que lhe transmite segurança, como o ventre da mãe, a casa ou o bairro.

O Jardim Alvorada apresenta alguns traços marcantes diferentes de outros bairros da cidade, especialmente, aqueles que foram criados na pós-década de 1960. Entre esses traços destaca-se sua extensão e seu bucolismo associado ao saudosismo contrastando com a paisagem em constante transformação.

É possível perceber na população do Jardim Alvorada uma identidade de bairro pelos processos internos relacionados com a própria vivência e pelos externos que se entrecruzam de forma peculiar. Essa identidade surge como coletiva pela memória que foi se formando no decorrer da formação e transformação do bairro.

A amizade e o respeito entre os vizinhos ainda são presentes neste bairro tradicional; trazendo à tona o sentimento de familiaridade, especialmente entre os vizinhos mais antigos. Para estes moradores existe uma identidade de local de vivência, onde muitos dos moradores mais antigos afirmam que pretendem morrer no local e para os mais recentes é um lugar de passagem, pois não criaram o vínculo afetivo com o lugar.

Com o advento das novas tecnologias as relações familiares deixaram de ser realizadas exclusivamente de forma presencial como ocorria no passado e passaram a ser virtuais. Entretanto, para esta população mais antiga, as relações que mantêm seus vínculos de vizinhança são aquelas construídas ao longo de suas histórias de convivência, sendo essa mesma relação que possibilitou a construção da identidade do bairro.

Contudo, essa relação de vizinhança no bairro vem, aos poucos, se perdendo, tanto pela melhoria econômica do bairro das últimas décadas, quanto pela mobilidade da população residente e em especial o fato ocorre entre os moradores mais recentes, pois de acordo com Souza “Sob o sistema moderno de vida social, todos os laços de união entre os habitantes de uma mesma rua ou ‘vizinhança’ desapareceram. Nos bairros ricos das grandes cidades, os homens vivem juntos sem saber sequer quem é seu vizinho” (SOUZA, 1989, p. 139). Desse modo, constatou-se certo enfraquecimento dessas relações nas cidades, pois os laços de vizinhança deixaram de serem vistos como extensão familiar.

Os poderes públicos estão presentes na identidade de bairro, o fato é observado na fala dos moradores, em especial os mais antigos, que creditam com gratidão aos políticos eleitos, em especial aos da década de 1980, o desenvolvimento do bairro. O discurso versa em torno de que o asfalto representou desenvolvimento e progresso, que o bairro é praticamente uma cidade, ou seja, que o bairro vem sendo bem assistido. Nesse contexto, o poder público sempre atuou no sentido de “maquiar” o bairro, para “vender” a impressão de que este é bem atendido, utilizando-se dessas obras para se promover em épocas de eleição, uma vez que a população do bairro representa uma parcela significativa de eleitores, que por sua vez representam votos.

Prova da importância eleitoral são os vereadores eleitos que eram moradores do bairro e que iniciaram suas vidas políticas como Presidentes da Associação dos Moradores. Entretanto, é só olhar para o local e perceber que embora tenha uma importante função urbana, que atraia outras populações por conta de seus equipamentos urbanos, em especial os sociais, apresentam múltiplos problemas, que são sentidos em especial pelos moradores mais recentes.

O bairro se revela ao observador, em suas múltiplas facetas, um olhar mais apurado que identifica aspectos que vão além dos físicos, além do visível como as relações estabelecidas no local e que são os facilitadores da construção da identidade coletiva.

Quanto à delimitação do bairro, a vivência constitui um terreno mais ou menos comum para todo um conjunto de indivíduos, por isso delimitar “seu bairro” não requer precisão, pois se baseia na existência de marcos referenciais que são do senso comum. Parte da população do bairro e do entorno acabam por localizar equipamentos fora da delimitação política como se pertencessem a ele. Citamos como um exemplo o Parque Alfredo Werner Nyfeller e as agências bancárias ao longo da Avenida Pedro Taques, que acabam por ser utilizados por boa parte da população como pertencendo ao Jardim Alvorada, embora não sejam.

Um diferencial importante na construção da identidade são os símbolos do bairro, como Hino Oficial, que foi criado a pedido da Associação Comunitária.

Além do Hino, o bairro também apresenta sua bandeira. O símbolo é utilizado como destaque nos eventos como palestras, apresentações e desfiles.

De um modo geral, para alguns moradores, o Jardim Alvorada representa a casa, o bairro onde formou sua família ou onde nasceu e se criou, onde surgiram amizades que se fortaleceram permanecendo o respeito e o interesse em mantê-lo vivo; para outros, o bairro passa a ser a única opção de moradia e não tem o mesmo significado. Estes moradores foram atraídos pelos aluguéis com preço mais acessíveis, pois os terrenos extensos possibilitaram as

construções de várias casas pequenas e na maioria das vezes já estão velhas, as quais são locadas e servem de fonte de renda para os proprietários e opção de moradia mais barata aos inquilinos; para estes últimos, o bairro não possui uma identidade marcante, tendo em vista não fazerem parte da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Maringá, mesmo antes de sua fundação (1947) e emancipação (1951), já havia uma população que vivia na área rural, como o caso da Fazenda Santa Lina, que fora comprada da CTNP/CMNP, em 1943, por Alexandre Razgulaeff, funcionário do alto escalão da Companhia. Essas terras, no processo de expansão urbana em aproximadamente duas décadas, foram loteadas formando o bairro Jardim Alvorada.

No processo de expansão urbana, Maringá foi pautada na lógica imobiliária e se verificou o mesmo movimento de especulação de terras ocorridas na colonização realizada pela CTNP/CMNP. A localização da Fazenda Santa Lina foi previamente planejada para fazer parte do processo urbano que viria ocorrer.

Concebida como cidade planejada na década de 1940, seus bairros foram crescendo e ocupando a área rural que circundava a cidade recém-criada, extrapolando seu planejamento inicial. Em pouco mais de 60 anos, Maringá expandiu-se de seu centro característico de povoado para uma cidade polo-regional, com mais de 350 mil habitantes e, neste movimento, alguns bairros destacaram-se como o Jardim Alvorada, onde seu raio de influência extrapola os seus limites administrativos e se configura na paisagem urbana como um importante bairro, tanto pela sua dimensão, população e funções urbanas.

O bairro que fez parte da transformação do Maringá rural para o urbano, quando em 1962 foi loteado sobre as terras da antiga Fazenda Santa Lina, num primeiro momento foi pensado para atender as funções urbanas industrial e especialmente a função urbana residencial, destinando seus lotes urbanos para a população de menor poder aquisitivo, aqueles que estavam se estabelecendo como trabalhadores urbanos, embora com pouca qualificação. No bairro foi destinada parte do solo para a função industrial a qual não se consolidou e que a parte rural nas últimas décadas vem sofrendo um parcelamento de terras e loteadas as chácaras em lotes urbanos.

Contudo, hoje com 51 anos de vida, o bairro é caracterizado por apresentar concentração de uma série de equipamentos urbanos, destinados não somente à população local, mas também aos moradores da cidade e de cidades vizinhas. Por ter se tornado um bairro de referência na paisagem urbana de Maringá e apresentar uma área de influência que extrapola seus limites territoriais, passou a um complexo de prestação de serviços e comércio e apresentou a função urbana comercial, residencial e social.

No decorrer de suas cinco décadas, mudou-se sua paisagem e se configurou como um subcentro, pois se expandiram os equipamentos que possibilitaram a consolidação de algumas funções urbanas, especialmente a comercial e assistencial.

Desse modo, nos últimos anos o Jardim Alvorada consolidou-se quando o comércio e serviços se expandiram no bairro e com isso possibilitou a formação de um subcentro. Os ramos de estabelecimentos comerciais foram se especializando e deixando de atender somente a população local, pois não mais vendem somente produtos voltados para o consumo diário, mas também os duráveis.

Dividido em duas partes, é comum encontrar pessoas sentadas nas calçadas no final da tarde em especial no Jardim Alvorada II, onde mora a população de renda mais baixa e mais jovem. O que no Alvorada I não acontece. As casas são próprias e compostas por pessoas mais velhas, mais discretas e mais recolhidas.

É possível identificar na paisagem as diferenças socioeconômicas e culturais. Ao Sudoeste do bairro encontram-se os primeiros moradores do bairro que moram em sua maior parte em residências que já passaram por reformas, constituindo-se na área nobre do bairro. Entretanto, é possível observar, na totalidade da paisagem, as marcas dos contrastes, onde residências de alto padrão ocupam espaços próximos às outras mais simples e antigas.

Ainda se observa no Jardim Alvorada resquícios de um passado recente preservados em quintais, pés de café, casa de madeira e a própria cultura da população. Sendo esses elementos que contribuem para a formação da identidade do bairro.

Os equipamentos urbanos são múltiplos, mas estão longe de atender totalmente a população local, sendo necessário haver maior infraestrutura e geração de empregos. Na maior parte, os serviços oferecidos são de atendimento médico básico e de pagamento de contas, sendo que esta função tende no futuro não ser significativa na paisagem, pois a modernização tecnológica permite formas alternativas para a realização do serviço.

O lazer acontece no bairro e fora dele. Entretanto, no bairro as alternativas são poucas e as que têm, normalmente, são dirigidas a grupos específicos.

Tal como ocorre em Maringá, onde os agentes imobiliários organizam o espaço, no Jardim Alvorada e no entorno também é observada essa prática. Assim, como ocorre na cidade, as pessoas de maior poder aquisitivo ocupam as áreas mais nobres como a Zona 2 e Zona 5; no bairro também é possível observar essa prática, onde a população de maior renda ocupa o Jardim Alvorada I, na parte Norte/Oeste (acima da Avenida Pedro Taques), embora seja possível observar moradias de médio a alto padrão pelo bairro todo, construções que já fazem parte do processo de transformação da paisagem do bairro. Já as pessoas de menor

renda ocupam o Jardim Alvorada I, área Norte/Leste (abaixo da Avenida Pedro Taques) e o Jardim Alvorada II. Os mais pobres geralmente ocupam residências de madeira mal conservadas ou pequenas com revestimento externo de alvenaria, muitas vezes são inquilinos e dividem o lote com o proprietário ou outras casas de aluguel.

Na área denominada de Chácaras Alvorada é possível perceber moradias de construções recentes, bem como o início da verticalização do bairro, o que tem modificado a paisagem de forma rápida, uma vez que até a década de 1980 era possível observar o mesmo cafezal que existia na fazenda.

Com as mudanças ocorridas na paisagem do bairro, o entorno também foi valorizado e hoje a área urbana extrapola o Jardim Alvorada, ou seja, a urbanização avançou tendo o Loteamento Sumaré como um dos últimos parcelamentos de terras rurais da área Norte de Maringá e também o Contorno Norte que passa pela área e trouxe novas mudanças na paisagem. O Jardim Alvorada e seu entorno vem se configurando como uma área de transição econômica, outrora servia de moradia para os mais pobres e hoje para uma classe média baixa.

É preciso frisar que em Maringá as pessoas de menor poder aquisitivo são levadas a morar em lugares mais distantes e com menor infraestrutura ou até mesmo nas cidades vizinhas, por conta da especulação imobiliária que se faz presente no bojo das atividades econômicas. E está mais do que na hora de não só fazer análise da forma que ocorre a especulação imobiliária, mas também das formas que possam vir combatê-la tornando de fato a cidade um direito de todos, ou seja, tal como aponta Souza (2005), que haja a reforma urbana.

De todo modo, mesmo que a CTNP/CMNP estivesse à frente da formação da cidade, os grupos sociais (laços de família, compadrio, dentre outros) possuem dinâmica própria, que de certa maneira modificou, transformou e organizou a paisagem pré-estabelecida e isso ficou visível pela história de vida dos moradores do Jardim Alvorada.

O bairro que se destaca na paisagem maringaense, mas apresenta problemas socioeconômicos, mergulhado numa diversidade de problemas urbanos, assemelhando-se à maior parte dos bairros das cidades brasileiras. Sua paisagem apresenta uma série de fatos que permite analisá-la para entender o seu processo de construção e transformação.

O resultado final desta pesquisa confirma a hipótese principal desta tese ao descrever e analisar o processo histórico de formação do bairro Jardim Alvorada e demonstrar que o município de Maringá, surgido de um processo de planejamento previamente orquestrado, desenvolveu sua área urbana a partir de loteamentos de novos bairros estruturados pelo poder

público, ou seja, como em outras cidades brasileiras foi o poder público que criou a infraestrutura para que as imobiliárias especulassem os pontos positivos na comercialização das terras urbanas. Nesse processo, a propaganda acaba por ser a ferramenta de atração de compradores e os agentes imobiliários se fortalecem politicamente e financeiramente, uma vez que os lucros acabam por serem ainda maiores, já que não precisam realizar altos investimentos com infraestrutura. Essa lógica imobiliária foi inaugurada no Norte do Paraná pela CTNP/CMNP e permanece até hoje. Enfim, a relação entre o papel do poder público e dos agentes imobiliários no processo de especulação imobiliária é um tema muito interessante para a realização de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE NETO, A. de O. **Maringá: ontem hoje e amanhã**. São Paulo: Rumo-Gráfica, 1979. p. 341.

ANGEOLETTO, F. H. S. **Planeta Ciudad: Ecología urbana y planificación de ciudades medias de Brasil**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado)-Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284: Equipamento urbano: classificação**. Rio de Janeiro, 1986. p. 4. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/27419499/NBR-09284-Equipamento-Urbano>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BADO, S. R. de L. **Morfologia urbana e dinâmica sócio-espacial na cidade de Ijuí/RS**. 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

BARONE, A. C.; CORRÊA, J. C.; VILLALOBOS, J. G. U.; LIMA, M. G.; RUBIM, P. H.; GOMES, T. M. **Atlas Social de Maringá: caracterização socioeconômica da pobreza**. Maringá: Clichetec, 2004.

BARROS, S. A. L. Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?:o caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. **Revista de Urbanismo**, Campinas, SP, n. 9, p. 60-89, 2004. Disponível em: <<http://revistaurbanismo.uchile.cl/index.php/RU/article/viewFile/5085/15230>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 2. ed. Tradução Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 526.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. In: CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T. M. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. 220 p. Disponível em: <<http://selonk.com.br/gphr/?p=195>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República – Gabinete Civil. **Lei Federal 6766/79: Lei do parcelamento do solo urbano**. Promulgada em 19 de dezembro de 1979. Com alterações. Brasília, DF, 1981.

CAREGNATO, C. E. O público e o privado e as relações sociais na escola. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 32, p. 25-32, jul./dez. 2002.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.

CARVALHO, M. S. de. Os mitos da reforma agrária e da geada no Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. S. (Org.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: EdUEL, 2002. p. 59-76.

CARVALHO, M. S. de. Geografia, geógrafos e o Norte do Paraná nas décadas de 1940 e 1950. In: CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T. M. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 1-21.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 454 p.

COLÉGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS. **Projeto Político Pedagógico**. Maringá, 2006.

COLÉGIO ESTADUAL UNIDADE POLO. **Projeto Político Pedagógico**. Maringá, 2006.
COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Histórico**. Maringá: [2011?].

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Ave Maria, 1975. 296 p.

CORDOVIL, F. C. de S. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982**. 2010. 636 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

DANTAS, A. Monbeig e a noção de complexo geográfico. **Confins**, [Online], n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6091>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

DANTAS, A. **Pierre Monbeig: um marco da geografia brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 142 p.

DE ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades o caso de Maringá-PR**. 2000. 367 f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DOCUMENTACION SOCIAL. **Revista Desarrollo Social**, [S.l.], n. 8. oct./dic. 1972. La vida social del barrio. Fundacion Foessa. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=OBeuU30ybFYC&pg=PA82&lpg=PA82&dq=LEFEBVRE++Barrio+y+vida+de+barrio&source=bl&ots=va2LBKf0o4&sig=lzzgDzEJA-aJaLlrjOXX90T9t0&hl=en&sa=X&ei=J8feUcrrMMmtiQKk44HAAg&ved=0CHUQ6AEwCQ#v=onepage&q=LEFEBVRE%20%20Barrio%20y%20vida%20de%20barrio&f=false>>. Acesso em: 21 maio 2013.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 250 p.

FERNANDES, F. M. **A Geografia no tempo e no espaço em Pierre Monbeig**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

FERRARA, L. D’A. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996. p. 61-81.

FRESCA, T. M. A rede urbana norte paranaense: de um padrão tipo christalleriano à uma condição de diversidade e complexidade. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. S. **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: EdUEL, 2002. p. 1-28.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: EdUEL, 2004. 403 p. Disponível em: <<http://selonk.com.br/gphr/?p=195>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

GALVÃO, A. A. **Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em Maringá – PR**. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá-PR**. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p.

GONÇALVES, J. H. R. **História Regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense - 1930-1980**. 1995. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, 1995.

GONÇALVES, T. M. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**. 2007. Monografia (Graduação)-Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.geo.ufes.br/sites/www.geo.ufes.br/files/m_thalismar.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HOFFMANN, M. L.; PIVETA, P. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonizaçãodo Norte do Paraná. In: BONI, P. C. **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p. 17-50. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

IBGE. **Maringá: Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KELLER, E. C. da S. Redes urbanas. In: IBGE. **Geografia do Brasil: grande Região Sul**. Rio de Janeiro, 1968. v. 4, t. 2, p. 298-340.

LA BLACHE, P. V. de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 590 p.

LEFEBVRE, H. **Barrio y vida de barrio**. 4. ed. Barcelona: Ed Península, 1978. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16326298/Lefebvre-Henri-De-lo-rural-a-lo-urbano-1970>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, M. das G. de. Um estudo geográfico sobre as casas de madeira em Maringá- PR. **Boletim de Geografia (UEM)**, Maringá, v. 25, p. 81-93, 2007.

LIMA, M. S. **Morfologia urbana e qualidade de vida na cidade de Assis Chateaubriand/PR**. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

LUCENA, C. T. **Bairro do Bexiga**: a sobrevivência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. 96 p. (Série Tudo é História, v. 84).

LUZ, F. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EdUEM, 1999. p. 123-140.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997. 217 p.

MACHADO, J. R.; MENDES, C. M. A incorporação imobiliária e o mercado de imóveis em Maringá: supervalorização ou superexploração? **Revista Percursos**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 99-114. 2012. Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/16404/pdf>>. Acesso em: 22maio 2013.

MANSANO, C. do N. **A escola e o bairro**: percepção ambiental e interpretação do espaço de alunos do Ensino Fundamental. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação para o Ensino de Ciências e da Matemática)–Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MARINGÁ. **Pasta de documentos do Loteamento Jardim Alvorada**. Maringá, 1962.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. Secretaria da Cultura e Turismo. **Projeto Memória**. Maringá, 2002.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. **Loteamentos**. Maringá, [2013?].

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. **Lei Complementar 632/2006 – Plano Diretor**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=e04b689e4109e0>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

MENDES, C. M. **A terra urbana palmerense no seu processo de (re) construção**. 1988. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 1988.

MENDES, C. M. **O edifício no jardim**: um plano destruído – a verticalização de Maringá. 1992. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MENDES, C. M. Um pouco da cultura do concreto: algumas experiências sobre a verticalização urbana. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**, Maringá, EdUEM, 1999. p. 389- 405.

MENEGUETTI, K. S. **Cidade-jardim, cidade sustentável: a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá**. Maringá: EdUEM, 2009. 206. p.

MONBEIG, P. **Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. 236 p.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano 6, n. 11, 2004. Disponível em:
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/147/142>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

MORAES SOBRINHO, A. P. de; MENDES, C. M. Caracterização de um subcentro: o caso da Avenida Pedro Taques – Maringá-PR. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 4, n. 1, p. 175- 2012, 2012. Disponível em:
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/16910/pdf.>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

MORI, N. N. R. **Memória e identidade: travessia de velhos professores**. Maringá: EdUEM, 1998. p. 156.

MORO, D. A. Maringá espaço e tempo. In: MORO, D. A. (Org.). **Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana**. Maringá: EdUEM, 2003. p. 49-87.

MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do rio Paraíba - São Paulo**. Rio de Janeiro: Divisão Cultural, 1969. Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, n. 23. 375 p.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Frevistas%2Fuef%2Findex.php%2Fgeografia%2Farticle%2Fdownload%2F10658%2F9346&ei=GIc9Ut68J4GS9Qsz_YCYDQ&usq=AFQjCNH5-S14ir0Hm2xxTOHv1L86QuI9xw&bvm=bv.52434380,d.eWU>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MUMFORD, L. **Perspectivas urbanas**. Buenos Aires: Ed. Emece, 1969.

MUMFORD, L. **What is a city?**. In: LeGATES, R. T.; STOUT, F. **The City Reader**. London: Routledge, 1996. p. 183-188. Disponível em:
<<http://pt.scribd.com/doc/6960307/Whats-a-City-Lewis-Mumford>>. Acesso em: 25 abril 2013.

NEWMAN, O. **Defensible Space**. New York: Macmillan, 1972.

OLIVEIRA, R. M. de. **A qualidade de vida no Jardim Alvorada de Maringá - PR.** 1997. Monografia (Especialização)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

PEREHOUSKEI, N. A.; RIGON, O. Os estudos geográficos na perspectiva de Pierre Monbeig. **Revista Percurso**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 155-168, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/10150/5807>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

POPOLIN, C. M.; SCHWENGBER, C. P. Rainha do Café: um resgate histórico e imagético dos primeiros anos da colonização de Rolândia. In: BONI, P. C. **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá.** Londrina: Planográfica, 2009. p. 67-84. Disponível em <<http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf>><http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

RAZGULAEFF, A.. **Entrevista: Alexandre Razgulaeff: depoimento.** [1972]. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v. 1, n.1, jul./dez. 2009. Entrevista concedida a Antônio Vilela Magalhães e Profª Maria Dulce Alho Gotti. Transcrição de Luciana Fidêncio. Disponível em: <<http://www.uel.br/museu/publicacoes/boletim01%20web.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Feduemojs.uem.br%2Fojs%2Findex.php%2FActaSciTech%2Farticle%2Fdownload%2F2801%2F1853&ei=dRY3UvmvDI-M9ASV74CgBg&usq=AFQjCNFtmbbRuw2MDhITsXvvBXHOJM1c-A&sig2=p2gk4LigbDQWRnR-Cz1SA&bvm=bv.52164340,d.eWU>>. Acesso em: 12 maio 2013.

REGO, R. L. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem no norte do Paraná.** 1. ed. Londrina: Humanidades, 2009. 220 p.

REIS, O. **1947-2004 Maringá: a história em conta gotas.** Maringá: Gráfica Primavera, 2004. 152. p.

REMOLLI, J. A. **Praças e qualidade espacial: plano piloto da cidade de Maringá.** 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

RIBEIRO, R. A. da C. **Identidade e resistência no urbano: o quarteirão do Soul em Belo Horizonte.** 2008. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7CTHCY/rita_aparecida_da_conceicao_ribeiro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jan. 2013.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** 2004. 258 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p.

SALGUEIRO, H. A. Introdução à primeira parte. In: SALGUEIRO, H. A (Org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: EdUSC, 2006a. p. 17-35.

SALGUEIRO, H. A. Introdução à segunda parte. In: SALGUEIRO, H. A (Org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: EdUSC, 2006b. p. 89-115.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. A escola normal em Maringá-PR: o ensino público como projeto político. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANE, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **Navegando pela História da Educação Brasileira**, Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_081.html>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SCHWARTZ, W. Pérolas – claras e obscuras – da história de Londrina. In: BONI, P. C. **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p. 207-242. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf>><<http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, M. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/162775611/Marcelo-Lopes-de-Souza-O-bairro-contemporaneo-ensaio-de-abordagem-politica>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 368 p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, V. de; GASPARETTO, N. V. L. Avaliação da erodibilidade de algumas classes de solos do Município de Maringá – PR: por meio de análises físicas e geotécnicas. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 2, p. 5-16, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/10386/6452>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

STEINKE, R. **Ruas curvas versus ruas retas**: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: EdUEM, 2007.

TORRECILHA, M. S.; MENDES, C. M. Jornal de ofertas imobiliárias de Maringá-PR: ferramenta estratégica do marketing imobiliário. **Geoingá**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 54-73, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/16645/9534>>. Acesso em: 20 maio 2013.

TUAN, Y. F. **Topofolia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VERCEZI, J. T. **O meio-técnico-científico-informacional e o espaço relativizado da região metropolitana de Maringá**. 2012. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

YAMAKI, H.; KANASHIRO, M.; TORRES, L. C. A. Reabilitação Urbana Vila Casoni: Vilas como Transformações Aditivas. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 22, p. 75-82, set. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3887/3124>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

ENTREVISTAS DE CAMPO

BERTONCINI, N. C. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 16 jun. 2013.

CONEJO, D. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 4 maio 2011.

GRANDE, N. R. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 27 mai. 2011.

GRANDE, P. M. C. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 27 maio 2011.

JANUÁRIO, A. S. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 18 maio 2011.

MORAIS, P. L. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 2 maio 2011.

OLIVEIRA, L. C. de. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 2 out. de 2013.

PEREIRA, M. N. G. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 22 maio 2011.

PITARELLI, U. P. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 10 out.2013.

REZENDE, E. R. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 22 abr. 2011.

SILVA, A. B. da. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 15 abr.2011.

VESPA, O. F. V. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 4 jun. 2011.

VION, P. **Entrevista concedida a Cleres do Nascimento Mansano**. Maringá, 13 maio 2011.

FOTOGRAFIAS E IMAGENS

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ. **Foto da Associação e entorno**. Maringá, [1980a?].

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ. **Vista aérea da Associação**. Maringá, [1980b?].

BERTONCINI, N. C. **Foto de formatura**. Maringá, [1973?].

BIBLIOTECA PÚBLICA NILO GRAVENA. **Casa do Pioneiro Nilo Gravena**. Maringá, [1970?]. Acervo fotográfico.

CONEJO, D. **Foto da família Conejo no Jardim Alvorada**. Maringá, [1974?a].

CONEJO, D. **Foto das famílias Conejo e Vespa n Jardim Alvorada**. Maringá, [1974?b].

CONEJO, D. **Foto da família Conejo no início da década de 1970**. Maringá, [1974?c].

CURTA, L. H. C. de. **Fazenda Santa Lina**. Maringá: foto aérea, [1962?a].

CURTA, L. H. C. de. **Fazenda Santa Lina: cafezal**. Maringá: foto aérea, [1962?c].

CURTA, L. H. C. de. **Fazenda Santa Lina e expansão urbana**. Maringá: foto aérea, [1962?d].

CURTA, L. H. C. de. **Fazenda Santa Lina: limites**. Maringá: foto aérea, [1962?e].

CURTA, L. H. C. de. **Maringá: área norte**. Maringá: foto aérea, [1962?b].

GRANDE, P. M. C. **Foto da Casa de Piedade C. Carmona no Jardim Alvorada no início da década de 1960**. Maringá, [1963?].

MUSEU DA BACIA DO PARANÁ. **Fotos históricas**. Maringá, 2011. Arquivo eletrônico.

VESPA, O. **Foto da família Vespa no Jardim Alvorada**. Maringá, [1971?].

PLANTAS E MAPAS

IBGE. **Bases cartográficas**: Paraná 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Bases cartográficas**: Maringá 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARINGÁ. Secretaria de Gestão Gerencia de Geoprocessamento. **Mapa de equipamentos urbanos de Maringá**. Maringá, 2010a.

MARINGÁ. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Gerência de Geoprocessamento. **Mapa rural de Maringá**. Maringá, 2010b.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. **Mapas**: Geo-Maringá, Maringá, 2010c.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Bases cartográficas**: Maringá. Maringá, 2012.

ORIOLO, I. **Planta da casa no Jardim Alvorada**. Maringá, 1962.

SITES PESQUISADOS

GOOGLE MAPS. **Mapa de Maringá**. 2012. Disponível em:
<https://maps.google.com.br/maps?hl=en&client=firefox-a&hs=Nmi&rls=org.mozilla:pt-BR:official&q=mapa%20de%20maringa&psj=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&bvm=bv.42261806,d.dmQ&biw=1366&bih=639&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>. Acesso em: 20 out. 2012.

IMOBILIÁRIA SILVIO IWATA. **Spazio Macerati**. 2013.
<<http://www.silvioiwata.com.br/lancamento/14/spazio-macerati>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MARINGÁ. **Lei Complementar nº 632/06**. 2006. Alterado pela LC 799/2010. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/geo/plano_diretor.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MARINGÁ. **Nossa cidade**: histórico do Município. Maringá, 2012a. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=2f27d2c07d1x2f&id=19>>. Acesso em: 15 de mar. de 2012.

MARINGÁ. **Desenvolvimento social de Maringá**. 2012b. Disponível em: <<http://kairos.srv.br/maringa/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

MARINGÁ.COM. **História**. Disponível em: <www.maringa.com/historia/60/13.ph>. Acesso em: dez. de 2011.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Propaganda promocional produzida pela CMNP: déc. 50**. Maringá, 1950. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/maringahistorica/videos>>. Acesso em: 14 set. 2012.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Lançamento**: Jardim Alvorada, 2012. Disponível em: <<http://maringahistorica.blogspot.com.br/2012/08/lancamento-jardim-alvorada.html>>. Acesso em: 20 jan. de 2013.

MPB - Maringá, Paraná, Brasil. **Novo Lançamento em Maringá**: Jardim Alvorada. 2012. Disponível em: <<http://maringaparanabrasil.blogspot.com.br/2011/07/novo-lancamento-em-maringa-jardim.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SUB100 IMÓVEIS. **Imóveis**. Disponível em: <<http://www.sub100.com.br/imoveis>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

WEGG-CCII, 2013. **Loteamento, construção, incorporação**: Residencial Cristina Helena Barros 2. Disponível em: <<http://www.wegg.com.br/imovel/12/Christina+Helena+Barros+II>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

ANEXOS

ANEXO A–Fotos do casal Razgulaeff

Na imagem observa-se da esquerda para a direita: Gordon Fox Rule, Sophie e Alexandre Razgulaeff.

Local: Patrimônio Três Bocas (hoje Londrina-PR).

Autor: George Craig Smith - Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Fonte: Razgulaeff, 2009, p. 29



Foto de Alexandre Razgulaeff.

Data: 1961

Fonte: MARINGÁ.COM, 2011

ANEXO B – Certidão de bens de Alexandre Razgulaeff

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DO 2º DISTRITO DE LONDRINA

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS LONDRINA

1995680003

Avenida Paraná, 455
LONDRINA
Talão N.º 275
Milton M. Ribeiro
Serventaria Vitalícia

Estado do Paraná
Página 70

Certifico que a fls. 234 do livro 3-B foi registrada hoje sob N.º **2.370** - a transição do imóvel seguinte:-

DATA DO REGISTRO:-26 de Outubro de 1.943.
CIRCUNSCRIÇÃO:-Londrina.
DENOMINAÇÃO:-Glêbo Morangueiro.
COMPROVANTE:-COMPANHIA DE TERRAS NÓRTE DO PARANÁ, S/A:-
Quatrp (4) lótes de terras sob n.ºs 3,4,5 e 6,da "Glêbo Morangueiro",dêsta comarca,medindo a área de 182 alqueires paulistas ou sejam = 4.404.400 metros quadrados,sendo das seguintes divisões e confrontações:-
princiando num marco de madeira de lei,que foi cravado na margem esquerda do ribeirão Morangueiro,dêste confrontando com o lote n.º 7,na rua N.O. 64*21'com 1.087 metros,até o marco colocado na beira da estrada de automóveis Maringá,que vai para Marialva,passa-se pela dita estrada,na rua de Marialva-2.634,30 metros,até um marco semelhante aos outros;deste ponto segue confrontando com o lote n.º 2-A,na rua S.E.70*09'com 1.521 metros,até um marco fixado na margem esquerda do ribeirão Morangueiro e,finalmente,descendo por este ribeirão,segue até o ponto de partida;havido pela transcrição n.º 2.323 de Tibagi.

ADQUIRENTE:-Dr.Alexandre Razgulaeff,engenheiro,brasileiro naturalizado,maior, casado e residente nesta Comarca.

TRANSCREVENTES:-Companhia de Terras Nórte do Paraná,com sede nesta cidade.

TÍTULO:-Venda e Compra.

DATA DO TÍTULO:-Escritura lavrada no 1º Tab.dêsta cidade,em 28/8/1.943.

VALOR DO CONTRATO:-CR.\$111.081,50 (cento e onze mil oitenta e um cruzeiros e cinquenta centavos).

Registro de Imóveis 17.-de.-24/8/43.-Col.-Araçongas.-Cr.\$3.997,70.-Cruz.-
LONDRINA - PARANÁ
MILTON M. RIBEIRO
Serventaria Vitalícia

CONDICIONS:-As do título.
O referido é verdade e dou fé.
Londrina, 26 de Outubro de 1.943.

[Assinatura]
OFICIAL

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE LONDRINA - PR
REGISTRADOR - ALEX CANZIANI SILVEIRA
A presente certidão, na forma do § 1.º do Art. 19 da Lei 6015/73 é composta de 01 pág. Dou fé.
Londrina, 21 de 10 de 20 11

Vera Maria Canziani Silveira - Substituta
 Vanessa Canziani Silveira - Substituta

SELO REGISTRAR
FUNARPEN
REGISTRO DE IMÓVEIS
ALEX CANZIANI SILVEIRA
MILTON M. RIBEIRO
LONDRINA - PARANÁ

CUSTAS: R\$ 14,65

www.2rilondrina.com.br
Av. Paraná, 427 sl. 04 e 05 Londrina - PR CEP 86010-923 Fone: 43 3336-4884 Fax 43 3336-6570 cartorio@2rilondrina.com.br

NOTA: O IMÓVEL NÃO PERTENCE MAIS A ESSA CIRCUNSCRIÇÃO

ANEXO C– Roteiro de entrevista: pioneiros

ENTREVISTA: PIONEIROS N° _____ LOCAL _____ Data: ___/___/___

A- Nome: _____

1. Data de nascimento: _____ Idade: _____ anos.

2. Estado civil: () casado(a) () solteiro (a) () Viúvo (a) () outro: qual? _____.

3. Se já é ou foi casado (a) nome do(a) cônjuge: _____

4. Nasceu em Maringá? () sim () Não.

5. Se não, onde nasceu? _____

6. Há quantos anos mora em Maringá? _____ anos. Em que ano mudou? _____

7. Se veio de outra cidade, qual é? _____.

8. Há quantos anos mora no Jardim Alvorada? _____ Em que ano mudou? _____

9. Antes de mudar no bairro, onde morava? Zona rural () urbana ();

10. Se veio de outra cidade ou bairro, qual é? _____.

11. Nome de quem comprou o lote: _____

12. Ano em que comprou o lote: _____

13. De quem comprou o lote? _____

14. Comprou o lote: () à vista () parcelado em _____ vezes () outro: _____

15. Qual era a profissão do dono (a) do lote, quando se mudou para o Jardim Alvorada? _____.

16. Como era a primeira casa construída no lote? _____

17. Qual era a profissão do cônjuge, quando mudou para o Jardim Alvorada? _____.

18. Sua casa é própria? () sim () não () financiada () Outro: qual? _____

19. Quantas casas têm no seu quintal? () 1 ou 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais de 6

20. Se tiver mais de uma casa no quintal, quem mora na(s) outras(s) casa(s)?
() familiar () inquilino () proprietário () Outro: Quem? _____ ;

21. Pessoas que moraram ou moraram no lote:

Nome: _____ Parentesco: _____ Nascimento: _____

Local que nasceu: _____

Se não estiver vivo, data de falecimento: _____

Nome: _____ Parentesco: _____ Nascimento: _____

Local que nasceu: _____

Se não estiver vivo, data de falecimento: _____

Nome: _____ Parentesco: _____ Nascimento: _____

Local que nasceu: _____

Se não estiver vivo, data de falecimento: _____

22. O que mudou na cidade de Maringá nos últimos dez anos?

23. O que mudou no Jardim Alvorada desde que se mudou para cá?

24. Como era a vida quando se mudou para cá?

ANEXO D – Questionário

QUESTIONÁRIO Nº _____	LOCAL _____	Data: ____/____/____
-----------------------	-------------	----------------------

1º IDENTIFICAÇÃO:

- Sexo: () Masculino () Feminino
- Idade: _____ anos.
- Nasceu em Maringá? () sim () Não.
- Se não, onde nasceu? _____
- Há quantos anos mora em Maringá? _____ anos.
- Se veio de outra cidade, qual é? _____
- Estado civil: () casado(a) () solteiro (a) () Viúvo (a) () outro: qual? _____

2º ESCOLARIZAÇÃO:

- Grau de escolarização:

() Sem escolarização.	() Ensino Médio completo (1º ao 3º Ano)
() Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 4ª Ano)	() Ensino Médio incompleto (1º ao 3º Ano)
() Ensino Fund. Anos Finais completo (6º ao 9º Ano)	() Ensino Superior incompleto: curso: _____
() Ensino Fundamental incompleto (6º ao 9º Ano)	() Ensino Superior completo: curso: _____

3º ATUAÇÃO:

- Qual sua profissão? _____
- Está exercendo no momento? Sim () Não () . Se não, por quê? _____
- Se tem renda, em média, quantos salários mínimos ganha uma pessoa que trabalha na sua profissão (**vigente - R\$678,00**)?

() 1	() 2	() 3	() 4	() 5	() de 6 a 10	() mais de 10
-------	-------	-------	-------	-------	---------------	----------------

4º MORADIA

- Qual é o nome do bairro que mora? _____

Da pergunta 13 a 29 é só para moradores do Jardim Alvorada

- Se mora do Jardim Alvorada, há quantos anos mora no bairro? _____ Em que ano mudou? _____
- Antes de mudar no Jardim Alvorada, onde morava? Zona rural () urbana () ;
- Sua casa é própria? () sim () não () financiada () Outro: qual? _____
- Quantos cômodos têm sua casa (incluindo banheiro)? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 ou mais
- Sua casa é de: () alvenaria; () madeira; () mista; () Outro material? Qual? _____
- Qual o tipo da sua moradia? () casa; () apartamento () sobrado () outro :qual? _____
- Quanto às pessoas que moram em sua residência:

quantas são crianças? (_____)	quantas são idosas? (_____)
quantas são adolescentes? (_____)	quantas são adultas? (_____)
- Quantas residências têm no seu quintal? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais de 6
- Se há mais de uma casa no quintal, quem mora na(s) outras(s) casa (s)?

() familiar	() inquilino	() proprietário	() Outro: Quem? _____
--------------	---------------	------------------	------------------------
- Onde descarta o lixo produzido na sua casa? () coleta pública;

() Enterrado Terreno baldio;	() Ruas	() Queimado:	() Outro: _____
-------------------------------	----------	---------------	------------------
- Faz o descarte seletivo (SEPARA PARA RECICLAGEM)? () sim () não () às vezes
- Qual dia passa a coleta seletiva em sua casa? () 2ª F () 3ª F () 4ª F () 5ª F () 6ª F

() sábado	() não sei
------------	-------------
- O esgoto do banheiro ou sanitário é lançado (jogado) em:

() rio	() fossa rudimentar	() rede geral de esgoto ou pluvial	rio
() vala	() outro: qual? _____		
- No quintal de sua residência tem árvores? () Sim () Não
- Se sim, como são as árvores? () Frutíferas () Floridas () Com folhas
- Na frente de sua residência tem árvores? () Sim () Não
- Se sim, como são as árvores? () Frutíferas () Floridas () Com folhas

5º SOBRE OS ESPAÇOS QUE UTILIZA NO JARDIM ALVORADA

- O que utiliza no Jardim Alvorada (Marque X, para todas as opções que utiliza)?

() Creche	() Escola	() Lojas de confecções	() Centros comunitários	() CRAS	() Lojas de calçados	() Lotéricas	() Farmácia
() Supermercado	() Açougue	() Lan House	() Padaria	() Serviços médicos particulares	() Papelaria	() Bares ou lanchonete	() Pizzarias
() bancas de revista	() Pet Shop	() Salão de cabeleireiro					

- Restaurantes Floriculturas Rede bancária Serviços técnicos Lojas de móveis/eletrodomésticos
 Revendedora de automóveis Outro. Qual? _____
31. Na maior parte das vezes, onde você paga suas contas?
 Lotérica do bairro - JA Farmácias do bairro -J.A. Supermercado do bairro
 No comércio ou serviços do centro da cidade Rede bancária do bairro. Qual? _____
 Em outro bairro. Onde? _____ Outro local: Qual? _____
32. Utiliza biblioteca pública do bairro? Sim Não uso
33. Utiliza as ATIs ou APIs do bairro (Academias da 3ª e 1ª Idades)? Sim Não uso
34. Utiliza a Associação Comunitária do bairro? Sim, Não uso
35. Utiliza o Centro Esportivo do bairro? Sim Não uso
36. Utiliza o posto de saúde bairro? Sim Não uso
37. Se utiliza (mesmo que de vez em quando) o posto de saúde do bairro, como é o atendimento?
 Suficiente Parcialmente Suficiente Insuficiente
38. Os moradores do Jardim Alvorada são fiéis ao comércio do bairro? Sim; Não; Não sei.
39. Se sim ou não, por quê? _____
40. O que você observa (de bom ou ruim), que é persistente no jardim Alvorada; sempre ocorre?

5º SOBRE OS ESPAÇOS QUE UTILIZA NA CIDADE

- 41.** Na maior parte das vezes, quais locais frequenta para lazer (escolha no máximo 5 opções) ?
 Bar/lanchonete: Onde? _____ Casa de parentes ou amigos: Onde? _____
 Restaurante: Onde? _____ Teatro: Onde? _____
 Pizzaria: Onde? _____ Cinema: Onde? _____
 Parque: Qual? _____ Catedral: O que foi fazer? _____
 Bosque: Qual? _____
 Locais dançantes: Onde? _____ Universidade: Qual? _____
 Shoppings da cidade: Qual? _____ O que foi fazer? _____
 Igreja: Qual? _____ Clube: Qual? _____
 Onde? _____ Outro: Qual? _____
- 42. Frequenta praças?** Sim Não
43. Se sim, qual praça frequenta? _____. O faz na praça? _____
44. Se não, por quê? _____
45. Na maior parte das vezes, qual o meio de transporte que utiliza para se locomover dentro da cidade?
 Transporte público (coletivo) Táxi Automóvel particular
 Bicicleta Ando a pé Mototáxi Motocicleta particular
 Outro: Qual? _____
46. Se utiliza (mesmo que de vez em quando) o transporte coletivo, a quantidade de linhas de ônibus é:
 Suficiente Parcialmente Suficiente Insuficiente
47. Se em sua casa existir crianças que estudam no Ensino Infantil (CRECHE), onde estudam?
 Escola pública do seu bairro Escola particular do seu bairro
 Escola pública de outro bairro Escola particular de outro bairro
48. Se em sua casa existir crianças que estudam nos Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) onde estudam?
 Escola pública do seu bairro Escola particular do seu bairro
 Escola pública de outro bairro Escola particular de outro bairro
49. Se em sua casa existir adolescentes ou adultos que estudam na Escola Básica (Fundamental/Médio), onde estudam?
 Escola pública do seu bairro Escola particular do seu bairro
 Escola pública de outro bairro Escola particular de outro bairro
50. Se em sua casa há pessoas que estudam no Ensino Superior, onde estudam?
 Universidade Estadual de Maringá Faculdade particular de Maringá
 Faculdade ou universidade pública de outra cidade. Qual? _____
 Faculdade ou universidade particular de outra cidade. Qual? _____
51. Quais dessas Zonas de Proteção Ambiental (ZP) de Maringá, você já visitou:.
 Parque do Ingá Parque da Nascente do ribeirão Paçandu
 Horto Florestal Parque Florestal Municipal das Perobas
 Parque Ecológico Municipal do Guaiapó Bosque II
 Bosque das Grevíleas Parque Florestal Municipal das Palmeiras
 Parque do Sabiá Reserva do Córrego Moscados
 Parque do Cinquentenário Parque da Rua Teodoro Negri
 Parque Alfredo Werner Nyffeler Reservas do Córrego Borba Gato Parque do Japão
 Reserva da Rua Diogo M. Esteves Reserva do Córrego Cleópatra
 Recanto Borba Gato Reserva da Rua Pioneira D. T. Garcia OBRIGADA.

ANEXO E – Fotos de alguns dos primeiros moradores do Jardim Alvorada



Foto 1 - Senhora Leni Prates Morais. Uma das primeiras moradoras do Jardim Alvorada e sua irmã Tereza Prates. Ambas foram moradoras na Fazenda Maringá.



Foto 2 - Senhora Alice S. Januário. Uma das primeiras moradoras do Jardim Alvorada.



Foto 3 – Senhor Ulisses Pitarelli e filho. Ele foi filho de colonos na Fazenda Santa Lina. Após o loteamento da Fazenda permaneceu até serem derrubadas as últimas casas, quando seu pai adquiriu lote no Jardim Alvorada e permaneceram no mesmo local. Ele é o único morador da Fazenda e nunca migrou para outro local.



Foto 4 – Senhora Laura Carreira de Oliveira, sua filha e seu neto. Ela e o falecido esposo foram filhos de colonos na Fazenda Santa Lina e posteriormente retornaram morar no Jardim Alvorada.

ANEXO F – Entrevista com a última professora da escola rural da Fazenda Santa Lina

ENTREVISTA COM A PROFESSORA NAIR CARNEIRO BERTONCINI (PAULISTA NASCIDA EM 29 DE MAIO DE 1937 – HOJE 76 ANOS)

O encontro ocorreu na residência da professora, precisamente na sua cozinha, em volta de uma grande mesa e demonstrando uma memória excelente, contando a história com riqueza de detalhes. Enquanto a entrevistávamos, seu esposo Fernando fazia o almoço e ajudava na busca das lembranças da época em que moraram na Fazenda Santa Lina, bem como de sua trajetória profissional. Nascida no Estado de São Paulo, onde estudou até a 4ª série. Sua família veio para o Norte do Paraná em 1947 [ela com 10 anos de idade] motivados pela fama de que aqui se ganhava muito dinheiro, assim compraram terras em Arapongas. Em 1948, fez admissão ginásial em Arapongas, onde começou estudar, e deu continuidade. Nessa mesma época começou a lecionar na escola rural que havia na fazenda de seu pai, localizada na cidade de Arapongas. Mudou-se para Maringá quando se casou em 1956 e foi trabalhar na Escola Gerardo Braga. Em 1960 foi trabalhar na escola rural da Fazenda Santa Lina, onde permaneceu até 1963, quando a fazenda foi loteada. Morou na casa da fazenda juntamente com seu esposo Fernando Bertoncini, os filhos Gilberto Carneiro Bertoncini, nascido em 1957, que estudou no Colégio Gastão Vidigal e na UEM e hoje industrial e Gilnei Carneiro Bertoncini, nascido em 1958, hoje Engenheiro Civil e uma aluna que fora deixada pelo pai para ser cuidada pela professora. Após a mudança da Fazenda adotou mais uma filha. Em 1964, foi diretora do curso noturno do atual Colégio Estadual Rodrigues Alves. Em Maringá, estudou na Escola Normal Regional “Eduardo Claparède”, formando-se no ginásial em 1966 e depois ingressou na Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura”, formando-se no Ensino Secundário em 1969 [ambas as escolas criadas pela Lei n.º 532 de 13/12/1955, e instalada no dia 9 de março de 1956, funcionando no mesmo prédio, hoje atual Colégio Estadual João XXII]. Em 1973, ingressou na primeira turma do curso de Pedagogia da UEM. No mesmo período que fazia Pedagogia, fez na UEM o curso de férias de Ciências Sociais. Os dois cursos tiveram duração de três anos. Em 1980 se formou em História na Faculdade de Mandaguari. Nesse ínterim, trabalhou em outras escolas até aposentar na Escola Professora Nadyr Maria Alegretti em 1983, com então 44 anos.



Foto de formatura



Foto atual (2013)

Fotos da Professora Nair
Carneiro Bertoncini.

Fonte: Bertoncini, 1973?; Mansano, 2013.

Vinda para o Norte do Paraná

“Quando eu morava em fazenda, meu pai também era fazendeiro, [...] em Arapongas. [...] Vim para Arapongas na época do café, isso foi em... , tinha acabado a guerra, a guerra acabou em 45, eu vim em 47, no final da guerra. Ainda tinha resquícios da Segunda Guerra Mundial, por isso que eu vim embora de São Paulo pra fazenda aqui, porque o café tinha aquela fama, né? No Paraná se ganhava dinheiro com rodo. [...] O pai tinha fazenda em São Paulo. Era família grande né, vendeu e o meu pai, o dinheiro que tocou pra ele comprou em Arapongas, vinhamos pra cá. Ele deixava a família na cidade e tinha fazenda por perto. Papai não ia deixar os filhos sem estudo, 15 filhos meus pais tinham, todos estudaram até onde tinha, porque não tinha ginásio, nem aqui não tinha.”

Vinda para Maringá

“Fiquei lecionando nessa escola até eu casar, em 1956 [escola rural da fazenda de seu pai], não quis morar com o pai, viemos com a cara e coragem. [...] Aí eu vim pra cá, meu pai era muito amigo do João Paulino, do Professor Ari de Lima, era amigo do Aroldo Lon Peres, mesmo ele morando em Arapongas, ele era político, os políticos procuravam muito ele, porque tinha influência na fazenda, ele influenciava o lugar que morava, tinha influencia grande, em tudo, em todo lugar, desde São Paulo, sempre foi influente político. Lá em Arapongas ele ficou conhecendo todo tipo de político, Dr. João Paulino, Aroldo Leon Peres, o Paulo Pimentel. Paulo Pimentel era muito amigo dele. E eu mudei pra cá através do professor Ari de Lima, do Dr. João Paulino. [...] Eu peguei o tempo do Dr Luiz Moreira de Carvalho e a Inspetora era a France Luz. Saí quando o Dr João Paulino assumiu e o Secretário da Educação do Dr. João Paulino era o Dr Helenton Borba Cortes. [...] Eu já comecei a lecionar lá no Gerardo Braga [ficou quatro anos trabalhando], depois fui pra Santa Lina.”

A Fazenda Santa Lina

“O nome da escola da fazenda era Vital Brasil, cientista. [...] Tinha várias escolas rurais, perto do Clube Olímpico, a Santos Dumont, no Pinguim a Castro Alves, hoje *João Gentilin* e na Venda 200 a Princesa Isabel. O nome da escola da Fazenda era em homenagem ao Vital Brasil. Só nomes conhecidos mundialmente. E o nome da Fazenda Santa Lina era de uma Santa Russa, ele era religioso [se referindo a Alexandre Rzgulaeff]. [...] Eu mudei na fazenda em 60 e saí no comecinho de 64.[...] Quem convidou foi o Dr Helenton Borba Cortes e o Dr. João Paulino. Eu já tinha minha casa própria, uma casinha simples, nos fundos da casa do meu sogro, lá no Maringá Velho, que eu lecionava no Gerardo Braga, pertinho do Maringá Velho. Aí ele me convidou, ganhando o dobro do que eu ganhava, fui pra fazenda ganhando o dobro e ganhando tudo que era de comida que dava na fazenda, professor não comprava, uma maravilha. Dr. Alexandre matava porcomandava levar metade pra escola, pra eu comer junto com as crianças.[...] A primeira professora, antes de mim, chamava Íris de Oliveira. E ela foi embora para São Paulo. [...] Eu sei que quando eu conheci ela que me entregou a chave, que me passou os dados da escola e ela casou e foi embora. [...]depois foi eu e depois o Dr ficou viúvo, ficou desgostoso e vendeu.”

A escola

“A escola era umpalácio. Era enorme. Era escola, o salão da escola tinha , eu acho que tinha 12 por 12 metros a sala de aula. - Eu tinha 45 alunos, entre dois períodos, manhã e tarde. De manhã eu lecionava primeiro e segundo ano e tarde terceiro e quarto. E passavam todos com notas ótimas.Era ótimo! Era ótimo![sobre o sistema de ensino] Nossa Senhora! era uma exigência. A educação muito correta que deveria ter continuado. Eu continuei até aposentar, eu nunca mudei [...]”.

“Dentro da escola. Era uma mansão. A escola era enorme, a sala de aula era enorme. Do jeito que era a casa dele era a casa do professor (a casa de AlexandreRazgulaeff). A escola era metade pra baixo, ele era engenheiro, né? Uma parte era material e o resto era madeira. Era bem alta. Tinha tudo, banheiro, chuveiro, tinha tudo. [...] A casa era alta, mas como era baixada, na beira do rio, então ela tinha uns 3 metros do chão de alvenaria e depois era madeira, sabe, tipo casa de praia? Era a escola e a moradia do professor, era de madeira. [...] A alvenaria era o alicerce da casa, ele era engenheiro. Era um casarão, era uma mansão. Eu tinha uma casa, igual essa aqui, a minha moradia. E além da minha moradia, dentro tinha 10 metros de sala de aula, dentro da minha casa. Eu não saía da minha casa pra ir pra escola. [...] Tinha aluno de outras fazendas [...].Era tudo pertinho, de outros sítios perto, vinham estudar lá comigo. Por isso que dava festas boas. Tinha a Fazenda Maringá, a Fazenda Diamante, a Fazenda do Álvaro Dias, como chamava? [perguntando ao esposo]. Eu não lembro, sei que a gente falava a fazenda dos Dias. Vinham tudo lá na escola, até a 4ª série, depois vinham pro Gastão Vidigal que era onde é o Instituto de Educação hoje, iam de circular.”

Relação professora/alunos

“Nunca deixei meus alunos me chamarem de professora, os alunos me chamavam de Nair. A sobrinha do Zé da Estrada, da dupla Pedro Bento e Zé da Estrada , era minha aluna, morava em alguma fazenda. [...] Eu brincava com os alunos de roda, peteca , barralbol, era um jogo. Jogava bola com os alunos, vôlei, basquete, brincava no recreio. Quando acabava a aula, os que moravam perto ficavam brincando [...]. Mas, os meusfilhos ficavam junto na casa, deixava os alunos com tarefa e ia fazer mamadeira. Eles ficavam brincando em uma sala de brincar. [...] A gente era casado de novo, meu marido era motoristade caminhão e eu ficava nessa fazenda. [...] ele era cerealista. Ele saía com caminhãopros sítios afora pra comprar cereais. Eu ficava na fazenda com meus dois filhos e mais uma menina que chama Valdeci Rosa de Oliveira. [...]o pai morava na fazenda ficou viúvo e foi se tratar de tuberculose, aquele tempo separava a pessoa tuberculosa não podia ficar junto. E ele deixou essa menina comigo e nunca mais veio buscar .Era minha aluna. Deixou a aluna para eu cuidar e nunca mais veio buscare eu fiquei com ela até fazer o casamento dela. Era uma menina excelente. [...]Ela casou com 18 anos.”

A escada mal assombrada

“Tinha a escada dessa altura de alvenaria, a escadaria, que tinha 18 degraus. Sabe por queeu lembro? Diz que um tempo antes quando abriram, quando começou essa escola, quando eu fui pra lá já fazia tempo que existia essa escola, quando mudei lá, nem os colonos que tavam lá, nem o Pitarelli que o pai dele era fiscal da fazenda, nem ele sabe quando foi fundada a escola. Eu perguntava e eles não sabiam quando que o Dr. Alexandre fez

aquele prédio escolar lá, aquela casa, aquela morada linda de professor. E me contaram, essa menina que ficou comigo ela morria de medo, porque diz que quando era mata ali, morava numa casinha onde era a escola, achei interessante contar pra você, tinha uma casinha lá, certo dia o dono antes do Dr. Alexandre comprar, e a família foi matar um porco e pediu pra menina buscar um álcool e a menina foi levar o álcool e eles com fogo lá pra matar o porco pulou o fogo no vidro de álcool da menina, que tava chegando perto e a menina morreu queimada. E naquele lugar ele fez a escola e a noite a gente escutava uma garrafa rolar 18 vezes, blim, blim Essa menina minha que contava, no outro dia cedo ela falava assim; - como o pai não veio mais buscar essa menina, ela me chamava de madrinha para impor respeito – Ela falava assim: 18 degraus, 18 vezes a garrafa caía. E eu escutava, mas pra não por medo nas crianças eu falava que outra coisa, o vento...sabe, mas era verdade. Depois a Dona Dora que era esposa do..., mãe do Ulisses contou essa história, depois que eu mudei. Ela falou assim: Nair aquela casa lá sempre foi assombrada. Isso quando era rancho, e ele construiu a escola no lugar que a menina morreu, queimada com álcool. O pai da criança pediu pra ela buscar para ela buscar um litro de álcool pra eles pelarem o porco e diz que a menina morreu queimada e aquela escola lá, aquele pedaço da escada lá era assombrada e ouvia o litro de álcool, aquele tempo era litro de vidro. Você escutava a garrafa descer a escadaria. Os meus filhos eram bebês não tinham medo, mas essa menina era grandinha, tinha 11 anos,ela já tava fazendo 2º ano essa época e ela conta até agora, ela lembra direitinho, parece que ta escutando.”

Asfestas na escola

“A festa era no pátio da escola, os pais faziam as barracas, festa junina. Na sede, eles lá eram russos não misturavam muito, eu misturava com os colonos, mas na sede da fazenda eles eram russos. Os meninos iam pras festas da sede, o Sérgio, era russo, que era administrador da fazenda, era russo. E quando o Dr. Alexandre vinha ficava lá com os russos, né? [...] Eu trazia a família para dentro da escola, era uma família, a escola, os alunos, professores, adolescentes, jovens, adultos, velhos, todos iam participar das festas escolares, era uma família. [...] Fazia festa pra comunidade, fazia bailes [...] pra todo mundo que... tinha a Fazenda Diamante e a fazenda do Álvaro Dias, ali... eu não sei como chamava a fazenda do Dias ali... Do lado de baixo era a fazenda do Álvaro, pra cima era a Fazenda Santa Lina e passava o rio era a Fazenda Diamante. E eu fazia festa e reunia todo essa povo.”

Vida acadêmica

“Eu tinha feito até a admissão ao ginásio. Não tinha professor minha filha, quem tivesse um diploma de 4º ano e início de ginásial já poderia trabalhar em escola rural. [...] Eu estudei em São Paulo/SP até a 4ª série. Fiz o ginásio aqui [...]. Em Arapongas, pra entrar no ginásio, fiz admissão em 1948, comecei o ginásio, mas não terminei. Tinha escola e aí já fui trabalhar, na escola rural da Fazenda do pai.[...] Aí como eu era professora e não era formada, tinha Escola Normal Regional Eduardo Claparred, lá na Vila Nova, perto do aeroporto velho.[...]Eu nunca estudei numa escola melhor. A minha saudade de aluna é nessa escola Eduardo Claparred. Tinha umas professoras!!!! . Era uma escola ginásial, era ginásio, mas estudava as matérias didáticas, tinha didática e psicologia, era voltada para o ensino do professor. O professor já saía formado. Eu me formei a primeira escola normal aí de 1964 a 1966.Aí depois de 66 estudei aEscola Normal Secundária, eu terminei em 1969. [...]A diretora era a Dona Diva Martins Vieira. [...] - A vida era bonita, ginásial bom e o curso médio bom, aprendi tudo na escola pública. Eu tenho orgulho, daqui pra frente não tenho mais orgulho não [seu orgulho são os cursos normais]. Teve professor de faculdade, que dá vontade de eu levantar e dar a aula dele, mas logo depois começou aparecer bons professores. [...]Mas, nesse tempo aqui minha filha [se referindo ao tempo deestudante nas escolas normais], tinha o Professor Aniceto Mati,Hiran *Salée*, Professor Ari de Lima... OProfessor Aniceto Mati, nossa como me acompanhou a vida inteira! O professor Ari de Lima,professor Gean Piero Morais, professor de matemática, que eu nunca vi ninguém igual saber. Estes dois [Aniceto Matie Gean Piero Morais] são italianos, vieram juntos daItália. Fugidos da Guerra. Você não conheceu o professor Matti?O professor Matti não faz muitos anos que morreu [...] O Professor Matti me acompanhou desde o primeiro dia que entrei pra lecionar aqui, já foi meu professor e ele era professor de música e dava aula de música em todas as escolas.”

O sistema de ensino

“[...] não era ainda a Lei 5692 [sobre o sistema de ensino e método], que eu não gostei, mas eu não me lembro que lei que veio antes. Por que a 5692 veio depois ficou um tempão, agora não é mais, né? Nem sei o que é agora.Ainda era bem tradicional, na escola normal era usado Eduardo Claparred. [...] nuncaseparei briga de dois alunos naescola. Na minha escola nunca houve uma briga de aluno.[...] Um aluno que não soubesse a tabuada de 1 a 9 no primeiro ano, não passava para o segundo. Tinha que saber fazer conta de 1 a 9, tabuada e todas as operações [...] para ir para o segundo ano. Ler, mesmo que não fosse corrente, né? Tinha que saber ler , ser alfabetizado e seria aperfeiçoado no segundo ano. Se não tivesse muito preparo no segundo ano reprovava. Eles tinham nota, mas eles passavam. Mas eu como me dava muito bem com os pais, eu aconselhava deixar mais um ano a criança no segundo ano, porque daí pra frente minha fia, nunca mais embarçava nos estudos. A criança que soubesse as quatro operações, tabuada correntemente, boa leitura, interpretação no segundo ano, ah, podia contar que iria virar um doutor. Ah! podia contar! [...] Não existia tempo melhor pro estudo do que essa época. [...] Os alunos tiravam só nota alta e a turma era mista. [...] Não existia o Rodrigues, ele começou aqui na Praça

Santo Antônio conforme foi vendendo a fazenda aí e a criançada de 1ª a 4ª tinha que ir lá no Gastão, não dava, aí criaram um grupinho pequeno aqui, que era o Rodrigues Alves, depois o Duque de Caxias, depois o Unidade Polo.[...] Ah, eu sempre gostei de ter um caderno bem organizado de ponto, o caderno de matemática e o caderno de português. Cada matéria tinha o seu caderno. Aquela criança que fazia em material de pão, esse daí eu tinha que fazer correção no mesmo caderninho. Quando tinha tarefa escolar, pra poder ficar com o caderninho deles, eu ficava no final de semana pra corrigir o caderno deles, pra corrigir, pra ver como que tava aquele aluno, porque não é porque ele escrevia nesse caderno aqui que ele não ia aprender. Eu tinha que corrigir. Corrigia uma vez, duas e na terceira pegava feio, não tinha a terceira correção não [...]. Se na terceira vez não tivesse assimilado a matéria, voltava tudo pra trás, começava desde lá onde perdeu o fio da meada. Por exemplo, na 4ª série aconteceu um fato com um aluno, frações ordinárias, então se ela não sabe fração ordinária, $1/3$ mais $2/5$, numerador, denominador, se ele não souber tirar o mínimo do denominador, ele não vai saber fazer a fração. Foi um dos alunos que eu tive que voltar lá atrás do começo, eu tive que dar aula extra pra esse aluno sozinho [...] separado. Além dele fazer tudo que os outros tinham que fazer, tinha que fazer outros, porque se perdeu lá atrás. Pode por exemplo: $1 \frac{1}{2} + \frac{3}{4} + \frac{2}{5}$ = Se lê não soubesse que tinha que achar o mínimo do denominador, para ver quanto que vai dar essa fração, eu tinha que voltar lá atrás [...]. Fazia recuperação paralela, né? Porque ele tinha que continuar aprender fração, não podia parar aí. Fazia na hora, no final de semana tinha vez que aquele aluno não tinha aprendido fração e é um negócio que tem que entender muito bem, o que é um meio? você divide isso aqui no meio, duas partes – O que é um terço? Você vai dividir em três – Qual que é menor, um meio ou um terço? [...]. Lá no Laura Parente tem duas ou três fotos minhas. [...].”

O material dos alunos

“Minha filha, tinha aluno tão pobrena colônia e não era só nas colônias não, aqui no Rodrigues Alves mesmo, tinha alunos tão pobres que a gente tinha um papel de pão, que era, não sei se você já viu, que vem, vem listinha no próprio papel. É um papel de pão que usava em padaria, ele era um papel assim, mas ele era assim sabe? Vinha tudo listadinho assim, mas era da própria fábrica e eu fazia cadernos, encadernava aquelas folhas. Pedia para os pais guardarem aquele papel e eu grampeava, colava com farinha de trigo e fazia caderninho pras crianças pobres [...] em todas as escolas até no Rodrigues Alves aqui, depois não. Depois nunca mais tive esse problema. Depois que entrou o Dr. João Paulino, o Dr. Luiz Moreira de Carvalho, nossa !! moralizou. Mas no tempo do Américo Dias, os alunos usavam esse caderninho que os professores mesmos faziam. Aquele pai que não tinham dinheiro pra comprar, o professor fazia caderno pros alunos com papel de pão. As crianças que tinham dinheiro até ajudavam a doar pros outros. Livros, por exemplo, tinha alunos que não podiam comprar, aquele que tinha um ou ia na casa do outro pra estudar ou o outro ia na casa dele pra estudar, emprestava os livros. Os livros usados eram **meu Brasil, Meu Tesouro** era um maravilhoso. Eram dois livros, uns cinco anos ficou Meu Brasil e outro era Meu Tesouro. Ali ó, o aluno que soubesse aquele livro todinho, era o programa que era usado nacional. O aluno lá em São Paulo tinha o mesmo livro do Brasil inteiro, mas era um livro maravilhoso, eu queria um livro daquele, não tem. Tinha tudo, não precisa pesquisar em outro lugar para dar uma aula de geografia, no livro tinha. Tinha toda matéria no mesmo livro. Então, o aluno que não podia comprar o professor emprestava pra levar pra casa, copiar, o aluno que tinha procurava estudar com aquele que não tinha e ninguém reprovava porque não tinha livro não. Os conteúdos estavam no livro. De 1ª a 4ª série era meu Brasil e a Cartilha era Caminho Suave [...]. Era o programa que professor tinha que ensinar. O aluno tinha que saber aquele livro de fio a pavio, senão não passava de ano não. E o professor tinha que dar um jeito de ensinar aquele livro para criança aprender, né?”

Alexandre Razgulaeff

“Ele era apaixonado por criança. Eu tinha dois meninos coisa mais linda do mundo. [...] Eu tinha 22 anos por aí, com 22 anos eu tinha dois filhos, um com ano e pouco e outro nenê. E ele era apaixonado por criança, ele escolhia as professoras para ir na escola dele. Eu era da prefeitura. Quando ele me viu com dois meninos coisa mais lindinha do mundo. Ele falou: É essa aí que vai pra minha escola. Ele não tinha filhos e ele era apaixonado por criança [comentamos sobre Geraldo que morou na fazenda quando criança e que fora pedido em doação por Razgulaeff]. Não, mas imagina, nem eu ia deixar dar, se era meu aluno. Se era para doar eu ficava com ele. Eles eram russos, tinha um costume todo diferente. Mas ele era um amor de pessoa, viu! E a Dona Sophia [...] Ela vinha muito pouco, mas eu cheguei conhecer. Um dia ela ... me convidou para um almoço da sede, para ela me conhecer e conhecer minhas crianças, ela ficou apaixonada também pelas crianças.[...] Eu morava na fazenda.[...] Ele ia lá visitar, visitar os alunos, assistir aula, ele era um palhaço. Ai, ele pedia cola, pedia cola pros alunos, eu passava aula pros alunos e ele falava assim: Eu não sei fazer aquela expressão lá não - expressão aritmética, né? – Passa cola pra mim! [riso]. Ele era uma graça! Ele não conhecia expressão aritmética, sabe aquelas expressões que tinha parêntese, colchetes, ele diz que não conhecia aquilo. Ele ia só pra me visitar, só pra ver como que era convivência minha com os alunos, ele adorava. Ele sentava lá junto das crianças, ele era bem grandão, russo bem vermelho, muito simpático, muito querido. Quando ele foi a última vez me visitar em 1963, que eu falei pra ele que eu tava saindo, ele escolhia os professores, eu não sabia que ia acabar a escola, sabe? Ele falou assim pra mim: professora gostei tanto, tanto, tanto do seu trabalho, que eu nunca vi essa escola tão limpa, banheiro das crianças tudo limpo, alunos em perfeitas condições de alunos e eu gostaria de te dar um

pedaço de terra. E meu marido tava viajando, eu falei pra ele: Dr. Alexandre, isso eu não posso aceitar, sinto muito Dr. Alexandre, mas isso não posso aceitar. Sabe quando ele ficou viúvo? Em 63. Em 63 ele ficou viúvo, ele acabou com a fazenda, ele acabou com tudo. [...] Notem que abriu o Alvorada tava abrindo o Shangrilá.”

A saída da escola

“[...] Eu entrei em 60 e saí [...] Eu sai de lá porque acabou a fazenda [...] Quando eu voltei lá pra pegar o resto de coisas minhas os tratores já estavam demolindo tudo em volta da escola. No final de 63. [...] a escola não, mas em volta tudinho. Só não demoliu, porque eu ainda tava construindo a minha casa e tinha mudança minha. Olha como eles respeitavam o professor!!! Mas, foi uma época maravilhosa para mim, foi uma bênção a Fazenda Santa Lina. [...]. Nessa época de 63, quando eu terminei de construir minha casa e fui buscar o resto da minha mudança na Santa Lina e foi aí que ela foi demolida. [...] Vim pra vila aqui. Comprei aquela casa de esquina, comprei uma data de esquina e fiz uma casa linda, maravilhosa na esquina da Santo Antonio com a Morangueira. [...] demoliu a fazenda e os alunos vieram para o Rodrigues Alves aqui. Todos os alunos que ainda tavam, quando foi demolida, terminaram o ano de 64 aqui no Rodrigues Alves. [...] No Duque de Caxias só fiquei um mês, o ano não me lembro, porque depois da Fazenda Santa Lina eu trabalhei como diretora do curso noturno do Rodrigues Alves, aqui em frente a igreja Santo Antônio, onde é essa praça aí, era o grupo do curso noturno do Rodrigues Alves. Era aqui em frente a Praça Santo Antônio. Construí minha casa ali na Santo Antônio e era diretora à noite no Rodrigues Alves de 1964 até eu me formei em 66, até 1966.”

Aposentadoria

“Eu aposentei numa escola enorme como diretora da Nadyr Maria Alegretti. Eu entreguei uma escola enorme. [...] quando aposentei era o Dr. João Paulino [...] no final de 83. Daí já era o Dr. Said, né? Era o Dr. Said Ferreira, mas eu já tinha pedido a aposentadoria na época do Dr. João Paulino, mas como cada vez que eu tinha licença prêmio, eles me subiam de cargo, eu não podia tirar. Então, quando pedi pra aposentar, eu era jovem demais, eu comecei com 15 anos, menina de tudo. Fui líder, toda minha vida fui líder, com 15 anos comecei minhas aulas e liderei uma escola que eu aposentei depois de ter feito três faculdades, com o mesmo sistema de ensino.”

O saudosismo

“Era uma maravilha, eu adorava lá [...] Eu até agora amo a escola. Ai, amo! E eu já falei que quero ser cremada e minhas cinzas ser jogada no pátio de uma escola”.

ANEXO G – Autorização para entrevista com o Vice-Presidente da Codal



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DO PROJETO: A PERCEPÇÃO DO AMBIENTE EM RELAÇÃO À LÓGICA DE UMA CIDADE CONSIDERADA VERDE UM POLO UNIVERSITÁRIO: O CASO DE MARINGÁ –PARANÁ: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO E ENSINO DE GEOGRAFIA

Pretendemos realizar uma pesquisa sobre os setores 24 e 46 de Maringá/ PR. A pesquisa constituirá em atividades para investigar o objetivo deste trabalho, que é o de compreender a percepção que os moradores apresentam ao espaço no qual estão inseridos e as transformações no espaço geográfico. Assim, é preciso investigar o uso que a população faz em relação aos espaços públicos e privados, bem como documentos que representam as transformações ocorridas.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos a fundamentação teórica e o trabalho de campo (referencial empírico e técnico). O trabalho de campo foi dividido em: observação in loco do uso que os moradores da cidade fazem dos espaços, questionário, entrevista e registro fotográfico, com a finalidade de compreender como os moradores utilizam os espaços urbanos e levantamento documental.

Tendo em vista, a importância da participação da comunidade e de órgãos públicos e privados que disponibilizam informações sobre os setores 24 e 46, em especial o Jardim Alvorada – Maringá-PR. Garantimos que esta pesquisa terá um caráter ético. De forma alguma os pesquisados serão expostos de forma vexatória. Informamos que não há possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes, em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Assim, garantimos que o trabalho não causará desconforto aos pesquisados ou aos usuários do espaço pesquisado, pois trata de uma pesquisa que visa discutir e subsidiar projetos de melhoras da qualidade de vida dos moradores.

Esclarecemos também, que o pesquisado responsável poderá retirar o consentimento da participação na pesquisa no momento em que desejar e que não terá custo nenhum para que o cidadão ou instituição pública ou privada participem da pesquisa. Se comprovado prejuízo ao pesquisado, poderá haver indenização.

Em caso de dúvida estamos inteiramente a sua disposição.

Cleres do Nascimento Mansano Telefone (44) 3262- 42-90

Eu, Paulo Daniel Vion de Figueiredo, CPF 043416509-39, Vice – Presidente da a COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CODAL S/A_ (GRUPO CODAL) CNPJ 60446689/0001-04 , após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a acadêmica Cleres do Nascimento Mansano, do Curso de Pós-graduação do Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** participar da pesquisa e cedo gratuitamente as informações prestadas, as imagens fornecidas, bem como os dados documentais para utilização da pesquisa acima citada.
Endereço: Avenida Vicente Machado, 771, Batel – Curitiba – PR_ Brasil.

Data: 13/07/2011

Assinatura do responsável

Eu, Cleres do Nascimento Mansano, RG. 57982616/PR declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo.

Pesquisador responsável: 1- Orientanda: Cleres do Nascimento Mansano
Telefone: (44) 3262-42-90 Endereço : Rua Caracas, 1402, Vila Morangureira_Mgá-PR.

CURITIBA/PR. Data: 13-07-2011 Assinatura: _____

ANEXO H – Autorização para retirada de documentos da Prefeitura**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ**
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
Coordenadoria de Expediente**Ofício nº 0552/2011 – SEPLAN**

Maringá, 29 de junho de 2011.

Prezada Senhora,

Em resposta ao protocolo nº 34421/2011, informamos que as cópias relativas ao levantamento documental, decretos, mapas do Jardim Alvorada e do Município na década de 1960, poderão ser fornecidas desde que Vossa Senhoria efetue o recolhimento da taxa de expediente referente a 149 páginas no valor de R\$ 0,45 cada, totalizando R\$ 67,05, conforme prevê o anexo XII, item 03 da Lei nº 848/10.

Informamos também que o comprovante do pagamento deverá ser apresentado na Secretaria de Planejamento Urbano no segundo andar do Paço Municipal.

Atenciosamente,


Arqª Mika Yada Noguchi
Gerente de Uso do solo
Engº Walter José Progiante
Secretário

À
Cleres do Nascimento Mansano
Nesta

ANEXO I – Fotos de fundação do loteamento Jardim Alvorada



Foto 1–Lançamento Jardim Alvorada – 1962.
Ao fundo, sobre o tablado, Ademar Schiavone e Pedro Granado Martines.
Fonte: Maringá Histórica (2012).



Foto 2–Cafezais são erradicados para lotear o Jardim Alvorada.
Fonte: MPB (2012).



Foto 3–Venda dos lotes do Jardim Alvorada em 1962.
Na primeira imagem Lucílio de Held Presidente da Codal mostra o projeto a um grupo de pessoas. Na segunda imagem, observam-se filas para a aquisição de lotes. Foram vendidos 230 lotes em único dia.
Fonte: MPB (2012).





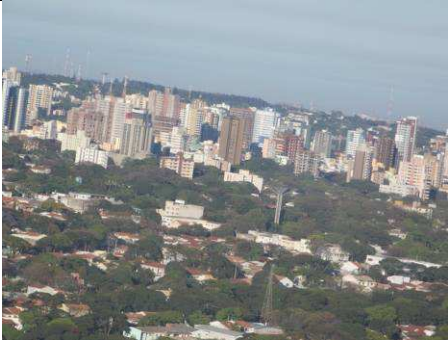

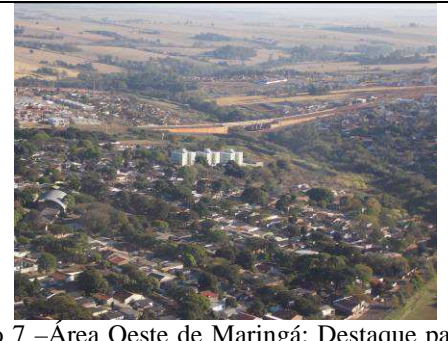
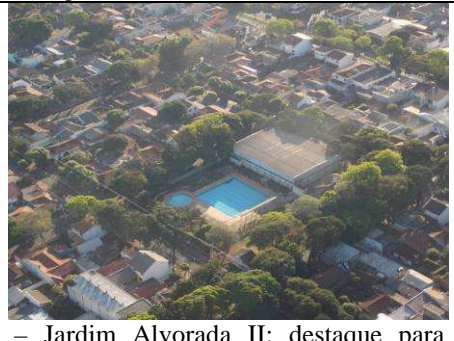


Foto 4–Jovens filhas de pioneiros plantam árvores no Jardim Alvorada.
Fonte: MPB (2012).



Foto 5– Placa de venda do Jardim Alvorada.
Fonte: MPB (2012).

ANEXO J – Fotos aéreas de Maringá

 <p>Foto 1 – Destaque para área central de Maringá.</p>	 <p>Foto 2 – Destaque para o Jardim Alvorada – Proximidades da Praça São Vicente (à esquerda/inferior).</p>
 <p>Foto 3 – Zona 07 e área central: destaque para a verticalização.</p>	 <p>Foto 4 – Jardim Alvorada II: destaque para área Norte/Leste. Na parte superior da foto imagem da expansão urbana e início da verticalização no Jardim Sumaré.</p>
 <p>Foto 5 – Jardim Alvorada (parte inferior da foto). Zona 07 (parte superior da foto).</p>	 <p>Foto 6 – Jardim Alvorada: cruzamento das ruas Lucílio de Held e Dona Sophia Rasgulaeff. Limite entre a Primeira e Segunda Parte.</p>
 <p>Foto 7 –Área Oeste de Maringá: Destaque para o Contorno Norte.</p>	 <p>Foto 8 – Jardim Alvorada II: destaque para Centro esportivo.</p>

Fonte: Mansano, 2012.